



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)



## **ACORDO ORTOGRÁFICO** (consulte [aqui](#))

<http://www.flip.pt/AcordoOrtográfico/TextodoAcordo/tabid/511/Default.aspx>

Desde 2007 que Os Colóquios da Lusofonia apoiam e debatem o Acordo Ortográfico. Aqui se mantém atualizado o que se escreve sobre o tema. Leia esta seleção de notícias e opiniões. Compilação Chrys Chrystello, [Todas as notícias sobre o Acordo ortográfico aqui](#)

**AS NOTÍCIAS SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990 DEIXAM DE TER PERTINÊNCIA A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2011 E POR ESSE MOTIVO ESTAS PÁGINAS SOBRE O AO AQUI FICAM COMO MEMÓRIA HISTÓRICA DO QUE PRECEDEU A SUA IMPLANTAÇÃO. SE NOVIDADES OCORREREM ELAS SERÃO PUBLICADAS NO BLOGUE DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA AICL, QUE É PRIVATIVO PARA OS SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO <INTERNACIONAL> DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA.**

**VER [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)**

Novo Acordo Ortográfico		
Alfabeto Nova Regra	Regra Antiga	Como Será
O alfabeto é agora formado por 26 letras	O "k", "w" e "y" não eram consideradas letras do alfabeto.	Usadas em siglas, símbolos, nomes próprios, palavras estrangeiras e derivados. Ex.º: km, watt, Byron, byroniano
Trema Nova Regra	Regra Antiga	Como Será
Não existe o trema em língua portuguesa. Apenas em nomes próprios e derivados, por exemplo: Müller, mülleriano	agüentar, consequência, cinquenta, quinquênio, frequência, frequente, eloquência, eloquente, arguição, delinquir, pingüim, tranqüilo, lingüiça	aguentar, consequência, cinquenta, quinquênio, frequência, frequente, eloquência, eloquente, arguição, delinquir, pinguim, tranquilo, língua.
Acentuação Nova Regra	Regra Antiga	Como Será
Ditongos abertos (ei, oi) não são acentuados em palavras paroxítonas <b>Obs.1:</b> nos ditongos abertos de palavras oxítonas e monossílabas o acento continua: herói, constrói, dói, anéis, papéis. <b>Obs 2:</b> o acento no ditongo aberto "eu" continua: chapéu, véu, céu, ilhéu.	assembleia, platéia, idéia, colméia, boléia, panacéia, Coréia,	assembleia, plateia, ideia, colmeia, boleia, panaceia, Coreia,

REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)



#### Nova Regra

O hiato "oo" não é mais acentuado

O hiato "ee" não é mais acentuado

#### Nova Regra

Não existe o acento diferencial em palavras homógrafas

**Obs:** o acento diferencial ainda permanece no verbo "poder" (3ª pessoa do Pretérito Perfeito do Indicativo - "pôde") e no verbo "pôr" para diferenciar da preposição "por"

#### Nova Regra

Não se acentua mais a letra "u" nas formas verbais rizotônicas, quando precedido de "g" ou "q" e antes de "e" ou "i" (gue, que, gui, qui)

Não se acentua mais "i" e "u" tônicos em paroxítonas quando precedidos de ditongo

#### Hífen Nova Regra

O hífen não é mais utilizado em palavras formadas de prefixos (ou falsos prefixos) terminados em vogal + palavras iniciadas por "r" ou "s", sendo que essas devem ser dobradas.

**Obs :** em prefixos terminados por "r", permanece o hífen se a palavra seguinte for iniciada pela mesma letra: hiper-realista, hiper-requintado, hiper-requisitado, inter-racial, inter-regional, inter-relação, super-racional, super-realista, super-resistente etc.

#### Nova Regra

O hífen não é mais utilizado em palavras formadas de prefixos (ou falsos prefixos) terminados em vogal + palavras iniciadas por outra vogal

**Obs. 1:** esta nova regra uniformiza exceções já existentes antes: antiaéreo, antiamericano, socioeconómico etc.

**Obs. 2:** esta regra não se encaixa quando a palavra seguinte iniciar por "h": anti-herói, anti-higiénico, extra-humano, semi-herbáceo etc.

hebréia,  
bóia,  
paranóia,  
jibóia,  
apóio,  
heróico,  
paranóico

#### Regra Antiga

enjôo,  
vôo,  
corôo,  
perdôo,  
côo,  
môo,  
abençôo,  
povôo  
crêem,  
dêem,  
lêem,  
vêem,  
descreêm,  
relêem,  
revêem

#### Regra Antiga

pára (verbo),  
pêla (substantivo e verbo),  
pêlo (substantivo),  
pêra (substantivo),  
péra (substantivo),  
pólo (substantivo)

#### Regra Antiga

argúi,  
apazigúe,  
averigúe,  
enxagúe,  
enxagúemos,  
oblique  
baiúca,  
boiúna,  
cheiinho,  
saiinha,  
feiúra,  
feiuime

#### Regra Antiga

ante-sala,  
ante-sacristia,  
auto-retrato,  
anti-social,  
anti-rugas,  
arqui-romântico,  
arqui-rivalidade,  
autorregulamentação,  
auto-sugestão,  
contra-senso,  
contra-regra,  
contra-senha,  
extra-regimento,  
extra-sístole,  
extra-seco,  
infra-som,  
ultra-sonografia,  
semi-real,  
semi-sintético,  
supra-renal,  
supra-sensível

#### Regra Antiga

auto-afirmação,  
auto-ajuda,  
auto-aprendizagem,  
auto-escola,  
auto-estrada,  
auto-instrução,  
contra-exemplo,  
contra-indicação,  
contra-ordem,  
extra-escolar,  
extra-oficial,

hebreia,  
boia,  
paranoia,  
jiboia,  
apoio,  
heroico,  
paranoico

#### Como Será

enjoo,  
voo,  
coroo,  
perdoo,  
coo,  
moo,  
abençoo,  
povoo  
creem,  
deem,  
leem,  
veem,  
descreem,  
releem,  
reveem

#### Como Será

para (verbo),  
pela (substantivo e verbo),  
pelo (substantivo),  
pera (substantivo),  
pera (substantivo),  
polo (substantivo)

#### Como Será

argui,  
apazigue,  
averigue,  
enxague,  
enxaguemos,  
oblique  
baiuca,  
boiuna,  
cheiinho,  
saiinha,  
feiura,  
feiume

#### Como Será

antessala,  
antessacristia,  
autorretrato,  
antissocial,  
antirugas,  
arquirromântico,  
arquirrivalidade,  
autorregulamentação,  
autossugestão  
contrassenso  
contrarregra  
contrassenha,  
extrarregimento,  
extrassístole,  
extrasseco,  
infrassom,  
infrarrenal,  
ultrarromântico,  
ultrassonografia,  
suprarrenal,  
suprassensível

#### Como Será

autoafirmação,  
autoajuda,  
autoaprendizagem  
autoescola,  
autoestrada,  
autoinstrução,  
contraexemplo,  
contraindicação,  
contraordem,  
extraescolar,  
extraoficial,



#### Nova Regra

Agora utiliza-se hífen quando a palavra é formada por um prefixo (ou falso prefixo) terminado em vogal + palavra iniciada pela mesma vogal.

**Obs:** esta regra foi alterada por conta da regra anterior: prefixo termina com vogal + palavra inicia com vogal diferente = não tem hífen; prefixo termina com vogal + palavra inicia com mesma vogal = com hífen

**Obs 2:** exceção é o prefixo "co". Mesmo se a outra palavra inicia-se com a vogal "o", **NÃO** utiliza-se hífen.

#### Nova Regra

Não se usa hífen em compostos que perderam a noção de composição

**Obs:** o uso do hífen permanece em palavras compostas sem elemento de ligação e constitui unidade sintagmática e semântica, mantendo o acento próprio, bem como nas que designam espécies botânicas e zoológicas: ano-luz, azul-escuro, médico-cirurgião, conta-gotas, guarda-chuva, segunda-feira, tenente-coronel, beija-flor, couve-flor, erva-doce, mal-me-quer, bem-te-vi etc

**O uso do hífen permanece** em palavras formadas

por prefixos "ex", "vice", "soto"

por prefixos "circum" e "pan" + palavras iniciadas em vogal, M ou N

com prefixos "pré", "pró" e "pós" + palavras com significado próprio

pelas palavras "além", "aquém", "recém", "sem"

#### Não existe mais hífen

Em locuções de qualquer tipo (substantivas, adjetivas, pronominais, verbais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais)

#### Em resumo:

##### Maiúsculas

Os meses do ano passam a grafar-se sem maiúscula inicial, tal como acontece com os pontos cardeais, salvo quando correspondam a uma região. A opção pela maiúscula torna-se facultativa em vários casos, incluindo títulos de obras - a primeira palavra deve ter sempre maiúscula inicial, mas as restantes podem não a ter -, tratamentos de cortesia, como Senhor Doutor, ou nomes de disciplinas do saber (Português, Matemática). A generalidade dos topónimos mantém a maiúscula, mas é facultativa em nomes de ruas, praças, etc. Vai ser possível escrever-se avenida dos aliados ou rua augusta.

##### Consoantes mudas

Quando um dos termos de uma sequência consonântica é proferido na pronúncia culta da língua, como em "pacto" ou "ficção", fica tudo como está. Se é invariavelmente mudo, como acontece nas palavras "acto", "coleção" ou "director", o "c" cai sempre. Pela mesma lógica, cai o "p" em "Egipto" ou "peremptório", sendo que neste último caso o "m" dá lugar a um "n": perentório.

##### Acentos

A conjugação na terceira pessoa do plural do presente do indicativo de verbos como ter, vir e ver - têm, vêm e vêem - perde o acento circunflexo. Passa a escrever-se, por exemplo, "reveem". Já em "dêmos" (presente do conjuntivo), continua a aceitar-se o acento, a título facultativo, para evitar a homografia com "demos" (pretérito perfeito do indicativo). A exceção é a forma verbal "pôde", que preserva o acento. Também são banidos os acentos agudos e circunflexos que ainda se mantinham em algumas palavras graves, como em "pára" ou "pêlo", que passam a não se distinguir graficamente de para e pelo

**Hífenes** - Os redatores do novo Acordo investiram especial esforço na regularização do hífen, sobretudo nas palavras formadas por prefixação. Quando o prefixo termina em vogal e a palavra seguinte começa com "r" ou "s", cai o hífen e dobra-se a consoante "contrarrelógio". Quando o prefixo termina em vogal e a palavra seguinte começa por uma vogal diferente, não se usa o hífen: "antiaéreo". Quando o prefixo termina com a vogal que inicia o elemento seguinte, usa-se o hífen: "contra-almirante". A exceção a esta regra é o prefixo "co-", que se aglutina com o elemento seguinte mesmo que este se inicie com um "o": "coocupante". Um dos exemplos que o texto do Acordo avança é "coordenar", que se torna graficamente indistinguível de "coordenar" no sentido de dirigir ou supervisionar. Os hífenes caem em algumas locuções nas quais ainda eram usados, como "fim-de-semana". Abrem-se exceções para outras, nas quais esse uso foi considerado generalizado, como "pé-de-meia" ou "cor-de-rosa". Uma alteração mais difícil de interiorizar é a supressão do hífen em todos os casos em que uma forma monossilábica do verbo haver se une à preposição "de". Passará a escrever-se, "hei de" e "hão de".

**Palavras e expressões com ou sem hífen por Inez Sautchuk\* para a Página 3 Pedagogia & Comunicação** atualizadas conforme o Acordo Ortográfico.

infra-estrutura,  
intra-ocular,  
intra-uterino,  
neo-expressionista,  
neo-imperialista,  
semi-aberto,  
semi-árido,  
semi-automático,  
semi-embriagado,  
semi-obscuridade,  
supra-ocular,  
ultra-elevado

#### Regra Antiga

antiibérico,  
antiinflamatório,  
antiinflacionário,  
antiimperialista,  
arquiinimigo,  
arquiirmandade,  
microondas,  
microônibus,  
microorgânico

#### Regra Antiga

manda-chuva,  
pára-quedas,  
pára-quedista,  
pára-lama,  
pára-brisa,  
pára-choque,  
pára-vento

#### Observações Gerais

##### Exemplos

ex-marido, vice-presidente, soto-mestre

pan-americano, circum-navegação

pré-natal, pró-desarmamento, pós-graduação

Além-mar, além-fronteiras, aquém-oceano, recém-nascidos, recém-casados, sem-número, sem-teto

##### Exemplos

cão de guarda, fim de semana, café com leite, pão de mel, sala de jantar, cartão de visita, cor de vinho, à vontade, abaixo de, acerca de ...

infraestrutura,  
intraocular,  
intrauterino,  
neoexpressionista,  
neoiimperialista,  
semiaberto,  
semiautomático,  
semiárido,  
semiembriagado,  
semiobscuridade,  
supraocular,  
ultraelevado.

#### Como Será

anti-ibérico,  
anti-inflamatório,  
anti-inflacionário,  
anti-imperialista,  
arqui-inimigo,  
arqui-irmandade,  
micro-ondas,  
micro-ônibus,  
micro-orgânico

#### Como Será

mandachuva,  
paraquedas,  
paraquedista,  
para-lama,  
para-brisa,  
para-choque,  
para-vento

##### Exceções

Água-de-colônia, arco-da-velha, Cor-de-rosa, mais-que-perfeito, Pé-de-meia, ao-deus-dará, À queima-roupa



## A

a fim de  
à queima-roupa  
à toa <sup>1</sup>  
à vontade  
abaixo-assinado  
ab-rupto <sup>2</sup>  
acerca de  
aeroespacial  
afro-americano  
afro-asiático  
afro-brasileiro  
afrodescendente  
afro-luso-brasileiro  
agroindustrial  
água-de-colônia  
além-Brasil  
além-fronteiras  
além-mar  
amor-perfeito  
andorinha-do-mar  
anel de Saturno  
anglomania  
anglo-saxão  
ano-luz  
antessala  
antiaderente  
anti-aéreo  
antieconômico  
anti-hemorrágico  
anti-herói  
anti-higiênico  
anti-ibérico  
anti-imperialista  
anti-infeccioso  
anti-inflacionário  
anti-inflamatório  
antirreligioso  
antisemita  
antisocial  
ao deus-dará  
arco e flecha  
arco-da-velha  
arco-íris  
arqui-inimigo  
autoadesivo  
autoafirmação  
autoajuda  
autoaprendizagem  
autoeducação  
autoescola  
autoestima  
autoestrada  
auto-hipnose  
auto-observação  
auto-ônibus  
auto-organização  
autorregulamentação  
ave-maria  
azul-escuro

## B

Baía de Todos-os-Santos  
belo-horizontino  
bem-aventurado  
bem-criado  
bem-dito  
bem-dizer  
bem-estar  
bem-falante  
bem-humorado  
bem-me-quer  
bem-nascido  
bem-te-vi  
bem-vestido  
bem-vindo  
bem-visto  
bendito (= abençoado)

## D

decreto-lei  
dente-de-leão  
depois de amanhã  
desumano  
deus nos acuda (um...)  
dia a dia <sup>6</sup>  
disse me disse (um...)  
doença de Chagas

## E

em cima  
embaixo  
entre-eixo  
euro-asiático  
eurocêntrico  
ex-almirante  
ex-diretor  
ex-presidente  
ex-primeiro-ministro  
ex-secretária  
extra-alcance  
extraclasse  
extraescolar  
extrafino  
extraoficial  
extrarregular  
extrassolar  
extrauterino

## F

faz de contas (um ...)  
feijão-verde  
fim de século  
fim de semana  
folha de flandres  
francofone

## G

general de divisão  
geo-história  
giga-hertz  
girassol  
grã-fina  
grão-duque  
grão-mestre  
Grão-Pará  
guarda-chuva  
guarda-noturno  
Guiné-Bissau

## H

habeas-corpus (o...)  
hidroelétrico  
hidrelétrico  
hidrossolúvel  
hidroterapia  
hipermercado  
hiper-raquitico  
hiper-realista  
hiper-requintado

## I

inábil  
indo-chinês <sup>7</sup>  
indochinês <sup>8</sup>  
indo-europeu  
infra-assinado  
infra-axilar  
infraestrutura  
infrassom  
inter-hemisférico  
inter-racial  
inter-regional  
inter-relacionado  
intramuscular  
intraocular  
intraoral  
intrauterino  
inumano

## J

joão-de-barro

## O

olho-d'água

## P

pan-africano  
pan-americano  
pan-hispânico  
para-brisa  
para-choque  
para-lama  
paraquedas  
paraquedismo  
paraquedista  
para-raios  
pé-de-meia  
pingue-pongue  
plurianual  
poli-hidratação  
pontapé  
ponto e vírgula  
por baixo de  
por isso  
porta-aviões  
porta-retrato  
porto-alegrense  
pós-graduação  
pospor  
pós-tônico  
predeterminado  
preenchido  
pré-escolar  
preexistente  
preexistir  
pré-história  
pré-natal  
pré-nupcial  
pré-requisito  
pressupor  
primeiro-ministro  
primeiro-sargento  
pró-ativo  
proeminente  
propor  
pró-reitor  
pseudo-organização  
pseudossigla

## Q

quem quer que seja

## R

reabilitar  
reabitar  
reaver  
recém-casado  
recém-eleito  
recém-nascido  
reco-reco  
reedição  
reeleição  
reescreita  
reidratar  
retroalimentação  
reumanizar

## S

sala de jantar  
segunda-feira  
sem-cerimônia  
semiaberto  
semianalfabeto  
semiárido  
semicírculo  
semi-interno  
semiobscuridade  
semirrígido  
semisselvagem  
sem-número  
sem-vergonha  
sobreaquecer  
sobre-elevação



benfazejo benfeito benfeitor benfeitoria benquerença benquerer benquisto bico-de-papagaio (planta) bio-histórico biorritmo biossocial blá-blá-blá boa-fé bumba meu boi <b>C</b> café com leite calcanhar de aquiles cão de guarda carboidrato <sup>3</sup> causa-mortis (a...) centroafricano <sup>4</sup> centro-africano <sup>5</sup> circum-murado circum-navegação coabitação coautor cobra-d'água coco-da-baia coedição coeducação coenzima coerdar coerdeiro coexistente coexistir cofator coirmão comum de dois conta-gotas contra-almirante contra-ataque contracheque contraexemplo contraindicação contraindicado contraofensiva contraoferta contraordem contrarregra contrassenha contrassenso coobrigação coocupante coocupar cooptar cor de café cor de café com leite cor de vinho cor-de-rosa couve-flor criado-mudo	joão-ninguém <b>L</b> latino-americano lenga-lenga luso-brasileiro lusofobia lusofonia <b>M</b> macroestrutura macrorregião madressilva mãe-d'água má-fé mais-que-perfeito mal de Alzheimer mal-acabado mal-afortunado malcriado malditoso mal-entendido mal-estar malgrado mal-humorado mal-informado má-língua mal-limpo malmequer malnascido malpassado malpesado malquerer malquisto malsoante malvisto mandachuva manda-lua manda-tudo maria vai com as outras médico-cirurgião mesa-redonda mestre-d'armas microcirurgia microempresa microestrutura micro-ondas micro-organismo microsistema minicurrículo minissaia minissérie multisegmentado <b>N</b> não agressão não fumante não me toques <sup>9</sup> não violência não-me-toques <sup>10</sup> neoafricano neoexpressionista neoimperialista neo-ortodoxo norte-americano	sobre-estimar sobre-exceder sobre-humano sobrepór social-democracia social-democrata sociocultural socioeconômico subalimentação subalugar subaquático subarrendar sub-brigadeiro subemprego subestimar subdiretor sub-humano subfaturar sub-reitor sub-rogar sul-africano superestrutura super-homem super-racional super-resistente super-revista supraocular suprarrenal suprassumo <b>T</b> tenente-coronel tico-tico tio-avô tique-taque tomara que caia <b>U</b> ultraelevado ultrarromântico ultrassecreto ultrassensível ultrassom ultrassonografia <b>V</b> vaga-lume vassoura-de-bruxa verbo-nominal vice-almirante vice-presidente vice-rei vira-casaca <b>X</b> xique-xique <sup>11</sup> xiquexique <sup>12</sup> <b>Z</b> zás-trás zé-povinho zigue-zague zum-zum
--	---	--

<sup>1</sup> como adjetivo ou como advérbio.

<sup>2</sup> preferível esta forma a "abrupto", também correta.

<sup>3</sup> a forma carbo-hidrato também está correta.

<sup>4</sup> refere-se à República Centro-africana.

<sup>5</sup> refere-se à região central da África.

<sup>6</sup> como substantivo ou como advérbio.

<sup>7</sup> quando significar Índia + China; indianos + chineses.

<sup>8</sup> referente à Indochina.

<sup>9</sup> significando "facilidade de magoar-se".

<sup>10</sup> planta.

<sup>11</sup> chocalho.

<sup>12</sup> planta.



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

**Apoiado nas obras:** BECHARA, Evanildo. *O que muda com o Novo Acordo Ortográfico*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008. INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Escrevendo pela Nova Ortografia*. Rio de Janeiro/São Paulo, Houaiss/Publifolha, 2008. GOMES, Francisco Álvaro. *O Acordo Ortográfico*. Porto, Porto Editora, 2008.

**NOVO CORRETOR ORTOGRÁFICO FLiP7:** <http://www.flip.pt/Produtos/FLiP7/Pre%C3%A7os/tabid/211/Default.aspx>

FLiP 7 – Preços Licenças      Normal      Atualização

Licença Unitária (3 PCs)<sup>2</sup>      69,96 €      48,97 €

**Corretor Ortográfico Gratuito No Brasil (Vero)**

<http://info.abril.com.br/aberto/infonews/012009/05012009-12.shl>

Para baixar gratuito <http://www.baixaki.com.br/download/vero.htm>

: [http://educacao.ig.com.br/acordo\\_ortografico/](http://educacao.ig.com.br/acordo_ortografico/)

**TUDO SOBRE O NOVO ACORDO NO BRASIL**

## Corretor FLiP8

Escreve em Português, certo? E está a usar o Novo Acordo Ortográfico, ou escreve como sempre escreveu?

Também escreve em algum destes idiomas: Inglês? Francês? Espanhol? Alemão? Italiano?

Se escreve em qualquer um dos 6 idiomas acima, este novo produto é importante para si.

Acabou de sair o novo FLiP8! Esta é a mais recente, e mais completa versão, do melhor corretor ortográfico e gramatical existente para Português. Para além disso ainda pode também corrigir a sua escrita nos outros idiomas referidos. Mas há mais...

Pode escolher o nosso Português ou o Português do Brasil, e para ambos, pode escolher as regras do Novo Acordo Ortográfico, ou manter as regras com que sempre escreveu.

O FLiP8 integra-se com o Microsoft Office, com o OpenOffice, e com muitas outras aplicações, mas inclui também um editor de texto próprio, caso necessite. Integrando-se com os dois produtos acima, virtualmente qualquer pessoa consegue usar o FLiP8 sem ter de mudar nada. Mas o FLiP8 ainda faz mais coisas:

Inclui conjugador de verbos tanto para Português como para Espanhol. Inclui dicionários temáticos para que possa usar linguagem específica em diversas áreas como por exemplo Artes, Ciências da Saúde, Ciências Exatas, Ciências Sociais, etc.

Embora o FLiP não seja um software de tradução, ainda assim inclui "auxiliares" que facilitam esse trabalho, caso seja necessário.

Tem também um conversor de textos para o Novo Acordo Ortográfico, permitindo-lhe converter documentos inteiros de forma muito rápida.

Qualquer uma das características acima, só por si e em separado, valia mais de 50 euros, o que levaria a que um produto deste género pudesse custar facilmente mais de 200 euros. No entanto o FLiP8 tem um preço muito inferior.

Por apenas € 51,30 (+IVA) tudo isto pode ser seu. E se o FLiP for usado em ambiente doméstico, por estudantes ou famílias, uma só licença do FLiP8 pode ser instalada em até 3 computadores, ficando o preço por computador muito baixo.

A versão integral do FLiP8 pode ser comprada em formato eletrónico (em <http://www.sectorzero.pt/flip>), ou numa caixa tradicional com CD. O formato eletrónico fica mais barato porque não terá de pagar despesas de entrega e é entregue instantaneamente por correio electrónico.

Se tiver o FLiP5, 6, ou 7 pode comprar a versão de upgrade (apenas em formato eletrónico), e fica ainda mais barato. Se tem uma versão anterior ao FLiP5 então terá de comprar a versão "completa".

Recomendamos que faça a sua encomenda em formato eletrónico, mas se não quiser fazer o pagamento online com um cartão de crédito, telefone-nos para o 210-300-300 para poder pagar com uma referência Multibanco ou por transferência bancária. Telefone-nos também se quiser comprar mais do que uma unidade para lhe podermos dar o desconto correspondente.

Se tiver alguma questão, telefone 210-300-300 ou contacte-nos pelo email [yendas@sectorzero.pt](mailto:yendas@sectorzero.pt).

Faça já a sua encomenda do FLiP8: <http://www.sectorzero.pt/flip> e tenha o produto consigo em poucos minutos. Caso tenha alguma dificuldade, com a compra, telefone-nos.

Cumprimentos,

Fernando Santos

SECTOR ZERO, SA

- Especialistas em Software

<http://www.sectorzero.pt>

Tel: 210-300-300

PS - Sei que está a pensar que se calhar não faz lhe falta uma ferramenta destas. Mas não há nada pior do que escrever com erros tanto a nível profissional como a nível escolar. E não quer dizer que não saibamos escrever, mas grialhas acontecem e por vezes deixam-nos bastante envergonhados.

Pelo preço do FLiP, não vale a pena correr riscos. O produto é excelente, e estou certo que não se irá

REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

arrender. E se for para uso doméstico, lembre-se que pode instalar em até 3 dos seus computadores.

Encomende agora: <http://www.sectorzero.pt/flip>



## Historial de notícias (a favor e contra o Acordo)

### 1) *Jornal PÚBLICO DE 30/12/09*

Os críticos defendem que ainda se vai a tempo de travar a aplicação do Acordo Ortográfico e os defensores respondem que ele já está em vigor. A nova ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, parece partilhar as convicções do antecessor, José António Pinto Ribeiro, e diz que quanto mais depressa o aplicarmos, melhor será para afirmar a língua portuguesa no mundo. A ministra da Educação, Isabel Alçada, pede tempo para a introdução das novas regras nas escolas. Em que ficamos?

"O processo ainda pode ser parado", diz o escritor Vasco Graça Moura, um dos mais activos críticos. "Não pode avançar sem haver ratificação por todos os países. Se o objectivo é a unidade da grafia, basta que um não avance para que não faça sentido." Tal como o Governo recuou no caso da localização do novo aeroporto, também deve recuar no Acordo Ortográfico, defende. "Quem não está a aceitar isto são umas baratas tontas na CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa] que têm que arranjar um pretexto para terem alguma actividade."

"Não há nenhuma possibilidade de recuo, o acordo está em vigor", contrapõe José Mário Costa, fundador e coordenador do site Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Favorável ao acordo (uma posição pessoal), justifica: "O português arrisca-se a ter não duas ortografias oficiais, mas oito e isso não pode acontecer numa língua que pretenda ser universal."

O linguista António Emiliano, outro crítico, considera que a decisão do Ministério da Educação de não avançar com o acordo já em 2010 é "do mais elementar bom senso". "Desafio qualquer pessoa a aplicar o Acordo Ortográfico. As ambiguidades são tão grandes que há casos em que não sabemos o que fazer." Neste momento "ninguém sabe aplicar o acordo".

Malaca Casteleiro, também linguista e um dos responsáveis pela elaboração do acordo, lamenta a forma "desorganizada" como se está a avançar para a aplicação (depois de o Ministério da Cultura ter dito que começaria a ser aplicado em Janeiro de 2010, a ministra esclareceu que seria apenas a agência Lusa a fazê-lo), e reconhece que, como em tudo, "há sempre coisas que podem ser melhoradas". Mas "fazer uma revisão agora seria muito complicado" num acordo que envolve oito países e que "foi aprovado há quase 20 anos".

Um dos pontos mais polémicos é o das consoantes mudas (acção/ação, óptimo/ótimo, baptismo/batismo, tecto/teto) que Portugal vai abandonar, aproximando-se da forma usada no Brasil. Graça Moura e Emiliano argumentam que as consoantes mudas cumprem a função de abrir a vogal que as precede e que a sua perda altera a pronúncia. "Não se pode correr o risco de começar a pronunciar com vogais fechadas palavras como espectáculo/espétaculo ou excepção/exceção. No Brasil isso não é um problema porque eles abrem as vogais, mas nós fechamo-las", diz Graça Moura.

Malaca Casteleiro discorda totalmente. "A oralidade precede a escrita. A palavra tem uma imagem acústica e uma imagem gráfica. É a gráfica que alteramos. A acústica mantém-se igual. E há palavras em que a consoante muda não abre a vogal: é o caso de "actual". Além disso, a questão da perda (em Portugal) das consoantes mudas era fundamental para se chegar a acordo com o Brasil. "Se não o fizéssemos, como é que íamos unificar a ortografia? Exigíamos aos brasileiros que reintroduzissem as consoantes mudas?"

Para Emiliano o problema está precisamente na suposta necessidade de um acordo. "O português europeu [a norma seguida também nos PALOP] e o do Brasil estão em processo tão acelerado de divergência que é um disparate achar que um acordo vai resolver algum problema." Este tem sido um dos principais argumentos dos opositores: a unificação da ortografia não vai ultrapassar o facto de o português de Portugal e o do Brasil serem já muito diferentes.

Para o linguista, porém, o mais grave, sobretudo para o ensino, é o facto de "o acordo falar repetidamente de facultatividade". Um exemplo: "Posso passar a escrever o meu nome como António ou Antônio, as duas formas passam a ser oficiais. Posso até escrever Antônio numa linha e Antônio na seguinte e ninguém pode dizer que está errado."

### Três Vocabulários

É por causa de o acordo deixar várias opções em aberto que todos - críticos e defensores - consideram indispensável uma ferramenta prevista no acordo e que o Brasil já tem: um Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), uma autoridade máxima que, em caso de dúvidas, seja a referência oficial da língua.

Em Portugal há o risco de confusão, dado que tudo indica que possa haver três VOLP. Um já está editado, pela Porto Editora, e foi coordenado por Malaca Casteleiro. Outro está em preparação pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), será gratuito (foi apoiado pelo Fundo da Língua Portuguesa) e deverá estar disponível *on-line* no Portal da Língua Portuguesa a partir de 4 de Janeiro (150 mil palavras para já, enquanto um dicionário de nomes próprios, outro de gentílicos e topónimos e um conversor, e mais 50 mil palavras serão acrescentadas até Março). E um terceiro está a ser elaborado pela Academia das Ciências.

Margarita Correia é a responsável, no ILTEC, pelo projecto a que foi dado o nome de Vocabulário Ortográfico do Português. Faz parte do grupo restrito de pessoas que até agora pensaram na aplicação prática do Acordo Ortográfico. Como o fizeram? Em primeiro lugar definindo uma série de critérios que serão também tornados públicos.



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

"O acordo remete muitas vezes para uma tradição, mas em lugar nenhum define qual é essa tradição. Por isso optámos por regularizar bastante a ortografia". Em muitos casos isto significou tirar os hífens (de "cor-de-rosa", por exemplo, que o acordo admitia com hífens referindo a "tradição", ao mesmo tempo que deixava sem hífen "cor de vinho"). Quando a referência é a pronúncia optou-se por seguir a da região de Lisboa.

"O texto legal [do acordo] é aberto, mas é ambíguo e tem até contradições internas. Mas ninguém o vai ler quando tiver uma dúvida. O que se espera é que haja especialistas que façam a interpretação através do Vocabulário", diz Margarita Correia.

A grande dúvida, segundo José Mário Costa, é qual, entre os três VOLPs, virá a ser considerado oficial e quem tomará a decisão, dado que a língua envolve os ministérios da Cultura, Negócios Estrangeiros e Educação. "Falta definir quem manda na língua."

Os críticos defendem que ainda se vai a tempo de travar a aplicação do Acordo Ortográfico e os defensores respondem que ele já está em vigor. A nova ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, parece partilhar as convicções do antecessor, José António Pinto Ribeiro, e diz que quanto mais depressa o aplicarmos, melhor será para afirmar a língua portuguesa no mundo. A ministra da Educação, Isabel Alçada, pede tempo para a introdução das novas regras nas escolas. Em que ficamos?

"O processo ainda pode ser parado", diz o escritor Vasco Graça Moura, um dos mais activos críticos. "Não pode avançar sem haver ratificação por todos os países. Se o objectivo é a unidade da grafia, basta que um não avance para que não faça sentido." Tal como o Governo recuou no caso da localização do novo aeroporto, também deve recuar no Acordo Ortográfico, defende. "Quem não está a aceitar isto são umas baratas tontas na CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa] que têm que arranjar um pretexto para terem alguma actividade."

"Não há nenhuma possibilidade de recuo, o acordo está em vigor", contrapõe José Mário Costa, fundador e coordenador do site Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Favorável ao acordo (uma posição pessoal), justifica: "O português arrisca-se a ter não duas ortografias oficiais, mas oito e isso não pode acontecer numa língua que pretenda ser universal."

O linguista António Emiliano, outro crítico, considera que a decisão do Ministério da Educação de não avançar com o acordo já em 2010 é "do mais elementar bom senso". "Desafio qualquer pessoa a aplicar o Acordo Ortográfico. As ambiguidades são tão grandes que há casos em que não sabemos o que fazer." Neste momento "ninguém sabe aplicar o acordo".

Malaca Casteleiro, também linguista e um dos responsáveis pela elaboração do acordo, lamenta a forma "desorganizada" como se está a avançar para a aplicação (depois de o Ministério da Cultura ter dito que começaria a ser aplicado em Janeiro de 2010, a ministra esclareceu que seria apenas a agência Lusa a fazê-lo), e reconhece que, como em tudo, "há sempre coisas que podem ser melhoradas". Mas "fazer uma revisão agora seria muito complicado" num acordo que envolve oito países e que "foi aprovado há quase 20 anos".

Um dos pontos mais polémicos é o das consoantes mudas (acção/ação, óptimo/ótimo, baptismo/batismo, tecto/teto) que Portugal vai abandonar, aproximando-se da forma usada no Brasil. Graça Moura e Emiliano argumentam que as consoantes mudas cumprem a função de abrir a vogal que as precede e que a sua perda altera a pronúncia. "Não se pode correr o risco de começar a pronunciar com vogais fechadas palavras como espectáculo/espêtáculo ou excepção/exceção. No Brasil isso não é um problema porque eles abrem as vogais, mas nós fechamo-las", diz Graça Moura.

Malaca Casteleiro discorda totalmente. "A oralidade precede a escrita. A palavra tem uma imagem acústica e uma imagem gráfica. É a gráfica que alteramos. A acústica mantém-se igual. E há palavras em que a consoante muda não abre a vogal: é o caso de "actual". Além disso, a questão da perda (em Portugal) das consoantes mudas era fundamental para se chegar a acordo com o Brasil. "Se não o fizéssemos, como é que íamos unificar a ortografia? Exigíamos aos brasileiros que reintroduzissem as consoantes mudas?"

Para Emiliano o problema está precisamente na suposta necessidade de um acordo. "O português europeu [a norma seguida também nos PALOP] e o do Brasil estão em processo tão acelerado de divergência que é um disparate achar que um acordo vai resolver algum problema." Este tem sido um dos principais argumentos dos opositores: a unificação da ortografia não vai ultrapassar o facto de o português de Portugal e o do Brasil serem já muito diferentes.

Para o linguista, porém, o mais grave, sobretudo para o ensino, é o facto de "o acordo falar repetidamente de facultatividade". Um exemplo: "Posso passar a escrever o meu nome como António ou Antônio, as duas formas passam a ser oficiais. Posso até escrever Antônio numa linha e Antônio na seguinte e ninguém pode dizer que está errado."

### Três Vocabulários

É por causa de o acordo deixar várias opções em aberto que todos - críticos e defensores - consideram indispensável uma ferramenta prevista no acordo e que o Brasil já tem: um Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), uma autoridade máxima que, em caso de dúvidas, seja a referência oficial da língua.

Em Portugal há o risco de confusão, dado que tudo indica que possa haver três VOLP. Um já está editado, pela Porto Editora, e foi coordenado por Malaca Casteleiro. Outro está em preparação pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), será gratuito (foi apoiado pelo Fundo da Língua Portuguesa) e deverá estar disponível *on-line* no Portal da Língua Portuguesa a partir de 4 de Janeiro (150 mil palavras para já, enquanto um dicionário de nomes próprios, outro de gentílicos e topónimos e um conversor, e mais 50 mil palavras serão acrescentadas até Março). E um terceiro está a ser elaborado pela Academia das Ciências.

Margarita Correia é a responsável, no ILTEC, pelo projecto a que foi dado o nome de Vocabulário Ortográfico do Português. Faz parte do grupo restrito de pessoas que até agora pensaram na aplicação prática do Acordo Ortográfico. Como o fizeram? Em primeiro lugar definindo uma série de critérios que serão também tornados públicos.

"O acordo remete muitas vezes para uma tradição, mas em lugar nenhum define qual é essa tradição. Por isso optámos por regularizar bastante a ortografia". Em muitos casos isto significou tirar os hífens (de "cor-de-rosa", por exemplo, que o acordo admitia com hífens referindo a "tradição", ao mesmo tempo que deixava sem hífen "cor de vinho"). Quando a referência é a pronúncia optou-se por seguir a da região de Lisboa.

"O texto legal [do acordo] é aberto, mas é ambíguo e tem até contradições internas. Mas ninguém o vai ler quando tiver uma dúvida. O que se espera é que haja especialistas que façam a interpretação através do Vocabulário", diz Margarita Correia.

A grande dúvida, segundo José Mário Costa, é qual, entre os três VOLPs, virá a ser considerado oficial e quem tomará a decisão, dado que a língua envolve os ministérios da Cultura, Negócios Estrangeiros e Educação. "Falta definir quem manda na língua."

### 2) Nova ortografia sem manuais nem critérios de aplicação

2009-12-31	Ontem	1459009
------------	-------	---------

por JOANA EMÍDIO MARQUES

[http://dn.sapo.pt/inicio/artes/interior.aspx?content\\_id=1459009&seccao=Livros](http://dn.sapo.pt/inicio/artes/interior.aspx?content_id=1459009&seccao=Livros)

É já amanhã que o novo Acordo Ortográfico para a língua portuguesa começa a ser aplicado em Portugal. A falta de regras e critérios claros é a principal falha apontada. A ministra da Educação pede mais tempo para a sua introdução

O Acordo Ortográfico para a língua portuguesa começa a ser aplicado a partir de amanhã sob o signo da polémica. Há quem o compare ao terramoto de 1755 ou ao projecto do aeroporto na Ota. Há quem o defenda comum impulsor da expansão da língua portuguesa no mundo.

Em Portugal, a discussão arrasta-se há vários anos pelo espaço público, e uma das vozes que mais se têm feito ouvir é a do poeta e ensaísta Vasco Graça Moura: "Este Acordo é um desastre para a língua portuguesa, não tem regras, nem critérios claros de aplicação, é ambíguo e tem mais a ver com interesses das editoras brasileiras do que com uma política para a língua", defende.

"Neste momento ainda não há um vocabulário comum, não há manuais escolares, não há formação de professores. Como é que é possível falar-se em aplicação do Acordo", questiona depois o linguista António Emiliano.

REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

Embora esta convenção venha modificar apenas, e como o nome indica, a ortografia e não a morfologia ou a sintaxe, este linguista diz que "as formas gráficas das palavras são muito importantes, não são apenas letras desenhadas mas fundem-se com a nossa compreensão da palavra. Não compreender isto é não compreender uma língua".

Foi em 1990 que o Acordo foi elaborado e, desde então para cá, foram muitos os avanços e recuos na sua aplicação. Mesmo agora, quando a introdução efectiva do Acordo está a poucas horas de começar e de a ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, defender a irreversibilidade desta medida, a ministra da Educação, Isabel Alçada, pede mais tempo para a sua introdução no sistema de ensino.

Tanto António Emiliano como Graça Moura apontam falta de vontade política para olhar os vários estudos feitos sobre este Acordo e que, na sua maioria, "concluem que o Acordo ortográfico é um erro".

Opinião contrária tem o escritor angolano José Eduardo Agualusa. "O importante é haver um Acordo, por mais polémicas que levante", afirma, e defende que este dispositivo "é muito importante para os países africanos, para o ensino da língua, para a circulação de livros, de professores no interior do espaço lusófono". Mas avisa, "o facto de o Brasil ter a maioria dos falantes da língua portuguesa dá-lhe uma maior responsabilidade face à língua e à sua difusão no mundo".

Entre os que lhe apontam a irrelevância e a ambiguidade e os que se congratulam com ele, o Acordo Ortográfico começa a ser aplicado a partir de amanhã. No Brasil, o Acordo já está a ser introduzido, com campanhas de sensibilização feitas na televisão. Em Portugal, a polémica promete continuar.

### 3) **2010 vai ser o ano do Acordo Ortográfico?** 2010-01-01 00:30 00h30m

Apesar das expectativas tantas vezes tornadas públicas pelo anterior titular da pasta da Cultura, Pinto Ribeiro, em relação ao ano que hoje começa, a verdade é que não há uma data oficial que transforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em prática corrente. Em teoria, o diploma já vigora desde 1 de Janeiro de 2007, cumpridas que foram as necessárias formalidades. O problema é passar da teoria à prática, com todos os custos financeiros que isso implica e, ainda para mais, sendo esta uma matéria que divide a opinião pública em, pelo menos, três partes: os que rejeitam, os que aceitam, os que são indiferentes. Nem mesmo a ministra da Educação, Isabel Alçada, adianta uma data para a vigência do novo Português nas escolas, visto que há muitas adaptações a fazer, a nível técnico e humano. Apenas garantiu, recentemente, que o acordo irá avançar "no início de um ano lectivo", sem especificar qual. "Diário da República" Ainda assim, 2010 tem sido referido como o ano de arranque gradual da nova ortografia, aquela que vai ser a forma oficial de escrever nos oito estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Gabriela Canavilhas, ministra da Cultura, acredita que o "Diário da República" comece a ser impresso de acordo com as novas regras já neste mês. Alguns jornais portugueses e brasileiros tomaram a dianteira, há precisamente um ano. Só que, apesar do cunho imperativo que um acordo internacional comporta, há toda uma arbitrariedade a gravitar em torno da forma de escrever. ISABEL PEIXOTO



### 4) **Portugal e o 'abrasileiramento' do português** Por Hugo Souza | 27/12/2009 |

Na quarta-feira dia 16 de dezembro a ministra portuguesa da Educação, Isabel Alçada, fechou questão a respeito da aplicação nas escolas de Portugal das novas regras da língua portuguesa: não há prazo para que os "miúdos" tenham contato oficial, nas escolas do país, com a reforma na ortografia da "flor do lácio". Ao contrário do que estava previsto, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa não entrará em vigor no sistema lusitano de ensino em 2010, e nada garante que o seja em 2011, 2012 ou 2013. Talvez em 2666, como chegou a ironizar o escritor português Pedro Mexia, aludindo ao título do romance póstumo do chileno Roberto Bolaños – cujos protagonistas, por sinal, são professores de literatura. O adiamento foi anunciado pela ministra Isabel Alçada poucas semanas depois de sua colega da pasta da Cultura, Gabriela Canavilhas, ter garantido para janeiro a implementação do acordo ortográfico nas escolas portuguesas. A reviravolta toma ares de incongruência quando se observa que Portugal irá adotar no ano que vem novos programas de Língua Portuguesa para o ensino básico. Parece anedota, mas os novos programas para o ensino do idioma não abarcarão a nova ortografia. Foram várias as justificativas para a mudança de rumo, da falta de preparo dos professores de português – e de matemática, história, geografia, etc – até a advertência da ministra da Educação de que "não é preciso ansiedade", passando pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros dizendo que as mudanças exigem "rigor, tempo e planeamento" – assim mesmo, sem o jota. A certeza que fica é a de que os portugueses ainda estão reticentes quanto à adoção da unificação ortográfica, que muitos deles enxergam como uma espécie de "abrasileiramento" do idioma de Camões. O acordo acaba com 98% das diferenças existentes entre o português do Brasil e o português de Portugal, mas este percentual pode dar uma ideia errada acerca do alcance da reforma, uma vez que ela afeta apenas 0,43% do vocabulário brasileiro e 1,42% do português. É nesta diferença, entretanto, que reside a desconfiança. Um exemplo: em Portugal, não são poucos os que torcem o nariz para a eliminação das consoantes mudas de palavras como "acção" e "óptimo".

#### **Tão próximos, tão distantes**

Adiamentos, atrasos e impasses têm marcado a história do acordo ortográfico, e ainda que não pareça, esta já é uma longa história. Levando-se em consideração o fato de que o acordo foi assinado em 1990 com previsão para entrar em vigor no dia 1º de janeiro de 1994, até que o adiamento da sua implementação nas escolas portuguesas nem soa tão grave assim. Isto sem contar que em 2007 as autoridades de Portugal chegaram a cogitar pedir um adiamento de dez anos para a entrada em vigor da unificação gráfica do idioma. Mais recentemente, a ratificação cabo-verdiana, por exemplo, estava prevista para maio deste ano, mas só foi acontecer no final de outubro. E se hoje o tema do nosso teclado só serve para escrever palavras em alemão ou finlandês, por exemplo, é porque em julho de 2004 a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa aprovou um protocolo modificativo instituindo que o acordo ortográfico não precisava mais da ratificação de todos os membros da comunidade para entrar em vigor nos países que o aprovassem – como havia sido decidido originalmente –, desde que três nações que têm o Português como idioma oficial o fizessem. Caso este protocolo modificativo não tivesse sido aprovado, ainda escreveríamos as paroxítonas "ideia", "europeia" e "assembleia" com acentos agudos nos seus respectivos ditongos abertos. Isso porque Angola e Moçambique ainda não ratificaram o acordo, coisa que Guiné-Bissau só fez no fim de novembro deste ano, quando nós por aqui já dobrávamos esses e esses para compensar o desaparecimento do hífen em muitas locuções. Na verdade, as dificuldades para fazer valer o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa deixam uma outra certeza, além da desconfiança dos portugueses: não seria ele, o acordo, que iria selar o bom entendimento entre países historicamente tão próximos, e ao mesmo tempo tão distantes.

#### **Em nossa opinião**

Será uma pena se Portugal rejeitar o Acordo, que lá é visto por muitos como uma vitória de nosso país. A principal razão para o Acordo é permitir que a mesma edição de um livro seja aceita em todos os países, ao contrário do sistema atual em que cada país faz uma edição com a sua ortografia. As novas edições unificadas, muito mais numerosas, poderão trazer uma diminuição substancial nos preços dos livros.

Leia mais:

[O bê-á-bá da unificação gráfica da língua portuguesa](#)



Escrito por: Hugo Souza

#### 5) A ortografia pátria e os políglotas da casa

Correio da manhã Domingo, 20 de Dezembro de 2009

O latim e o grego serviram-lhe para impressionar alguns Juízes destas comarcas mais isoladas (...)

Fala-se do Acordo Ortográfico como se fosse uma grande revolução na orbe dos planetas. A expressão deve-se a Copérnico, que escreveu o 'De Revolutionibus Orbium Coelestium' e que não tem a ver com o assunto, mas que eu invoco por causa do Latim, a língua que todos tínhamos de aprender para sermos alguma coisa — sobretudo no inexpugnável mundo do Direito, onde a sua utilidade se limitava aos exemplos de costumes e, raramente, ao da necessidade das leis. A ortografia portuguesa é um corpo abandonado de leis a quem o latim não empresta, hoje, grandiosidade alguma pela simples razão de que já ninguém o estuda. O Tio Alberto, que foi latinista, sabia também grego e farsi, teve rudimentos de hebraico eclesiástico e manejava o francês, o inglês, o italiano e um nadinha de alemão — para além das suas línguas de sempre, o espanhol e o galego clássico e erudito, que lhe permitia compreender tanto as clepsidras metafísicas e musicais das obras de Ramon Otero Pedrayo, Ramón Cabanillas ou Álvaro Cunqueiro, como as circunvoluções gastronómicas de José M<sup>a</sup> Puga y Parga, o grande especialista em bacalhau guisado e ostras das rias. Mas ele era um Sábio, uma excepção na parte montanhosa do reino do Minho, vigiando o mundo em São Pedro de Arcos, Paredes de Coura. O latim e o grego serviram-lhe para impressionar alguns juízes destas comarcas mais isoladas, terminando de cumprir a sua função com algum Ovídio citado nas mudanças de estação. O farsi, aprendeu-o nas margens do Cáspio ou às escondidas, em lições particulares parisienses ou genebrinas — para que o seu grande amor não crescesse entre idiomas modernos e conservasse alguma da pureza das velhas línguas da humanidade (o leitor recordará o seu namoro com uma princesa russa que, afinal, era persa). As outras línguas, tirando o inglês — que era obrigatório na família muito antes da partida de D. João VI e da corte para o Brasil, e que servia para ler os periódicos conservadores chegados de Londres —, foram sendo aprendidas por necessidade. De modo que o Acordo Ortográfico não seria objecto de confusão nesta casta de políglotas indisciplinados que até há pouco tempo apenas conhecia a tinta permanente e as folhas pautadas de almanaque. Que o Acordo decreta uma grafia ou outra, o caso é que só se lhe dá crédito nas conservatórias. A Tia Benedita, a matriarca dos Homens, herdeira de um suposto (mas inexistente) ramo ultramontano da família, escrevia 'à antiga', ou seja, como antes da primeira aula de ortografia do dr. Afonso Costa, para que não houvesse contaminação.

António Sousa Homem

#### 6) Ministra: acordo ortográfico avançará nas escolas "no início de um ano lectivo"

por Agência Lusa, Publicado em 17 de Dezembro de 2009 | Atualizado há 16 horas

0



O Acordo Ortográfico vai avançar nas escolas mas apenas "no início de um ano lectivo" e quando todos os recursos estiverem adaptados, declarou hoje a ministra da Educação, Isabel Alçada, escusando-se a indicar uma data concreta. A governante falava à agência Lusa no Centro de Congressos de Lisboa, à margem da sessão de assinatura de nove protocolos para a qualificação no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades. "O Acordo vai avançar nas escolas mas tem de avançar segundo um calendário seguro, para que haja uma adaptação dos recursos e uma informação clara sobre o assunto", afirmou **Isabel Alçada**, salientando a importância da "colaboração dos editores que publicam livros escolares". Segundo a **ministra da Educação**, "quando o Acordo for apresentado como a nova forma de utilizar a Língua Portuguesa escrita" não pode haver "recursos que ainda não estão adaptados, professores que ainda não estão informados". "Tudo tem de ser afinado mas isso exige estudo e exige tempo", acrescentou. "Não pode acontecer o **Acordo** já estar em vigor e ainda estarmos a usar livros com a ortografia anterior", exemplificou a governante, assegurando também que a mudança terá sempre lugar "no início de um ano lectivo, nunca a meio". Questionada pela Lusa sobre a hipótese de o Acordo entrar em vigor nas **escolas** em Outubro de 2010, Isabel Alçada escusou-se a dar garantias, alegando que nunca anuncia nada antes de estar feito. "Não gosto muito de falar daquilo que está em curso, gosto de falar daquilo que está completado. Gosto de ser clara e, muitas vezes, quando um processo está em curso, a clareza não é possível", declarou, garantindo apenas que a tutela da Educação está a "trabalhar com as editoras" para agilizar o processo. No que respeita à assinatura dos protocolos no âmbito das Novas Oportunidades, Isabel Alçada afirmou, durante a sessão, que o programa "testemunha que é possível flexibilizar a aprendizagem em Portugal, acolhendo todos aqueles que desejam prosseguir ou completar a sua formação". "Sinto que o país encara hoje a formação de um modo muito mais positivo graças às Novas Oportunidades, iniciativa que permitiu estreitar o relacionamento entre a escola e o mundo do trabalho", declarou ainda a ministra. Também presente na cerimónia, o secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional declarou que o programa Novas Oportunidades, "com um milhão de portugueses inscritos", é, em termos de volume, "a maior iniciativa de ensino e formação" em Portugal, "envolvendo centros de emprego, câmaras municipais, juntas de freguesia e várias empresas". "Rompeu-se com a ideia de que a sociedade portuguesa não é muito qualificada", afirmou Valter Lemos, para quem "é preciso perseguir, de forma persistente, esta ideia de melhorar a qualificação das pessoas, sejam jovens ou adultos, activos ou não". Na cerimónia de hoje, foram assinados protocolos com a Gelpix, a Eurest, os Inválidos do Comércio, a Ecosaúde, a Asprocivil, a Carrinho de Esferas, a CP - Comboios de Portugal, o grupo Impresa e a Delta Serviços, tendo os protocolos sido homologados pela ministra da Educação e pelo secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional.

#### 7) Acordo ortográfico não vai ser aplicado nas escolas em 2010

por Agência Lusa, Publicado em 16 de Dezembro de 2009

O novo acordo ortográfico não será aplicado nas escolas no próximo ano e ainda não estão definidos prazos para o fazer, assumiu hoje a ministra da **Educação**. Questionada sobre a aplicação do novo acordo ortográfico, que pode ser feita no prazo de seis anos, **Isabel Alçada** frisou: "Temos trabalho a fazer com os diversos parceiros para estabelecer como vamos introduzir o acordo ortográfico nas escolas." A ministra participava num seminário sobre "O impacto das avaliações internacionais nos sistemas educativos", no qual realçou que os estudos internacionais sobre o ensino são fundamentais para, através do conhecimento e da comparação com o que se faz noutros países, melhorar o desempenho escolar e aumentar as competências dos portugueses. Ao estabelecer a comparação entre os resultados obtidos pelos alunos dos vários países, os **estudos** internacionais permitem clarificar a situação de **Portugal** face aos seus parceiros e, a partir daí, criar um padrão que permita apreciar se o sistema educativo nacional está a ser desenvolvido de forma correcta, explicou **Isabel Alçada** aos jornalistas. "O que nós precisamos é de uma evolução positiva. Quando nos encerramos em nós mesmos e só analisamos o que se passa no interior do **país**, não ganhamos a distância necessária, que estes estudos nos dão, para avaliar melhor a nossa situação", considerou. Estes estudos suscitam a observação mútua das medidas lançadas nos vários países, todos eles com os seus problemas. O que importa é perceber quais os problemas mais prementes de Portugal, afirmou, acrescentando que Portugal precisa de políticas estruturantes para manter os alunos na escola, para melhorar a aprendizagem e melhorar o tempo de que os alunos precisam para melhorar na escola, no sentido de aumentar as competências. Este prolongamento do tempo que os alunos se mantêm na escola aplica-se não apenas aos jovens, mas também aos adultos, realçou Isabel Alçada,



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

referindo o programa Novas Oportunidades, que assegura estar a ser "alvo de muita observação exterior". "Há pedidos de apoio de países estrangeiros para lançar programas como este nos países respectivos", sublinhou. O Ministério da Educação está a desenvolver um trabalho que consiste em estabelecer qual a meta de aprendizagem que os alunos devem atingir em cada ciclo e ano de escolaridade para se considerar que obtiveram competências básicas naquele ano. Com esta meta, torna-se possível dar aos professores ferramentas para estabelecerem metas de avaliação mais precisas, realçou a ministra.

#### **8) Negócios com Angola estimulam o ensino do português.**

<http://www.lusa.pt/lusaweb/user/showitem?service=310&listid=NewsList310&listpage=1&docid=10441572>

China: Negócios com Angola estimulam o ensino do português, Pequim, China 10/12/2009 10:44 (LUSA) Pequim, 10 Dez (lusa) - O ensino do português na China, confinado até há pouco tempo a três universidades, em Pequim, Xangai e Cantão, está hoje implantado numa dezena de cidades, correspondendo ao aumento das relações com os países lusófonos, e em particular Angola. Só em Pequim há cinco universidades com licenciaturas em português, a última das quais abriu este ano letivo na Universidade de Economia e Comércio (Jing Mao Da Xue). "Há uma grande procura de cursos de português, sobretudo por causa de Angola", diz Ye Zheliang, director do departamento de português da Beiwai (Universidade de Línguas Estrangeiras de Pequim). A Beiwai tem a mais antiga licenciatura de português do país, desde a década de 1970. Até há cinco anos, fazia parte da Faculdade de Espanhol da universidade, mas hoje integra a "Faculdade de Espanhol e Português". Não contando com os alunos que frequentam cursos privados, "que também há muitos", haverá hoje em Pequim cerca de duzentos estudantes de português, estima um professor da Beiwai. As outras instituições de ensino superior com cursos de português são a Beida (Universidade de Pequim), a Erwai (Universidade de Línguas Estrangeiras nº2) e a Universidade de Comunicações. Fora da capital, há licenciaturas de português em Xian, Dalian, Tianjin, Nanjing, Changchun e Harbin, além de cursos intensivos em Chengdu. "É um fenómeno muito recente, dos últimos dois ou três anos", realçou o professor Ye Zheliang. Dezenas de grandes empresas chinesas, nomeadamente na área da construção civil, estão estabelecidas hoje em Angola, e segundo indicou um jornal de Pequim, haverá cerca de 40.000 chineses a trabalhar naquele país. "Há chineses a trabalhar nas 18 províncias de Angola", disse um diplomata angolano colocado em Pequim. Devido ao seu petróleo, Angola tornou-se mesmo o maior parceiro comercial da China no continente africano. O domínio do português é igualmente importante para as empresas com negócios no Brasil, que é um crescente parceiro político da China e uma das grandes economias emergentes do mundo. "Os alunos que saem daqui arranjam todos emprego. Alguns vão para o Brasil, mas Angola tem muito mais empresas chinesas", diz um professor da Beiwai. Na década de 1990, havia apenas duas licenciaturas de português na China, uma na Beiwai e outra na Universidade de Estudos Estrangeiros de Xangai. Na Universidade Jinan, em Cantão, também se ensinava português, mas como língua estrangeira opcional.

AC. Lusa/Fim

#### **9) Portugal: Acordo Ortográfico entra em vigor em Janeiro**

O **Acordo Ortográfico**, já em vigor no Brasil desde o início deste ano, deverá começar a ser aplicado em **Portugal em Janeiro de 2010**, afirmou a ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas à Lusa

Em Janeiro, o Diário da República será impresso já segundo o renovado português. A garantia foi dada hoje pela ministra da Cultura. Gabriela Canavilhas afirmou não querer antecipar-se à agenda do Conselho de Ministros mas confirmou que em 2010 entrará em vigor o novo **Acordo Ortográfico**. A ministra afirmou que "se seguirá o que está planificado e em Janeiro entrará em vigor o novo acordo ortográfico". Gabriela Canavilhas lembrou ainda que "já vai começar a haver ajustes e adaptações", dando como exemplo os manuais escolares. O Acordo Ortográfico foi aprovado em Dezembro de 1990 por representantes de Portugal, Brasil, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Para vigorar, o acordo tem de estar ratificado por um mínimo de três dos oito países, o que foi alcançado em 2006 com São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Brasil, seguidos de Portugal. A Guiné-Bissau ratificou o texto este mês, faltando apenas Angola e Moçambique. Timor-Leste, que só aderiu em 2004 após a independência, fez-o em Setembro último. O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, promulgou-o em Julho de 2008. Gabriela Canavilhas admitiu que irá "refletir maduramente" sobre uma futura Academia da Língua Portuguesa.

#### **10) Instituto Camões na Galiza já arrancou com processo de "sensibilização" do acordo ortográfico**

Madrid, 10 Dez 2009 (Lusa) - O Instituto Camões na Galiza já avançou com o processo de "sensibilização" para o acordo ortográfico que será complementado, a partir de Fevereiro, com ações de formação específica para docentes que aprendam o português na região. Samuel Rego, responsável do IC na Galiza, explicou à Lusa que já começou a ser distribuído aos alunos material com as explicações científicas e os fundamentos do acordo, que está a ser canalizado para os docentes do IC, das Escolas Oficiais de Idiomas e das Universidades da Corunha, Vigo e Santiago de Compostela.

Em Fevereiro arrancam as ações de formação, com professores vindos de Portugal.

#### **11) Ministra portuguesa garante acordo ortográfico em janeiro**

Bruxelas, 27 nov (Lusa) - A ministra portuguesa da Cultura, Gabriela Canavilhas, disse nesta sexta-feira em Bruxelas que o acordo ortográfico entrará em vigor em Portugal conforme previsto na planificação, sem atrasos, em janeiro.

"Há uma planificação prevista que vai ser cumprida, tal como ela foi aprovada", disse a ministra durante uma reunião com os seus colegas da União Europeia.

Além disso, Canavilhas lembrou que "já vai começar a haver ajustes e adaptações", dando como exemplo os manuais escolares e a Agência Lusa, que vai começar a publicar suas notícias de acordo com as novas regras.

O acordo já está em vigor no Brasil desde janeiro deste ano e deverá começar a ser aplicado em Portugal em janeiro de 2010.

O acordo ortográfico foi aprovado em dezembro de 1990 por representantes de Portugal, Brasil, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, porque Timor Leste só aderiu em 2004, após a independência da Indonésia.

Para vigorar, o acordo tem de estar ratificado por um mínimo de três dos oito países, o que foi alcançado em 2006 com São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Brasil, seguidos de Portugal.

A Guiné-Bissau ratificou o texto neste mês, faltando apenas Angola e Moçambique. Timor Leste ratificou em setembro

#### **12) Língua portuguesa 'veio para ficar' no Timor, diz diplomata**

Cidade da Praia, 19 nov (Lusa) - A língua portuguesa, "por uma questão de identidade, veio para ficar" no Timor Leste, onde cerca de 20% da população falam o idioma, informou nesta quinta-feira à Agência Lusa a nova embaixadora timorense em Cabo Verde, Natália Carrascalão.

Em entrevista concedida na Cidade da Praia, onde entregou, na quarta-feira, as credenciais ao presidente cabo-verdiano, Pedro Pires, a diplomata ressaltou que, apesar dos constrangimentos sofridos pelos timorenses durante a ocupação indonésia (1975/2002), o português "fazia parte" da população.

"A língua portuguesa veio para ficar, porque foi escolhida pelos líderes políticos da época, na sequência daquilo que a população queria. O português é uma língua de timorenses também. Quando escolhemos a nossa língua foi por uma questão de identidade. Fazia parte de nós", afirmou.

Atualmente, prosseguiu, as crianças já aprendem o português nas escolas, e os adultos com mais de 40 anos geralmente falam o idioma. "Muito rudimentarmente, mas falam".

"A forma de pormos a língua portuguesa a andar para a frente passa também pelo apoio, por exemplo, da RTP Internacional, que é muito vista no Timor Leste, que poderia começar a passar programas mais agradáveis para que aquela juventude comece a vê-la e ouvi-la", defendeu.

"Não quero estar a ser muito otimista, mas, se se percorrer Díli, já não deve haver ninguém que não saiba dizer algumas palavras em português. Posso ser muito otimista, mas acredito que pelo menos 20% da população já fale português", referiu.

**REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)**





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

Sobre a situação atual no Timor, Carrascalão afirmou que o país vive um momento de grande desenvolvimento e, em 2010, começarão a ser vistos os resultados da aposta nas infraestruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias, que vão, paralelamente, permitir desenvolver o setor do turismo.

Carrascalão, embaixadora do Timor em Portugal desde 24 de setembro, entregou na quarta-feira ao presidente timorense as cartas que a credenciam como embaixadora não residente do país em Cabo Verde, estando previsto, para breve, que faça o mesmo em Madri (Espanha)

### 13) **Cristóvão Aguiar comenta a Nova Ortografia**

"Tirar o trema é um desses ajustes, porque *não precisamos de trema*. Na verdade, *não precisamos nem sequer de acentos gráficos*. Assim como todos sabem ler palavras como "belo" e "beleza", variando a vogal "e" com "ê", ou lemos sem dificuldade a variação de "ô" com "ó" em palavras como "porco", "porcos", do mesmo modo, sabemos que *"república" tem pronúncia acentuada na sílaba "pu"*, e que na palavra "túnel" pronunciemos a sílaba "tu" com acento; portanto, o uso das marcas gráficas do acento são *absolutamente desnecessárias* para o falante nativo, porque ele sabe como falar a sua língua nativa e onde deve ou não acentuar ou como pronunciar determinada vogal e não outra."

Os sublinhados no texto acima sobre ortografia são todos meus. O trema pode não ser preciso. Mas, a sua exclusão na Língua Portuguesa produziu um efeito perverso na pronúncia: likidar em vez de liquidar; sequestro em vez de sequestror, etc. No Brasil, com a sua abolição, não sei se não causará o mesmíssimo efeito que em Portugal.

Quanto ao o e os também não será tão despendiando a ortoépia: esgoto (ô), esgotos (ô), embora já se ouça em catadupa esgotos; polvo (ô), polvos (ô), quase toda a gente diz pólvos, e gosto (ô) gostos (ô), embora haja analfabetos funcionais, aqueles que fizeram o ensino obrigatório, que já pronunciemos góstos... Quanto a república e republica (verbo republicar) continua (continua, verbo); para (prep) e pára (terceira do presente ind. do vb parar), que, se alguns contextos são fáceis de destringir, em títulos de jornal já a porca torce o rabo: Para a greve, já! (dois significados opostos, porque não podemos tirar pelo contexto, e ficamos sem saber se é pára a greve, se é ir para a greve!

Tudo isto é muito complicado, e não há Acordo que nos valha!

### 14) **O governo da Guiné-Bissau aprovou**

De Isabel Marisa Serafim (LUSA) – Há 17 horas

Bissau, 14 Nov (Lusa) -- O governo da Guiné-Bissau aprovou hoje o novo acordo ortográfico de língua portuguesa numa sessão extraordinária do conselho de ministros, presidida pelo Presidente do país, Malam Bacai Sanhá.

Em declarações aos jornalistas no final do encontro, o primeiro-ministro guineense, Carlos Gomes Júnior, disse que o documento vai ser agora "submetido ao parlamento para efeitos de ratificação". O primeiro-ministro guineense não especificou se o documento será ainda ratificado durante a atual legislatura que termina em Dezembro. © 2009 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A.

### 15) **A resposta em Diálogos Lusófonos À PROVOCAÇÃO AO ACORDO**

Lusófonos (as):

Várias vezes, aqui neste espaço, fizemos referência a essa «rebelia» dalguns escritores, no tocante à não-submissão aos padrões estabelecidos na língua padrão.

Quando discutimos sobre umas declarações desconexas do Miguel Sousa Tavares, o nosso amigo Chrys apontou, com muito acerto, que se tratava de «vedetismo e a sede de protagonismo de autores menores», embora o D'Silvas Filho tenha retrucado, quando este que lhes escreve disse que muitos desses tais «escrevem em total desrespeito aos padrões gramaticais, buscando inclusive criar um estilo, uma sublíngua (já que James Joyce e Guimarães Rosa fizeram isso, por que eu não poderia fazer?).», que «não me parece que um escritor (que em princípio deve sentir o inconsciente colectivo) tenha assim tanta liberdade de desrespeitar as normas ortográficas. O próprio editor tem responsabilidades na língua. As normas, no sentido lato, existem para facilitar o entendimento entre as pessoas. Quem não lhes obedece fica à margem da sociedade que as promulga. A liberdade individual tem limites na relação com os outros. É esse pretenso direito à toda a liberdade individual que dá origem ao descalabro nas estradas, por falta de respeito das normas.»

Penso que seguem valendo essas observações, mais que nunca, e que não há absolutamente nada de novo nesse grupelho que gasta os seus tostões com esse «Desacordo ortográfico». Aliás, chamar isso de «provação» já é dar-lhe certo respaldo, que quiçá não seja merecido. Prefiro não utilizar uma palavra como essa, em referência a algo tão insignificante.

Saudações, Isac Nunes

### 16) **Uma provocação ao Acordo Ortográfico**

Rio de Janeiro, Brasil, 12 Nov (Lusa) - Uma provocação ao Acordo Ortográfico, é assim que considera o escritor gaúcho Reginaldo Pujol Filho que acaba de organizar a antologia "Desacordo ortográfico", publicado pela Não Editora, a ser lançado dia 13 em Porto Alegre. Não Editora publica "Desacordo ortográfico"

"A ideia do Acordo ortográfico de unificação não vai a favor da literatura", afirmou à Lusa o organizador do livro que reúne autores como os brasileiros Altair Martins, Luis Fernando Veríssimo, Manoel de Barros, Marcelino Freire, os portugueses Gonçalo M. Tavares, Patrícia Reis, João Pedro Mésseder, Luís Filipe Cristóvão, Patrícia Portela, os angolanos Ondjaki, Luandino Vieira, Pepetela, os moçambicanos Nelson Saúte, Rogério Manjate e a são tomense Olinda Beja.

É uma exaltação da diferença, caracteriza. O projecto do Desacordo não pretende opor-se ao Acordo, mas deseja provocar e valorizar as diferenças na língua portuguesa.

<http://tv1.rtp.pt/noticias/index.php?t=Nao-Editora-publica-Desacordo-ortografico.rtp&article=294555&layout=10&visual=3&tm=4>

### 17) **Ortografia não é apenas escrever palavras com a grafia correta**

Por Luiz Carlos Cagliari, fonte: comciencia <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=51&id=636>

#### 1. Primeiras ideias sobre ortografia

A nossa tradição escolar, baseada nos livros didáticos, nas gramáticas e dicionários, formou a ideia comum que as pessoas têm, segundo a qual a ortografia significa escrever as palavras da língua com a grafia correta. Algumas pessoas lembram a origem dessa palavra, dizendo que ela veio do grego e que, naquela língua, significa "escrita correta". Embora não se saiba bem o que "escrita correta" signifique, a palavra ortografia ficou com o sentido tradicional de grafar as palavras com as "letras corretas" com que as pessoas escrevem a língua que usam. Como apoio para isso, apareceram os vocabulários ortográficos e os dicionários.

As questões problemáticas a respeito de saber "com que letras" se escrevem as palavras começam com a própria história da língua. Por exemplo, em português, já se escreveu a palavra "igreja" dos seguintes modos: jgreja, egleja, egleia, eglesa, eglesia, egreja, egleja, eygleja, egleja, eigreja, ergreja, erqueyja, greja, igreija, igreja, etc., (cf. Dicionário etimológico da língua portuguesa (1956), de José Pedro Machado). Aparentemente, aquela palavra não mudou muito em sua pronúncia, mas a percepção da fala e os recursos da escrita levaram as pessoas a escrevê-la de muitas maneiras, na história da língua. Um dos motivos pelos quais a grafia das palavras muda é porque mudou a pronúncia. Até o século XV, ainda se via escrito "estromento" para o latim instrumentum. Depois, voltou a pronúncia instrumento: mudando a pronúncia, a tendência da escrita é mudar o modo como a palavra é escrita.

A questão da pronúncia é ainda mais complicada. Nenhuma língua tem apenas uma pronúncia para todas as palavras. Todas as línguas sofrem de um processo dinâmico de transformação, o que se torna muito óbvio com o passar do tempo. Todavia, a escrita é um meio permanente de registro da fala e, vendo escritas muito antigas, facilmente percebemos que a língua mudou. As mudanças mais evidentes para os falantes são as de natureza dialetal, geográfica ou social. Percebemos muito bem que os portugueses não falam como os brasileiros. No Brasil, o português apresenta características próprias nas diversas regiões do país. Numa cidade,



facilmente distinguimos classes sociais com pronúncias peculiares para determinadas palavras. Por exemplo, no Rio de Janeiro, ouvimos alguém falar “tchia”, “doidu”, “chuva”. As mesmas palavras são pronunciadas “tia” no sul do Brasil, “doidju” numa variedade de Alagoas e Sergipe, e “tchuva” em uma variedade do Mato Grosso. Há pessoas da zona rural que falam “drentu”, há pessoas que falam “nóis ponhamu us pratu”, “uz adevogadu acharu us curpadu”, etc. A variedade linguística é um resultado do fato de as línguas se transformarem inevitavelmente ao longo dos tempos. O latim virou português, francês, espanhol etc. Essas línguas também não pararam de se transformar. As línguas românicas vieram do latim popular, não do clássico, mas, ao serem adotadas pela nobreza nos diferentes territórios da Europa, tornaram-se línguas com um status semelhante ao do latim clássico, falado pelos nobres, e não ao do latim vulgar, falado pelas classes sociais menos privilegiadas. Como as novas nações também passaram a ter nobres e plebeus, ricos e pobres, nelas também se desenvolveu a teoria segundo a qual os nobres, os ricos, os poderosos e as pessoas cultas falam uma variedade da língua considerada “melhor” e os demais falam uma variedade “com muitos erros”. Essas diferenças de fala traziam um problema para a escrita. Por essa razão, no final do século XV e, principalmente, a partir do século XVI, começaram a aparecer gramáticas vernáculas para ensinar o povo a distinguir o que era fala de pessoas nobres e cultas da fala das pessoas menos favorecidas socioculturalmente. Apareceram também os tratados de ortografia.

Os tratados de ortografia se mostraram importantes, pois as pessoas cultas e ricas também tinham dúvidas sobre como escrever certas palavras, porque elas também percebiam que havia pronúncias diferentes no país e porque havia, ainda, uma tradição mais nobre de escrita, que vinha dos antigos. Mudar ou não mudar? Ficar com o antigo ou com o moderno? Era preciso estabelecer regras. Analisando o modo como as pessoas escreviam, era evidente que havia regras não declaradas publicamente, mas seguidas nas escritas oficiais, nas publicações e até em documentos e em cartas particulares. Explicitar tais regras seria uma maneira de justificar o modo como as palavras deveriam ser escritas, manter uma tradição, corrigir erros do passado e evitar problemas futuros. Com os ortógrafos, a ortografia passou a ter donos. Todavia, o poder dos ortógrafos era limitado, tratava-se de uma questão acadêmica, que podia ser contestada com argumentos contra. E foi o que aconteceu na história da ortografia da língua portuguesa, até o final do século XIX. Com muitas teorias e modelos ortográficos em uso, o poder político resolveu entrar na questão e estabelecer, via leis e decretos, a forma ortográfica das palavras. Curiosamente, nem assim a ortografia ficou única em seu uso, passando por muitos acordos entre Portugal e Brasil, procurando um ideal único de escrita das palavras da língua portuguesa. O último acordo, depois de mais de dez anos de discussão, acabou sendo implementado no Brasil no final de 2008, com início em 2009. Portugal também aceitou o acordo, mas ainda não o implementou.

Como vimos acima, as ideias mais comuns sobre ortografia dizem respeito à correção ortográfica, aos tratados de ortografia e aos acordos oficiais entre países usuários de uma mesma língua, no sentido de manter uma grafia única para todos. Observamos também que apesar dos ortógrafos e das leis, na prática, encontramos pessoas que escrevem sem seguir todas as normas oficiais ou porque discordam delas, ou porque não as conhecem. Em graus diferentes, todos os falantes da língua têm alguma dúvida ortográfica em determinadas circunstâncias. Mesmo palavras já escritas muitas vezes, ocasionalmente, podem aparecer com uma dúvida sobre qual letra ou letras devam ser escritas.

## 2. Por uma teoria da ortografia (Cagliari, 2009)

Para entender um pouco mais sobre a ortografia, é preciso rever algumas questões sobre os sistemas de escrita. Embora a escrita seja muito difundida na sociedade, ela é pouco estudada com a atenção que merece. Sem entender algumas de suas características básicas, não se entende como a ortografia é, de fato, e como funciona. A escrita é uma representação gráfica que permite a leitura. Essa definição é fundamental para se entender qualquer aspecto relacionado com a escrita. A unidade básica de todo sistema de escrita é a palavra. Nenhum sistema de escrita transmite diretamente um significado ou um som. Toda representação escrita exige do leitor (ou do escritor na hora de escrever) uma interpretação para traduzir o que está escrito em material próprio da língua oral. Permitir a leitura não significa que haja apenas um modo de ler, mas tantos quantos forem os dialetos dos leitores do texto. Eu leio no meu dialeto e não no dialeto de quem escreveu. Caso contrário, seria muito difícil a comunicação via escrita na nossa sociedade e muito mais difícil se houver diferenças notáveis de tempo entre quem escreveu e o leitor.

Como a escrita representa as palavras de uma língua, e as palavras são constituídas por uma parte semântica (o significado) e por uma parte fonética (a sua pronúncia), os sistemas de escrita do mundo se constituíram em apenas dois tipos básicos: ou são ideográficos, ou seja, partem da representação gráfica das ideias (semântica) para o leitor descobrir como ele fala a palavra que a escrita representa, ou são sistemas fonográficos, isto é, partem da representação dos sons das palavras para que o leitor descubra qual o significado que uma sequência de sons tem na língua, ou seja, descubra qual palavra está escrita. Na prática, as escritas sofrem de um processo cumulativo: formas antigas convivem com formas novas. Reformas ortográficas sempre levam em conta o fato de algumas palavras apresentarem uma grafia tradicional, que não deve ser alterada, ocorrendo como exceções a alguma regra geral do sistema. Além disso, as duas possibilidades de escrita, em todos os sistemas, fazem com que, embora predomine um tipo, o outro não é totalmente excluído. Na escrita chinesa, há modos de representar também a pronúncia, para ajudar o leitor, evitando leituras ambíguas ou mesmo erradas. No nosso mundo de escrita, além das letras, usamos uma enorme quantidade de ideogramas, pictogramas, símbolos, marcas que nada mais são do que escritas puramente ideográficas. Os números e as notações científicas que usamos pertencem a um sistema ideográfico e não alfabético. Nesse mundo aparentemente caótico de escrita, vivemos bem, lidamos bem com todos esses modos de escrita, encaramos nosso mundo de escrita como algo familiar. E isso é fascinante.

Qualquer ideograma poderia ser escrito de vários modos: a figura de um homem, de uma casa, poderia ser feita com diferentes formatos. A escrita ideográfica chinesa, porém, escolheu um padrão e não tolera a variação além de um determinado limite. Esses limites constituem a ortografia dos sistemas ideográficos. Nos sistemas fonográficos, as letras também podem ser lidas de muitas maneiras, de acordo com os dialetos, porém há limites. Além dos limites estabelecidos, a leitura fica prejudicada ou mesmo errada. Alguém pode ler “doidju” para “doido”, mas não pode ler “maluku” como decifração da escrita “doido”.

Portanto, a ortografia veio estabelecer limites. Não se pode fazer qualquer representação gráfica para qualquer palavra, à vontade do usuário. Por outro lado, os limites com as possibilidades de representação, tiradas de dentro do próprio sistema e da tradição de uso da escrita de uma língua, ficam a desejar no sentido de facilitar ou dificultar a vida dos leitores. Poderíamos escrever “doidju”, “tchuva” ou até formas idiossincráticas, como “hygreja”, “khaza”, etc. Se cada usuário pudesse escrever do modo que achasse melhor ou mais conveniente para si, teríamos em circulação na língua muitas grafias para uma mesma palavra. Para resolver essa questão, os sistemas de escrita contam com uma ortografia. O objetivo da ortografia é neutralizar as variantes de todos os tipos. Porque em nosso sistema uma letra acaba representando alguns sons diferentes (como a letra “e” nas palavras belo, beleza, pé, pode), isso não significa que o sistema permite que o usuário use tal letra em qualquer contexto em que identifica um som possível que a letra representa, escrevendo, por exemplo: “lápés”, “quero”, “menenu” (para “lápiz”, “quero”, “menino”).

A ortografia congela a forma de escrita, seja um ideograma, seja a sequência de letras que devem compor uma palavra. Ao fazer isso, a escrita pode cumprir plenamente sua missão de “permitir a leitura”, sem precisar representar a fala de cada falante ou dialeto. Pelo contrário, é da natureza da ortografia não trazer a fala de alguém ou de algum dialeto em particular, mas formas de escrita mais ou menos óbvias, dependendo do dialeto do falante, para que o leitor parta das letras, descubra a palavra escrita, o que lhe permitirá dizê-la em seu dialeto. Assim, diante de “os advogados acharam os culpados”, alguém pode ler em seu dialeto “uz adevogadu acharu us curpadu” e inclusive repassar essa informação a alguém que está a seu lado. A mesma escrita permite outras leituras. Uma outra





consequência da ortografia em nosso sistema é o fato de as relações entre letras e sons – e vice-versa – serem controladas pela ortografia e não pelo princípio acrofônico do alfabeto (ou seja, letra “a” tem o som de “a”, letra “t” tem o som de “t”, etc). Com a ortografia, uma letra representará todos os sons que os falantes de todos os dialetos atribuem a ela em todas as palavras da língua. Por exemplo, se alguém fala “acharu”, a letra “a” do final terá também o som de “u”; se alguém falar “incontremu”, a letra “a” também terá o som de “e”, e assim por diante. Esse fato, por exemplo, torna o método fônico de alfabetização altamente complicado.

### 3. As reformas

Os ortógrafos apegavam-se apenas à etimologia e à pronúncia. Como são duas coisas inconciliáveis, nunca chegaram a propor um sistema ortográfico razoável e aceitável. O caráter etimológico significava, na verdade, transparecer de algum modo a origem gregolatina de certas palavras. Para isso, usavam dígrafos (“ph” com o valor de “f”, “ch” com o valor de “k”, “th”, “y”) e algumas tendências latinizantes na escrita. Com relação à pronúncia, achavam que a corte portuguesa era o modelo, ajustado com um toque de sofisticação acadêmica. Por outro lado, a fala do povo era condenada, assim como modismos regionais e dialetais. Apoiando um extremo ou outro, até o século XX, os sistemas ortográficos propostos para a língua portuguesa tendiam a ser mais etimológicos (às vezes, ao exagero e cheios de erros) ou a ser mais sônicos ou fonéticos, sem uma definição clara de qual pronúncia devia ser seguida e como lidar com a variação dialetal. A reforma ortográfica comandada por Gonçalves Viana no início do século XX, apesar de explicitar e discutir as razões das escolhas das grafias, pelo desconhecimento de noções básicas sobre a própria natureza da ortografia, suas funções e usos, acabou gerando um modelo ortográfico que não agradou nem aos portugueses nem aos brasileiros. As reformas que se seguiram caíram nos mesmos erros. Nenhuma delas partiu do princípio de que o objetivo da escrita é permitir a leitura, nem da ideia de que a ortografia existe (e tem que existir) para neutralizar a variação linguística. Nem levaram em conta o fato de um sistema ortográfico mudar as relações entre letras e sons, perdendo-se o princípio alfabético (ou acrofônico). Com esses três princípios bem estabelecidos, qualquer reforma ortográfica ficaria clara e definitiva. Não é da natureza da ortografia preocupar-se com a representação de um determinado dialeto, como modelo de pronúncia. Isso vai diretamente contra a própria natureza da ortografia. Uma vez estabelecida a forma gráfica das palavras, cada um irá ler em seu dialeto. Portanto, nenhum dialeto precisa prevalecer sobre os demais. Certamente, há outros critérios desejáveis em um sistema ortográfico, como manter o quanto possível uma certa tradição, porque certas mudanças são chocantes e, na prática, não alteram nada, não permitem uma melhor leitura... É desejável, por outro lado, que haja algum tipo de uniformização, ou seja, algumas regras (ou bases) que ajudem a manter uma certa regularidade na escrita de casos semelhantes. Também é desejável que a ortografia esteja, de certo modo, associada a usos socioculturais mais salientes na sociedade, que as obras literárias apresentem uma certa uniformidade ortográfica. Como as línguas mudam inexoravelmente com o tempo, a defasagem entre a ortografia e o uso corrente da língua nas suas expressões de pronúncia vai ficando cada vez maior, exigindo pequenos reparos, depois de muito tempo em uso. Por exemplo, embora pareça que as ortografias da língua inglesa e francesa estejam paradas no tempo, isso não é verdade, porque apesar de terem variado pouco, elas têm recebido pequenas reformas, historicamente. Finalmente, nenhuma ortografia consegue ser uma camisa-de-força e, por conseguinte, sempre terá algum tipo de variação, introduzida ou por modismos passageiros, ou por novas grafias que passam a integrar o vocabulário ortográfico da língua. Essas variações entram em conflito com as regras mais gerais (bases), criando listas de exceções. Essas ideias desejáveis só não funcionam quando a proposta de sistema ortográfico para a língua se esquece dos três princípios fundamentais mencionados acima: que o objetivo da escrita é permitir a leitura, que o objetivo da ortografia é neutralizar a variação linguística, e que, com isso, as relações entre letras e sons não seguem o princípio alfabético.

### 4. O caso da reforma de 2009

Desde a reforma do início do século XX (1910) até a última (2008), o que se buscava, na verdade, era uma “unificação” das grafias usadas em Portugal e no Brasil. Havia dois modos de resolver isso: um, fazendo concessões de ambos os lados, e outro, juntando tudo em um mesmo modelo. A primeira solução durou até a última reforma. Nesta, a ideia de juntar as diferenças prevaleceu, porém, não de modo absoluto, como devia, mas acompanhada de soluções *ad hoc* para os dois sistemas, isto é, introduzindo novidades desnecessárias e indesejáveis. Essa reforma também veio com muitos pressupostos não esclarecidos: as grafias variantes para Portugal e Brasil servem igualmente para os dois países ou são de uso exclusivo para cada um? Por exemplo, um brasileiro pode escrever “receção” ou precisa escrever “recepção”, pode escrever “económico” ou tem que escrever “econômico”? Parece que o “espírito” da reforma deixou cada um com seu modo de escrever, mas isso não foi declarado assim. Por outro lado, algumas regras ou bases vieram confundir a tradição, o que é sempre um problema. Por exemplo, o uso que se propôs do hífen. Se é para mudar, uma solução melhor e mais simples seria escrever com hífen apenas os processos de composição vocabular (duas palavras com um sentido próprio, como “porta-bandeira”, que se refere a uma pessoa e não a um pedestal). Os prefixos e sufixos poderiam vir todos ligados com hífen se tiverem mais de uma sílaba (duas vogais, como em “hiper-mercado”, “anti-aderente” etc). A duplicação de “r” e de “s” aconteceria para manter o valor de “rr” e de “ss” quando duas palavras se juntam sem hífen, etc. A reforma poderia ter um conjunto extremamente pequeno de bases ou regras. Somente por razões de uso tradicional, seriam aceitas algumas exceções, como escrever “girassol” e não “gira-sol” para a flor. O objetivo do que se apresentou acima não é propor uma nova reforma, mas mostrar que as opções da última reforma mudaram algumas grafias sem critérios linguísticos bem definidos.

Certamente, uma reforma ortográfica é sempre indesejável e desnecessária. Pequenos ajustes, porém, podem ocorrer ocasionalmente. Tirar o trema é um desses ajustes, porque não precisamos de trema. Na verdade, não precisamos nem sequer de acentos gráficos. Assim como todos sabem ler palavras como “belo” e “beleza”, variando a vogal “e” com “ê”, ou lemos sem dificuldade a variação de “ô” com “ó” em palavras como “porco”, “porcos”, do mesmo modo, sabemos que “república” tem pronúncia acentuada na sílaba “pu”, e que na palavra “túnel” pronunciamos a sílaba “tu” com acento; portanto, o uso das marcas gráficas do acento são absolutamente desnecessárias para o falante nativo, porque ele sabe como falar a sua língua nativa e onde deve ou não acentuar ou como pronunciar determinada vogal e não outra. Se as regras cobrissem todos os casos de como falamos, a variação que a língua apresenta, mesmo mantendo-se numa variedade padrão, iria tornar a ortografia cheia de exceções, inutilizando em grande parte o valor de se ter uma regra geral. A realidade da língua é cheia de pequenas regras. Por exemplo, os apresentadores do Jornal Hoje, da Rede Globo, muito comumente pronunciam o nome do noticiário como “jôrnal hôte” e não como “jornál hoje”. Que adianta dizer que a palavra “lápís” tem acento porque é paroxítona (fato próprio da pronúncia) terminada em “i”, seguida de “s” (que não é marca de plural), se é comum as pessoas falarem “laps”, com uma só sílaba? No caso dos acentos, a única justificativa a partir da escrita é dizer que os acentos são enfeites, lembretes talvez. A referência à pronúncia nem sempre é correta. Casos como esses mostram como as bases de nosso sistema ortográfico fazem uma grande confusão entre fatos de escrita e fatos de fala, desconhecendo, em grande parte, os princípios que regem a escrita e a realidade oral da língua (mesmo em se tratando de uma variedade padrão). Disso tudo resulta que as reformas ortográficas, incluindo a última, acabam fazendo uma lista de palavras para serem escritas de um modo e não de outro. A verdadeira reforma ortográfica aparece no “vocabulário ortográfico”. As razões linguísticas são falhas e, não raramente, equivocadas. Outras razões que motivaram a última reforma também são falhas. Alegar que somente o português tem duas ortografias oficiais é distorcer a realidade, porque basta ver os corretores ortográficos dos computadores para saltarem aos olhos os vários sistemas que têm o inglês, o francês, etc. Nós temos apenas dois. Então, não seria mais razoável que uma lei ou decreto simplesmente dissesse que o modo de grafar as palavras em Portugal é válido também no Brasil e o que usamos é válido em Portugal? Com relação aos usuários estrangeiros, eles poderiam escolher qual dos dois sistemas preferem, assim como nós escrevemos ora seguindo a ortografia



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

do inglês americano, ora a ortografia dos britânicos. Se o movimento de unificação tivesse ido nessa direção, como sugeri desde o começo do projeto de acordo, todos ficariam contentes e satisfeitos com suas tradições e resolveríamos o famigerado problema que, no passado, por razões absurdas, transformou nossa ortografia em objeto de lei, com as consequentes exigências legais. *Luiz Carlos Cagliari é professor do Departamento de Linguística, da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), e pesquisador do CNPq.*

#### Referências bibliográficas

Cagliari, Luiz Carlos. "Aspectos teóricos da ortografia". Em: Ortografia da língua portuguesa: história, discurso, representações. Silva, Maurício (org.). São Paulo: Editora Contexto, 2009 (p.17-52).

Machado, José Pedro. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Lisboa: Editorial Confluência, 1956.

Decreto Número 6.583 (29/09/2008) com o texto do Acordo Ortográfico no Diário Oficial da União (número 189). Disponível na internet no seguinte endereço [http://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/decreto6583\\_acordoortografico.pdf](http://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/decreto6583_acordoortografico.pdf)

#### 18) manifestações no sentido da inconstitucionalidade do Acordo

Elaborado em 10.2009.Fabício Sarmanho de Albuquerque Professor e Procurador da Fazenda Nacional

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, firmado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, é um tratado internacional criado com a finalidade de estabelecer uma ortografia única para a língua portuguesa em todos os países que a adotam como língua oficial.

Diversos países subscreveram o referido tratado, como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, tendo este último aderido ao tratado posteriormente.

#### Breve histórico

A divergência ortográfica da língua portuguesa remonta a mais de um século de reformas feitas de forma individualizada pelos países que a adotam como língua oficial. Portugal, por exemplo, efetuou uma grande reforma em 1911.

Verificando-se a necessidade de reduzir as diferenças ortográficas e, consequentemente, promover a unidade intercontinental do português, a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa promoveram um acordo ortográfico entre Brasil e Portugal, aprovado em 1931. Ante a baixa eficácia do referido tratado, elaborou-se, em 1943, uma nova Convenção Ortográfica.

Em 1945, em Lisboa, em novo encontro promovido entre tais instituições, elaborou-se a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945.

Alterações legislativas unilaterais levaram Brasil (1971) e Portugal (1973) a alterarem sua língua de molde a reduzir as diferenças ortográficas.

Em nova tentativa de unificação, a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa elaboraram um projeto de pacto, em 1975, que não chegou a ser adotado oficialmente. Nova tentativa de acordo é feita em 1986, no "encontro do Rio de Janeiro", dessa vez envolvendo os países africanos lusófonos. Mais uma vez, porém, por questões de ordem política, o acordo não é oficializado.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa nasce da reunião de delegações de Angola, Brasil, Cabo Verde, Galiza, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, realizada em Lisboa, entre os dias 6 e 12 de outubro de 1990.

Em seu projeto inicial, entraria em vigor a 1º de janeiro de 1994, mas a falta de ratificação em massa levou à postergação de sua implementação. Em julho de 2004 foi firmado o Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico, que permitiu a adesão de Timor-Leste e estabeleceu que, em lugar da ratificação por todos os países, bastaria que três membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ratificassem o Acordo.

O texto original do Acordo estabelecia a necessidade de elaborar um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível.

Ainda se encontra pendente a realização desse feito. De forma isolada, a Academia Brasileira de Letras publicou uma edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, em março de 2009, adaptado às regras do Acordo. O que se sabe, porém, é que não foi elaborado um vocabulário ortográfico oficial comum. Há, portanto, uma lacuna que precisa ser preenchida.

#### Críticas feitas ao Acordo

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, apesar de possuir pontos positivos na unificação da língua e, consequentemente, na ampliação da importância da língua portuguesa no mundo, possui falhas técnicas e jurídicas que merecem destaque e divulgação.

Do ponto de vista técnico, encontram-se diversos pontos controversos que não contribuíram para a simplificação da língua. Diversas palavras mereceram grafias múltiplas, já que algumas alterações se mostraram facultativas. Ademais, não houve consenso quanto à supressão das consoantes mudas, do acento diferencial e do trema, bem como em relação às novas regras de hifenização.

Sob o aspecto jurídico, há diversas manifestações no sentido da inconstitucionalidade do Acordo. Em Portugal, por exemplo, a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) identifica inconstitucionalidades no Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa [01]. Discussões relacionadas à soberania e à legitimidade democrática da imposição da nova grafia são apresentadas ante a desnecessidade de aceitação unânime de algumas das modificações. Sob o aspecto econômico, não faltaram acusações no sentido de que o Acordo era justificado meramente por interesses econômicos unilaterais.

#### Base normativa

Segundo o texto constitucional brasileiro "a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil" (art. 13, *caput*). O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 54/1995, que possui a seguinte redação:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990.

Parágrafo único. **São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do referido acordo, bem como quaisquer atos que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.**

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(Grifo nosso)

O Decreto Legislativo nº 120/2002 aprovou o texto do Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, feito em Praia, em 17 de julho de 1998. A redação da norma é a seguinte:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, feito em Praia, em 17 de julho de 1998.

Parágrafo único. **Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares** que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(Grifo nosso)

O Decreto nº 6.583/2008 promulgou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa nos seguintes termos:

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990;



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

Considerando que o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação do referido Acordo junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa, na qualidade de depositário do ato, em 24 de junho de 1996;

Considerando que o Acordo entrou em vigor internacional em 1º de janeiro de 2007, inclusive para o Brasil, no plano jurídico externo;

#### **DECRETA:**

Art. 1º O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, entre os Governos da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República de Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa e da República Democrática de São Tomé e Príncipe, de 16 de dezembro de 1990, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O referido Acordo produzirá efeitos somente a partir de 1º de janeiro de 2009.

Parágrafo único. A implementação do Acordo obedecerá ao período de transição de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, durante o qual coexistirão a norma ortográfica atualmente em vigor e a nova norma estabelecida.

Art. 3º **São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares** que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. (Grifo nosso)

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa em 16 de dezembro de 1990, possui a seguinte redação:

Considerando que o projeto de texto de ortografia unificada de língua portuguesa aprovado em Lisboa, em 12 de outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com a adesão da delegação de observadores da Galiza, constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional,

Considerando que o texto do acordo que ora se aprova resulta de um aprofundado debate nos Países signatários,

a República Popular de Angola,  
a República Federativa do Brasil,  
a República de Cabo Verde,  
a República da Guiné-Bissau,  
a República de Moçambique,  
a República Portuguesa,  
e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, acordam no seguinte:

#### **Artigo 1º**

É aprovado o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que consta como anexo I ao presente instrumento de aprovação, sob a designação de Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) e vai acompanhado da respectiva nota explicativa, que consta como anexo II ao mesmo instrumento de aprovação, sob a designação de Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

#### **Artigo 2º**

Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1 de janeiro de 1993, **de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa**, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas.

#### **Artigo 3º**

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor em 1º de janeiro de 1994, após depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo da República Portuguesa.

#### **Artigo 4º**

**Os Estados signatários adotarão as medidas que entenderem adequadas ao efetivo respeito da data da entrada em vigor estabelecida no artigo 3º.**

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente credenciados para o efeito, aprovam o presente acordo, redigido em língua portuguesa, em sete exemplares, todos igualmente autênticos. (Grifo nosso)

Como se pode perceber, os atos normativos que internalizaram o tratado, seguindo a tradição brasileira, privilegiaram o papel que o Congresso Nacional possui na aprovação de alterações ou ajustes complementares. Tal previsão representa o respeito à democracia na imposição das regras linguísticas.

Para que possamos avaliar juridicamente o Acordo Ortográfico de 1990, é importante que façamos um cotejo do procedimento de internalização dos tratados com o princípio democrático.

#### **Procedimento de internalização dos tratados e convenções internacionais**

O rito de aprovação dos tratados internacionais pode ser considerado um ato complexo, já que envolve a atuação de diversos órgãos. Podemos sistematizar da seguinte maneira o procedimento de internalização dos tratados e convenções internacionais [02]:

negociações preliminares	>>>	assinatura do tratado pelo Presidente da República	>>>	aprovação de decreto legislativo	>>>	ratificação por meio de decreto do presidente da República
-----------------------------	-----	---	-----	---	-----	---

Como podemos perceber, o procedimento de internalização inicia-se com a fase das tratativas preliminares, momento em que o texto do tratado será discutido entre os futuros signatários.

A segunda fase refere-se à assinatura ou adoção do tratado ou da convenção internacional pelo Presidente da República. Essa fase tem um caráter precário, já que ainda não vincula o Estado Brasileiro, limitando-se a demonstrar a intenção do país de aderir ao tratado. A partir da assinatura, é proibida a alteração do texto do tratado, cabendo apenas a possibilidade de apresentar reservas no momento de internalizar a norma.

Cuida-se de competência privativa do Presidente da República, descrita no art. 84, VIII, da Constituição Federal, que assim dispõe: Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

VIII â€" celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

A referida assinatura poderá, segundo a Convenção de Viena de 1969, ser feita por signatário legalmente habilitado por meio de carta de plenos poderes (plenipotenciários), assinada pelo chefe do Executivo e referendada pelo Ministro das Relações Exteriores. Outros requisitos listados referem-se à existência do mútuo consentimento e objeto lícito e possível. A existência da carta de plenos poderes, por óbvio, é dispensada quando se trata de tratado assinado pelo próprio chefe de Estado, que possui a chamada **capacidade originária**. [03]

REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

A terceira fase diz respeito à aprovação do Poder Legislativo mediante referendo. Tal atribuição, em nosso país, é conferida ao Congresso Nacional, que o fará mediante aprovação de Decreto Legislativo, norma que prescinde de submissão à fase de deliberação executiva, ou seja, não se submete à sanção presidencial. Disciplinando tal competência, temos o disposto no art. 49 da CF:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

A quarta fase é satisfeita com a ratificação do tratado internacional pelo Presidente da República. Cuida-se de ato administrativo unilateral e discricionário que vincula o ordenamento jurídico interno dos países signatários. Somente nesse momento o tratado internacional está apto a produzir efeitos, passando, assim, a compor nosso ordenamento jurídico. Antes da ratificação, porém, o tratado já produz efeitos entre as partes, vinculando os agentes dentro do plano internacional [04].

#### **A democracia e Estado Democrático de Direito**

As raízes históricas da democracia remontam à Grécia, local onde se desenvolveu o liberalismo clássico, influenciado pelas ideias de Aristóteles e de Cícero. A democracia moderna, tal qual se apresenta nos dias atuais, possui como marco o liberalismo – tendência que valorizava o indivíduo acima da religião, da Igreja (Humanismo) ou de qualquer outra instituição –, o que leva a uma crescente valorização da participação dos cidadãos nos negócios do Estado. Outros valores difundidos à época também decorreram desse conceito, tais quais a supremacia da lei, a liberdade de expressão intelectual e a não intervenção do Estado na economia, difundidos na obra *Dois Tratados sobre o Governo* (LOCKE, 2005).

John Locke ganha o título de teórico da democracia ao difundir, influenciado pela segunda Revolução Inglesa (Revolução Gloriosa, 1689), as ideias liberais em contraposição ao absolutismo defendido por Thomas Hobbes. Segundo Locke, a finalidade do Estado é a defesa dos direitos fundamentais do indivíduo (inerentes à natureza humana, presentes no chamado "estado de natureza" pré-social), devendo, para tanto, se submeter aos impérios da lei. De acordo com essa tendência, o povo pode rebelar-se diante de uma tentativa do Estado de ofender os direitos fundamentais, o que remonta, em análise pormenorizada, à ideia de constitucionalismo perverso, hoje desenvolvida pela sociologia jurídica.

Dessa forma, democracia deixa de ser encarada apenas como um mero procedimento de votação popular para estabelecer-se como um elemento capaz de impor que as decisões políticas sejam adequadas à vontade da sociedade. Cuida-se do conceito de democracia substancial.

É muito comum identificar a democracia como um mero método de tomada de decisões. Essa visão, porém, mostra-se incompleta. A democracia deve ser vista sob duas óticas: **formal** e **substancial** (FERRAJOLI, 2009, p. 1) [05]. O aspecto formal (ou procedimental) da democracia diz respeito a um método de formação de decisões coletivas, tomado muitas vezes como o próprio conceito de democracia. Essa ideia de democracia, porém, não pode ser empregada de forma isolada, sem que seja condicionada a qualquer aspecto substancial, de conteúdo.

Segundo Luigi Ferrajoli (2009, p. 2), as decisões precisam ser legitimadas não apenas pelo seu procedimento de decisão, sob pena de a maioria consistir em um poder absoluto, o que não se coaduna com o Estado Constitucional de Direito. Conceder aos métodos democráticos um caráter absoluto poderia levar até mesmo à utilização desses mecanismos para suprimir os próprios métodos democráticos, o que ousamos denominar autotragédia democrática.

A democracia não é, por si só, um regime justo e garantista. A história demonstra que em regimes democráticos é possível que a maioria venha a suprimir direitos de liberdades e inclusive o direito à vida.

Sendo assim, Ferrajoli (2009) indica que um regime verdadeiramente democrático requer que se subtraia da maioria o poder de suprimir as minorias, dando à democracia conotação substancial, que leva em conta o conteúdo das decisões e não apenas o método democrático. Essa limitação do poder das majorias teria como aliada a rigidez constitucional, que eleva certos valores a um patamar superior, não passível de modificação sob o aspecto meramente legislativo.

O estudo da teoria de Luigi Ferrajoli, de democracia substancial, se mostra extremamente importante, pois demonstra que as decisões majoritárias não são absolutamente soberanas. Existem valores superiores à democracia e que sobre ela se impõem, restringindo a esfera de deliberação democrática.

Assim, a verdadeira democracia mostra-se configurada a partir da razão instrumental que adquire o Estado frente aos direitos fundamentais, protegendo-os e tornando-os efetivos. [06]

#### **A Academia Brasileira de Letras e seu papel na definição do repertório lexical**

O vocabulário ortográfico brasileiro tem sido, de certa forma, imposto pela Academia Brasileira de Letras, instituição privada que edita periodicamente o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – VOLP. O referido vocabulário é reconhecido como um instrumento de definição, no Brasil, da forma de aplicação do Acordo Ortográfico.

É responsável pela publicação a Comissão de Lexicografia e Lexicologia da ABL. Tal comissão, porém, não possui legitimidade para regulamentar o tratado internacional do qual o Brasil é signatário.

Verifica-se, portanto, que há uma omissão estatal quanto ao cumprimento do tratado, o que acaba por abrir campo a que uma entidade de cunho eminentemente privado substitua o Estado nessa função.

Compete ao Estado pugnar pela correta execução de leis e tratados. Existe uma estrutura capaz de cumprir essa função de forma muito mais técnica e democrática.

Falamos em democracia, aqui, em sua acepção formal e substancial, ambas desrespeitadas até o momento.

Ainda que se admita que a ABL venha a estabelecer notas explicativas sobre o Acordo Ortográfico, deve-se ter em mente que tais notas não podem extrapolar o que contido no tratado. Nesse caso, invadimos o campo da ilegalidade.

Isso é, infelizmente, o que vem ocorrendo recentemente, nesse momento de adaptação de nossa língua à proposta de uniformização.

A edição do VOLP de 2009 recebeu uma nota explicativa que promove alterações que ferem o disposto no tratado. Isso desobedece ao estabelecido em todos os atos normativos supratranscritos, que expressamente impõem que todas as modificações ao tratado sejam submetidas ao Congresso Nacional.

Citaremos algumas dessas modificações:

1) Restabelecer o acento gráfico nos paroxítonos com os ditongos **éi** e **ói** quando incluídos na regra geral dos terminados em -r: *Méier, destróier, blêizer*.

2) Restabelecer o acento circunflexo nos paroxítonos com o encontro **ôo** quando incluídos na regra geral dos terminados em -n: *herôon*.

3) Incluir na regra geral de acentuação os paroxítonos terminados em **-om**: *iândom, râdom* (variante de *rádon*).

4) Incluir o emprego do acento gráfico na sequência **ui** de hiato, quando a vogal tônica for **i**, como na 1ª pessoa do singular do pretérito do indicativo: *arguí*.

5) Limitar as exceções de emprego do hífen às palavras explicitamente relacionadas no Acordo, admitindo apenas as formas derivadas e aquelas consagradas pela tradição ortográfica dos vocabulários oficiais, como *passatempo*, *varapau*.

6) Incluir no caso 1º da Base XV o emprego do hífen nos compostos formados com elementos repetidos, com ou sem alternância vocálica ou consonântica de formas onomatopéicas, por serem de natureza nominal, sem elemento de ligação, por constituírem unidade sintagmática e semântica e por manterem acento próprio: *blá-blá-blá*, *reco-reco*, *trouxe-mouxe*.





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

7) Incluir no caso 3º da Base XV, relativo às denominações botânicas e zoológicas, as formas designativas de espécies de plantas, flores, frutos, raízes e sementes, conforme prática da tradição ortográfica.

8) Excluir do emprego do hífen as formas homógrafas de denominações botânicas e zoológicas que têm significações diferentes àquelas: "bico de papagaio", "nariz adunco", "saliência óssea".

9) Excluir o prefixo **co-** do caso 1º, a), da Base XVI, por merecer do Acordo exceção especial na Obs. da letra b) da mesma Base XVI e por também poder ser incluído no caso 2º, letra b), da Base II (*coabitar*, *coabilidade* etc.). Assim, por coerência, **co-herdeiro** passará a *coerdeiro*.

10) Incluir, por coerência e em atenção à tradição ortográfica, os prefixos **re-**, **pre-** e **pro-** à excepcionalidade do prefixo **co-**, referida na Obs. da letra b) do caso 1º da Base XVI: *reaver*, *reeleição*, *preencher*, *proótico*.

11) Registrar a duplicidade de formas quando não houver perda de fonema vocálico do 1º elemento e o elemento seguinte começar por **h-**, exceto os casos já consagrados, com eliminação desta letra: *bi-hebdomadário* e *biebdomadário*, *carboidrato* e *carboidrato*, mas só *cloridrato*.

12) Incluir entre as locuções, portanto não hifenadas, as unidades fraseológicas constitutivas de lexias nominalizadas do tipo de *deus nos acuda*, *salve-se quem puder*, *faz de conta* etc.

13) Excluir o emprego do hífen nas expressões latinas quando não aportuguesadas: *ab ovo*, *ad immortalitatem*, *carpe diem*, *in octavo*, mas *in-oitavo*.

14) Excluir o emprego do hífen com o prefixo **an-** quando o 2º elemento começar por **h-**, letra que cai, à semelhança do que preceitua o texto do Acordo para os prefixos **des-** e **in-**: *anistórico*, *anepático*. Na forma **a-**, usa-se o hífen e não se elimina o **h-**: *a-histórico*.

15) Excluir o emprego do hífen nos casos em que as palavras **não** e **quase** funcionam como prefixos: *não agressão*, *não fumante*, *quase delito*, *quase irmão*.

Segundo o art. 49 da Constituição Federal, é competência exclusiva do Congresso Nacional zelar pela preservação de sua competência legislativa. Sendo assim, não é possível que a definição da língua oficial da República Federativa do Brasil seja delegada a um ente privado que não possui qualquer legitimação democrática e que não promove um adequado diálogo com a sociedade.

Não é admissível que em nosso Século, no qual se abandonou definitivamente a possibilidade de imposição autoritária de regras de comportamento, ainda seja tão maltratada aquela que Olavo Bilac carinhosamente chamou de "última flor do Lácio, inculta e bela".

### Conclusões

Podemos verificar que duas situações indesejadas precisam ser urgentemente corrigidas. Em primeiro lugar, há que se pôr um fim no estado de letargia em que se encontra o Poder Público, a fim de ser designado um órgão estatal, competente, tecnicamente preparado e democraticamente legitimado para especificar em que termos o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa deve ser aplicado.

Em segundo lugar, caso se entenda que a ABL possui legitimidade para tratar de tais temas, é imperioso que cada alteração lexical seja precedida de análise do Congresso Nacional, expurgando-se quaisquer tentativas de alterar aquilo que foi ratificado pelo Congresso Nacional perante a comunidade internacional.

Por fim, incumbe ao Estado brasileiro, respeitando sua soberania, pugnar pela pronta elaboração do vocabulário comum da Língua Portuguesa, que conferirá segurança jurídica às milhões de pessoas que a utilizam diariamente.

### Notas

1. Fonte: . Acesso em: 16/10/2009.
2. Sistemática adotada por Valério de Oliveira Mazzuoli (MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Direito Internacional Público*: parte geral. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. p. 60-65).
3. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Direito Internacional Público*: parte geral. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. p. 62.
4. Nesse sentido, o decidido na ADI 1.480-MC/DF-STF, Rel. Min. Celso de Mello, Sessão Plenária de 4/9/1997, do qual destacamos o seguinte trecho: "O iter procedimental de incorporação dos tratados internacionais à€" superadas as fases prévias da celebração da convenção internacional, de sua aprovação congressional e da ratificação pelo Chefe de Estado à€" conclui-se com a expedição, pelo Presidente da República, de decreto, de cuja edição derivam três efeitos básicos que lhe são inerentes: (a) a promulgação do tratado internacional; (b) a publicação oficial de seu texto; e (c) a executoriedade do ato internacional, que passa, então, e somente então, a vincular e a obrigar no plano do direito positivo interno. [...]" (Com grifos no original).
5. FERRAJOLI, Luigi. **El paradigma normativo de la democracia constitucional**. Texto base da aula proferida por Luigi Ferrajoli no dia 13 de janeiro de 2009 no curso de pós-graduação em Direito da Universidad de Castilla-La Mancha, Toledo, Espanha.
6. Nesse sentido, leciona Luigi Ferrajoli (2009, p. 11): "[...] Y es en esta relación entre medios institucionales y fines sociales y en el consiguiente primado del punto de vista externo sobre el punto de vista interno, de los derechos fundamentales sobre los poderes públicos, de las personas de carne y hueso sobre las maquinarias políticas y sobre los aparatos administrativos, en lo que consiste el significado profundo de la democracia. Por lo demás, en tiempos como los que vivimos, es precisamente esta concepción garantista de la democracia la que debe ser afirmada y defendida, contra las derivas mayoritarias y tendencialmente plebiscitarias de la democracia representativa y sus degeneraciones video-cráticas".

### 19) O PONTO INDEFENSÁVEL

Há, no recente acordo ortográfico, independentemente de tudo que nele se possa discutir, um ponto absolutamente indefensável, a retirada do acento agudo de *pára*, do verbo parar. Qualquer indivíduo letrado e com o mínimo de bom-senso já percebeu fartamente as dubiedades absurdas criadas por essa reforma equivocada. Para dar um exemplo simplíssimo, reproduzo uma manchete do jornal *O Globo*, que passou a usar a nova ortografia no dia seguinte à sua assinatura:

#### CRISE PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

Nem Jesus Cristo seria capaz de ler em voz alta tal manchete sem antes ler o texto encabeçado por ela, pelo simples motivo que o *para* preposição e o *pára* verbo não têm um valor igual no ritmo da frase. No caso de *pêlo* e *pelo*, um substantivo e uma contração de preposição e artigo, isso não acontece, ambos têm o mesmo valor em frases como:

Ele foi *pelo* outro lado.

O cão perdeu o *pelo*.

As orações, como as palavras, têm partes tônicas e átonas. Comumente o verbo é a parte tônica. *Pára*, verbo, é muito mais forte que *para* preposição. Basta ler a manchete acima em seus dois sentidos possíveis, destacando seus pontos fortes, isso tudo para falar das coisas da maneira mais popularmente compreensível:

CRISE **PÁRA** A CONSTRUÇÃO CIVIL

CRISE **PARA** A CONSTRUÇÃO CIVIL

Na primeira oração, a parte forte da frase é a sílaba tônica do verbo, na segunda é a sílaba tônica do primeiro substantivo. Pelo mesmo motivo o *para* preposição é comumente contraído em *pra*, e o verbo jamais. Qualquer um diz "Ele foi *pra* casa", mas nunca





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

ouviremos alguém dizer "Ela não *pra* de me telefonar". O mesmo acontece com *pôr* verbo e *por* preposição, dos quais tiveram o bom senso de não unificar a ortografia, só aumentando de forma escandalosa a contradição do que fizeram com o *pára*. Vejamos duas frases:

VOU **POR** AQUI.

VOU **PÔR** O LIVRO NA MESA.

A diferença de força entre o *por* preposição e o *pôr* verbo é gritante. E o pior de tudo é que, já que o motivo ou pretexto do acordo ortográfico era a unificação – que não houve, apenas uma aproximação dela – da ortografia do português, a grafia dupla de *pára* e *para* era comum a todos os países! Mais um exemplo da falta de objetividade que nos infelicitiza há séculos. Trocando em miúdos, mexeu-se no que era igual para todos para criar dubiedades e piorar a leitura de todos. Não se trata de uma questão de costume, como acontece com quase todo o resto do acordo. Como já afirmei, nem Jesus Cristo saberia ler de primeira a manchete acima citada sem antes consultar o texto a que ela se refere. E se isso já se observa numa manchete de jornal, em prosa literária e poesia o desastre é completo, tenho colecionado exemplos lamentáveis em vasta quantidade. Enquanto os espanhóis – que, como os franceses, usam muito bem o seu trema – lançam mão até do ponto de interrogação e de exclamação invertidos no início da frase para evitar dubiedades na leitura, todas as orações em português que se iniciarem com um *Pára* imperativo obrigarão, de agora em diante, o leitor a começar a leitura com uma olhadela para a continuação da frase!

Sobre o trema, é bom lembrar que ele foi suprimido unilateralmente pelo governo fascista português em 1945. O problema da retirada do trema não está nas palavras óbvias, seqüestro, tranqüilo, cinquentá, Anhangüera – aliás, o meu 12º avô -, pingüim, etc., mas nas de uso minoritário, fato que não me parece justificar, antes pelo contrário, tal supressão. Um único exemplo: aquíparo. Quantos lusófonos, de todos os países, leriam tal palavra de maneira correta sem o trema? E isso para não citar o que de complicador tal supressão traz para os estrangeiros que buscam aprender português, nem a aberração de não se poder especificar o que se deseja em palavras de dupla pronúncia, como antiguidade e antiguidade, sanguíneo e sangüíneo, etc. Aliás, no novo *Dicionário ortográfico*, a correta ou dupla pronúncia de todas essas palavras é demonstrada de que maneira? Com o mesmíssimo trema – o expurgado trema – sobre o seu *u* entre parênteses! É a própria confissão gráfica da impotência. Fato mais grave, por ninguém lembrado, são os tupinismos – como o já mencionado Anhangüera, este de todos conhecido – e africanismos que não serão lidos de maneira exata por quase ninguém com a extinção do trema. É evidente que o governo salazarista, que extinguiu o trema, pouco estava interessado nos africanismos, e menos ainda nos tupinismos, mas daí nós, no Brasil, aderirmos a esse equívoco para seguir os portugueses, esta é outra questão. O autoritarismo do texto do decreto chega, nesse parágrafo do fim do trema, à seguinte enormidade, após declará-lo absolutamente revogado em português:

"Nem sequer se emprega na poesia, mesmo que haja separação de duas vogais que normalmente formam ditongo: *saudade*, e não *saüdade*, ainda que tetrassílabo; *saudar*, e não *saüdar*, ainda que trissílabo; etc."

Ora, em duas edições de textos de Camões que preparei e anotei há vários anos, sempre usei o trema, como inúmeros outros, para não transformar alguns dos mais belos versos da língua em versos frouxos. Não conheço maneira melhor de demonstrar a necessidade da se ler *saüdade* com quatro sílabas. Qual filólogo da borra vai me tirar tal direito? É o salazarismo em sua máxima expressão, ressuscitado no Brasil, onde um povo majoritariamente ignorante, servil e novidadeiro engole tal reforma instantaneamente, enquanto na Europa e em África nem um único acento e nem uma única consoante muda foram suprimidos por ninguém. Agora, a pergunta que não quer calar: se tal acordo não se efetivar em Portugal e África, o que acho mais do que provável, só nós assumiremos o ônus bilionário de tal inutilidade? Alguém faz idéia do patrimônio editorial destruído por nada, caso o acordo não se consolide? O problema, na verdade, não está num livro comum. Quantas pessoas têm idéia do que é uma reforma ortográfica para uma edição crítica, e o quanto custa de sangue, suor e lágrimas, caso seja séria, uma edição crítica?

Na verdade, nada muda no Brasil, apenas a ortografia e a Constituição, as duas coisas em que menos vale a pena mexer. No caso da ortografia, parece que nos aproximamos da 13ª em pouco mais de um século. Não há velho que escreva corretamente neste país, por motivos óbvios, com a exceção daqueles que precisam escrever nas normas vigentes por obrigação profissional.

Mas abdicar de todas essas considerações apenas pelo que chamei de ponto indefensável no título deste artigo, a questão do *pára* e *para*. Não sei o nome do infeliz que propôs tal miséria, mas tenho suspeitas. Se não suprimirem rapidamente – antes de maior estrago, e só no caso do Brasil, onde tudo se engole – esse equívoco, aí é realmente necessário ler mais o saudoso Thoreau e partir para a ação direta.

Alexei Bueno, Brasil, 18-6-2009

## 20) Senadora propõe que governo brasileiro revise o novo acordo ortográfico

Sugestão foi dada após audiência sobre o tema no Senado 4 novembro 2009  
<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&section=Pol%C3%ADtica&newsID=a2706607.xml>

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) apresentou na tarde desta quarta-feira uma sugestão para que o Congresso Nacional autorize o governo brasileiro a rever o novo acordo ortográfico firmado com os demais países de língua portuguesa. A proposta foi feita após uma audiência pública sobre o tema, realizada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. O Brasil foi o único país que adotou oficialmente o acordo, assinado em 1990. Segundo o texto, a implantação das mudanças na língua deverá estar concluída até 2013. O presidente de honra da Academia Brasileira de Filologia, Leodegário Amarante de Azevedo Filho, observou que existe grande resistência à adoção da reforma ortográfica estabelecida pelo acordo, principalmente entre escritores portugueses. Em sua opinião, o acordo foi feito para as próximas gerações, que já aprenderão a língua segundo a nova ortografia. - Os portugueses não abrem mão das consoantes mudas, que não têm função, enquanto o trema, que tem função, foi eliminado - comparou. Os senadores Flávio Arns (PSDB-PR) e Cristovam Buarque (PDT-DF) apoiaram a revisão do acordo ortográfico. A proposta deve ser analisada pela Comissão e, se aprovada, encaminhada ao Plenário.

AGÊNCIA SENADO

## 21) Brasil pressiona Guiné-Bissau a assinar acordo ortográfico 03-11-2009 12:53:39

Bissau, 3 nov (Lusa) - O representante permanente do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o embaixador Lauro Moreira, realiza entre quinta e sexta-feira uma visita à Guiné-Bissau para discutir a importância do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, ainda não ratificado pelas autoridades guineenses. Durante a estadia em Bissau, o diplomata se reunirá com vários ministros guineenses, com o primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior, e com o presidente, Malam Bacai Sanhá. Na quinta-feira, Lauro Moreira dará uma palestra aos deputados guineenses sobre a "Importância do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa". Guiné-Bissau ainda não ratificou o acordo ortográfico, mas, no mês passado, o premiê anunciou que o assinaria em breve. "Guiné-Bissau é um dos países que ainda não o fez. A instabilidade que temos vivido é que não possibilitou essa ratificação e vamos fazê-lo o mais rapidamente possível", afirmou Gomes Júnior. Em sua estadia em Bissau, o embaixador brasileiro também dará uma conferência, dirigida a estudantes, pesquisadores, agentes do Estado e organizações da sociedade civil, sobre a importância estratégica da CPLP e da língua portuguesa no mundo.

## 22) Governo de Cabo Verde ratifica Protocolo Modificativo

publicado 16:10 30 Outubro '09 Cidade da Praia, 30 Out (Lusa) - O governo cabo-verdiano ratificou o Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, com efeitos retroativos a 01 deste mês, pondo termo a dúvidas quanto à sua aplicabilidade em Cabo Verde. A decisão foi aprovada quinta-feira na reunião do Conselho de Ministros cabo-verdiano e permite a entrada plena em vigor das novas regras ortográficas no arquipélago. Inicialmente prevista para Maio deste ano, a



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

**ratificação do Protocolo Modificativo foi adiada pelo ministro da Cultura cabo-verdiano, Manuel Veiga, que defendeu, na altura, ser necessário mais tempo para analisar o processo e dar a conhecer as alterações aos cabo-verdianos.**

23) «Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa» no dia 21 quinta-feira, 15 de Outubro de 2009 | 12:46

O «Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa», da Porto Editora, será lançado no dia 21 de Outubro. A obra é considerada «um instrumento indispensável de consulta e de esclarecimento das dúvidas levantadas pela aplicação do novo Acordo




**Ortográfico».** A apresentação de «Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa», com orientação científica de João Malaca Casteleiro, estará a cargo de Fernando Cristóvão no Auditório do Padrão dos Descobrimentos, 19h00.

Ver: [http://hardmusica.pt/noticia\\_detalhe.php?cd\\_noticia=3348](http://hardmusica.pt/noticia_detalhe.php?cd_noticia=3348)

O linguista apelou ao Governo para implementar “o quanto antes” o Acordo Ortográfico, assinado em 1990, pois já existe um “Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa”. “Com a saída deste Vocabulário não há agora razões para que este Acordo Ortográfico não entre rapidamente em vigor no Ensino, na Comunicação Social, e até no Diário da República, de modo a acompanharmos o esforço que o Brasil está a fazer no sentido de promoção da Língua Portuguesa não apenas no plano interno, mas também internacional, e é importante o nosso Governo conjugar esforços em prol do reforço da Língua Portuguesa no mundo”, disse Casteleiro. O Vocabulário que inclui 180 000 vocábulos “partiu da base de dados lexicais da Porto Editora” que o edita, e inclui “mais de 5000 vocábulos próprios do português do Brasil, bem como africanismos e asiaticismos, mais de 800 palavras da norma galega do português, mais de 12 500 nomes próprios de pessoas portuguesas e lusófonas e cerca de 8500 topónimos, incluindo termos geográficos relevantes da história mundial”. “Um trabalho de anos” sublinhou o investigador, “mas que nesta sua fase final levou apenas alguns meses, por existirem já as bases lexicais da Porto Editora de todos os seus dicionários”. O investigador afirmou que aceitou “este desafio depois de ter sido dispensado pela Academia das Ciências”, instituição a que dedicou “grande parte dos seus 25 anos de vida investigação”. “Fiquei surpreendido, tinha projetos, dediquei grande parte do meu trabalho aos dicionários da Academia, ao Acordo Ortográfico, fiquei magoado com esse processo”, rematou. Malaca Casteleiro referiu que a anterior obra de referência era o “Vocabulário” de Rebelo Gonçalves, de 1966, “indispensável ainda hoje a todos os lexicógrafos e linguistas, já há muito esgotadíssimo e que nunca foi reimpresso, mas este novo ‘Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa’ vai muito mais além, é mais abrangente e inclui neologismo, as novas formas que surgiram, além de seguir as normas do Acordo assinado em 1990”. O “Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa” inclui um anexo com cerca de 2000 palavras estrangeiras de uso corrente não adaptadas ao português com indicação da língua de origem “e mais de 1500 abreviaturas e símbolos usados na Língua Portuguesa e mais de 2500 elementos de formação de palavras”, acrescentou o linguista. Este será o primeiro Vocabulário português que visa “satisfazer as necessidades de escrita dos lusófonos que têm seguido a norma gráfica portuguesa”. O Vocabulário que é “a concretização de um dos primeiros instrumentos, para a implementação do Acordo Ortográfico, é de consulta fácil para o cidadão comum”. “As palavras estão por ordem alfabética, indicadas a sete colunas, num volume fácil de manusear, pequeno, de 700 páginas”, explicou. Por fazer está, alertou o académico, o Vocabulário Técnico-Científico da Língua Portuguesa, mas esta “é uma tarefa muito grande que não envolve só Portugal, mas todos os países com vista à unificação da terminologia técnica e científica do Português”. Relativamente ao Vocabulário de Língua Portuguesa editado pela Academia Brasileira de Letras, Malaca Casteleiro afirmou que “há pequenas divergências”, designadamente de ordem gráfica como a acentuação, “mas muito circunscritas”. O “Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa” é apresentado hoje às 19:00 no Padrão dos Descobrimentos, a Belém, por Fernando Cristóvão. João Malaca Casteleiro é professor catedrático na Faculdade de Letras de Lisboa, tem colaborado em diversos projetos de investigação e de edição, em Portugal e no estrangeiro. É membro da Academia das Ciências de Lisboa desde 1979, foi presidente até ao ano passado do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa, é conselheiro científico do Instituto Nacional de Investigação Científica, e exerce ainda as funções de diretor de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e professor convidado nas Universidades da Beira Interior e de Macau. O linguista representou a Academia das Ciências de Lisboa no Encontro de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa que se realizou no Rio de Janeiro em 1986, e participou no Anteprojeto de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa em 1988, e liderou a equipa técnica que assinou o Acordo Ortográfico em 1990.(ES)

**24) Novo Acordo Ortográfico chega ao Office 2007**

Quarta, 14 de outubro de 2009, 15h58  Atualizada às 16h04

A Microsoft anunciou nesta quarta-feira que vai disponibilizar gratuitamente uma ferramenta de atualização que permite aos usuários do pacote de **softwares Office 2007** trabalharem com as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que entrou em vigor no início deste ano.

»Microsoft reduz pacote Office 2010 em versão básica  
»Próxima versão do Office para Mac virá com Outlook

»Nokia faz acordo com Microsoft para usar Office em celulares

De acordo com o comunicado da empresa, a adequação às novas regras da língua servirá aos revisores de texto do Microsoft Office 2007, nos quais serão atualizados os verificadores gramatical e ortográfico, além do dicionário de sinónimos.

Para que o produto funcione corretamente é necessário que o computadores funcionem a partir de sistemas operacionais com suportes como Windows Server 2003, Windows Vista ou Windows XP.

Depois de instalado, o usuário pode testar se as configurações ficaram devidamente atualizadas. “Digite a palavra contigüidade e verifique a ortografia. Essa é a ortografia correta de acordo com as regras ortográficas pré-reforma. Se a palavra ‘contigüidade’ for marcada como incorreta, o padrão será pré-reforma. Se a palavra contigüidade for marcada como incorreta, o padrão será pós-reforma. Se ambas estiverem corretas, o padrão permitirá ambas as ortografias”, orienta a empresa no comunicado.

As informações sobre a atualização estão disponíveis no site [www.microsoft.com/brasil/reformaortografica](http://www.microsoft.com/brasil/reformaortografica).

**25) PORTUGUES COMO LINGUA OFICIAL DA UNESCO**

Fonte: UNESCO-BRASIL <http://www.brasilia.unesco.org/noticias/ultimas/brasil-defende-portugues-como-lingua-de-trabalho-da-unesco>



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

**Paris, 9/10/2009** – O representante permanente do Brasil na UNESCO, embaixador João Carlos de Souza-Gomes, defendeu nesta quinta-feira, 8, em debate geral da 35ª Sessão da Conferência Geral da Organização, realizada em Paris, a inclusão da língua portuguesa entre as línguas de trabalho da UNESCO (francês e inglês). “Pedimos ao novo Diretor-Geral que ele envie esforços para a adoção do Português como língua de trabalho desta organização para melhorar o entendimento e intensificar o diálogo, favorecendo, assim, o multilinguismo e a diversidade cultural,” disse Souza-Gomes, que também chefia a delegação brasileira que participa da Conferência. Ele assegurou o comprometimento do Brasil com a medida. “Esclareço que isto não implicará em custos adicionais ao orçamento da Organização. Estamos prontos para cobrir todos os custos desta iniciativa.” Ao destacar que os procedimentos da Conferência Geral dão ao português *status* de língua oficial, o embaixador justificou a necessidade de torná-la língua de trabalho em função do grande número de lusófonos em diferentes continentes. “O português é uma das cinco línguas mais faladas do mundo. É veículo de comunicação para cerca de 250 milhões de pessoas e conecta oito países e populações na Europa, América do Sul, África e Ásia”, reforçou. Segundo Souza-Gomes, o pleito brasileiro tem o apoio de Angola, Cabo Verde, Timor-Leste, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Na declaração, o embaixador ressaltou o fato de a língua portuguesa já ser adotada como língua oficial e de trabalho em mais de dez organizações regionais e internacionais, como União Europeia (UE), União Africana (UA), União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Organização dos Estados Americanos (OEA), além de encontros como as cúpulas Ibero-americana e da América Latina e Caribe/União Europeia.

## 26) Lusófonos propõem idioma como língua de trabalho da Unesco LUSA

<http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=27408> 09-10-2009 08:44:21

Paris, 9 out (Lusa) - Os países lusófonos apresentaram nesta sexta-feira, em Paris, uma proposta para que o português seja língua de trabalho da Unesco, disse à Agência Lusa o embaixador de Portugal na organização. A proposta foi apresentada hoje de manhã pelas sete delegações lusófonas à Conferência Geral da Unesco, a organização para a Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas, com sede em Paris, afirmou o embaixador Manuel Maria Carrilho. A proposta do bloco lusófono foi discutida e aprovada quarta-feira, numa reunião em que participaram o chefe da missão de Portugal na Unesco, o embaixador do Brasil na organização, Sousa Gomes, e os diplomatas que representam os cinco países africanos de expressão oficial portuguesa (Palop), incluindo Angola, primeiro dos sete na ordem de intervenção na Conferência Geral. A proposta hoje apresentada, a que a Lusa teve acesso, salienta que o português “é hoje falado por mais de 250 milhões de pessoas”. O documento destaca também que o português “já é língua de trabalho na União Europeia, na União Africana e nas cúpulas Ibero-Americanas”. A proposta conjunta dos sete países faz um apelo à nova diretora-geral da Unesco, a diplomata búlgara Irina Bukova, recentemente escolhida pelos 193 membros da organização numa eleição muito disputada. Irina Bukova, que deverá ser nomeada para a direção-geral da Unesco em 15 de outubro, declarou a um jornal brasileiro, já depois da sua eleição, que respeita “muito a língua de Camões e de Jorge Amado”. Além do contexto poder ser favorável dentro da Unesco à proposta do bloco lusófono, existem hoje condições financeiras para viabilizar o projeto, segundo acrescentou à Lusa o chefe da missão diplomática portuguesa junto da organização. “O Brasil assume uma parte substancial do custo deste projeto para o primeiro biênio”, adiantou Manuel Maria Carrilho. O custo da adoção do português como língua de trabalho na Unesco está calculado em US\$ 5 milhões.

## 27) Moçambicano contra o acordo

“Nós em Moçambique sabemos que os mulungos de Lisboa fizeram um acordo ortográfico...”

«Eh Oena, Lhe Can,

Nós aqui em Moçambique sabemos que os *mulungos* de Lisboa fizeram um acordo ortográfico com aquele *tocolocma* do Brasil que tem nome de peixe. A minha resposta é: *naila*. Os *mulungos* não pensem que chegam aqui e *buissa saguate* sem *milando*, porque pensam que o moçambicano é *bongolo*. O moçambicano não é *bongolo* não; o moçambicano *estiva xilande*. Essa *bula* de acordo ortográfico é como *babalaza* de *chope*: quando a gente acorda *manguana*, se vai *ticumzar* a *mamana* já não tem *estaleca* e nem sequer sabe onde é o *xitombo*, e a gente arranja *timaca* com a nossa família. E como pode o *mufana* moçambicano falar com um *madala*? Em português, naturalmente. A língua portuguesa é de todos, incluindo o mulato, o *balabasso* e os *baneanes*. Por exemplo: em Portugal dizem “autocarro” e está no dicionário; no Brasil falam “bus” e está no dicionário; aqui em Moçambique falamos “*machimbombo*” e não está no dicionário. Porquê? O moçambicano é *machimba*? *Machimba* é aquele *congoaca* do Sócrates que pensa que é *chibante* e que fuma nos *tape*, junto com o *chiconhoca* ministro da economia de Lisboa. O Sócrates não pensa, só faz *tchócóchá* com o *th'xouco* dele e aquilo que sai é só *matope*. Este acordo ortográfico é *canganhiça*, *chicuembo* *chanhaca*! Aqui na minha terra a gente fez uma *banja* e decidiu que não podemos aceitar.

Bayete Moçambique!

Hambanine.»

Assina: Manuel Muanamucane

<http://espectivas.wordpress.com/2008/05/15/mocambicano-contra-o-acordo-ortografico/>

## 28) <http://www.mobileapp.com/archives/39942> Novo Acordo Ortográfico 1.1. Category: Education Price: Free (iTunes)

Version: 1.0 -> 1.1 Description:

O Novo Acordo Ortográfico é um software grátis que permite a visualização simples das novas regras ortográficas que entrarão em vigor em 2013 para os países de língua portuguesa

## 29) Os vocabulários ortográficos da língua portuguesa xa inclúen o léxico galego

Publicase en Portugal o primeiro dicionario en conformidade co Acordo Ortográfico, incluíndo por vez primeira o léxico de uso común en Galiza. Redacción - 12:45 07/10/2009 Tags: [Academia Galega da Língua Portuguesa](#) [Acordo Ortográfico](#)

"Un paso adiante para o recoñecemento do léxico galego como parte da lingua portuguesa". Así define Ângelo Cristóvão, membro da comisión executiva da Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP), o feito de que o [Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa](#), publicado por [Porto Editora](#), inclúa 800 palabras de uso común en Galiza. Este compendio de palabras [fora inicialmente presentado o pasado abril pola propia AGLP](#) na sede da [Academia das Ciências de Lisboa](#), nunha sesión conxunta coa [Academia Brasileira de Letras](#). Tal e como nos adiantaba un lector no [Open Vieiros](#), no seu conxunto, o dicionario contará con 180 mil entradas lexicais, cinco mil vocábulos do Brasil, 2.500 antropónimos e as devanditas 800 palabras do léxico galego, que por vez primeira se inclúen nun vocabulario ortográfico da lingua portuguesa. Doutra banda, a Comissão de Lexicologia e Lexicografia da Academia Brasileira de Letras tamén anunciou que incluírá o léxico elaborado pola AGLP na próxima edición do seu propio Vocabulário Ortográfico que, previsivelmente, se presentará publicamente no inicio de 2010.

**Acordo coa Universidade Aberta**

A Academia Galega da Língua Portuguesa e maila [Universidade Aberta](#) (entidade estatal de ensino superior, con sede en Lisboa) asinaron ademais un importante acordo de colaboración. No seu marco, promocionaranse as relacións e intercambios culturais, científicos e educativos entre ambas entidades. Asemade, chegouse ao compromiso de divulgación das súas respectivas actividades e os alumnos galegos poderán optar á oferta educativa desta institución, que ofrece a posibilidade de acceder aos seus títulos dende a distancia, grazas a métodos de e-learning.

## 30) Museu do Oriente promove cursos sobre Acordo Ortográfico

O Museu do Oriente (MdO) vai promover em Outubro um curso de formação na nova ortografia, dias 10 e 17, das 10:00 às 13:00 horas. quarta-feira, 30 de Setembro de 2009.

REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

Decorrerão novas sessões em Novembro, dias 7 e 14, segundo o divulgado em comunicado.

Ao longo de seis horas de curso, João Malaca Casteleiro e Pedro Dinis Correia promovem o desenvolvimento das competências linguísticas, de modo a exercitar a prática da nova ortografia e a explorar a nova grafia das palavras, conforme o Acordo Ortográfico, através de exercícios e da análise de documentos e textos.

O programa é composto por doze pontos. «Breve notícia histórica sobre as reformas ortográficas da Língua Portuguesa de 1911 a 1990» é o primeiro. «Actualidade e pertinência do Novo Acordo Ortográfico de 1990» é o segundo ponto, seguido de «Características gerais do mesmo Acordo» e de «Novo Alfabeto da Língua Portuguesa». O quinto ponto é «Uso de maiúsculas e minúsculas»; o sexto, Supressão gráfica de consoantes mudas ou não articuladas; e o sétimo é «Mudanças na acentuação gráfica».

[http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section\\_id=4&id\\_news=412737](http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=4&id_news=412737)

### 31) **Sentido das Letras / Copyright 2008 - 9/23/2009 12:04 PM Português é segunda língua mais usada no Twitter**

De acordo com um estudo realizado pelo grupo de pesquisa norte-americano Web Ecology, a língua portuguesa é a segunda mais usada no site Twitter. O estudo baseou-se numa amostra de um milhão de mensagens publicadas pelos utilizadores do site. Depois de avaliadas mais de um milhão de mensagens publicadas no Twitter, o estudo conclui que o inglês é a língua mais utilizada no site, num total de 62%. O português, com cerca de 9,5%, ficou na segunda posição. A terceira língua identificada foi o japonês, com 6%, a quarta, o espanhol, com quase 3%. No estudo realizado pelo Web Ecology, não foi possível identificar o idioma em cerca de 6,5% de textos publicados no Twitter. Na apresentação dos resultados foi utilizado um gráfico com uma ferramenta de detecção e tradução de idiomas baseada na linguagem de programação Python. O Web Ecology é um grupo de pesquisa interdisciplinar sediado em Boston, Massachusetts, focado em utilizar dados em grande escala para analisar o fluxo cultural nos sistemas de comunidades online pelo mundo. <http://noticias.pt.msn.com/article.aspx?cp-documentid=149862641>

### 32) **24 setembro 2009 tradutor português desanca no acordo**

#### **Mais um desaforado ataque contra o acordo, leia aqui**

24 setembro 2009

este é um dos maiores ataques contra o acordo ortográfico por parte de um tradutor respeitado, o que não quer dizer que não mereça a nossa pronta e veemente resposta

Chrys CHRYSTELLO,

Mais um...CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO: "INÚTIL E DESNECESSÁRIO"

--- On Thu, 9/24/09, oliveiracunha partilhou mais um depoimento contra o Acordo Ortográfico...:pode conferir na integra em [www.jrdias.com/jrd-acordo-nao.htm](http://www.jrdias.com/jrd-acordo-nao.htm)



#### **CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO: INÚTIL E DESNECESSÁRIO**



«Para que possamos todos trabalhar em conjunto, o acordo é fundamental. Como podemos trabalhar, se um diz 'actual' e o outro 'atual'?» Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil, em Lisboa, em 2 de Novembro de 2007

Comentário: como é que esta luminária chegou a ministro?

**CALENDÁRIO ACORDISTA ou o que os acordistas portugueses insistem em esquecer vergonhosamente**

**As contagens de tempo apenas funcionam correctamente com o Internet Explorer.**

Em 10 de Agosto de 1945, o Brasil assinou com Portugal a "Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945"

Há **-1836 anos, -4 meses e 19 dias** que o Brasil não cumpre o que assinou (e decretou, até antes de Portugal).

"Permaneceu, portanto, uma situação de divergência entre as duas nações signatárias do acordo, já que o mesmo foi, num primeiro momento, adotado por Portugal (Decreto 35.228, de 08.12.1945) e pelo Brasil (Decreto-lei 8.286, de 05.12.1945), mas posteriormente rejeitado por este (Decreto-lei 2.623, de 21.10.1955)." in [REFORMA ORTOGRÁFICA E NACIONALISMO LINGÜÍSTICO NO BRASIL](#), por Maurício Silva (USP)

Há **-1885 anos, 9 meses e 13 dias** que o Acordo Ortográfico (o de 1990) deveria ter entrado em vigor!

Alguém já deu pela sua falta em Portugal, no Brasil, nos restantes países lusófonos, na ONU ou no resto do Mundo?

Em 1 de Setembro de 1911, entrou em vigor em Portugal a Reforma Ortográfica ([a que o Brasil aderiu e renegou depois](#)).

Faltam **707 dias** para o 1º Centenário do Desacordo Ortográfico entre Portugal e o Brasil.

"Curiosamente, a despeito das inúmeras críticas que a reforma portuguesa recebera no Brasil, sua aceitação acabou sendo até maior do que aquela anteriormente realizada pelos acadêmicos brasileiros, pelo menos nos primeiros anos subsequentes à mesma: em 1915, por exemplo, a própria Academia Brasileira de Letras acabaria aceitando um parecer de Silva Ramos (julho) que tornava oficial o sistema ortográfico lusitano, eliminando todas as divergências ortográficas entre Brasil e Portugal (novembro), apesar de que quatro anos depois (1919), a mesma academia voltaria atrás, renegando a proposta de Silva Ramos e abolindo a resolução de 1915. O amor-próprio e o sentimento nacional brasileiro parecem ter, no final das contas, prevalecido." in [REFORMA ORTOGRÁFICA E NACIONALISMO LINGÜÍSTICO NO BRASIL](#), por Maurício Silva (USP)

[Antes da minha opinião, algumas coisas importantes...](#)

[Acordo ortográfico: pareceres ignorados, deveres do Estado e direitos dos cidadãos](#)

Um texto portentoso do Prof. António Emiliano

Perante estas denúncias (que não são, sequer, novidade), o governo não tem um pingão de vergonha? E os que fabricaram o monstro e assinaram a mentira, não têm nada a dizer?

Bem dito...

«O chamado acordo permite-nos a tentação de pensar que escrever bem ou escrever mal deixou de ser uma questão de cultura, mas de número de pessoas.»

in [jurispro.net](http://jurispro.net)

**Mais uma machadada no Monstro do acordo ortográfico**

NOTORIEDADE	Já ouviu falar	68,6%
	Não ouviu falar	31,4%
POSIÇÃO	É a favor	30,1%
	É contra	57,3%
	Nem a favor, nem contra	11,0%
	Sem opinião	1,6%
APLICAÇÃO DO A.O.	Vai continuar a escrever da mesma maneira	66,3%
	Vai passar a escrever da nova maneira	22,1%
	Nuns casos sim, noutros não	6,8%

REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)



**Nota Prévia: a Lusofonia no seu melhor!** Recebi recentemente a seguinte mensagem: «Olá, Eu sou Brasileiro e estou a procura de um dicionário automobilístico French/English, percebi que você tem bastante coisa no seu site, você tem alguma coisa boa para me indicar ou vender. Grato. Agradeço desde já. Obs. Eu não sei se o Português do Brasil é parecido com o de Portugal, por isso escrevi em dois idiomas. Hello, I'm brazilian and I'm looking for a automotive dictionary French/English, I realize that you have a lot of things in your website, do you have something good to indicate to me or to sell me. Thanks. Note: I don't know if the brazilian Portuguese is similar with the Portuguese of Portugal, that's why I wrote it in two languages. Best regards.» [o autor da mensagem acima estava devidamente identificado]

Comentário: NÃO TENHO! NÃO PRECISO SEQUER DE TER...

### O ovo de Colombo existe!

Sem o Acordo Ortográfico que os acordistas<sup>(1)</sup> nos querem impor, nós escrevemos “uma acção ténue”. No Brasil escrevem “uma ação ténue”. Com o Acordo, nós escreveríamos “uma ação ténue” e no Brasil continuavam a escrever “uma ação ténue”. Por sua vez, a língua brasileira passará a ser escrita à portuguesa (língua), sem, contudo, terem nada a ver uma com a outra. E pronto! Percebe agora o leitor como, com coisas destas, a Língua Portuguesa vai ser mais fácil de aprender por crianças de 6-7 anos e por estrangeiros e ter uma maior projecção internacional?

<sup>(1)</sup> acordista. s. m. e f. Pessoa particularmente iluminada dos países lusófonos que pretende pôr toda a gente a escrever a Língua Portuguesa da mesma maneira por meio de acordos ortográficos, independentemente das muitas diferenças existentes, há muito tempo, nas versões faladas e escritas da língua em diversos locais do mundo. = SONHADOR.

Afinal, é esta a questão! Para quê o Acordo Ortográfico? Clamam os portugueses por escrever “ação” em vez de “acção”? Existe ou existiu algum movimento, entre os que escrevem livros ou nos jornais e nas revistas ou entre os professores de português, para que seja alterado o nosso modo de escrever? Não! Andaram ou andam aflitos os agentes económicos portugueses, pela perda de mercados ou de negócio por causa da maneira como escrevemos a nossa língua? Não! Então, para quê empurrar e impor por via legal uma grafia para as palavras baseada na comparação com a grafia utilizada pelos falantes de português de outros países, mas onde a língua, muito naturalmente, seguiu e segue outros rumos e teve e continua a ter outras influências – diferentes, evidentemente, do português falado e escrito em Portugal?

**O problema não são os obstáculos, excelência! O problema é o resto...**  
O ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, assegurou que não existe «nenhum obstáculo nem nenhuma razão política» que impeçam a ratificação do Acordo Ortográfico pelos membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).  
Fonte: Lusa, 25 de Março de 2008

Comentário do Carlos Albino nas suas ‘Notas Verbais’, telegrama de 27 de Março de 2008: «Só que o problema não são os obstáculos, mas sim os escolhos, contrariedades, espinhos, entraves, empecilhos, dificuldades, recifes, cachopos, esparceís, abrolhos, estorvos, barreiras, farihões, óbices, embaraços, imbondos...»

Ah, dizem os defensores da atoarda até à exaustão, mas o Acordo apenas se refere à língua escrita, e não à língua como é falada! Estranho e enviesado argumento este, já que o Acordo está cheio de referências, excepções e ressalvas ao modo diferente de pronunciar as palavras em Portugal e no Brasil e à sua interacção com o modo de as escrever! Ou, como diz o próprio texto do Acordo, «Não é possível unificar divergências [ortográficas] que assentam em claras diferenças de pronúncia». Espantoso, o que se consegue inventar para defender o que não tem defesa!

### A Guerra dos Cem Anos...

«Desde 1911 que andamos nisto».  
Prof. Dr. Malaca Casteleiro, acordista-mor português, em entrevista a António Melo da Africa21.

Comentário: e, pelos vistos, os acordistas ainda não aprenderam... No Anexo II ao Acordo Ortográfico, os acordistas não conseguiram escamotear a extraordinária história dos fracassos de TODOS os acordos ortográficos, desde 1911. A Portugal e ao Brasil são atribuídas, ora a um, ora a outro, as responsabilidades de cada fracasso, mas a verdade histórica, incontornável e incontestável permanece: TODOS os acordos ortográficos falharam nas intenções declaradas pelos acordistas de todos os tempos. A conclusão é simples: Acordo Ortográfico, em português, é sinónimo de fracasso! Será por teimosias, má-sorte ou alguma maldição antiga? Ou serão os fracassos, isso sim, o resultado das reacções dos povos às periódicas investidas de uns iluminados que se propõem pôr as pessoas a escrever de um modo que não pediram, não querem e que lhes é estranho? Abençoados fracassos, digo eu!

E além disso – continuam eles, os defensores – com o maravilhoso Acordo que nos querem impor, apenas x % das palavras serão modificadas em Portugal e y % no Brasil. A este respeito, e apenas no que me toca – os brasileiros farão o favor de defenderem eles a sua dama – repugna-me que x seja maior (3 vezes maior!) do que y (ou seja, que sejamos nós a modificar mais palavras do que eles).





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

Dito de outra forma, com o Acordo, a língua portuguesa escrita em Portugal sairia abrandada. Se fosse ao contrário, tanto se me dá se os brasileiros aceitariam a mudança ou não. Nós não a deveríamos ter aceitado! Ponto final.

**A miragem da unificação absoluta da ortografia...**  
Na Nota Explicativa do Acordo Ortográfico de 1990 pode ler-se esta afirmação verdadeiramente extraordinária: «Também o Acordo de 1945 propunha uma unificação ortográfica absoluta que rondava os 100% do vocabulário geral da língua. Mas tal unificação assentava em dois princípios que se revelaram inaceitáveis para os brasileiros (...)».

Comentário: fica então claro que o sonho dos acordistas da unificação ortográfica absoluta e universal da língua portuguesa já foi alcançado em termos teóricos, tendo 'apenas' sido rejeitado, por um dos países ter considerado inaceitáveis os princípios em que tal unificação se baseava, nomeadamente pela não-aceitação da «resolução das divergências de acentuação (...)» no sentido da prática portuguesa». Dito de outra forma, falhado o sonho de 1945 por rejeição do Brasil, o novo Acordo de 1990 pretende agora atingir a unificação ortográfica "no sentido da prática brasileira". Tal como ao Brasil, em 1945, assiste agora o direito a Portugal de considerar inaceitáveis os princípios em que se baseia o Acordo de 1990. E, como não podia deixar de ser, pelas mesmas razões. Nota final: revelador, a parcialidade do uso do 'mas' no início da segunda frase.

Alguns acordistas mais envergonhados defendem a sua ratificação, porque Portugal assinou o Acordo (em 1990). Saramago afina (afinava?) por este diapasão, recomendando, contudo, que «se for preciso, sentem-se outra vez à mesa, puxem as esferográficas e avancem». Nobelicamente falando, uma no cravo, outra na ferradura! Será bom ter em conta que a assinatura é apenas um dos passos (necessário, mas não suficiente) para a entrada em vigor de um tratado internacional, sendo a ratificação (pelo Parlamento português) o outro passo necessário para a sua entrada em vigor em Portugal. O que aconteceria, afinal, se Portugal não ratificasse o Acordo? Nada! Absolutamente nada! Os mais legalistas diriam que o mesmo estava efectivamente em vigor, por força do Segundo Protocolo Modificativo (essa espécie de auto-ultimato dos países lusófonos uns aos outros), e aplicá-lo-iam, se assim entendessem. São soberanos, podem fazê-lo! Afinal, com o Acordo de 1945, o Brasil fez rigorosamente o mesmo: discutiu-o, aprovou-o, assinou-o (em 10 de Agosto de 1945) e... não o ratificou, porque o considerou inaceitável! Por outras palavras, há **-1836 anos, 1 mês e 14 dias** que o Brasil deu o dito por não dito! Alguém notou alguma coisa? Os acordistas de então rasgaram as vestes? A nossa Língua Portuguesa – nossa e de todos quantos a falam e escrevem com as mais diversas grafias, prosódias, sintaxes e sotaques – deixou de ser uma das mais belas do mundo? Não! Claro que não!

**Um assessor a precisar de muitos 'dictados' para não dizer disparates destes...**  
«Para facilitar a cooperação na África e no Timor, por exemplo, é fundamental essa 'universalização'. Não dá para uma professora dizer 'dictado' (sic), seguindo um livro de Portugal e 'ditado' quando utilizar um livro do Brasil.» Carlos Alberto Xavier, assessor especial do ministro da Educação do Brasil (*in* [www.japao.org.br](http://www.japao.org.br), em 28 de Outubro de 2004)

Comentário: "pasmado e duvidoso do que [ou]vi, m'espanto às vezes, outras m'avergonho" como diz o soneto de Sá de Miranda. Com uma pequena alteração de que peço desculpa.

### 33) ISAC NUNES RESPONDE A SOUSA TAVARES Caros (as) Lusófonos (as):

Ao ler a entrevista com o escritor Miguel Sousa Tavares, lembro-me dum dado que já pusemos em discussão várias vezes aqui neste espaço, que creio necessário repetir, que é aquele excerto do preâmbulo do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (o VOLP), que reza que essa 5ª edição «**incorpora as Bases do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa aprovado em Lisboa, aos 12 de outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, pela Academia Brasileira de Letras e por delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com adesão da delegação de observadores da Galiza**»

Bem, esses meus argumentos já são ultraconhecidos, mas, posto que nem todos compartilham dessas minhas razões, tudo me leva a formular algumas questões básicas:

1. Onde o Acordo Ortográfico foi aprovado?

Supondo que a resposta seja «**em Lisboa**», será que isso ocorreu na calada da noite, em lugar secreto, sem que os principais interessados pudessem inteirar-se desse fato e lá estar, para intervir nas discussões, inclusive para dizer que aquilo não se poderia fazer??

2. Sendo assim, a afirmação de que «cozinhada entre académicos que queriam se reunir e viajar» já não se sustenta, ou será que o escritor se refere a académicos brasileiros que foram a Lisboa «cozinhar» a reforma?? Mas por que não o fizeram no Rio de Janeiro ou em São Paulo?? Por que tiveram que atravessar o Atlântico para reunir-se??

3. O mesmo preâmbulo que cito, chamado no VOLP de Acordo, foi assinado, em nome da República Portuguesa, pelo Sr. **Pedro Miguel de Santana Lopes, Secretário de Estado da Cultura**, em 16 de dezembro de 1990. Estaria ele dormindo no momento em que permitiu que o seu nome constasse desse documento?? Será que ele realmente o assinou ou teve a sua assinatura adulterada??

4. Na **Praia**, em 17 de julho de 1998, firmou-se um «Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa», cujo artigo 3º diz assim:

«O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor após depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados, junto ao Governo da República Portuguesa»

Seguidamente, em **São Tomé**, aos 26 e 27 de julho de 2004, no marco da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, firmou-se um «Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa», ocasião em que se deu nova redação ao Artigo 3º do Acordo Ortográfico, o qual ficou assim:

«O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor com o **terceiro depósito de instrumento de ratificação**, junto ao Governo da República Portuguesa» (sem destaque nem sublinhado no original) Portanto, o que levaria Sousa Tavares a duvidar [de] que os países africanos de língua portuguesa cumpram o acordo, se vemos que há uma participação desses países até mesmo na organização desses encontros? No Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, no qual o Governo brasileiro promulgou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado em Lisboa, aos 12 de outubro de 1990, considera-se que o Governo brasileiro depositara o seu instrumento de ratificação junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa, em 24 de junho de 1996.

Portanto, espera-se que mais dois países cumpram com essa determinação de depositar as suas respetivas ratificações, para que o AO entre em vigor em todos os demais países, pois é o acordado. Diz a sabedoria popular que «o combinado não sai caro». Assim, onde estaria o problema, se os atos seguem um cronograma estabelecido entre as partes??

5. Diz ainda a nota que «o escritor e jornalista não pretende mudar a sua forma de escrever». Ora, aqui no Brasil, há muitíssimos escritores que cometem a mesma sandice. Ninguém pode obrigar um escritor a seguir a norma. Muitos deles escrevem em total

REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

desrespeito aos padrões gramaticais, buscando inclusive criar um estilo, uma sublíngua (já que James Joyce e Guimarães Rosa fizeram isso, por que eu não poderia fazer?). Num texto de ficção não há controle algum, no tocante à linguagem. A norma culta deve obrigatoriamente ser seguida em textos oficiais, no âmbito da escola e em publicações de caráter científico. Em textos literários, não há como se exigir um padrão linguístico. Isso se resolve no bojo da relação que o escritor estabelece com seu editor.

Saudações, Isac Nunes

#### **34) Acordo Ortográfico é "acto colonial" com regras não recíprocas - Miguel Sousa Tavares**

De Fabíola Ortiz dos Santos (LUSA) – Há 9 horas

<http://www.google.com/hostednews/epa/article/ALeqM5iwa9huCNlbqmYirgdvz154tZchGg>

Rio de Janeiro, Brasil, 20 Set (Lusa) -- O Acordo Ortográfico é um acto colonial do Brasil sobre Portugal com regras que não são recíprocas, afirmou à Lusa o escritor e jornalista português Miguel Sousa Tavares, no Brasil para lançar seu "quase-romance" No Teu Deserto. "O Brasil é o único país que recebeu a língua de fora e que impõe uma revisão da língua ao país matriz, como se os Estados Unidos impusessem um acordo ortográfico à Inglaterra", afirmou Sousa Tavares, criticando o facto de não ter havido uma consulta aos profissionais que trabalham com a língua, como os escritores, jornalistas e professores.

"Ninguém foi ouvido, o acordo foi imposto tanto no Brasil como em Portugal". © 2009 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A

#### **35) Acordo Ortográfico: Timor-Leste é o quinto membro da CPLP a ratificar**

<http://aeiou.visao.pt/acordo-ortografico-timor-leste-e-o-quinto-membro-da-cplp-a-ratificar-documento=f527765>

Timor-Leste tornou-se o quinto Estado membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) a ratificar o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, anunciou hoje o Ministério da Cultura português.

Lusa 13:38 Quinta-feira, 3 de Set de 2009 LUSA - Timor-Leste tornou-se o quinto Estado membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) a ratificar o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, anunciou hoje o Ministério da Cultura português. De acordo com uma nota do gabinete do ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, a informação foi transmitida durante uma reunião de trabalho realizada quarta-feira com o ministro da Educação de Timor-Leste, João Cândia Freitas, de visita a Portugal. Timor-Leste passa a ser o quinto membro da CPLP a ratificar o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, juntando-se a Portugal, Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

#### **36) Professores querem introdução do Acordo Ortográfico em 2010**

Diário Digital / Lusa quarta-feira, 2 de Setembro de 2009 | 08:08

[http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section\\_id=61&id\\_news=407317&page=2](http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=61&id_news=407317&page=2)

Os professores de português defendem que o Acordo Ortográfico deve ser introduzido nas escolas juntamente com o novo programa da disciplina, previsto para Setembro de 2010, de forma a evitar que o ensino da língua pareça «uma estrada esburacada». Para Paulo Feytor Pinto, presidente da Associação de Professores de Português (APP), o Acordo Ortográfico (AO) deveria entrar em vigor no início do ano letivo 2010/2011, ao mesmo tempo em que será introduzido o novo programa da Língua Portuguesa do Ensino Básico.

«O ideal é que entre em vigor tudo ao mesmo tempo, que não façamos como algumas obras portuguesas em que a estrada é alcatroada hoje, dentro de uma semana vêm esburacá-la para pôr os canos da água, passado quatro semanas vêm abri-la de novo para fazer o serviço da eletricidade. Nós, no ensino de português, gostaríamos de não estar sempre a esburacar a estrada», considerou. Paulo Feytor Pinto destacou que nunca existiram compromissos concretos e claros do Ministério da Educação com datas e pediu que se tomem decisões sobre a data de entrada em vigor do AO «de uma forma clara, concreta e definitiva». «Até a declaração aprovada pela Assembleia da República de que o AO entraria em vigor até ao Verão de 2014 é muito vaga», exemplificou. O Acordo Ortográfico deverá começar ao mesmo tempo em todos os anos letivos, de forma que os alunos já alfabetizados terão de reaprender a ortografia, segundo o novo acordo. «Parece-nos um bocado estranho que alunos que agora começam a estudar português comecem com a grafia antiga, que sabemos que não vai estar em vigor daqui a uns anos. Os alunos do primeiro e segundo anos de escolaridade deveriam começar já a aprender a escrever segundo o novo acordo», defendeu, no entanto. Quanto à preparação dos professores para o 'novo português', considerou que as alterações não são um «bicho-de-sete-cabeças». «Contrariamente ao muito que se diz por aí, as alterações que vão ser introduzidas são muito poucas e julgo que basta uma meia hora para os professores aprenderem as novas regras. E depois é aplicá-las», considerou. Paulo Feytor Pinto defendeu ainda a existência de um «período de transição, em que as duas grafias serão aceites», porque se calhar «as pessoas que já estão alfabetizadas demorarão uma vida a aprender a escrever da nova forma», tal como os nossos avós alfabetizados antes de 1911.

#### **37) A Associação de Professores de Português (APP) defende que a entrada em vigor do novo Acordo Ortográfico deveria coincidir com a entrada do novo programa de Português, previsto para Set.º de 2010.**

<http://www.fabricadeconteudos.com/?lop=artigo&op=1679091c5a880faf6fb5e6087eb1b2dc&id=a6b6ee8e0acf10385352a42eeb42e7dd>

O presidente da APP, Paulo Feytor Pinto, considera que o Acordo Ortográfico deveria entrar em vigor no início do ano letivo 2010/2011, juntamente com o novo programa da Língua Portuguesa do Ensino Básico, para evitar que o ensino da língua pareça «uma estrada esburacada». Paulo Feytor Pinto pediu que se decida sobre a data de entrada em vigor do Acordo Ortográfico «de uma forma clara, concreta e definitiva», uma vez que «até a declaração aprovada pela Assembleia da República» de que o diploma «entraria em vigor até ao Verão de 2014 é muito vaga». Na opinião do presidente da APP, é estranho que os alunos que agora se iniciam no estudo da Língua Portuguesa comecem com a grafia antiga e daqui a algum tempo tenham que reaprender a escrever, sob novas regras. «Os alunos do 1º e 2º anos de escolaridade deveriam começar já a aprender a escrever segundo o novo acordo», defendeu Paulo Feytor Pinto, citado pela Lusa. Sobre os professores, o responsável referiu que a preparação para o 'novo português' não carece de muito tempo, «basta uma meia hora para os professores aprenderem as novas regras. E depois é aplicá-las». As alterações são muito poucas e não são um «bicho-de-sete-cabeças», sublinhou o presidente da APP. Paulo Feytor defende que se considere um «período de transição, em que as duas grafias serão aceites», uma vez que as pessoas já «alfabetizadas demorarão uma vida a aprender a escrever da nova forma».

#### **38) Acordo Ortográfico nas escolas adiado para o próximo Governo**

**39) 02 | 09 | 2009 09.22H <http://www.destak.pt/artigos.php?art=39251>**

Os manuais escolares têm este ano o "português velho", porque a introdução do Acordo Ortográfico nas escolas ficou adiada para o próximo Governo. As editoras afirmam desconhecer datas concretas e lembram que preparar um manual leva tempo.

Destak/Lusa | [destak@destak.pt](mailto:destak@destak.pt)

Contactadas pela Agência Lusa, as editoras responsáveis pela elaboração dos manuais escolares afirmam desconhecer os planos do Governo sobre esta matéria e salientam que nenhuma indicação foi dada às editoras sobre como e quando deverão ser preparados os manuais escolares segundo o novo Acordo Ortográfico (AO).

As duas principais entidades responsáveis pela elaboração de manuais - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros e Grupo Leya - afirmam que só o Ministério da Educação (ME) pode esclarecer sobre a adaptação dos livros escolares ao novo AO. "O Acordo Ortográfico não está introduzido na edição escolar porque isso depende de diretivas do Ministério da Educação (ME) e, que seja do conhecimento dos editores escolares, não há neste momento qualquer plano do ME para introduzir o Acordo Ortográfico no ensino em Portugal", disse fonte da comissão de livros escolares da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL). Por seu lado, o Ministério da Educação esclareceu a Agência Lusa de que este Governo não tomou qualquer decisão sobre a introdução do Acordo Ortográfico nas escolas. Assim, a APEL realçou que as edições de manuais continuam a ser desenvolvidas "com a grafia atual do



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

português como o conhecemos". "Não sabemos em que ano letivo será introduzido o Acordo Ortográfico, nem sabemos em relação a que anos escolares: se será introduzido apenas no básico ou no em todos os anos letivos", salientou. A falta de uma "atempada decisão" acerca de uma data concreta poderá pôr em causa a pontualidade dos manuais, porque cada um deles "demora cerca de 18 meses a ser desenvolvido", referiu.

#### **40) Professores de Português querem introdução do Acordo Ortográfico em 2010**

Jornal O SOL 4a-feira, 2 Setembro 2009

[http://sol.sapo.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content\\_id=146721](http://sol.sapo.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=146721)

Os professores de português defendem que o Acordo Ortográfico deve ser introduzido nas escolas juntamente com o novo programa da disciplina, previsto para Setembro de 2010, de forma a evitar que o ensino da língua pareça «uma estrada esburacada».

Para Paulo Feytor Pinto, presidente da Associação de Professores de Português (APP), o Acordo Ortográfico (AO) deveria entrar em vigor no início do ano lectivo 2010/2011, ao mesmo tempo em que será introduzido o novo programa da Língua Portuguesa do Ensino Básico.

**«O ideal é que entre em vigor tudo ao mesmo tempo, que não façamos como algumas obras portuguesas em que a estrada é alcatroada hoje, dentro de uma semana vêm esburacá-la para pôr os canos da água, passado quatro semanas vêm abri-la de novo para fazer o serviço da eletricidade. Nós, no ensino de português, gostaríamos de não estar sempre a esburacar a estrada»,** considerou.

Paulo Feytor Pinto destacou que nunca existiram compromissos concretos e claros do Ministério da Educação com datas e pediu que se tomassem decisões sobre a data de entrada em vigor do AO **«de uma forma clara, concreta e definitiva».**

**«Até a declaração aprovada pela Assembleia da República de que o AO entraria em vigor até ao Verão de 2014 é muito vaga»,** exemplificou.

O Acordo Ortográfico deverá começar ao mesmo tempo em todos os anos letivos, de forma que os alunos já alfabetizados terão de reaprender a ortografia, segundo o novo acordo.

**«Parece-nos um bocado estranho que alunos que agora começam a estudar português comecem com a grafia antiga, que sabemos que não vai estar em vigor daqui a uns anos. Os alunos do primeiro e segundo anos de escolaridade deveriam começar já a aprender a escrever segundo o novo acordo»,** defendeu, no entanto.

Quanto à preparação dos professores para o 'novo português', considerou que as alterações não são um **«bicho-de-sete-cabeças».**

**«Contrariamente ao muito que se diz por aí, as alterações que vão ser introduzidas são muito poucas e julgo que basta uma meia hora para os professores aprenderem as novas regras. E depois é aplicá-las»,** considerou.

Paulo Feytor Pinto defendeu ainda a existência de um **«período de transição, em que as duas grafias serão aceites»,** porque se calhar **«as pessoas que já estão alfabetizadas demorarão uma vida a aprender a escrever da nova forma»,** tal como os nossos avós alfabetizados antes de 1911.

**«Eu, nas aulas, como professor de português, vou escrever na nova ortografia porque sou obrigado, mas se calhar em casa nos meus escritos pessoais vou escrever à maneira antiga»,** explicou. Lusa / SOL

#### **41) Novo Dicionário Aurélio é lançado com recurso inédito 28/08/2009 | 20h33 | Ortografia**

<http://www.pernambuco.com/ultimas/nota.asp?materia=20090828203330&assunto=5&onde=Brasil>

A 4ª Edição do Novo Dicionário Aurélio, o "Aurelião", chega ao mercado pela Editora Positivo com recurso inédito para tirar dúvidas da nova ortografia. Todas as entradas alteradas no dicionário mais respeitado do país receberam um símbolo que remete ao Prefácio, no qual há uma explicação sobre o motivo da mudança gráfica. A metodologia as divide em quatro grupos de palavras, as revistas segundo o Acordo Ortográfico, as com nova grafia de forma lusa, as modificadas após a publicação da 5ª edição do Vocabulário da Língua Portuguesa (VOLP) e as alteradas pela Academia Brasileira de Letras (ABL) que não estavam previstas no texto do Acordo Ortográfico. A obra de referência nacional, que levou um ano e meio para ser atualizada à nova ortografia, possui 435 mil verbetes, locuções e definições. O novo título estará disponível nas livrarias de todo o país a partir da segunda quinzena de setembro e incrementará as vendas de mais 3 milhões de dicionários da família Aurélio contabilizadas nos últimos cinco anos. 4ª Edição do Novo Dicionário Aurélio Preço sugerido: R\$ 229,90 ou R\$269,90 com CD-ROM. A obra chega às livrarias a partir da segunda quinzena de setembro. Da Agência O Globo

#### **42) O acordo ortográfico luso-brasileiro**

Educação por [António Matoso](#) (Professor aposentado)

Nunca consegui entender o porquê de tantas imaginárias ameaças que o controvertido acordo representa para a nossa Língua. Que não sendo apenas nossa, mas língua de expressão multinacional, há de ter a flexibilidade necessária para, na evolução a que estão sujeitas todas as línguas vivas, não se deixe distanciar, irremediavelmente, de um padrão comum. Há oitenta e tantos anos, quando aprendi as primeiras letras, escrevia-se "pae" e "mãi". Depois o E e o I trocaram de lugar e não houve qualquer drama. Também Camões não escreveu os Lusíadas segundo a ortografia moderna e nem por isso alguém pôe em dúvida que tenham sido escritos em Português. O "fervor patriótico" que vi invocar aqui e ali contra o acordo, deveria ter sido apontado, exatamente, contra o perigo de que a Língua Portuguesa se deixe enquistar em ignorado e melancólico dialeto ibérico, apenas lido e entendido pelos Portugueses. Teremos, para isso, de abrir mão de algumas "letras mortas"? Que se lixem os anéis. Ficasse o Homem descansado que não perderia o seu H. Talvez até tivéssemos podido ir um pouco mais longe, propondo ou exigindo em troca, outras consoantes. Se nós escrevemos "cacto" e pronunciamos "cato", por exemplo, não aceitaríamos os Brasileiros escrever "facto" embora continuando a pronunciar "fato", dentro do princípio de que uma consoante, desde que pronunciada em qualquer universo utente da Língua Portuguesa, deveria ser grafada? Exatamente do mesmo modo por que os Brasileiros dizem e escrevem "confeccção" e nós dizemos "confeção" e escrevemos o P. Penso que muito mais poderia ter sido tentado a bem da unificação ortográfica do Português, contrapondo um pouco de pragmatismo ao cabotinismo derisório que levou um preclaro deputado, em plena Assembleia da República, a rasgar ostensivamente o texto do acordo. Teremos de dizer adeus a alguns acentos menos necessários? E que terá isso de tão grave? "Ouviram-se tocar os apitos da polícia" porque nos queriam roubar o acento da 1ª pessoa do pret. perf. do indic. dos verbos em AR. Coisa de tão pouca monta não merecia honras de "oposição organizada" por que chegou a gritar-se. Pois não é exatamente assim com os verbos em ER e em IR? E nunca daí adveio qualquer problema de identificação de nexos temporais. Histórias como as de "cágado" ficar "cagado" e quejandas invencionices, não passaram de graçolas de quem pretendia travar o acordo, sabe-se lá com que obscuras intenções. Não fica mal um bocadinho de realismo. A L.P. é uma das mais belas, mais flexíveis, mais doces, mais ricas, mais isto e mais aquilo. Mas é também uma das mais faladas graças aos milhões de não portugueses que são, igualmente, seus condóminos. Não advogo, obviamente, que Portugal deva subjugá-los a imposições arbitrárias no que concerne à nossa Língua. Mas sem fantasmas nem caricatos zelos patrióticos. O Português, como património da Humanidade que é, não é neutral. Há valores comuns que têm de respeitar. Em todos os regimes de condomínio há que acatar outras opiniões, de ceder onde não se pode vencer. Como patriota e trabalhador da palavra, esta é a minha maneira de pugnar por património tão valioso, com licença dos doutos especialistas da matéria. Porque se a Língua Portuguesa anda a ser abastardada não o é, certamente, por culpa – ou só por culpa – dos brasileiros.

[António Matoso](#) - 19-08-2009 10:14

#### **43) Positivo lança Novo Corretor Aurélio atualizado com reforma ortográfica 13 Ago 2009 - 16h31min**





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

O novo corretor permite ao usuário optar a qualquer momento se pretende usar a grafia segundo o novo Acordo Ortográfico ou a grafia pré-Acordo

A Positivo Informática, maior fabricante de computadores do Brasil e líder no segmento de tecnologia educacional, está lançando o Novo Corretor Aurélio 2.0, nova edição do conhecido pacote de ferramentas linguísticas e o primeiro a oferecer suporte total às alterações propostas pelo acordo ortográfico. O pacote, que deve chegar ao mercado por R\$ 100, inclui ainda um conversor automático de textos para a nova grafia. A nova versão também conta com diversas melhorias para a correção sintática e ortográfica, além de um novo dicionário temático de linguagem informal e milhares de novas palavras. Compatível com os principais aplicativos da Microsoft para o Windows, entre eles o pacote Office (Word, Excel, Power Point e Access), Outlook, Works, FrontPage e Publisher, o editor de texto incluído no novo Corretor Aurélio 2.0 oferece suporte ao formato docx do Microsoft Office. Desenvolvido pela empresa portuguesa Priberam, especialista em tecnologias linguísticas, em parceria com a Positivo Informática, o Novo Corretor Aurélio 2.0 permite ao usuário optar a qualquer momento se pretende usar a grafia segundo o novo Acordo Ortográfico ou a grafia pré-Acordo. O programa é capaz ainda de converter de forma totalmente automática o texto de um livro com duzentas páginas em menos de um minuto, usando um computador com configuração média de mercado. Para instalar o Novo Corretor Aurélio 2.0 o computador deve possuir Microsoft Windows 2000 (SP4), XP (SP3), Vista (SP1), Server 2003 (SP2) ou Server 2008 (SP1); 50MB de espaço disponível em disco; mínimo de 256MB de memória; leitor de CD-ROM

#### **44) VOLP E EDITORAS AGOSTO 11, 2009, 9:53 AM**

Penso que continuará a haver muitas objeções, muitos atrasos por isso mesmo, talvez algumas adaptações nossas (o Brasil abriu um precedente com o seu coerdeiro...), mas que, como Bechara, penso também que se trata de um acordo entre Governos e que a entrada em vigor do novo AO em Portugal será irreversível. Não vejo um novo Governo a desdizer uma promessa feita oficialmente ao Brasil pelo nosso Presidente da República. Discordo de Bechara quanto à sua desculpa de que o Vocabulário Comum se referia só a questões científicas e técnicas. O objectivo final do acordo é o de um Dicionário Comum; ora este só será possível com um Vocabulário Comum prévio, que considere o VOLP PB, um VOLP PE, a Galiza, termos mais comuns dos PALOP, etc. São Tomé e Cabo verde vão já na onda. Quando Angola vir vantagens em seguir o Brasil, como é natural, e se espera, que podemos nós fazer? Quanto à Leya e à Porto Editora, já têm investimentos volumosos no novo AO. Veremos o que farão quando tivermos o necessário VOLP PE anunciado pela ACL, e houver mesmo uma lei na língua para o acordo de 1990. Cumprimentos do D' Silvas Filho

#### **45) 06/08/2009 - 09h47 Portugueses resistem a adotar nova ortografia \*MARCOS STRECKER\* da \*Folha de S.Paulo\***

Desde o início do ano, o novo Acordo Ortográfico já é uma realidade no Brasil. Mas em Portugal, por enquanto, não há acordo. As novas regras aprovadas no país em 2008 previam sua adoção em até seis anos. Os ministérios da Educação e da Cultura cogitaram sua rápida aplicação, de forma escalonada, já a partir de 2009. Mas o movimento contrário à reforma, iniciado ano passado, se expandiu e provoca dúvidas. Um abaixo-assinado contrário ao acordo, liderado pelo tradutor e ex-deputado Vasco Graça Moura, alcançou mais de 113 mil assinaturas. A petição "Manifesto em defesa da língua portuguesa contra o Acordo Ortográfico" foi apreciada por uma comissão parlamentar, onde um relatório do deputado Feliciano Barreiras Duarte foi aprovado recomendando a apreciação pela Assembleia Nacional. Isso ocorreu em maio passado. Na ocasião, a maioria governista descartou rever a sua aplicação. O movimento contrário aposta nas eleições legislativas de setembro para conseguir força política e forçar a revisão.

#### **\*Editoras\***

Os dois maiores grupos editoriais do país (Leya e Porto Editora) ainda não têm planos de adotar a nova ortografia. Principal crítico do acordo ortográfico em Portugal, o tradutor Vasco Graça Moura diz que o grande número de assinaturas que conseguiu reunir já era esperado. "Não se esqueça de que dispomos de nove pareceres qualificados contra o Acordo, não havendo nenhum a favor dele", afirmou. Graça Moura diz que a petição antirreforma continua aberta à subscrição e calcula que dentro de alguns meses as assinaturas terão duplicado. "É sintoma da indignação geral que o Acordo vem causando." O político acha que a discussão está longe de terminar. "Considero que é possível evitar a adopção [ele pediu para manter o "p" mudo na grafia da palavra] de um documento absolutamente aberrante em Portugal", disse. "É certo que o acordo não foi adoptado em Angola, nem em Moçambique, nem na Guiné-Bissau, pelo que não vale nada como acordo internacional e não pode considerar-se em vigor. Sem contar que adoptá-lo nessas condições seria estimular o fosso ortográfico que tanto se dizia querer evitar." Graça Moura diz que o acordo é inconstitucional e beneficia sobretudo o Brasil, já que as adaptações são menos numerosas aqui. Para o tradutor, "o Brasil quase não teve de fazer cedências e vê abrir-se a porta de grandes mercados à sua indústria editorial e a um reforço de influência política e cultural no plano transcontinental". O professor de linguística portuguesa e de fonologia António Emiliano, da Universidade Nova de Lisboa, diz que a publicação do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa neste ano, pela Academia Brasileira de Letras, contraria o segundo artigo do acordo assinado em 1990, que previa uma edição comum aos países. Diante das críticas, a Academia das Ciências de Lisboa divulgou em 25 de junho um comunicado se comprometendo a lançar uma edição portuguesa do "Volp" até o final do ano. "Isso não satisfaz. O "Volp" brasileiro e o que a Academia das Ciências de Lisboa tenciona elaborar até ao fim do ano não cumprem os quesitos do acordo", diz Emiliano. Segundo Graça Moura, "a edição do "Volp", se chegar a ser feita, não pode escamotear a questão do vocabulário científico e técnico também exigido pelo Acordo". (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u605819.shtml>)

Ruy Jobim Neto, Cia. Mestremundo de Histórias (11) 9524-1968 [jobimneto.ryu@gmail.com](mailto:jobimneto.ryu@gmail.com)

#### **46) Corretor ortográfico para nova grafia**

27/07/2009 16:14:52 Por **Fernando Souza Filho** <http://pcmag.uol.com.br/conteudo.php?id=2183>

A Positivo Informática, maior fabricante de computadores do Brasil e líder no segmento de tecnologia educacional, está lançando o Novo Corretor Aurélio 2.0, nova edição do conhecido pacote de ferramentas linguísticas e o primeiro a oferecer suporte total às alterações propostas pelo Acordo Ortográfico, incluindo um conversor automático de textos para a nova grafia. A nova versão também inclui diversas melhorias para a correção sintática e ortográfica, além de um novo dicionário temático de linguagem informal e milhares de novas palavras. Compatível com os principais aplicativos da Microsoft para o Windows, entre eles o pacote Office (Word, Excel, Power Point e Access), Outlook, Works, FrontPage e Publisher, o editor de texto incluído no novo Corretor Aurélio 2.0 oferece suporte ao formato docx do Microsoft Office. Desenvolvido pela empresa portuguesa Priberam, especialista em tecnologias linguísticas, em parceria com a Positivo Informática, o Novo Corretor Aurélio 2.0 permite ao usuário optar a qualquer momento se pretende usar a grafia segundo o novo Acordo Ortográfico ou a grafia pré-Acordo. O Novo Corretor Aurélio 2.0 também conta com um conversor de textos para a grafia segundo o Acordo Ortográfico. Este programa é capaz de converter de forma totalmente automática o texto de um livro com duzentas páginas em menos de um minuto, usando um computador com configuração média de mercado. Outra novidade é um dicionário de linguagem informal que reúne palavras não recomendadas para uso formal ou corrente. São expressões de língua familiar ou popular, entre elas palavras consideradas grosseiras ou obscenas, e que normalmente não recebem sugestões de correção. O dicionário de linguagem informal vem se somar aos outros oito dicionários presentes desde a edição anterior, com termos específicos de oito diferentes áreas de conhecimento - artes; ciências da saúde; ciências exatas, engenharias e técnicas; ciências históricas, geográficas e afins; ciências naturais; ciências sociais; filosofia, linguística, letras e teologia e nomes próprios estrangeiros. Preço médio: R\$ 99,90.





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

47) Educadores prestigiam palestra sobre acordo ortográfico Segunda-feira, dia 27 de Julho de 2009  
[http://www.aquidauanews.com/index.php?action=news\\_view&news\\_id=150255](http://www.aquidauanews.com/index.php?action=news_view&news_id=150255)

Os coordenadores, professores e diretores das escolas municipais de Paranaíba, a secretária de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, Jane Paula da Silva Colombo, e técnicos da Secretaria participaram de uma palestra sobre o novo acordo ortográfico, com a doutora Marlene Durigan, da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), no sábado (25/7), às 7h30, no auditório das Fipar (Faculdades Integradas de Paranaíba). Mais de 190 educadores compareceram nesta atividade pedagógica. Marlene Durigan apresentou um histórico das tentativas de acordo entre Brasil e os outros países que falam o português, desde o ano de 1931. As mudanças do novo acordo ortográfico visam universalizar a língua portuguesa, facilitando o intercâmbio cultural entre os países que falam esta língua. A população terá até o fim de 2012 para se adaptar às novas regras. A nova ortografia será a única considerada correta. No Brasil 0,5% das palavras sofrerão modificações, em Portugal e nos restantes países que falam o português, as mudanças afetarão cerca de 2.600 palavras, ou seja, 1,6% do vocabulário total. De acordo com Marlene Durigan, com o acordo, o alfabeto passou a ter 26 letras, ao incorporar as letras "k", "w" e "y". O texto traz alterações significativas na acentuação de algumas palavras, extingue o uso do trema, padroniza a utilização do hífen, entre outras.

48) **DUARTE AFONSO O Ministro da Cultura e o Acordo Ortográfico**

[http://www.jornaldamadeira.pt/not2008\\_12.php?Seccao=12&id=129399&sdata=2009-07-25](http://www.jornaldamadeira.pt/not2008_12.php?Seccao=12&id=129399&sdata=2009-07-25)

A Camões, Fernando Pessoa, Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco, José Régio, e tantos outros vultos da nossa cultura e da nossa história, estejam onde estiverem, devem sentir-se ofendidos e indignados pela forma irresponsável como o nosso governo e os responsáveis pelo acordo ortográfico têm tratado e continuam a tratar a nossa língua. A pretexto de a expandir e fortalecer, levantaram um monstro chamado acordo ortográfico que estava moribundo e abandonado desde 1990, devido à sua inutilidade e ao perigo que representa para a nossa língua, conforme foi demonstrado em várias ocasiões por muitos especialistas entendidos na matéria e por várias Instituições designadamente a Associação Portuguesa de Linguística e a Faculdade de Letras de Lisboa, que se pronunciaram pela imediata suspensão do mesmo. É precisamente esse monstro que os seus defensores, ingenuamente e atabalhoadamente ataviaram agora de cordeiro, para disfarçadamente e sorrateiramente poder atacar a nossa língua e prejudicar o nosso País, de forma inadmissível e vergonhosa. Infelizmente, apesar dos pareceres elaborados por especialistas competentes continuarem alertar para as múltiplas deficiências e perniciosas consequências deste acordo, foi o mesmo que bradar no deserto, ou chover no molhado; foram simplesmente ignorados sem apelo nem agravo. Ainda há bem pouco tempo o ministro da cultura, veio a terreiro anunciar que o acordo ortográfico irá entrar em vigor ainda este ano. Tanta pressa para quê? E porquê? O ministro da cultura em vez de cuidar do seu ministério que bem precisa, entretém-se a dizer disparates e a promover a ignorância. Esquece-se o sr. ministro que a entrada em vigor desse chorrilho de disparates a que chamam acordo ortográfico não depende só do seu ministério nem da sua vontade. Além disso, o mesmo não tem o mínimo de condições para entrar em vigor. E porquê? Além de outras razões, ainda não foi elaborado um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, como impõe o próprio acordo. Importa ainda salientar, que o documento a que chamam acordo ortográfico, não foi objecto de discussão pública como exigem as regras da democracia e como o impõe a própria Constituição, atendendo que é a nossa língua que está em causa. O governo promoveu colóquios, congressos ou seminários para debater o acordo ortográfico? Deu oportunidade ao Povo para exercer o direito de cidadania nesta matéria? Ouviu as pessoas que lidam directamente com a escrita? Ouviu os escritores, os cientistas, os professores, os tradutores, os jornalistas, os agentes culturais e outros? Não, não promoveu debates, nem ouviu ninguém. Procedeu da mesma maneira como procedeu com o Tratado de Lisboa, virando as costas ao Povo, depois de ter prometido um referendo em campanha eleitoral. O Estado não podia nem pode atribuir-se o direito de legislar sobre uma matéria tão importante como é a nossa língua, porque é um atentado contra a sua própria essência. Além disso é também uma falta de respeito para com o nosso Povo, ao tratá-lo como se fosse acéfalo e não tivesse competência para dar a sua opinião em assuntos que lhe dizem respeito, como é o caso da nossa língua. Os defensores do acordo ainda não se aperceberam que o mesmo tem mais a ver com política e menos com cultura. Visto numa perspectiva de globalização e capitalismo faz todo o sentido. O que está em causa não é fazer pequenos ajustamentos na nossa língua, mas sabermos se queremos viver numa cultura híbrida imposta pela globalização, ou se queremos conservar a nossa própria cultura. Por outro lado ao contrário do que dizem alguns, uma língua quanto mais diversificada for, mais bela, mais rica, mais sólida se torna. todos conhecemos a força e o poder da língua inglesa, e não tem nenhum acordo a regê-la. Não precisa de acordos para que as suas variantes Britânica, Americana, ou Australiana sejam inteligíveis. A União Europeia não tem uma língua comum, mas esse facto não impediu nem impede, a integração política e económica dos Países que a compõem. Do mesmo modo, também não impediu nem impede um saudável intercâmbio cultural e social. Afirmam ainda os defensores do acordo, que o mesmo irá contribuir para a expansão da nossa língua. Pura mentira, triste ilusão. A língua expande-se através de relações culturais com todos os Países e com a colocação de Professores nesses mesmos Países, principalmente onde temos emigrantes, e não com acordos tontos, nem com propaganda mentirosa e doentia que é o que este governo sabe fazer. A língua portuguesa, sempre permitiu e continua a permitir com êxito a comunicação entre os Países da C.P.L.P e de todo o mundo. Deixem-na seguir o seu caminho e fazer o seu trabalho maravilhoso como sempre fez, sem interferências políticas que só servem para a enfraquecer. Refira-se ainda que esse embuste chamado acordo ortográfico, foi elaborado em 1990, o qual deveria entrar em vigor em 1994, depois de depositados os instrumentos de ratificação por parte de todos os Países junto do governo português. O mesmo nunca entrou em vigor por razões de inadequação e pelo desinteresse de vários desses Países subscritores. Perante esse facto, em 2004 os ministros da educação da CPLP reuniram-se em Fortaleza, no Brasil para elaborarem um protocolo modificativo, de modo a que esse mesmo acordo pudesse entrar em vigor com a ratificação de apenas três Países. Aqui impõe-se a seguinte pergunta: Se esse acordo não foi ratificado por não ter qualidade, como já foi largamente demonstrado e documentado por vários pareceres elaborados por muitos linguistas do nosso País, por que é que vieram agora desenterrar esse cadáver a toda pressa? Porque será que foi preciso fazer um protocolo para que o mesmo pudesse entrar em vigor apenas com a ratificação só de três Países? Até parece que a nossa língua foi posta à venda a retalho. Como o acordo não foi ratificado por todos os intervenientes, baixou-se a exigência para que o produto pudesse entrar no mercado com mais facilidade. Também não deixa de ser curioso que esse protocolo tivesse sido elaborado só pelos ministros da educação da CPLP, à revelia da comunidade científica e educativa e com a ausência de debate público, tudo cozinhado nas costas do Povo. Assim se defende a nossa língua, assim se pratica a democracia. Por fim, resta-me acrescentar que a nossa língua está constitucionalmente protegida como património cultural do nosso País, nos termos dos artigos 9º e 78º da Constituição. e tivermos em conta que o acordo ortográfico virá causar-lhe danos irreparáveis e inaceitáveis em Portugal, é um imperativo nacional e cultural defendê-la, e fazer uso do artº 52 da Constituição para que esse monstro não a possa desfigurar de forma irreversível. Romancista

49) **um ano depois da promulgação 21jul09 jornal o sol**

[http://sol.sapo.pt/PaginalInicial/Cultura/Interior.aspx?content\\_id=142608](http://sol.sapo.pt/PaginalInicial/Cultura/Interior.aspx?content_id=142608)

A promulgação foi na altura saudada como um passo importante para começar a concretizar-se a reforma ortográfica consagrada no Acordo. Mas houve também reacções de condenação. Foi um passo muito importante em prol da promoção da língua portuguesa numa perspectiva estratégica, diplomática e económica», declarou então à Lusa o linguista Malaca Castelleiro, um dos principais apoiantes do Acordo. Realçou, a propósito, o «grande interesse» pela língua portuguesa existente «no mundo de língua espanhola» e no «mundo oriental», designadamente na China, onde se regista uma grande oferta de licenciaturas em Português.

Também na sequência da promulgação, o escritor Vasco Graça Moura, um dos signatários do Movimento pela Defesa da Língua Contra o Acordo Ortográfico, disse ter um «único comentário» a fazer: o de que «um silêncio indignado vale mais do que 10 mil

REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

palavras». Para que a promulgação presidencial fosse possível, teve de ser ratificado na Assembleia da República o Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico, o que aconteceu a 16 de Maio, com os votos favoráveis do PS, PSD, Bloco de Esquerda e de sete deputados do CDS. O Segundo Protocolo Modificativo estipula, basicamente, que o Acordo entra em vigor «com o terceiro depósito de instrumento de ratificação» e estará «aberto à adesão» de Timor-Leste. Timor-Leste, na altura da aprovação do Acordo, em 1990, não era ainda independente e apenas em 2002 aderiu à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP. Apontado pelos apoiantes como a via certa para a unificação da grafia da língua portuguesa e pelos opositores como um documento sem préstimo e cheio de incorrecções que só complicará o cenário linguístico, o Acordo tem já, em Portugal e no Brasil, alguns «praticantes», nomeadamente jornais que passaram a escrever pelas novas regras. Oficialmente, as autoridades portuguesas têm feito saber do seu empenho em que até ao final do ano os organismos e instituições dependentes do Estado adoptem a nova grafia. O Acordo foi elaborado pela Academia das Ciências de Lisboa, a Academia Brasileira de Letras e representantes dos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Aprovaram-no, depois, os titulares da Cultura dos sete, numa reunião em Lisboa, em meados de Dezembro de 1990. Lusa / SOL

#### 50) CPLP define 5 de maio Dia da Língua Portuguesa e Cultura 20-07-2009 14:33:35



Cidade da Praia, 20 jul (Lusa) - O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) aprovou nesta segunda-feira, na Cidade da Praia, a data de 5 de maio como o "Dia da Língua Portuguesa e da Cultura" do espaço lusófono, a ser celebrado obrigatoriamente todos os anos. A iniciativa pretende reforçar os papéis do Português e da Cultura lusófona no mundo, contando com o apoio do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), através da planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão do idioma oficial da comunidade. O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa aprovou hoje também, em Cabo Verde, a nova visão estratégica de cooperação, que visa sobretudo dar maior coerência e eficácia ao alinhamento da cooperação comunitária entre os "oito". Segundo disse à Agência Lusa o diretor de Cooperação da CPLP, Manuel Lapão, a nova visão estratégica da cooperação no espaço da CPLP "terminará com os projetos desgarrados e passam a existir projetos setoriais".

"As reuniões ministeriais têm capacidade de criar fundos autônomos para os seus projetos e o que defendemos é que essa situação não se verifique sempre que os desembolsos estejam colocados dentro do fundo especial, que é o instrumento financeiro que já existe para o efeito", disse à Lusa Manuel Lapão.

#### 51) Unificação da ortografia vai facilitar afirmação da Língua

20-07-2009 14:51 Luanda Luanda - O decano do Instituto Superior de Ciências de Educação (Isced) de Luanda, Daniel Mingas, considerou hoje, segunda-feira, que a unificação da ortografia da Língua Portuguesa permitirá uma maior afirmação do idioma, no contexto internacional e facilitará o processo de ensino e aprendizagem. Falando à margem da mesa redonda sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promovida pelo Isced, o decano referiu que o debate teve como objetivo analisar as principais alterações em termos de grafia, vantagens e desvantagens apresentadas em torno da discussão, bem como contribuir para que o estado angolano tome uma posição. Segundo Daniel Mingas, a unificação desta língua partilhada por oito estados geograficamente distantes vem responder a necessidade de se adaptar o idioma as novas exigências de integração. A uniformização, explicou, será vantajosa para Angola, pois a maior parte da bibliografia utilizada no país é de origem brasileira e portuguesa, o que facilitará o processo de ensino e aprendizagem da própria língua. Na sua ótica, a etapa mais difícil deste processo é a da implementação por implicar gastos avultados, a elaboração de novos programas de Língua Portuguesa a todos os níveis e a mudança de manuais que afetará o próprio mercado de produção de livros. De acordo com o decano, a existência de uma dupla grafia limita a dinâmica do idioma e as diferenças criam obstáculos em todos os planos, em que a forma escrita é utilizada, seja a difusão cultural (literatura, cinema, teatro), de informações ou seja nas relações comerciais (textos de contratos). O debate foi conduzido pelo docente António Costa que deu a conhecer aos presentes as principais características do acordo, bem como os argumentos a favor e contra a sua implementação entre os países da Comunidade de Língua Oficial Portuguesa (CPLP). António Costa esclareceu que o acordo, cuja nova versão é discutida desde 1990, privilegia o critério fonético, em detrimento do critério etimológico, perspectiva justificada pela supressão das chamadas consoantes mudas. Por outro lado, não interfere nas diferenças da linguagem oral, nem nas divergências gramaticais. As mudanças incidem sobre o alfabeto que passa a ser constituído por 26 letras, contra as 23 anteriores (introdução do k, w e y), uso do hífen, de maiúsculas e minúsculas, uso facultativo de maiúsculas e minúsculas, supressão gráfica das consoantes mudas, grafia das palavras agudas ou oxítonas, graves e esdrúxulas. Com a supressão gráfica das vogais mudas, palavras como ação, facto e óptimo passarão a luz da nova grafia a serem escritas da seguinte forma: fato, ação e ótimo. Atualmente, apenas Portugal, Brasil, Cabo Verde e São Tomé assinaram o protocolo modificativo, que altera, da sua versão original, a licença de colocar em prática as novas regras pelos países que já assinaram o protocolo, sem esperar pelos restantes membros da CPLP. O evento contou com a presença do embaixador de Portugal em Angola, Fernando Ribeiro Teles, do cônsul geral da Guiné Bissau, Isaac Monteiro, o adido cultural da embaixada do Brasil, José Renato Ferreira, docentes e discentes do Isced.

#### 52) ADENDA AO VOLP

A Academia Brasileira de Letras publicou uma lista de palavras que foram publicadas incorretamente na edição 2009 do VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa). O arquivo (PDF) com a errata está disponível para cópia em [http://www.academia.org.br/abl/media/Encarte\\_VOLP\\_5\\_Edicao\\_web.pdf](http://www.academia.org.br/abl/media/Encarte_VOLP_5_Edicao_web.pdf)

#### 53) Academia das Ciências de Lisboa (ACL) nova edição do Vocabulário da Língua Portuguesa

1. 1.A Academia das Ciências de Lisboa (ACL) acaba de enviar para a imprensa um comunicado no qual anuncia uma nova edição do Vocabulário da Língua Portuguesa, com os neologismos de uso corrente generalizado, incorporados no léxico comum ao longo dos últimos quarenta anos.

Sublinha que este vocabulário será realizado nos termos do Acordo Ortográfico (1990). A publicação será feita pela Imprensa Nacional.

Fala num futuro Vocabulário Comum da lusofonia, com a contribuição de todos os países signatários e da Galiza.

No programa Páginas de Português realizado pela Ciberdúvidas na Antena 2, em 5 do corrente, o Professor Artur Anselmo esclareceu que será um Vocabulário resumido, com cerca de 60 000 a 70 000 entradas, com base no Vocabulário de Rebelo Gonçalves, completando e actualizando a obra da ACL de 1970.

Não será, portanto, exaustivo como o VOLP brasileiro, considerando que este contém muitos lexemas regionais não usados em Portugal. Terá duplas grafias (falou em triplas e em quádruplas..., o que me pareceu excessivo, pois estas serão já muito raras).

O financiamento virá das vendas da editora. O texto será entregue para impressão em princípio de Outubro, e a publicação estará nas bancas no fim do ano corrente.

Quanto ao Vocabulário Comum, disse, como era de esperar, que os diversos países signatários terão depois de se entender.

Concluiu, sensatamente, que é preferível os assuntos serem estudados com profundidade a serem-no com precipitação.

1.2 Na mesma emissão, o Professor Malaca Casteleiro informou que tem em estudo um Dicionário Ortográfico e de Pronúncia do Português Europeu, com muito mais de 100 000 entradas. Esta obra inclui morfologia, flexões (também verbais) e, além da ortografia,



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

também a fonética, com base no Dicionário da ACL 2001, no Grande Dicionário da Porto Editora e noutros trabalhos. Depreende-se que não é propriamente um dicionário, com acepções.

As bases de estudo serão: o Vocabulário de Rebelo Gonçalves e o de Pedro Machado. O projecto foi iniciado em Novembro de 2008 e estará concluído em Outubro de 2010. Foi financiado com 70 000 euros de dinheiros públicos, instalações e logística. O projecto terá de encontrar ainda uma editora interessada na publicação.

## 2. Comentários

### 2.1 ACL

a) O Vocabulário da ACL tem a vantagem de permitir rapidamente pôr o novo AO em vigor, dado que uniformiza as variantes do português europeu no novo AO. Sem esta uniformização legal (ainda não foi retirada à ACL o direito de fazer lei na língua) continua a não ser aceitável que o novo AO entre em vigor. As publicações comerciais já existentes apresentam soluções algumas vezes díspares e o VOLP brasileiro não contempla muitas das nossas variantes (referências várias foram feitas em Ciberdúvidas). Há pressa em ter um Vocabulário para o novo AO em vigor, para haver acompanhamento nosso no esforço que o Brasil está já a fazer na lusofonia com o seu VOLP, publicado no início deste ano.

Este vocabulário resumido da ACL tem o inconveniente de ser uma solução minimalista em relação ao VOLP brasileiro, de 350 000 entradas. Não ficamos muito prestigiados na lusofonia. Espera-se que possa haver, depois, um VOLP do português europeu mais completo. Fica a dúvida sobre como será a sigla deste vocabulário resumido da ACL. Lembra-se que o Brasil foi buscar a sua sigla ao Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) da ACL de 1940, que aliás constituiu a base para o vocabulário brasileiro nessa altura (bons tempos estes da ACL...). O Vocabulário agora em estudo da ACL, na comunicação à imprensa intitulado Vocabulário da Língua Portuguesa, será só VLP? Enquanto não houver sigla oficial designarei o brasileiro por VOLP PB e o da ACL resumido por VOLP PER.

b) O facto de a ACL falar num Vocabulário Comum, com a contribuição de todos os países signatário e da Galiza, significa que a ACL interpretou bem o espírito do Acordo de 1990. Esta reforma ortográfica planetária da língua portuguesa só se concretizará quando houver um Dicionário Comum para toda a lusofonia, no qual se poderão encontrar as diversas variantes legais no universo da língua. Isto implica a necessidade prévia de haver um acordo quanto a um Vocabulário Comum.

c) Independentemente dos encargos com a publicação, há encargos com o estudo. Parte-se do princípio de que a ACL dispõe já de verbas para esse fim, pois que ainda há pouco tempo afirmava que não tinha disponibilidades para elaborar um VOLP PE.

d) Enquanto a ACL continuar a ter sérias responsabilidades oficiais na língua, não pode de novo sujeitar-se a críticas como aquelas que lhe foram feitas no Dicionário 2001, que apadrinhou. Esse dicionário apresentava muitas virtualidades, nomeadamente ser de facto contemporâneo e não uma cópia de outros, trazer a novidade da pronúncia e muitas abonações; mas enfermava de um excesso de abertura a barbarismos, que escandalizou as pessoas extremosas na língua.

Supõe-se que para este projecto a ACL terá reunido uma equipa competente alargada e multidisciplinar. Não basta o apoio dos dois mencionados Professores Maria Helena da Rocha Pereira e Aníbal Pinto de Castro. Já será de louvar se estes catedráticos conseguirem fazer um trabalho completo de coordenação e uniformização científica.

Sublinha-se que a cópia simples do VOLP PB é inaceitável, pois algumas das nossas variantes costumam ter preocupações etimológicas mais exigentes (ex.: húmido e não a única entrada úmido do VOLP PB). Por outro lado, espera-se que algumas soluções brasileiras aceitáveis sejam ponderadas, como, por exemplo, as brasileiras escâner, estresse, toalete, preferíveis a algumas que têm sido publicadas ultimamente em Portugal: a criticável \*scaner (**sc** inicial está abolido da língua desde o princípio do século passado); a inaceitável \*stresse (**st** inicial sempre se converteu do latim em **es**); a incompreensível \*toilete pronunciada **tuã** (o encontro vocálico **oi**, nunca foi entre nós o ditongo **uã**).

Certamente que para a execução pormenorizada e laboriosa dos verbetes (pesquisa, recolha, tratamento informático) terão sido incumbidos colaboradores mais jovens, dada a idade provecta em média dos académicos da ACL. Isto porque, partindo do princípio de que o trabalho não terá começado há muito tempo, digamos um mês, temos cerca de 16 semanas a 5 dias, até Outubro (com Agosto de permissão...), o que dá a necessidade de análise de quase 1000 verbetes por dia, atendendo ao tempo depois disponível para a organização e revisões finais. Esperemos que a data prometida pelo Professor Artur Anselmo se realize. Portugal está cansado de promessas que acabam por não se cumprir ou por serem depois realizadas "em cima do joelho" como diz o povo. Não era nada gratificante para Portugal que a ACL se sujeitasse agora a críticas no seu Vocabulário.

### 2.2 Obra do Professor Malaca Casteleiro

A língua muito deve ao Professor Malaca Casteleiro, pelo seu espírito de inovação e pelo esforço que tem feito na elaboração dos projectos e acordos ortográficos, em colaboração com os também reputados cientistas do Brasil. O trabalho que agora tem em projecto parece ser muito útil e, pelo menos, é mais ambicioso do que o da ACL. Faz-se votos para que não insista nos termos que escandalizaram a comunidade linguística no seu dicionário da Academia 2001.

Este Vocabulário não resolve o problema da urgência em termos um VOLP do português europeu, nem há a certeza de que tal trabalho faça lei na língua.

## 3 A dispersão de esforços

Lembra-se, muito vivamente, de que devem ter também uma palavra a dizer no VOLP PE oficial outras entidades muito competentes na língua, como o ILTEC, e que há uma acervo linguístico considerável no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

No país, parece que os sucessivos poderes fazem em voltar tudo à estaca zero, perdendo-se tempo e meios, só para politicamente não aceitarem o que de positivo outros fizeram; ...e essa "falta de unidade" trava a comunhão de esforços, que é multiplicativa. Na língua, a "falta de unidade" é também gritante. Temos o Instituto Camões dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros; temos o empenho na língua do Ministério da Cultura; não deixa de ser fundamental na língua o Ministério da Educação; e, finalmente, temos, arvorando-se de autoridade na língua, a ACL, dependente do Ministério da Ciência e Tecnologia... Cada um com a sua capelinha.

Assim, o que legitimamente os portugueses perguntam é para quando Portugal terá uma *Academia Portuguesa de Letras*, como têm os países que respeitam a sua língua, nomeadamente a Espanha, com a prestigiada *Real Academia da Língua Espanhola*, ou o Brasil, com a sua ilustre *Academia Brasileira de Letras*. Uma Academia Portuguesa com um escol de linguistas e escritores respeitados, que verdadeiramente superintendesse na língua, não só por princípio hierárquico estabelecido, mas onde estivesse representada a superior competência linguística ou artística nas letras, do país.

Este desprezo pela importância fundamental do património linguístico é bem uma responsabilidade de todos os governos, que frequentemente parece estarem mais preocupados com os problemas corporativos dos partidos do que com os valores nacionais.

## 4. Papel de Ciberdúvidas

Que fique bem claro que as minhas preferências, críticas ou atitudes, algumas vezes mais duras, sobre as entidades das quais depende a língua, não comprometem em nada Ciberdúvidas. São sempre de responsabilidade pessoal.

Nas palavras lapidares do seu fundador, o Jornalista José Mário Costa: «*Ciberdúvidas existe para esclarecer, noticiar e debater tudo à volta da nossa língua. Sem tabus nem preconceitos. Nem capelinhas. .... Ponto de honra!*».

É, portanto, no espírito de liberdade pessoal assim generosamente concedido, que me exprimo frequentemente com veemência, procurando traduzir o amor pela nossa língua portuguesa, bem precioso que todos, consultores e já inúmeros consulentes, sempre procuramos dignificar e defender, neste amplo fórum de **unidade** e estudo.





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

D' Silvas Filho (WWW. [dsilvasfilho.com](http://dsilvasfilho.com))

#### 54) Língua portuguesa ensinada no Uruguai

Esta semana a revista *Língua Portuguesa* da editora segmento publicou um artigo sobre a disseminação da Língua Portuguesa no Uruguai, enfatizando que o país adotará nossa língua como segundo idioma nas escolas públicas a partir de 2010. anexo cópia da pag. 8 da revista nº 45 de julho de 2009



Demanda: centenas de cartazes espalhados pela capital uruguaia oferecem curso de português

nessas regiões casos de crianças cuja primeira língua é o português, além da presença de dialetos muito semelhantes ao "portunhol", fato que não é visto como algo negativo pela ministra Maria Simón, que é a favor da ampliação do conhecimento de ambas as línguas.

A previsão é de que em 5 anos os jovens uruguaios estejam aprendendo português, e que em 11 anos o idioma já esteja amplamente disseminado. A medida tem como objetivo diminuir as diferenças sociais no Uruguai, uma vez que somente o ensino privado, até então, oferecia o ensino de línguas, resultando em oportunidades desiguais para a população. Além disso, não está prevista a contratação, para as aulas de português, de professores brasileiros, mas sim a capacitação de professores uruguaios.

### Brasil no Uruguai

**A partir de 2010, língua portuguesa será o segundo idioma nas escolas uruguaias**

Maria Simón, ministra uruguaia da Educação e Cultura, anunciou que seu país adotará a língua portuguesa como segundo idioma nas escolas públicas a partir de 2010. De acordo com a ministra uruguaia, a inserção do idioma português será lenta e gradual, e começará pelas cidades fronteiriças, onde o bilinguismo já é uma realidade. Há inclusive

#### 55) CPLP chega a consenso sobre reforma de instituto do idioma 3-07-2009 15:40:59

Lisboa, 3 jul (Lusa) - O conselho da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) alcançou nesta sexta-feira um consenso sobre o modelo de reforma do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), a ser formalmente adotado no próximo conselho de ministros dos "oito". Lauro Moreira, embaixador do Brasil junto da CPLP, disse à Agência Lusa que o avanço foi grande na reunião de hoje do conselho de concertação extraordinário, permitindo "chegar a um consenso" e "culminar um processo de estudos, reflexões e debate interno". "Finalmente pudemos chegar a algumas conclusões mais concretas, que se referem aos eternos problemas de dar maior leveza à estrutura do IILP, fazer com que sejam fixados de maneira mais clara os objetivos e atribuições, tocar na própria sistemática de indicação de diretores", afirmou. "Há um consenso hoje de que do jeito que está é impossível ficar. Impõe-se uma reforma urgente", adiantou Moreira. IILP foi idealizado em 1989, antes mesmo da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), foi criado em 1999 e começou a funcionar, oficialmente, em 2002, na Cidade da Praia, em Cabo Verde. No entanto, a instituição dirigida pela angolana Amélia Mingas, que tem como objetivo a defesa e a promoção da língua portuguesa, não tem funcionado na prática. Segundo Lauro Moreira, as ideias saídas da reunião de hoje do comitê de concertação permanente serão incorporadas num projeto de resolução, a ser elaborado pelo secretariado executivo. Este será levado ao Conselho de Ministros, na cidade da Praia, nos dias 19 e 20 deste mês. Moreira adianta que a reforma vai no sentido de definir uma estratégia de atuação e atribuições e de "profissionalizar" a escolha do diretor e do corpo técnico em geral, através de concurso público entre os países-membros, à semelhança do que aconteceu já com o diretor-geral, cargo ocupado por Hélder Vaz. "O IILP não é um centro cultural, é um espaço de reflexão de língua portuguesa e de atuação em matéria de políticas da língua. Há um consenso de que não é um órgão político", afirma. O "problema", defende, não está na atual direção, nem no fato de ser "fulano ou beltrano" a ocupar o cargo. "Para se levar adiante esta re-estruturação toda é preciso uma modificação do próprio regimento interno e dos estatutos da CPLP nalguns aspetos, o que exige tempo, só pode ser feito em sedes mais altas. Não se pode mudar da noite para o dia, mas é um começo muito importante", disse à Lusa o diplomata brasileiro. Além de uma reforma, adiantou, deverá ser feito "um apelo" a todos os países para que constituam as suas comissões nacionais, o que até agora só fizeram Brasil, Moçambique e Angola. O secretário executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, não se quis pronunciar sobre a reunião de hoje.

Copyright © 2003 Agencia Lusa. Todos os direitos reservados. [www.lusa.pt](http://www.lusa.pt)

REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

**56) Escritores protestam contra acordo ortográfico AGÊNCIA BRASIL Sexta-feira, 03/07/2009 - 14:12**

Paraty (RJ) - Um antigo casarão de Paraty foi palco na manhã de hoje de um protesto contra o acordo assinado entre oito países de língua portuguesa para uniformizar a ortografia. Os [autores](#) angolano Ondjaki e brasileiro Marcelino Freire acusaram o acordo de atender a interesses comerciais e chamaram a atenção para o impacto das novas regras para as próximas gerações. "Eu adotei o acordo para os textos que publico, mas o faço com profundo pesar. Trata-se de uma questão comercial", disse Freire, autor de *Balé ralé*. As reservas de Ondjaki quanto à implantação do acordo recaem sobre a educação infantil. "Como vamos educar, do ponto de vista da grafia, as próximas gerações? Qual é o plano para as crianças?", questionou o angolano, que publicou *Bom dia*, camaradas. Os dois participaram da mesa literária Acordo ortográfico em questão, na Casa da Cultura, dentro da programação oficial da VII Festa Literária Internacional de Paraty (Flip). Ondjaki queixou-se ainda da falta de uma ampla consulta que referendasse o acordo. "Os países não foram auscultados. Apenas um grupo de pessoas tomou a decisão. Não está claro que a maioria quer as mudanças. A decisão veio de cima. Não pode ser uma decisão política. A língua pertence a todos", afirmou, acrescentando que, em Angola, a adoção do acordo ortográfico foi "profundamente ignorada".

[http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2009/07/03/Brasil/Escritores\\_protestam\\_contra\\_acord.shtml](http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2009/07/03/Brasil/Escritores_protestam_contra_acord.shtml)

**57) Brasil: É preciso discutir questões sociais e políticas antes de pensar a unificação ortográfica - Mia Couto**

Rio de Janeiro, Brasil, 03 Jul (Lusa) -- Antes da unificação da grafia da língua portuguesa nos países africanos que falam oficialmente o português, é preciso discutir questões do âmbito social e político, defende o escritor moçambicano Mia Couto para quem a reforma ortográfica não faz sentido. Lusa 6:32 Sexta-feira, 3 de Jul de 2009

[http://aeiou.expresso.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=ex\\_stories/524210](http://aeiou.expresso.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=ex_stories/524210)

Rio de Janeiro, Brasil, 03 Jul (Lusa) -- Antes da unificação da grafia da língua portuguesa nos países africanos que falam oficialmente o português, é preciso discutir questões do âmbito social e político, defende o escritor moçambicano Mia Couto para quem a reforma ortográfica não faz sentido. "Eu não tenho uma posição militante em relação a isso, não dou essa importância. Reconheço que pode haver algumas razões para se fazer uma reforma ortográfica. Eu sou crítico ao discurso que foi feito para justificar o acordo para ficarmos mais próximos, para nos entendermos melhor, isso é mesmo mentira", disse. Para Mia Couto, os falantes da língua portuguesa já se entendem, "é mentira que tenhamos nos afastado do ponto de vista cultural do conhecimento". E complementa que "nós já nos entendemos, eu sempre li brasileiros sem dificuldade nenhuma". De acordo com o sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras que está no Rio de Janeiro para o Festival de Teatro da Língua Portuguesa, o que afasta o mundo lusófono são as "opções políticas e estratégias que as elites desses países têm". Se estas questões não forem discutidas, segundo disse à Lusa o escritor moçambicano, "vamos criar um mal-entendido pensando que automaticamente, por uma razão técnica, nós vamos chegar a uma maior proximidade". Mia Couto diz sentir prazer em ler autores brasileiros com "elementos gráficos diferentes para que essa diversidade esteja presente". E refere não ter "medo de uma língua que tenha diversidades com a tradução de marcas culturais e geográficas, não temos que ter medo disso". Afirma-se resistente ao Acordo Ortográfico que no Brasil vigora desde 1 de Janeiro deste ano. Para o escritor, os países pobres de língua portuguesa precisam "resolver uma série de outras coisas antes (da reforma) que não sei se estão a ser discutidas". "Entendo que em Portugal este assunto foi tido com muito mais nervos e componentes psicológicos" e contrapõe que em Moçambique, um país com mais de 25 línguas africanas, o português é tido como segunda língua. "As pessoas lá são quase sempre multilíngues, pois falam duas ou três línguas africanas." Com seu livro recém lançado no Brasil "Antes de nascer o mundo", cujo título em Portugal e em Moçambique é "Jerusalém", Mia Couto considera-se antes de tudo um poeta e diz que o que lhe fascina na prosa é o "poder fazer a criação poética, não só em cima da linguagem, mas em cima da narrativa". "Para mim a poesia não é só um género literário, é uma maneira de eu ver o mundo, de eu sentir o mundo", salientou ao destacar que a literatura ainda pode causar encantamento e criar utopias. "A literatura pode mostrar o gosto de se poder sonhar e se poder construir outros dias. Não é o escritor que desenha um caminho para a saída, mas ele mostra que há um prazer em encontrar um mundo para além desse", declarou. Após 16 anos de guerra civil com um saldo de um milhão de mortos, Mia Couto se diz cético, mas que a literatura pode ajudar a cicatrizar as feridas. "Eu faço arte, literatura, e sou movido por este desejo de ter um compromisso ético de criar uma sociedade nova em Moçambique, um mundo mais justo com mais verdade", explicou. FO. Lusa/fim

**58) Dicionários bilíngues com aplicação do Acordo Ortográfico à venda**

Nacional | 2009-07-01 15:32 <http://www.acorianooriental.pt/noticias/view/187738>

Os primeiros dicionários bilíngues segundo as regras do Acordo Ortográfico chegam quinta-feira às livrarias com a chancela da Porto Editora, disse à Lusa fonte editorial. A mesma fonte salientou que "os novos dicionários foram elaborados para permitir uma transição sem dificuldades para a nova ortografia". A Porto Editora é a primeira editora portuguesa a aplicar as novas regras ortográficas em dicionários como o Português/Inglês, Português/Francês, Português/Espanhol, entre outros. Os novos dicionários registam "o antes e o depois do Acordo Ortográfico, ou seja, registam as entradas cuja grafia é alterada pelo novo documento linguístico, remetendo para as novas grafias onde se pode encontrar a definição ou tradução", explicou a mesma fonte. A Porto Editora prepara também o novo Dicionário Editora da Língua Portuguesa 2010, que contemplará um Guia do Acordo Ortográfico e respeita a Terminologia Linguística para os Ensinos Básicos e Secundário (TLEBS). Contemplados pelas novas regras linguísticas estão também as edições escolares dos dicionários bilíngues. O "Dicionário Moderno de Sinónimos e Antónimos" foi também reformulado em sintonia com o novo Acordo da Língua Portuguesa.

**59) Estratégias para promoção da língua: Enquanto Portugal continua a dormir**

**No económico Opinião** Enquanto estamos a dormir. Miguel Copetto, Investigador da Universidade Autónoma de Lisboa 30/06/09  
**Enquanto Portugal continua a dormir, os restantes países apostam em estratégias para promoção da língua.**

Excetuando raras ocasiões, Portugal, ao longo da sua história, tem sido um país que evidencia dois traços dominantes: elevada dependência com o exterior e enorme dificuldade em implementar estratégias. Um dos expoentes nacionais é a língua portuguesa. Com mais de 260 milhões de falantes é, como língua nativa, a quinta mais falada do mundo e tem estatuto oficial na União Europeia, no Mercosul e na União Africana. Contudo, apesar destes dados, desconhece-se a estratégia nacional para a promoção da língua e cultura portuguesa. O debate sobre o (des)acordo ortográfico ficou longe da seriedade exigível. A RTP Internacional apresenta conteúdos decepcionantes e transmite a imagem de um Portugal rural e provinciano. O Ministério da Cultura tem um orçamento inferior a um por cento do Orçamento do Estado, impedindo uma verdadeira promoção e difusão internacional da Cultura Portuguesa e a ação do Instituto Camões é manifestamente insuficiente, tal como neste âmbito a do Ministério da Educação. Se existisse uma estratégia nacional, todos os atores saberiam qual o seu papel e desenvolveriam esforços (concertados) na promoção da língua e cultura portuguesa mas, como isso não acontece, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) não desenvolve qualquer ação conhecida neste sentido. Antes pelo contrário. Dois exemplos recentes são, infelizmente, elucidativos:

1. No mês passado, a cidade de Los Angeles recebeu a maior exposição anual do ensino superior. Num gigantesco espaço conviviam, lado a lado, enormes pavilhões nacionais com universidades isoladas dos mais diferentes países. A ausência de Portugal e de instituições portuguesas contrastou com as representações de todos os restantes países da União Europeia, inclusive do Leste europeu. Só Espanha tinha dois corredores onde apresentava as suas universidades, demonstrando (estrategicamente) uma vocação universal e orgulho pela língua e cultura espanhola. O resultado desta falta de visão do Governo português e da confrangedora ausência de estratégia para a língua de Camões foi verificar serem as universidades brasileiras quem "vendem", com nítido sucesso, cursos de língua e cultura portuguesa para estrangeiros.



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

2. O Quadro de Qualificações para o Ensino Superior é um documento nacional, elaborado pelo MCTES, que foi agora apresentado e analisado com os principais parceiros sociais. Estranhamente, apesar de estarmos em Portugal, o documento é apresentado em inglês e obrigatoriamente discutido naquela língua estrangeira. Verdade seja dita que este tipo de atitude do MCTES não constitui novidade, já o Relatório da OCDE que procedeu à análise do ensino superior, bem como o Relatório da ENQA que fez a avaliação do sistema da garantia da qualidade do sistema de ensino superior português, também foram apresentados e discutidos em inglês. Naturalmente que não está em causa o domínio da língua inglesa para debater estes assuntos, mas sim o servilismo provinciano perante um idioma estrangeiro e a necessidade que documentos estruturantes sejam divulgados e conhecidos pelo maior número possível de pessoas.

Enquanto Portugal continua a dormir, entretido com jogos de "lana caprina", os restantes países demonstram ter estratégias nacionais, nomeadamente para o desenvolvimento e promoção da sua língua, história e cultura. [http://economico.sapo.pt/noticias/enquanto-estamos-a-dormir\\_14006.html](http://economico.sapo.pt/noticias/enquanto-estamos-a-dormir_14006.html)

#### **60) 30-06-2009 11:02:13 ABL considera 'tranquila' adaptação ao acordo ortográfico**

Rio de Janeiro, 30 jun (Lusa) - Após seis meses de vigência do acordo ortográfico no Brasil, a adaptação às novas regras rumo a uma grafia comum no mundo lusófono está sendo "tranquila", considera Evanildo Bechara, da Academia Brasileira de Letras. "Não vejo nenhuma dificuldade criada nos seis meses para a implementação do acordo ortográfico. Muitos ficam surpreendidos porque tiveram que mudar muito pouca coisa", diz Bechara à Agência Lusa. Coordenador da comissão de Lexicografia e Lexicologia da Academia Brasileira de Letras (ABL) e um dos responsáveis pela elaboração do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), Bechara afirma ser irreversível a reforma ortográfica "cujos frutos positivos vão ser percebidos em pouco tempo". Segundo o especialista, o acordo de 1990 trouxe uma sistematização no uso do hífen. "Se não é ótimo, é muito bom porque racionaliza o emprego do hífen. É a única mudança substancial para a alegria geral dos que usam a língua portuguesa, o hífen nunca esteve bem resolvido".

Para o acadêmico, a adaptação a uma nova forma de escrever é uma "questão de mudança de hábito". Contudo, Bechara reconhece que não se pode "agradar" a todos. "Toda a mudança, por mínima que seja, causa estranheza ou certo desconforto", admite, citando que não tem havido muita resistência por parte da população brasileira. "Estamos a caminhar juntos". Além da imprensa, o filólogo destaca que as editoras estão "interessadíssimas" no acordo, e que o brasileiro não vai deixar para se adequar à nova ortografia na "última hora". O mundo lusófono, salienta Bechara, está caminhando no sentido de atingir uma maturidade linguística e política, que resultará numa maior divulgação da língua. "A geração futura vai agradecer essa reforma de 1990, a oportunidade de ter uma só grafia. Uma reforma ortográfica é para as gerações futuras que vão aprender a escrever, nunca é para a geração de quem faz a reforma", afirma. O acadêmico lembra ainda que o espanhol é falado por cerca de 400 milhões de pessoas e tem uma só grafia. Este é o desafio da língua portuguesa, que conta com aproximadamente 250 milhões de falantes, considera. "É preciso que os lusófonos de hoje tenham a mesma tenacidade como os navegantes portugueses do século 15, que duplicaram o mundo conhecido. O mesmo espírito aventureiro deve existir em todos os falantes da língua portuguesa", diz. Este deve ser um sentimento de orgulho, pois o português é uma língua de "resistência face a uma globalização linguística", considera. No Brasil, o acordo foi regulamentado pelos decretos assinados pelo presidente Lula em 29 de setembro de 2008, e entrou em vigor em 1º de janeiro deste ano.

Copyright © 2003 Agência Lusa. Todos os direitos reservados. <http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=25218>

#### **61) Língua portuguesa: Brasil insta Portugal a aderir ao «comboio da reforma» do acordo ortográfico**

O Ministério da Educação do Brasil fez um balanço positivo dos seis meses em vigor do Acordo Ortográfico no Brasil e instou Portugal a aderir em breve ao «comboio da reforma» «A nossa avaliação é de que os signatários do acordo estão certos e que a reforma ortográfica é muito boa para o ensino da língua portuguesa no mundo», disse à Lusa o assessor especial do ministro brasileiro da Educação. Na opinião de Carlos Alberto Xavier, o Acordo Ortográfico será significativo para o futuro da língua portuguesa. «O fim da dupla ortografia motivará mais gente a aprender português. O comboio da reforma ortográfica está em movimento e Portugal deve estar atento a isto. Não se pára mais este comboio», destacou. Xavier citou Agostinho da Silva, lembrando que «a missão da língua portuguesa é humanizar o mundo» e que, portanto, se entendida, não interessa a forma como foi escrita.

O assessor do ministro Fernando Haddad disse ainda que não houve quaisquer problemas para a implantação do Acordo Ortográfico no Brasil e que as escolas e a sociedade brasileira aceitaram muito bem as novas regras, já adotadas pelos media. Carlos Alberto Xavier destacou ainda o lançamento, em Março, do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), que incorpora as novas normas estabelecidas pelo Acordo Ortográfico de 1990, em vigor no Brasil desde 1 de Janeiro deste ano. A intenção do Governo brasileiro é fazer chegar o Volp, até 2010, a todas as 160 mil escolas públicas do país, com um total de 46 milhões de alunos. «Nós queremos avançar com o Acordo Ortográfico o mais rápido possível», disse à Lusa o chefe da assessoria Internacional do Ministério da Educação, Leonardo Barchini. O assessor disse que as novas regras tiveram uma «excelente receptividade» por parte das escolas e lembrou que os livros didáticos no Brasil estarão totalmente adaptados à nova ortografia em 2010. «O Acordo Ortográfico é importante para a produção dos bens culturais e didáticos. A reforma só vem para somar», concluiu. Em Portugal ainda não está definida a data para a entrada em vigor do Acordo Ortográfico, tendo o ministro da Cultura, António Pinto Ribeiro, manifestado a intenção de que seja até final deste ano.

Lusa / SOL [http://sol.sapo.pt/PaginalInicial/Cultura/Interior.aspx?content\\_id=140128](http://sol.sapo.pt/PaginalInicial/Cultura/Interior.aspx?content_id=140128)

#### **62) Somos muitas identidades embora com afinidades Lusofonia(s):Língua portuguesa»cartão de identidade dos moçambicanos \*Mia Couto\*\***

Há uns dias, em Maputo, deparei com dois jovens sentados no muro da minha empresa e a um deles perguntei o que ele fazia ali. A resposta veio célere:

— Não estou a fazer nada.

Fiz a mesma pergunta ao outro jovem que me respondeu com a mesma prontidão:

— Eu? Eu estou aqui a ajudar o meu amigo.

Haver alguém que ajuda um outro a não fazer nada é do domínio da mais pura metafísica. Lembro este episódio e penso na habilidade notável que os nossos povos partilham de produzirem este tipo de atitude filosófica. Coexiste em nós, lusófonos, uma certa sabedoria que nos diz que a felicidade se constrói, sim, mas que também se pode ser feliz só por preguiça. O destino, o fado, os deuses: esses são os autores dessa narrativa a que chamamos Vida.

Lembro este episódio para dizer o seguinte: nós não falamos apenas uma mesma língua. Nós sentimos de modo semelhante aquilo que não pode ser dito em língua nenhuma: o peso do Tempo, o sentido da existência, uma certa ideia da eternidade. O vazio do nada é algo que, em português, se preenche do mesmo modo em qualquer indolente muro de qualquer das nossas cidades. É nesse muro que nos sentamos para nos dedicarmos a esse desporto que, na nossa família linguística, é mais popular que o futebol: a saudade do que aconteceu, a lamentação do que podia ter acontecido e o lançar de culpas sobre o que não chegou a suceder. Quando a lusofonia foi proclamada como um projeto supranacional houve interrogações que foram levantadas. Eu mesmo questioneei o sentido desse projeto numa realidade plural em que parte dos seus cidadãos não fala português ou fala português como segunda língua. Evidentemente que eu me posicionava tendo, sobretudo, em conta a realidade do meu país. Não seria justo inventarmos um patamar



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

de cidadania que excluía, à partida, mais de metade dos moçambicanos. A verdade é esta: apenas uma das nações de Moçambique já vive na lusofonia. Apenas parte dos moçambicanos já se reconhecem como falando e sendo falados pela língua portuguesa. Mas também é verdade que toda a grande nação moçambicana encontra no português a sua língua de construção, o idioma que a projeta num corpo unitário e que a torna capaz de viver na modernidade. Vale a pena, como exercício breve e sumário, lembrar algumas das incompreensões que emergiram no início da nossa constituição em família. Porque motivo, por exemplo, o meu país não parecia abraçar com o mesmo entusiasmo essa proposta de criação de uma comunidade inspirada na língua?

O lugar e o papel da Língua Portuguesa como idioma oficial em Moçambique foram debatidos, em 1962, no primeiro congresso da Frente de Libertação de Moçambique realizado na clandestinidade perto de Dar-es-Salaam. A maior parte das atas — incluindo a decisão de adotar o português como língua oficial — foram redigidas em inglês. Os quadros com maior formação escolar tinham estudado nos países vizinhos. O português foi adotado não como uma herança mas como talvez a mais valiosa ferramenta para forjar a unidade da futura nação. Se a adoção do português foi um ato de soberania, já a criação da lusofonia não resultou de iniciativa própria de Moçambique. O projeto lusófono surgiu, afinal, pouco tempo depois daquilo que em Portugal se chamou de **descolonização**. Detenho-me na palavra **descolonização** porque ela é um exemplo claro de divergentes modos de ler o passado. O termo **descolonização** é emblemático do que Bernard Shaw disse do inglês: podemos ter uma língua comum para melhor nos desentendemos. Ainda hoje, para muitos portugueses o que aconteceu em África foi que Portugal, com o 25 de Abril, aceitou, enfim, descolonizar os territórios africanos. Ora, parece-nos a nós, africanos, que é preciso acertar o sujeito do verbo. Não foi Portugal que descolonizou os países africanos. A descolonização só pode ser feita pelos próprios colonizados. E nós, todos nós, sem exceção, éramos colonizados. Descolonizámo-nos uns aos outros, uns e outros. Parece um detalhe, coisa de uma simples palavra. E as palavras traduzem modos de pensar. E esse passado que nos feriu a todos não pode ser superado apenas com apelos ao esquecimento. Não é de esquecer o passado que necessitamos. Mas de o entender. De qualquer modo, para Moçambique, o projeto da lusofonia surgiu pouco depois da rutura colonial. Era natural que houvessem dúvidas. E parecia óbvio que os países africanos não se podiam reclamar da lusofonia do mesmo modo dos portugueses e brasileiros. A maior parte dos africanos amam as suas outras línguas maternas e esperavam (e ainda esperam) que esses idiomas não sejam votados ao esquecimento ou arrumados naquilo que se chama o património tradicional. Estamos pois perante um processo que necessitou de vencer inércias e superar desconfianças. A falta de confiança, porém, não estava reservada apenas à antiga potência colonizadora. Havia suspeições de parte a parte. Vale a pena recordar aqui uma espécie de tesourinho deprimente da nossa história recente. Todos nos lembramos como certos setores da política portuguesa entraram em pânico com a adesão de Moçambique à Commonwealth. O que se passava? Os moçambicanos haviam traído a sua fidelidade ao idioma luso? As reações de algumas fações foram de tal modo excessivas que só podiam ser explicadas por um sentimento de perda de um antigo império. A exemplo do síndrome do marido traído que, não reconhecendo autonomia e maioridade na ex-mulher, sempre se pergunta: com quem é que ela anda agora? Moçambique andaria, assim, com o inglês. Não se apenas tratava de adultério mas ainda por cima que mau gosto, logo um inglês, com todos os fantasmas históricos que isso comportava. Na realidade, as autoridades moçambicanas não mudaram a sua política linguística e o português permaneceu na sua condição de língua oficial e unificadora. Fala-se hoje mais português em Moçambique que se falava na altura da Independência. O governo moçambicano fez mais pela língua portuguesa que séculos de colonização. Mas não o fez por causa de um projeto chamado **lusofonia**. Nem o fez para demonstrar nada aos outros ou para lançar culpas ao antigo colonizador. Fê-lo pelo seu próprio interesse nacional, pela defesa da coesão interna, pela construção da sua própria interioridade. Há poucos dias a televisão moçambicana contou a história de dois jovens aliciados na província de Nampula para virem trabalhar em Maputo. Era um triste exemplo das novas redes de trabalho escravo. Os jovens foram, sem o saber, transferidos para a Suazilândia onde foram mantidos numa espécie de cativeiro. Os contactos com a gente local estavam limitados: os jovens falavam apenas a sua língua (e-makua) e não entendiam uma palavra de xiswazi. Até que um dia, junto ao rio onde lavavam roupa, escutaram um grupo de jovens falando em português. Foi então que entenderam onde estavam e, ali mesmo em português, planearam a sua fuga para Moçambique. Este episódio parece isolado e circunstancial mas ele traduz o quanto a língua portuguesa nos serve como cartão de identidade numa realidade linguística tão dispersa e fragmentada. Esta é a ironia da História e do modo como ela baralha os destinos: sabemos quem somos e onde estamos por via de um idioma que, antes, parecia ser dos outros e vinha de fora.

Demorei-me a lembrar algumas das ressalvas e receios que ainda recentemente se colocavam sobre o assunto da lusofonia. Ora, hoje, eu creio que há que ter uma postura prática, voltada para a construção de soluções. Agora, é preciso e é urgente desenharmos ações que afirmem a nossa individualidade num mundo globalizado. Passaram-se anos e não podemos prolongar eternamente os debates sobre a nossa própria existência. Não temos senão duas alternativas: ou ficamos no muro da retórica ou descemos para o chão da realidade, mesmo aceitando que essa realidade se diz no plural. Teremos a comunidade que entendermos ser a nossa e aquela que melhor nos servir. Basta que a façamos.

Felizmente, nós já estamos realizando esse exercício construtivo. Em muitos terrenos, nós já não somos mais os amigos sentados no muro da metafísica. Em muitas áreas, já fizemos descer a enxada sobre a terra. Uma dessas áreas foi exatamente a da comunicação social, e mais particularmente, da rádio e da televisão. Na sala da minha casa em Maputo, no rádio do meu carro quando circulo pelo meu país, eu vou sendo sujeito e objeto dessa construção. Centenas de milhares de moçambicanos vão-se inventando parceiros desta entidade feita sem pais nem filhos, desta família que se quer feita só de irmãos. Por essa razão, por todo esse empenho, eu quero congratular os fazedores deste grande fórum de trocas de alma e cultura. Todos os nossos países estão a transbordar de consultores e assessores que nos vem dizer como fazer. Mas há poucos que têm as mãos sujas de terra e que podem dizer: vejam, eu fiz, eu semeiei, plantei e colhi. Aqui, nesta sala, estão muitos desses que fizeram e que podem mostrar trabalho feito. Para todos vocês, o meu abraço de reconhecimento. Um dos mais emblemáticos estereótipos de África é a imagem da fogueira noturna, em volta da qual os mais velhos contam histórias. Pois, de alguma maneira, a Rádio e a Televisão que aqui festejamos hoje se converteram nessas fogueiras que aconchegam as almas e encenam para nós a ilusão de que o mundo todo se senta no mesmo pátio da nossa aldeia. Manda a coerência que eu, nesta intervenção seja prático e produtivo. O que farei agora — e até ao final desta minha fala — é partilhar convosco algumas sugestões listadas com a humildade de quem se assume como um mau rádio-ouvinte e ainda pior telespetador.

Primeira sugestão — Concertar agendas nacionais e supranacionais

Os países africanos estão ainda construindo a sua própria lusofonia. Queremos que essa agenda nacional seja respeitada, e que outros programas se articulem em harmonia com esta construção interna. Todos sabemos que este edifício da lusofonia dentro dos nossos países é um assunto extremamente sensível exatamente porque tem a ver com a construção das nossas próprias identidades nacionais.

É verdade que não podemos pedir que o nosso projeto comum fique à espera que se cumpram os programas de cada um. Mas podemos cuidar que a lusofonia supranacional se desenhe sem atropelar essas agendas nacionais. Isso implica a existência de um fórum de consulta permanente para a definição e avaliação da programação das nossas estações comuns.

Deve ser dito que somos todos vítimas da mesma lógica de governação que coloca a prioridade nos assuntos económicos e relega para mais tarde as questões culturais e linguísticas. Deve ser dito ainda que, muitas vezes, falta nas nossas políticas domésticas coragem para defender interesses nacionais e não apenas conveniências políticas de ocasião.

Segunda sugestão — Respeitar individualidades





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

Os lusófonos são pensados e falados do seguinte modo: Portugal, Brasil e os PALOP. Surgimos como um triângulo com vértices um no Brasil, um em Portugal e um terceiro em África. Ora, os países africanos não são um bloco homogêneo que se possa tratar de modo tão redutor e simplificado. Não se pode conceber como uma única entidade os 5 países africanos que mantêm, entre si, diferenças culturais sensíveis. As nações lusófonas não são um triângulo, mas uma constelação em que cada um tem a sua própria individualidade.

O respeito pela individualidade, contudo, não nasce de apelos nem de acusações. O respeito conquista-se. Em lugar da retórica política fácil espera-se que sejamos capazes de produzir obra que os outros reconheçam e admirem.

Terceira sugestão — Abandonar o apelo ao coitadismo

Nós, os africanos, devemos abandonar uma atitude apelativa, ficando à espera que outras nos recompensem de injustiças passadas. A energia que costumamos colocar nessa apelação deve ser investida na criação de alternativas e na produção da nossa própria riqueza. Reclamamos que a língua não tem dono e que a lusofonia é de todos nós, mas ficamos à espera sejam Portugal ou o Brasil a tomar a iniciativa. Escusamo-nos na falta de recursos mas nem sempre usamos os primeiros grandes recursos que são a originalidade e a imaginação.

Quarta sugestão — Aplicar princípios de laicidade

A programação radiofónica e televisiva, por vezes se esquece de uma simples verdade: não somos uma população exclusivamente católica. E precisamos respeitar a pluralidade religiosa do espaço lusófono. A nossa identidade linguística deve coexistir com outras identidades que nos tornam múltiplos e plurais.

É urgente discutirmos em conjunto como aplicar nos órgãos de comunicação social os princípios de laicidade que caracterizam os nossos Estados.

Quinta sugestão — Evitar uma identidade refúgio

Ao escutar o noticiário das cadeias lusófonas eu noto o seguinte: existem notícias dos nossos países que abrem noticiários mas que são insufladas de injustificada importância. São novidades de paróquia e dominam um noticiário que secundariza aquilo que de importante e atual está ocorrendo no mundo. As declarações de um coordenador de uma quase inexistente ONG podem abrir o noticiário no mesmo dia em que temas cruciais estão fazendo estremecer o mundo.

Não temos que fazer da lusofonia uma toca, um refúgio. Precisamos, sim, de um instrumento para nos trocarmos com as outras comunidades linguísticas. Importantes movimentos de pensamento inovador estão ocorrendo em diversas regiões do continente africano. Nós estamos cegos e surdos. Literatura de grande qualidade está surgindo em África. Essa literatura só está sendo divulgada na Europa e na América. A música africana de qualidade que não nasce nos nossos 5 países deve entrar nas nossas estações e contagiar a nossa própria produção musical. Se não fizermos, seremos lusófonos, sim, mas seremos uma ilha pobre e autista.

6 — Uma ideia folclórica do que somos quando estamos fora

Os programas que fazemos para os nossos cidadãos na diáspora quase sempre se fundamentam numa ideia folclórica dos nossos que estão fora.

Os nossos cidadãos que vivem fora das suas fronteiras nacionais nem sempre se reconhecem no reviver dos ranchos folclóricos e no repetição sem qualquer imaginação daquilo que se entende por cultura tradicional.

Posso-vos assegurar: as comunidades portuguesas em Moçambique e as comunidades moçambicanas em Portugal estão muito distantes desse estereótipo de gente conservadora, envelhecida em redor da evocação da saudade.

E porque não pensarmos em criar, para além de emissões para as comunidades no mundo porque não criarmos, dizia, uma estação para o mundo? Porque não pensarmos em ter uma Televisão e uma Rádio da Lusofonia que, a exemplo da BBC e da CNN, produzissem informação de referência sobre os nossos países? Imagino as dificuldades práticas de implementar tal projeto, mas a verdade é que não temos sequer ousadia de o pensarmos e de o sonharmos.

Num mundo americanizado e dominado pelo idioma inglês, a lusofonia deve ser um polo de diversidade criativa não apenas no plano linguístico mas cultural, político e filosófico. A nossa força não se traduz apenas na quantidade de falantes espalhados pelo mundo. Seremos fortes apenas se produzirmos um pensamento próprio, original e interventivo.

Voltemos aos jovens que se entreajudavam para não fazer nada e que, nessa ausência de tarefa, se iam saindo até muito bem. Pois esses mesmos personagens poderiam tecer entre elas o seguinte diálogo:

— É muito cedo para fazermos qualquer coisa, diria o primeiro

— E esperamos até quando?, perguntaria o segundo.

E o primeiro responderia:

— Esperamos até que seja demasiado tarde.

Temos um modo estranho de lidar com a realidade, como se o real fosse um contrabando a transportar para territórios que não são nossos. Um dos territórios a que nos habituamos que não fosse nunca nosso é o futuro. Os outros, de outras línguas, parecem sentir-se mais à vontade nesse lado de lá do tempo. Tanto nos disseram que éramos pequenos para ter presente que acabamos por encarar o futuro com suspeição. Contentamo-nos com viver de desbotadas memórias de um passado longínquo. É verdade que não podemos criar história fora do passado. Mas não podemos é fazer do passado a nossa História.

Falo da dificuldade de nos projetarmos no Tempo porque aquilo que nos traz aquilo hoje — a lusofonia — existe no futuro para ser pensado ontem e produzido hoje. A lusofonia é algo estranho pois é um ser que existe para nascer. A lusofonia é qualquer coisa que é já nosso mas que parece ainda não nos pertencer a todos por igual. De uma criatura assim seria mais fácil dizer mal e lançar suspeições. O projeto da lusofonia tem essa enorme desvantagem de ser preciso fazer qualquer coisa e de nos empurrar para fora desse invisível muro onde descansamos existências e lançamos culpas sobre os outros.

O debate sobre o que somos e seremos deve prosseguir. Mas será no que fizermos que nos converteremos realmente numa comunidade capaz de propor discursos inovadores e introduzir mudanças.

Para terminar, apetece-me deixar uma advertência para aplacar dúvidas e hesitações que enunciei no início. Dizemos que a língua portuguesa não é apenas dos portugueses. E acreditamos que isso seja a manifestação de uma intenção política, de uma vontade adotada. Mas não se trata de intenção ou vontade. Trata-se de uma questão histórica: há séculos que a língua portuguesa é também africana. O que seria do idioma português se não tivesse beneficiado das contribuições linguísticas dos árabes que ocuparam e viveram na Península Ibérica? Esses árabes ajudaram a tecer este grande tapete onde se deitam as nossas almas. Esses árabes são africanos, tanto como nós, os que habitamos mais a Sul. Há séculos que o idioma lusitano é um filho mestiço de namoros feitos entre as duas margens do Mediterrâneo.

E mesmo se nos quisermos abster à influência das línguas bantus nascidas depois do tempo das caravelas: há quanto tempo palavras como **minhoca**, **cambada** e **candonga** e tantas outras se instalaram na língua portuguesa? Pois eu vos digo, tomando apenas um exemplo: a palavra **minhoca** instalou-se no século XVI e hoje a maior parte dos portugueses nem sequer suspeita da sua origem longínqua. Meus amigos, a verdade é a seguinte: a lusofonia não começou hoje. A nossa língua comum foi construída por laços antigos, tão antigos que por vezes lhes perdemos o rasto.

De uma vez por todas, superemos receios e fantasmas. De uma vez por todas namoremos o futuro para que ele se enamore de nós.

Muito obrigado. [Mia Couto](#)

[Conferência Internacional sobre o Serviço Público de Rádio e Televisão no Contexto Internacional: A Experiência Portuguesa](#)





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

\* alocução produzida na Conferência Internacional sobre o Serviço Público de Rádio e Televisão no Contexto Internacional: A Experiência Portuguesa, no âmbito dos 50 anos da RTP, realizada no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, nos dias 19 e 20 de Junho de 2007 — 22/06/2007\*\*Escritor moçambicano

**63) "Houaiss" com nova regra ortográfica será lançado hoje 26 junho 2009 Cruzeiro On Line**

O acordo que unifica a ortografia em todos os países de língua portuguesa ainda provoca polémicas, mas as editoras que lançam dicionários iniciaram uma corrida pela disputa do mercado. E a Objetiva saiu na frente: nesta 6ª feira (26) será lançado o "Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa" (2.048 págs., R\$ 250), com mais de 442 mil entradas, locuções e acepções, todas adaptadas ao novo Acordo Ortográfico. "Foi um trabalho rápido e sigiloso, pois pretendíamos ser os primeiros a chegar", conta Roberto Feith, editor da Objetiva, que investiu R\$ 4 milhões no projeto. De fato, seu principal rival, o "Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa", da editora Positivo, chega às livrarias em versão atualizada em agosto.

O volume da Objetiva, que virá acompanhado de um CD-ROM com o texto integral, traz informações de gramática, usos, etimologias, sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos, datação e coletivos. Também oferece um quadro prático do uso do hífen de acordo com as novas regras. "Foi um trabalho realizado ao mesmo tempo em que acontecia a definição das mudanças feita pela Academia Brasileira de Letras", conta Mauro Villar, lexicógrafo-chefe do Instituto Antonio Houaiss, entidade responsável pela pesquisa. "De uma certa forma, ajudamos a Academia oferecendo opções."

Não foi, no entanto, um trabalho tranquilo: uma versão atualizada do antigo dicionário estava praticamente pronta quando, em 2007, o governo brasileiro anunciou sua intenção de viabilizar a mudança ortográfica. "Estávamos no processo final de revisão de uma nova edição do 'Grande Dicionário Houaiss', depois de dois anos e meio de trabalho e um investimento de mais de R\$ 1 milhão, quando veio o anúncio", lembra Feith. "Foi preciso montar uma nova equipe, desta vez para adaptar integralmente a obra às regras da reforma." O processo consumiu um ano e dois meses. Ao mesmo tempo em que era feita a adaptação à nova ortografia, a editora Objetiva buscava alternativas econômicas para baratear o novo produto - afinal, apesar de conter 93% mais caracteres que o do "Aurélio", o antigo "Grande Dicionário Houaiss" custa R\$ 450 em média, contra R\$ 260 do concorrente.

Para isso, o novo dicionário usa papel-bíblia importado, de alta performance e leve no peso. "Também retiramos, sem perda de dados fundamentais, grande parte dos dialetismos portugueses e palavras dos crioulos orientais e africanos", diz Mauro Villar "Cortamos também muitos arcaísmos e quase todos os quadros extratextuais." A versão eletrônica do "Dicionário Houaiss" começa a ser vendida no dia 7 de julho e deverá custar R\$ 79,90. Também o "Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa" virá acompanhado de um CD-ROM com mais de 435 mil verbetes, locuções e definições. O preço, no entanto, ainda não foi definido. A Positivo prepara também um site exclusivo para as publicações da família Aurélio, no qual será possível encontrar dicas sobre o acordo. (AE)

**64) Os colóquios da lusofonia congratulam o ministro da cultura de Portugal**

Agradeço que transmita ao Sr. Ministro da Cultura os nossos parabéns pela sua recente intervenção na Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, em que avançou a criação de uma nova Academia dedicada à Língua Portuguesa. Estamos certos que o Prof. Malaca Casteleiro recebeu com agrado essas palavras tanto mais que há muito estes COLÓQUIOS DA LUSOFONIA o têm desafiado a criar uma nova ACADEMIA. Extraindo do discurso de abertura que fizemos em Abril de 2009 na Lagoa Açores (4º Encontro Açoriano da Lusofonia para o qual convidámos o Senhor Ministro)

*Em 2009 teremos a responsabilidade de prosseguir incansáveis a nossa campanha para implementação do novo Acordo. Para isso contamos aqui com os seus mais vocais proponentes Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara, Carlos Reis e Ângelo Cristóvão que nos têm ajudado a lutar pela língua unificada que propugnamos seja utilizada nas instâncias internacionais. Em Portugal nunca houve uma política de língua. É urgente a expansão e o reforço do ensino da língua a estrangeiros e às comunidades lusófonas. Precisa-se de uma estratégia com países de língua portuguesa que vá além da ratificação do Acordo. A língua é um utensílio de poder que subaproveitamos. Tal como Carlos Reis afirmou (Julho 2008): "A internacionalização da língua portuguesa só será possível com uma política a "longo prazo", que sobreviva aos sucessivos governos, uma política de língua não é só um ato de um Governo, é um designio nacional que deve passar de Governo para Governo". É esse designio que os Colóquios da Lusofonia como representantes duma sociedade civil ativa e atuante têm desenvolvido desde há oito anos. Esperamos que a Academia de Ciências de Lisboa, a Academia Brasileira de Letras e a novel Academia Galega da Língua Portuguesa nos ajudem a prosseguir nessa linha de ação, a única que nos permitirá congregar esforços de aproximação de povos e culturas no seio da grande nação dos lusófonos. Queremos aproveitar este ensejo para rogar em nome dos Colóquios à Academia das Ciências de Lisboa que seja mais atuante na defesa da língua portuguesa e das suas variantes face aos desafios que os políticos não conseguem arrostar. Assim como nós não esperamos que alguém nos solicitasse que fizéssemos estes Colóquios também a Academia não deve esperar por governos passando a ser pró-ativa em vez de reativa. O futuro não se compadece com esperas. A alternativa é a criação de uma nova ACADEMIA DE LETRAS independente das Ciências. Já foi compilado um Vocabulário Unificado pelo professor Malaca Casteleiro que urge publicar para que a variante portuguesa da língua tenha a relevância que merece. Portugal não pode esperar por ninguém pois arrisca-se a continuar irremediavelmente atrasado e só como tem sido sua sina.*

Esta hipótese da nova Academia primeiramente abordada em Bragança no 6º Colóquio da Lusofonia (2007), reiterada em 2008 e nos Açores em 2009 e ora avançada pelo Senhor Ministro terá todo o apoio destes Colóquios, que a querem numa linha independente ao contrário da esclerótica, velha e arcaica ACLP. OS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA exultam as declarações do Sr. Ministro, que surgem na altura histórica da aplicação em Portugal do Acordo Ortográfico, pela qual estes Colóquios foram os primeiros a pugnar, os primeiros a debater e a introduzir a sua aplicação nos Açores nas escolas. Nesta linha, a elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum, que poderá posteriormente incluir léxico de Portugal, dos países africanos de expressão portuguesa, mais Timor e a Galiza, é uma necessidade estratégica da República Portuguesa, que não deve continuar a deixar o espaço simbólico inteiramente nas mãos do Brasil. A ausência de contributos portugueses, tem sido criticada por estes Colóquios com o apoio a várias vozes de académicos e literatos e esta oportunidade é a última de salvar a sobrevivência do Português Europeu, em que queremos inserir o galego. Sempre pugnamos desde 2001 por uma política de língua mais ativa, com o Instituto Camões capaz (à semelhança do Cervantes e outras instituições semelhantes) já que a CPLP e o IILP ainda estão a anos-luz de poderem dar um contributo atuante. A criação da nova academia da língua será vital para a sobrevivência da Língua Portuguesa. Estamos dispostos a dar todo o nosso apoio a esta Academia e aproveitamos desde já para convidar o senhor Ministro a estar presente de 30 Setembro a 3 de Outubro no nosso 8º Colóquio da Lusofonia em Bragança. Com os melhores cumprimentos, Chrys Chrystello

**65) Também a Academia Galega se pronunciou da seguinte forma:**

Agradeço que transmita ao Sr. Ministro da Cultura os nossos parabéns pela sua recente intervenção na Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, em que avançou a criação de uma nova Academia dedicada à Língua Portuguesa. Estamos certos que o Prof. Malaca Casteleiro recebeu com agrado essas palavras. Quanto à ACL, é uma oportunidade para os académicos refletirem sobre o papel passado e futuro dessa instituição.

A AGLP contempla com simpatia as declarações do Sr. Ministro, que surgem na altura histórica da aplicação em Portugal do Acordo Ortográfico. Nesta linha, a elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum, a incluir léxico de Portugal, os países africanos de expressão portuguesa, mais Timor e a Galiza, é uma necessidade estratégica da República Portuguesa, que não deve continuar a deixar o espaço simbólico inteiramente nas mãos do Brasil. O exemplo de 14 de abril de 2009, na sede da ACL, com a



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

presença da AGLP, em que a Academia Brasileira apresentou a 5ª edição do Vocabulário Ortográfico, face à ausência de contributos portugueses, não é o mais desejável para o português europeu, em que queremos inserir o galego.

A Galiza precisa de que Portugal tenha uma política de língua mais ativa, necessita que o Instituto Camões cumpra o seu dever sem complexos, demanda a receção das emissões da televisão lusitana, e reclama o ensino da língua portuguesa. Estamos certos que a criação da nova academia da língua será um fator muito importante neste processo.

Com os melhores cumprimentos, Ângelo Cristóvão Secretário da AGLP

#### 66) **Ministro Pinto Ribeiro defende criação de uma Academia da Língua Portuguesa**

Lisboa, 17 Jun (Lusa) - O ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, defendeu hoje a criação de uma academia dedicada à Língua Portuguesa porque o modelo da atual Academia das Ciências de Lisboa está "esgotado". Pinto Ribeiro falava na Comissão Parlamentar Sociedade, Ética e Cultura, naquela que é a sua última intervenção na atual legislatura parlamentar, onde advogou que a futura academia "tenha competência normativa". O ministro deu como exemplo a Real Academia da Língua Espanhola que "tem como função preservar a unidade da língua e o seu objetivo é tratar da Língua Espanhola com o objetivo de a fixar, a limpar, dar brilho, de preservar a sua unidade".

2009 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A.

#### 67) **Sai primeiro grande dicionário adaptado ao Acordo Ortográfico**

Objetiva lança Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa e ganha corrida instituída entre editoras desde que as novas normas de escrita entraram em vigor. Mariana Shirai Vieira <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI77886-15220-00-SAI+PRIMEIRO+GRANDE+DICCIONARIO+ADAPTADO+AO+ACORDO+ORTOGRAFICO.html>

Agora não tem mais erro. Quem quiser confirmar a nova grafia de palavras como "infraestrutura", "feitura" ou "paraquedas" já pode acessar o volume do novo *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Editora Objetiva, 2048 páginas, R\$ 250), que deve chegar às livrarias na semana que vem. Desde o ano passado, quando o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa recebeu a assinatura de Portugal e virou realidade próxima, as editoras brasileiras instituíram uma corrida para ver quem lançaria em primeiro lugar as versões atualizadas de suas antigas e já obsoletas compilações do léxico. Para remediar a demora do preparo de volumes mais completos, já na Bienal do Livro de São Paulo do ano passado saíram versões concisas dos três mais populares dicionários brasileiros: o *Houaiss* (Objetiva), o *Aurélio* (Positivo) e o *Michaelis* (Melhoramentos). Mas isso foi antes da elaboração do Vocabulário ortográfico da língua portuguesa (Volp), lista confeccionada pela Academia Brasileira de Letras com a grafia oficial dos vocábulos - o que poderia causar interpretações distintas do novo acordo. O *Dicionário Houaiss* que sai agora é fruto de um trabalho de três anos e oito meses. Começou a ser preparado com o intuito de oferecer ao consumidor uma opção mais compacta e menos cara para o chamado *Grande Dicionário Houaiss*, que saiu em 2001 com 3 mil páginas e que tem hoje um custo médio de R\$ 450. "Há um ano e meio a nova versão ficou pronta, mas a aprovação do novo acordo inviabilizou sua publicação", conta Roberto Feith, diretor da Objetiva [»Confusão ortográfica](http://www.objetiva.com.br). A solução foi arregaçar as mangas e topiar o desafio de adaptar o livro o mais rápido possível. Valeu o esforço da equipe do Instituto Antônio Houaiss. Com investimento de quatro milhões de reais, o volume sai agora com mais 442 mil entradas, locuções e acepções, além de extras como um quadro prático para consulta do emprego do hífen, o texto do Acordo Ortográfico e um CD-ROM com a opção digital. Mais importante que tudo isso, o lançamento foi pioneiro, o que deve fazer a concorrência perder uma grande oportunidade de faturar com as intermináveis dúvidas de grafia que surgiram desde a instituição das novas normas.

#### 68) **MANUEL DE SOUSA NA WIKIPÉDIA ESCRIVE Argumentos a favor do Acordo Insustentabilidade da situação presente**

69) **O diferendo ortográfico na língua portuguesa arrasta-se há quase um século. Tudo começou em 1911 quando Portugal promoveu unilateralmente uma profunda reforma ortográfica da língua. Fê-la sem consultar o Brasil, que não a adotou. Ao longo de todo o século XX, as várias tentativas de unificação da ortografia do português não tiveram mais do que um êxito limitado. Procurando tirar ensinamentos das duas unificações tentadas em 1945 e 1986, em 1990 foi elaborado um novo Acordo Ortográfico que preconizava uma unificação menos absoluta, mas, mesmo assim, suficientemente profunda para abranger 98% do léxico da língua. Esta unificação afigura-se hoje como essencial para evitar que a deriva ortográfica, com oito países lusófonos, se venha a acentuar, levando Fernando Cristóvão, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e membro da Academia das Ciências de Lisboa, a interrogar-se: "Se Portugal e o Brasil têm direito a ortografias próprias diferentes, porque é que Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor não têm o mesmo direito? E qual a língua de uso internacional que resistiria a oito ortografias diferentes?"** [54]. Vital Moreira, político e professor da Universidade de Coimbra, lembra que "não existe nenhuma razão lógica para que uma mesma língua mantenha tantas divergências ortográficas entre duas normas nacionais, quando elas não correspondem a uma divergência real na sua expressão oral" [55]. Ideia corroborada pelo jurista português Pedro Lomba — "havendo uma língua única, devemos perguntar se será sensato insistir numa divisão desnecessária e complicativa das regras ortográficas dos dois países" [56] — e por Mauro de Salles Villar, coautor do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* — "A variedade do português do Brasil e de Portugal é muito aproximada. Não temos razão em ter duas formas oficiais de grafar a língua" [57]. Na situação atual, há um enorme custo económico e financeiro na produção de edições diferentes de dicionários, livros didáticos e literários para o Brasil e para Portugal. Tal deve-se às diferenças entre as duas variantes da língua portuguesa no que concerne ao vocabulário, à sintaxe e às diversas preferências linguísticas, mas também às divergências ortográficas. A demora na edição de obras lexicográficas comuns contribui, hoje em dia, para que o português se insira no conjunto de línguas de pouca difusão, pouco conhecimento e pequena repercussão no universo da comunicação multilíngue, apesar de ser uma das mais faladas do mundo, quer em número de falantes quer em número de países [58]. A professora e eurodeputada portuguesa Edite Estrela remata: "é necessário pôr termo a esta singularidade de termos uma língua com dupla ortografia, situação que tem dificultado a internacionalização do nosso idioma, quer em universidades estrangeiras, quer em organismos em que Portugal e o Brasil têm assento. A unificação ortográfica não faz milagres, mas é o primeiro passo para uma política da língua coerente" [59].

70) Assegurar a unidade da língua

71) **Já em 1984, no seu livro Uma Política do Idioma, o linguista brasileiro Celso Cunha afirmava: "Chega-se assim à evidência de que, para a geração atual dos brasileiros, cabo-verdianos, angolanos, etc., o português é uma língua tão própria, exatamente tão própria, como para os portugueses (...). A luta pela pureza do idioma foi o anseio do século XIX: hoje, não pode ser mais o nosso principal objetivo: nossa luta tem de ser para impedir a fragmentação do idioma comum"** [60]. O Acordo Ortográfico de 1990 procura assegurar a unidade da língua portuguesa entre todos os países que a têm como oficial, conseguida através de cedências de Portugal e do Brasil, salvaguardando os casos em que a divergência de grafia resulta de diferenças de pronúncia. Nestas situações particulares são admitidas formas duplas como igualmente válidas. D' Silvas Filho do Ciberdúvidas da Língua Portuguesa lembra que, com as novas regras em vigor nos diversos países, deixará "de haver necessidade de duplos textos em documentos oficiais" e ainda que "todos os termos que figurarem no Vocabulário Comum passarão a ser legais em qualquer dos países de língua oficial portuguesa que tenham o novo acordo em vigor" [61]. O Acordo Ortográfico prevê a preparação de um vocabulário



técnico-científico comum, ainda não concretizado, que será de grande utilidade para a difusão bibliográfica e de novas tecnologias que recorrem a terminologia científica e técnica, beneficiando os educandos e os utilizadores da língua em geral [62]. "Há quem questione a uniformização da escrita, invocando as diferenças vocabulares e de pronúncia entre Portugal e o Brasil. Ora, escrever do mesmo modo não significa falar do mesmo modo, como provam, designadamente, os alentejanos e os micalenses. E, quanto ao vocabulário, recordo que em território português, por exemplo, o estrugido e a sertã convivem, sem problemas, com o refogado e a frigideira" — lembra Edite Estrela [63]. A este propósito, o filólogo e professor português Carlos Reis alerta que se torna "absolutamente necessário que a questão do Acordo Ortográfico seja equacionada não apenas de dentro para dentro (como alguns fazem em Portugal), mas sobretudo de dentro para fora. Ou seja: pensando o Português em função de um mundo mais amplo do que o país que lhe deu origem. E sendo assim, que a questão seja vista também como um desígnio coletivo e não reduzida à estreita defesa de interesses particulares ou à expressão de sensibilidades irritadas" [64].

72) *Simplificação da escrita*

73) As diferenças introduzidas pelo Acordo Ortográfico são pouco extensas: 1,6% do vocabulário da língua em Portugal e 0,5 no Brasil. E vão todas no sentido da simplificação. "A língua precisa de ser simplificada. Sem abandonar a sua matriz etimológica, para que se adapte às várias pronúncias, deve, no entanto, expurgar-se de elementos presentemente inúteis (...). Por mais que alguns linguistas defendam paradoxalmente o contrário, o senso comum diz-nos que é mais lógico ler e é mais fácil escrever as palavras sem as letras que não têm qualquer função na oralidade" [65] [66] — quem o afirma é o autor português D' Silva

Filho. É também nesta linha de simplificação que se pode interpretar a eliminação do uso do trema e da acentuação gráfica dos ditongos ei e oi tónico das palavras paroxítonas no Brasil. De entre as alterações mais notáveis introduzidas pelo Acordo Ortográfico em Portugal encontra-se a eliminação das consoantes mudas. A persistência deste "conservadorismo é francamente desnecessário, pois não há razões técnicas válidas que o justifiquem". Para ilustrar esta afirmação D'Silva Filho lembra os casos de acção e didáctica, no primeiro a consoante não abre a vogal e na segunda a consoante é desnecessária, porque a vogal seguinte até é graficamente acentuada. Outros casos, como padeiro e caveira, por exemplo, têm o primeiro a aberto sem qualquer consoante muda. Da mesma forma, não é por se suprimirem as consoantes mudas que a língua deixa de ser predominantemente etimológica. E acrescenta: "com a completa eliminação das consoantes não articuladas resulta também mais simples a redacção das palavras, visto que, não raras vezes se depara em Portugal com grafias erróneas como inflaccão, rectaguarda, prática ou assumption por falsa analogia com acção, recta, didáctica ou assumptivo"[67]. "Para um país como Angola é muito importante aplicar o acordo, porque este vai fazer aumentar a circulação do livro e facilitar a aprendizagem e a alfabetização, que é, neste momento, a coisa mais premente para Angola e Moçambique", lembra o escritor angolano José Eduardo Aqualusa [68]. No mesmo sentido vai a opinião do professor, gramático e filólogo brasileiro Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras: "aqueles que estão começando a escrever vão ser beneficiados porque o acordo simplifica muito. O acordo torna a ortografia portuguesa mais simples nos seus grandes problemas como, por exemplo, no emprego do hífen"[69]. E o historiador português Rui Tavares valida: "é natural que o acordo vá progressivamente entrando nos hábitos de escrita dos portugueses e outros lusófonos, e isto por uma razão que neste momento talvez provoque algum escândalo. Ele, de facto, simplifica-nos a vida. Em Portugal, a grande mudança é a queda das consoantes mudas (...). A partir de agora passa a haver uma regra simples. No momento de escrever, pense-se: eu pronuncio aquele "c"? Se sim, escrevo. Caso contrário, não escrevo. Esta regra vai facilitar a vida a muita gente no momento da escrita (...). Quando começar a ser utilizada, pouca gente querará voltar atrás [e], daqui a cinco anos, ninguém se vai lembrar das razões de tanta resistência." [70] D

74) *Difusão internacional do português*

75) Para além de contribuir para a preservação da língua comum, uma ortografia unificada torna-se também necessária às organizações internacionais onde o português é língua de trabalho, aos estabelecimentos estrangeiros de ensino do nosso idioma, à difusão e promoção do livro em português nos domínios interlusófonos e internacional [71]. "A uniformização da grafia só pode beneficiar a língua e promover o seu prestígio e divulgação, facilitando as relações da nossa língua comum com as línguas mais usadas e faladas" opina a jornalista e escritora portuguesa Clara Ferreira Alves [72]. Carlos Reis afirma: "Se queremos que o português tenha hipóteses, mesmo que de difícil concretização, de alguma afirmação internacional em confronto com outras línguas, então não podemos continuar a ignorar as debilidades de um cenário linguístico em que alegremente convivem duas ortografias e mesmo, se as coisas forem por este caminho, outras mais, à medida que os recentes países de língua oficial portuguesa (e sobretudo Angola e Moçambique) forem ganhando projeção, nesse e noutros planos"[73]. Com a adoção por todos do Acordo Ortográfico, Brasil e Portugal poderão somar esforços na cooperação com os PALOP e Timor-Leste, em ações de difusão e fortalecimento da língua portuguesa. Os livros e outros materiais educativos, os programas de educação à distância e outros materiais didáticos adotados em qualquer país lusófono poderão ser mais facilmente reproduzidos noutro país. Os programas de formação e aperfeiçoamento para professores de português como segunda língua, por exemplo, poderão passar a ser comuns, em vez de Portugal e Brasil tem desenvolvido separadamente as suas iniciativas [74]. Além da expansão e do fortalecimento da cooperação educacional em língua portuguesa, a implementação do Acordo Ortográfico é condição essencial, alegam os seus defensores, para a definição de uma política linguística de bases comuns na CPLP e, portanto, para o bom funcionamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, entidade criada em 1989 e sediada em Cabo Verde. Com o Acordo Ortográfico em vigor, fica aberto o caminho para um entendimento entre Portugal e o Brasil sobre a certificação comum de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros, pois o Brasil emite hoje o certificado CELPE-Bras, enquanto em Portugal o único diploma válido é o emitido pelo Instituto Camões [75]. Especial importância terá também para a possível adoção do português como língua oficial da ONU, já que, nas palavras do ministro brasileiro da Cultura, Juca Ferreira, "As Nações Unidas vinham resistindo porque [a língua portuguesa] não tinha uma ortografia comum, então esse acordo ortográfico (...) unifica e possibilita essa demanda ser atendida pela comunidade internacional"[76]. <

76) *Inevitabilidade da sua aplicação*

77) "Línguas de cultura como o latim, o grego, o inglês, o francês, o alemão, o espanhol e o italiano estão unificados há muito tempo. Até o árabe, que tinha catorze grafias, agora tem uma só. Passou o tempo de lamentar e reiterar que o Acordo poderia ter sido feito de outro modo. E hora de, todos juntos, colaborarmos para sua aplicação. O Acordo agora é lei" — sentença o professor brasileiro Deonísio da Silva [77]. Concebido e assinado em 1990, o Acordo Ortográfico viu ainda acrescentarem-lhe dois protocolos em 2001 e 2004. Todos estes documentos foram ratificados pelos parlamentos do Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Portugal. No caso português, as sucessivas aprovações na Assembleia da República reuniram mesmo uma quase unanimidade. Os governantes dos restantes quatro Estados também têm





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

**afirmado o seu empenho em resolver as questões legais e processuais internas de forma a vir a pôr em prática o Acordo Ortográfico nos seus países. Adotado já no Brasil desde o início de 2009, a sua aplicação nos restantes países, designadamente em Portugal, afigura-se agora apenas uma questão de tempo. "É absolutamente decisiva a participação de Portugal, na medida em que, quando nós falamos deste acordo, quando este foi assinado, o que se pretendia era fazer uma unificação das duas vertentes ortográficas da língua portuguesa que tínhamos até então", lembrou o embaixador brasileiro junto da CPLP, Lauro Moreira [78]. Por seu lado, o professor e membro da Academia Portuguesa de História, Teotónio R. de Souza, adverte: "Sem Acordo [Ortográfico], Portugal poderá ver-se ultrapassado pelo Brasil, e outros países da CPLP poderão ser aliados por outros grupos linguísticos, como está já a acontecer no caso de Moçambique e a sua participação crescente na Commonwealth inglesa" [79]. "Se não houver acordo, cada país faz o que quer (...). Daqui a uns anos Angola adotará a ortografia brasileira (já há quem o proponha), e depois Moçambique também. Dentro de uma geração Portugal terá dois caminhos: isolar-se ou seguir sem discussão o que os brasileiros decidirem. Triste fim depois de tantos pruridos" — vaticina o historiador Rui Tavares [80]. Num artigo do diário português Público, a jornalista Alexandra Prado Coelho escreve: "O grande argumento (...) é que Portugal já não pode recuar num acordo que já assinou" — e, mais à frente, — "É tarde para sair do comboio. Esta é, para Francisco José Viegas, escritor e diretor da Casa Fernando Pessoa, uma das grandes razões para se avançar para o acordo"[81].**

78) = Artigo completo: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo\\_Ortográfico\\_de\\_1990](http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_Ortográfico_de_1990)

79) ACORDO ORTOGRÁFICO (14/6/2009) Diário do Nordeste publicará 12 fascículos

**Mudança na ortografia: professor Sérgio Nogueira é responsável pelo conteúdo dos** fascículos (Foto: TUNO VIEIRA)

Os fascículos vão abordar as mudanças ortográficas com relação aos acentos gráficos, o hífen e o fim do trema. A partir da próxima terça-feira (16), as batalhas para aprender o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa ganharão um novo aliado. Em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado, o Diário do Nordeste passa a veicular, semanalmente, uma coleção de fascículos sobre a reforma ortográfica. "Serão 12 fascículos em que a nova ortografia será minuciosamente analisada por especialistas, com o intuito de atender a população que tem o direito de ser informada do melhor modo possível", explica o deputado Domingos Filho, presidente da Assembleia Legislativa. O projeto recebe a assinatura do professor Sérgio Nogueira, que ficou conhecido nacionalmente por sua participação no quadro "Soletrando" do programa Caldeirão do Huck, exibido pela Rede Globo.

#### **Mudanças**

Segundo o educador, os fascículos abordarão o novo sistema ortográfico no que diz respeito aos acentos gráficos, ao fim do trema e às novidades quanto ao hífen. "Como as mudanças são poucas, é importante lembrar tudo que permanecerá como sempre foi", ressalta Nogueira.

Graduado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado de Língua Portuguesa na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e autor de cerca de 30 livros e fascículos, Sérgio Nogueira explica que, diante das mínimas alterações trazidas pelo acordo, o conteúdo abordará não só o que mudou mas, principalmente o que não mudou com a gramática. "A impressão que me dá é que as pessoas estão usando a reforma como desculpa para escrever errado e isso está acontecendo muito. As pessoas não entendem a regra nem as mudanças e deduzem. O perigo maior está então no que não foi alterado. Por isso a validade dos fascículos".

No primeiro fascículo, a reforma começará a ser explicada pela exclusão do trema e as regras básicas da acentuação gráfica, que terão sua explicação continuada na segunda e terceira semanas.

No quarto, será a vez da sobrevivência da crase, seguido por seus casos especiais, o uso do hífen e o uso das letras na ortografia. Para finalizar, o 12º fascículo irá apresentar os casos especiais e contará ainda com uma revisão final sobre todo o conteúdo.

#### **80) O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa Quinta-feira, 7 de Maio de 2009**

Finalmente chegou a [reforma ortográfica](#), que, segundo os responsáveis por sua elaboração, vai possibilitar uma mais perfeita integração dos países nos quais se fala a língua portuguesa, com consequências não só culturais, como também de cunho econômico. Alcançando todos os brasileiros, de modo mais contundente essa realidade atinge aqueles que, por dever de ofício, têm de manifestar-se por intermédio de textos técnicos, produzidos na norma culta, como ocorre com os servidores públicos, estudantes e professores de Direito, advogados e magistrados. Para o gramático Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras e Coordenador da Comissão de Lexicografia dessa instituição, "a reforma ortográfica é necessária para defender a língua portuguesa. Trata-se do único idioma falado por um grupo majoritário mais de 230 milhões de pessoas no mundo a ter duas grafias diferentes. É essencial que o português se apresente internacionalmente com uma única vestimenta gráfica. Para manter o prestígio e para que seja melhor ensinado e compreendido por todos". E observou: "As mudanças foram muito modestas para conseguirmos uma unificação do sistema gráfico em Portugal e no Brasil. Não há grandes revoluções nas alterações que se vão fazer. Esse é um ponto. O outro é que as modificações no sistema brasileiro são em maior número do que as que os portugueses vão ter que fazer. Portugal a rigor só vai ter duas modificações: vão deixar de usar as consoantes mudas e eliminar o "h" inicial em palavras como úmido. O Brasil fez mais cedências". Sobre que mudanças ortográficas deveriam ser feitas, disse que "Seria bom que se economizasse mais na acentuação. Quando você põe um acento, circunflexo ou agudo, você mexe na pronúncia. Como Portugal e Brasil têm diferenças de timbre na pronúncia das palavras, o ideal seria que diminuíssemos os acentos ao mínimo possível. Se a pessoa já sabe como pronunciar a vogal, ela pode dispensar o acento". E revelou um dado interessante ao ser questionado sobre até que ponto se deveria levar a diminuição dos acentos: "Uma racionalização não é uma supressão total. Teríamos que estudar mais aprofundadamente o excesso de emprego de acento, para retornar ao uso antigo. Se você pegar um livro escrito antes da reforma de 1911, e esse mesmo texto na ortografia atual, portuguesa ou brasileira, vai ver que **o texto tinha muito menos acentos antigamente**" (fonte: Folha Ilustrada - <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u484105.shtml> )

Postado por Geraldo M. Rodrigues

<http://blog.penajuridica.net.br/2009/05/o-novo-acordo-ortografico-da-lingua.html>

#### **81) Cristóvão de Aguiar e acordo ortográfico**

##### **REFLEXÕES SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO (I) Cristóvão de Aguiar**

Quando me ponho a pensar no mérito ou demérito destas charlas sobre a Língua Portuguesa, chego pelo menos a duas conclusões distintas, consoante os dias, isto é, conforme o humor (*catadura, ourela*, como se diz na Ilha: acordou de má ourela!) com que o sol me nasce: umas vezes julgo que estou a prestar um serviço útil à Humanidade (não o faço por menos...), outras, arrengo das patacoadas que me não canso de escrever. A língua, qualquer que ela seja, e as enfadonhas regras que a regem e tantas vezes a obscurecem, são, no fim e ao cabo, um sistema tão frágil e tão convencional, que se esboroa à primeira brisa de uma atualização ou acordo ou ortográfico que entre em vigor. E adeus suor e lágrimas com que se aprendeu uma palavra com esta ou aquela ortografia, *ótimo*, por exemplo (*bom, melhor ótimo*, como rezava a cantilena, sempre que o mestre-escola perguntava os graus dos *adjetivos*, agora sem o *o*), e a súbitas vêm uns senhores gramáticos, linguistas ou filólogos que sobem ao púlpito da academia e antes de atacar, pigarreiam, para aclarar a voz, e sermoneiam para a assistência de fiéis que não somos nós: "Se o *p* ou o *c*, se não pronunciavam, para quê mantê-los na palavra? Não seria mais curial escrever *ótimo, reação, receção, ator, atriz*, e outras palavras a que se não empresta voz à consoante muda da traseira? A *reação* e os *respetivos reacionários* perderam o *c*, e *hã*o de perder mais, como o hífen de (*hã*o-de, *há*-de), e

REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)





o circunflexo de *vêm* (*veem*); a *ereção* da manhã e a *ação* de graças; a *descontração* muscular e a *contração* do desemprego; a *fação* partidária a que aderiram e a sua posterior *defeção*, não defecação... Perdem bastante, mas o pior será perderem a *diretriz* do acontecimento... No entanto, os alarmismos sobre a gripe suína, perdão, mexicana, melhor, do tipo A, *vêm* aí a caminho, e os cães que *têm* sarna ladram por pura *reação* ao alarido na capoeira (vir, conter, ter e seus derivados, *mantêm* o circunflexo na terceira pessoa do plural... Se por acaso a tal consoante traseira é sonora, então, que se escreva e pronuncie: *facto*, *impacto*, *artefacto*, *hectómetro*... Têm razão. Toda. Dou-lha toda e mais alguma que me sobre! O *actual* acordo, agora *atual*, isto é, o de mil novecentos e noventa já entrou em *atividade*, isto é, está no *ativo* no Brasil, tendo sido *comummente* aceite, o que está *correto* (a consoante dobrada persiste nas ortografias lusófonas). O nosso país, mais relapso a qualquer mudança, seja ela ortográfica, política, religiosa ou social (aqui fica bem um etc., dá sempre jeito...) – continua um velho respeitável transbordante de sabedoria (tornou-se um grande *acionista* da bolsa de valores imutáveis), mas a lentura do seu passo faz com que Sócrates ganhe corridas ao *fim de semana* (agora sem hifenes) ... *Hei de* voltar. Com outros hifenes e demais apêndices!

#### REFLEXÕES SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO (conclusão) Cristóvão de Aguiar

O meu "conflito" inicial com o novo acordo ortográfico devia-se tão-só a uma mera estranheza afetiva. Estava longe de trajar-me de mosqueteiro e terçar armas pelo *sim* ou pelo *não*. Ao princípio, ver grafado *ótimo* sem *p*; *ação* sem *c*, *veem* sem circunflexo no primeiro *e*; *para* (sem acento agudo, terceira pessoa de parar e também preposição); *pelo* sem circunflexo para designar cabelo, pode criar confusão, mas também temos *molho*, que significa duas coisas: (*môlho* e *mólho*), tendo o plural duas pronúncias *môlhos*, da culinária, e *mólhos*, feixes de lenha; *espetáculo*, e algumas outras palavras do mesmo jaez, como *seleção* das quinas, *arquiteto*, *teto* da casa, *atual* situação do *protecionismo* estatal, etc., deixam-nos, ao princípio, um pouco perplexos, e a nossa *reação* traduz-se numa quase orfandade consonântica, que passa com um luto bem feito. No entanto, quando a consoante *muda* se articula, como em *faccioso*, *fictional*, *perfeccionista*, *bactéria*, ela mantém-se no seu posto. Sejam *otimistas*, o *otimismo* é salutar, nada está perdido! Outras palavras podem ser baralhantes como o caso de *Egito* e *Egípcio*. Basta, porém, recordar a regra de ouro! Assim como *adotar* e *adaptar*, *optar* e *opção*. Por vezes não temos de *adotar* padrões europeus, mas, sim, *adaptá-los* à nossa realidade. *Optar* por ler um livro de um autor clássico constitui sempre uma boa *opção*. Os meses do ano passam a ser escritos com minúsculas, por analogia com os dias da semana, que já se grafavam com letra pequena: *janeiro*, *fevereiro*, etc. *segunda-feira*, *terça-feira*, etc., *sábado* e *domingo*... Lembro-me, como muita outra gente, do grande alarido que fez esganigar uma parte bem-pensante do País, aquando da construção do Centro Cultural de Belém. Eu também me incluí nas hostes do contra. O respectivo edifício, que lembrava arquitetura árabe (logo, infiel), iria desfeiar o Mosteiro dos Jerónimos, violentar o ambiente, e mais outras razões que se desejavam ponderáveis, mas que vieram a tornar-se imponderadas. Poucos anos depois, ninguém mais falou contra o CCB. E agora até se afirma que está bem enquadrado no local onde, mais côvado menos côvado, o Velho do Restelo, pela pena de Luís de Camões, tomou o partido contra os Descobrimentos...

O mesmo acontece quanto ao Acordo Ortográfico, a ser posto em prática não se sabe bem quando. Daqui a meia dúzia de anos, ninguém pronunciará uma só sílaba contra o que é ainda, para alguns intelectuais, o tão malfadado Acordo. As crianças de hoje, ao atingirem a idade adulta, rir-se-ão dos seus antepassados, como muitos se riram ao ver grafado, em livros antigos, *pharmacia*, *photo-grapho*, etc. Não, não vou nem quero fazer ecoar a voz do Velho do Restelo. A Língua Portuguesa sempre teve acordos ortográficos, e não lhe cairam os parentes na lama por causa dessas inovações, embora, em cada um desses momentos, houvesse detractores que quase se batiam em duelo com os linguistas e os gramáticos do tempo...

A propósito de duelos, vou transcrever alguns passos de um texto de Eça de Queirós, extraídos dos *Echos de Paris* (*Ecoss de Paris*, menos complicado), livro póstumo, publicado em 1924, e transcrito pelo filho segundo as regras do Acordo Ortográfico de 1911. Vou, a seguir, transcrevê-lo conforme o de 1945 e também segundo o atual:

[...] Os *duellos* *sucedem-se* tão regularmente como as madrugadas; e o primeiro *espectaculo* que o sol, o velho e dourado *Phebo*, avista ao assomar a rósea varanda do Oriente, é um *francez* em mangas de camisa e de florete na mão, à beira de um arroio ou nas *hervas* de um prado, procurando varar com arte as *visceras essenciaes* de outro *francez*.

[...] Não *póde* agora um honesto melro *gorgear* pacificamente as suas reflexões da alvorada, sem que o venha interromper uma velha caleche a trote *d'onde* emergem, soturnos e de negro vestidos, sujeitos com um *mólho* de espadões debaixo do *paletot* [...].

Entre o texto segundo o Acordo de 45 e o de 1990, há apenas um *c* a mais!

[...] Os *duelos* *sucedem-se* tão regularmente como as madrugadas; e o primeiro *espectáculo* (*espetáculo*, para grafar à Acordo de 1990) que o sol, o velho e dourado *Fébo*, avista, ao assomar a rósea varanda do Oriente, é um *francês* em mangas de camisa e de florete na mão, à beira de um arroio ou nas *ervas* de um prado, procurando varar as *visceras essenciaes* de outro francês. [...] Não pode agora um honesto melro *gorgear* as suas reflexões da alvorada, sem que o venha interromper a velha caleche *de onde* emergem, soturnos e de negro vestidos, sujeitos com um *molho* de espadões debaixo do *paletó* [...].

Segundo o pouco ambicioso acordo ortográfico de 1973, os advérbios terminados em *mente* e as palavras com sufixo *inho*, deixaram de ser acentuados com acento grave. Antes daquela data, escrevia-se *necessariamente*, *sôzinho*, *espontaneamente*, *Zêzinho* etc., passando a escrever-se *necessariamente*, *sozinho*, *espontaneamente*, *Zezinho*, etc., que continua a manter-se no Novo Acordo. Será que quem nasceu depois de 1973 necessita da gravidade oblíqua desse acento? Mesmo aqueles que já eram homens feitos se habituaram. Uma questão de hábito que, como se sabe, é uma segunda natureza...

Eis o bicho-de-sete-cabeças! Afinal, um tigre de papelão. Os leitores coetâneos do primeiro texto com certeza se sentiram "agredidos" com as alterações introduzidas após 1911. Teriam razão? E os atuais leitores e escreventes? Acham, porventura, que, apenas com um *c* a mais ou a menos, será o bastante para tanto cacarejo? Não será tudo isto uma questão de lana-caprina? Uma tempestade num copo-de-água?

82) **José Luís Fontela diz-se perseguido por ser republicano e defender o português Acordo Ortográfico: Presidente da Comissão Galega pede asilo a Portugal**

11.06.2009 - 13h29 Lusa <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1386181&idCanal=14>

O presidente da Comissão Galega do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, José Luís Fontela, disse hoje à agência Lusa que pediu asilo político ao Governo português, como primeiro passo para pedir nacionalidade portuguesa. Quero liberdade. Pedi asilo político para que não me tirem direitos, liberdades e garantias", disse José Luís Fontela, advogado, poeta e escritor, acusando os serviços de informação espanhóis de "controlo de correspondência" e "sequestro de livros". Fontela, natural da Galiza, referiu que vive em Portugal "desde 1992", primeiro em Viana do Castelo, depois em Valença, onde ainda tem residência oficial, e agora em Braga, onde quer continuar a viver. O pedido de asilo político, enviado por carta ao Conselho de Ministros, é o "primeiro passo" para pedir a nacionalidade portuguesa, mas José Luís Fontela aceita outro estatuto. "Se me derem estatuto de apátrida, fico contentíssimo", salientou. O advogado e poeta afirmou que desde os nove anos que lhe chamam "separatista", por ser republicano, tal como o seu pai, e defender o Português como língua oficial e nacional da Galiza. "Defendemos a língua portuguesa como língua oficial da Galiza. É uma linha cultural. Aqui não há nada de político", frisou, afirmando-se "republicano, federalista, democrata e socialista". José Luís Fontela referiu que enviou da Galiza vários livros de poemas, de linguística, de pintura e de escultura para pessoas de outros países, como a Alemanha e o Brasil, mas não chegaram ao destino. A seguir, fez o mesmo a partir de Portugal, e os livros chegaram, pelo que concluiu que os serviços de informação espanhóis, que apelidou de "polícia política monárquica", estão a fazer "controlos de correspondência" e a "sequestrar cartas e livros". Fontela disse ainda que anexou ao pedido



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

enviado ao Governo português uma carta dirigida ao ministro do Interior de Espanha em que denuncia os alegados sequestros de correspondência.

83) Português cada vez mais falado nas zonas urbanas de Moçambique

84) **Em Moçambique, o número de falantes da língua portuguesa está a crescer nas áreas urbanas, sobretudo na população jovem residente de Maputo, mas o português falado no país “ganha” sotaques das várias línguas locais.**  
**Por Manuel Matola da Agência Lusa Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique indicam que o português é falado por 40 por cento da população moçambicana, estimada em 20,3 milhões de habitantes, usado em casa por nove por cento e reconhecido como língua materna por 6,5 por cento. “Noventa por cento dos que têm a língua portuguesa como língua materna vivem em meio urbano”, num país onde 80 por cento reside nas zonas rurais, áreas onde, aliás, “há pouca motivação e poucas situações em que é necessário usar o português”, considera Perpétua Gonçalves na obra intitulada “Português de Moçambique: uma variedade em Formação”. Segundo a docente da Universidade Eduardo Mondlane, de Maputo, “o número de falantes diminui consideravelmente” nas zonas rurais. Moçambique possui 23 línguas de origem bantu, usadas nas 11 províncias do país, mas nenhuma das línguas autóctones cobre todo o território nacional. Na cidade de Maputo, com um universo populacional de aproximadamente 960 mil habitantes, mais de 412 mil pessoas têm o português como língua materna, contra as 302 mil que usam o xichangana e 93 mil que têm o xironga como língua materna. Segundo o INE de Moçambique, o número de falantes de português na capital moçambicana é notório entre crianças dos cinco aos nove anos (85.603), mas os residentes de Maputo que estão na faixa etária entre os 35 e 39 anos são os que menos dominam a língua portuguesa: 16 mil. Calane da Silva, professor da faculdade de língua portuguesa na Universidade Pedagógica, disse à agência Lusa ser “natural” que o número de falantes do português cresça, justificando com o facto de a língua ser uma instituição que segue um “processo dinâmico”. O professor apontou ainda a “evolução” da língua portuguesa como resultado da aposta do Estado moçambicano que, logo após a independência do país, em 1975, “adoptou o português como língua oficial da administração pública e da educação”. “É natural essa evolução (...). Após a independência, muitas famílias começaram a ensinar os seus filhos a língua portuguesa, e (hoje) falam preferencialmente em português, por considerarem que os filhos estarão mais apetrechados em competência linguística na escola”, disse Calane da Silva.**  
**“Dentro das línguas faladas em Moçambique, o português faz parte deste mosaico e está a consolidar-se”, aliás, “vai consolidar-se ainda mais porque continua a ter o estatuto de língua da administração pública e da educação”, acrescentou o docente. Contudo, “um aspecto evidente que dá um carácter único ao português falado em Moçambique é a variação do sotaque, que muitas vezes surge em conexão com uma transferência de propriedades das línguas autóctones”, segundo indica Gregório Firmino, no seu estudo sobre “a Situação do Português no contexto Multilíngue de Moçambique”**

**Craveirinha comenta:**

Grato pelo informe...alguns desses dados são discutíveis e por outro lado não existe isso de luso falantes em Moçambique...só os lusitanos são luso falantes...os angolanos e moçambicanos são bantófonos em 1º lugar...é preciso ter cuidado com certas sutilezas de afirmações e é por isso que o acordo anda um pouco em standby em África...são as sensibilidades políticas que ainda não esqueceram quer o colonialismo luso quer a guerra colonial anti-independência...é preciso muita prudência com a "lusofonia" em África...para não se ciar num saudosismo colonial ou como disse patrick Chaball um certa saudade do Império colonial português perdido que se quer manifestar através da língua portuguesa...

JOÃO CRAVEIRINHA

85) **JOGO DA REFORMA ORTOGRÁFICA**

<http://www.fmu.br/game/home.asp> este é o jogo da reforma ortográfica, divirtam-se e comentem

86) **IN Alma Lusa junho 2009:**

Há por aí afora, algumas discussões roucas acerca do tal acordo ortográfico de nossa língua. Uns, mais apaixonados que outros, clamam aos céus contra o que chamam de destruição do camõesianismo, do purismo, etc. Evidentemente que alguns elementos fundantes são como que "células pétreas" que devem ser preservadas. Entretanto, eu pergunto: Será que o castelhano, o francês, o inglês, falados e escritos nos diversos países que o adotam como língua materna não permitiu que a literatura e a concepção do mundo e da vida dessa gente toda fossem feitas, por isso? E o Árabe, e o chinês? Terá isto dificultado a compreensão ou o relacionamento entre eles? Terá prejudicado a literatura? Serão os filólogos sarcófagos, jurássicos e anquilosados que fazem uma língua, ou serão as comunidades falantes e escreventes que a usam quotidianamente e mantêm a mantém viva e dinâmica? Será o idioma um fenómeno estático ou dinâmico? Será que o português falado e escrito no século XIV é igual o falado atualmente, tanto morfológica como foneticamente? O Saramago que não usa pontos e vírgulas mereceu ter ganhado o Nobel de literatura, ou está ele deturpando nossa língua? Afinal de quem é a língua? É dos criadores ou da comunidade que a usa? Dizem alguns que, graças a Deus, já existe um abaixo-assinado com mais de 120 mil assinaturas contra o tal acordo. Ora, seria difícil conseguir um outro abaixo-assinado ou acima assinado com umas cinquenta milhões de assinaturas, a favor do tal acordo? Abaixo-assinados contam alguma coisa? Acho que neste momento é preciso ter a cabeça fria e no devido lugar. Eu confesso que não tenho nenhum juízo de valor sobre a validade ou não do tal acordo ortográfico. Só lhes posso garantir que na Suécia, Noruega, Dinamarca ou Finlândia, as teses de doutoramento são em inglês. O mercado editorial da Estónia (estoniano), ou do Turquestão (turcomano) não têm expressão, pois ninguém conhece os idiomas que usam. Portanto, amigos, acho que é interessante colocarmos na balança o seguinte: se nos regozijamos com nossos literatos (mesmo que escrevam fora dos cânones clássicos), se nunca reclamamos contra nossos filólogos, como detentores de uma espécie de procuração de nosso idioma, deixemos de ser hipócritas e deixemos de clamar aos céus contra um acordo que eles acham que será bom para os duzentos milhões de falantes, e embora não satisfaçam a meia dúzia de utentes. João Defreitas

87) **Parlamento português discute renegociação de Acordo Ortográfico**

Alguns comentários sobre o parecer do Deputado Luiz Fagundes Duarte (Deputado, Coordenador do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para Educação e Ciência) O ilustre signatário do parecer, com louvor, invocou a ausência de procedimento democrático, sem ampla consulta à população quando da elaboração do texto final do questionado acordo. No entanto, a teor dos três itens de suas recomendações, sua pretensão de ampla discussão se restringe aos cidadãos portugueses, olvidando-se dos lusófonos dos 7 outros países, e coloca Portugal como "salvaguarda" do cientificismo da língua portuguesa, a se concluir das próprias palavras dele que "estrangeiros não conhecem o idioma português" e não passam de "restantes" dos países da CPLP.

É lastimável verem-se as benesses da democracia dando lugar apenas a um grupo restrito que se arvora no título de "detentor da ciência da língua" e faz do imenso número de cidadãos lusófonos do mundo, suas meras paisagens e falantes de língua alheia, a se conformarem como súditos dos ditos de uma ciência que não lhes é própria. O que se vê é que todos os objetivos do fortalecimento e difusão da língua portuguesa no mundo são tergiversados e solenemente esquecidos; passando-se a travar uma guerra com bombas de "cês" e "pês", a se vasculharem "pêlos" "pelos" meandros das vírgulas a fim de acabarem com o jantar de confraternização.

Curiosamente, assistimos a dias em que, por vezes, os governos demonstram por seus atos bem mais vanguardeiros do que alguns segmentos da sociedade. Quem teve a oportunidade de conhecer Dr. João Malaca Casteleiro, sabe que seu olhar está muito além da linha do horizonte, sendo um vilipêndio atribuir-lhe desconhecimento científico do idioma. De todo eloquente parecer, restou uma incognita muda: quais seriam os interesses particulares a que o signatário se refere? Não os indicou. Num esforço heroico de

REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

cogitação tentamos indagá-los: Que interesses particulares poderiam ter o Instituto Camões e a Academia de Ciência de Lisboa a se beneficiarem pessoalmente?! Que benefícios poderiam lhes advir da redação de regras puramente ortográficas?! Ora, insinuação ilógica e muda de nascerença. Alhos e bugalhos acabaram por confundidos, ou apenas colocados para temperarem o destempero.

**88) SILMARA ANNUNCIATO** *Língua X Sotaques :Filme português 'Dot.com' passano Brasil com legenda*  
**Filme português 'Dot.com' mostra aldeia que briga com multinacional** Olívia Mendonça

Rio - O público brasileiro, pouco acostumado ao cinema português, poderá conferir uma comédia das mais simpáticas a partir de hoje nas telas. Trata-se do longa 'Dot.com', de Luis Galvão Teles, sobre a aldeia Águas Altas, que atrai a atenção do país todo ao comprar briga com uma multinacional espanhola pelo nome do site da cidade, que já havia sido registrado pela empresa Drenam. Luis filmou numa pequena aldeia de 35 habitantes e conta que queria fugir de temas urbanos. "Fui a uma cidadezinha e vi que lá havia um computador que ninguém usava, que não deve nem ter sido ligado um dia. Isso me serviu de inspiração", explica. Na vida real, a aldeia de Dornes, onde tudo foi filmado, acabou também ficando conhecida internacionalmente. "O turismo aumentou muito, só espero que não mude a alma do lugar, como ocorre no 'Dot.com'", torce o diretor, que fez questão de passar o filme legendado por aqui. "Os puristas vão chiar, mas temos que ser simples. Nossa língua falada tem muitas diferenças e quero que o público entenda o que fiz", diz ele, que conta com a parceria da VídeoFilmes, de Walter e João Moreira Salles, no Brasil. "Espero trazer ainda muitos trabalhos meus".

[http://odia.terra.br/cultura/htm/filme\\_portugues\\_dot\\_com\\_mostra\\_aldeia\\_que\\_briga\\_com\\_multinacional\\_181413.asp](http://odia.terra.br/cultura/htm/filme_portugues_dot_com_mostra_aldeia_que_briga_com_multinacional_181413.asp)

**89) Notícia do Expresso:** <http://aeiou.expresso.pt/os-passos-perdidos-do-acordo-ortografico=f515795>

Os Passos Perdidos... do Acordo Ortográfico

Subiram hoje a plenário da Assembleia da República duas petições solicitando a suspensão do chamado Acordo Ortográfico - aquele famoso texto que consegue transformar aquilo a que chama as duas atuais normas oficiais da ortografia do Português - a portuguesa e a brasileira - num sem número de normas individuais: de acordo com os brilhantes autores do Acordo, cada falante poderá escrever certas palavras, consoante pronuncie ou não determinadas consoantes gráficas nelas existentes... Como cidadão, como linguista, como filólogo - e também como signatário de uma destas petições, que conta cerca de 120.000 assinaturas -, entendo que este Acordo é mau, porque mal feito; e inútil, porque todos nós sabemos que não é por causa de ser imposta, por lei, uma determinada "norma" gráfica que a Língua Portuguesa vai passar a ser mais falada ou mais prestigiada nos meios internacionais: os estrangeiros que não conhecem o Português nunca darão pelas diferenças gráficas existentes entre as duas variedades gráficas da nossa língua. E depois: as grandes diferenças entre o português de Portugal e dos restantes países de língua portuguesa não são a nível da ortografia, que são mínimas, mas do léxico e da sintaxe, que constituem uma riqueza patrimonial de todos nós. Vamos também pretender unificar o léxico? Enquanto deputado do Partido Socialista desde 1999, se me tivesse sido permitido pronunciar-me, em sede parlamentar, sobre este ortofantasma que nos assombra e que o governo, em respeito de compromissos internacionais assumidos por outro governo, entendeu pôr em vigor a curto prazo, seria este o discurso que me aprazeria pronunciar:

A Assembleia da República aprovou, na sua reunião plenária de 16 de Maio de 2008, a proposta de resolução, oriunda do Governo, que "Aprova o Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, adoptado na V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em São Tomé, a 26 e 27 de Julho de 2004". Como se depreende do respectivo título, o conteúdo do diploma aprovado não é o texto conhecido como "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa", mas tão só um protocolo modificativo ao mesmo, consubstanciado numa alteração de redacção - "O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor com o terceiro depósito de instrumento de ratificação junto da República Portuguesa" -, num aditamento - "O presente Acordo estará aberto à adesão da República Democrática de Timor-Leste" -, e numa disposição relativa à entrada em vigor do mesmo protocolo modificativo. Tratando-se de um Acordo entre os oito estados que constituem a CPLP, no qual a República Portuguesa foi parte por legítima decisão dos seus órgãos competentes, a sua aprovação é um facto consumado. No entanto, o longo processo que conduziu à aprovação do referido Acordo Ortográfico nunca foi pacífico, nem resultou da obtenção de qualquer consenso na opinião pública em geral, que são os cidadãos não diferenciados mas legítimos utilizadores da Língua Portuguesa em qualquer das suas manifestações, e em particular no seio da comunidade científica e dos profissionais e criadores com responsabilidade directa na utilização da Língua Portuguesa na sua dimensão escrita, como sejam professores, escritores, jornalistas, tradutores, legisladores, académicos, intérpretes, editores, revisores, tipógrafos, técnicos de comunicação e de publicidade, informáticos, etc. Ou seja, o Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico, recentemente aprovado, vincula o Estado Português, e por meio dele todos os cidadãos portugueses e demais utilizadores da Língua Portuguesa em território nacional ou no estrangeiro, ou que consumam produtos escritos e publicados em Portugal, ou publicados no estrangeiro com apoio público nacional, ao cumprimento de normas e disposições específicas sobre a ortografia da Língua Portuguesa cujos fundamentos científicos não estão consensualizados e, de acordo com autoridades na matéria oriundas das mais variadas áreas, padecem de graves erros, omissões e indefinições de carácter científico. Ou seja, para além de ser questionável que o Estado interfira em aspectos que dele não dependem nem a ele competem - como é a evolução da Língua Portuguesa, em qualquer das suas dimensões, sendo a ortografia uma destas dimensões -, com a aprovação deste Acordo Ortográfico passou a fazê-lo com base em erros técnicos e científicos que não foram acautelados e que, ao serem assim avalizados pelo próprio Estado, se transformam em erros de Estado. Com efeito, não há, nem nunca houve, consenso em Portugal sobre a necessidade ou as vantagens da aplicação da reforma ortográfica contida no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, e o facto de o próprio Acordo Ortográfico afirmar, nos seus considerandos preambulares, que "o texto do Acordo que ora [12 de Outubro de 1990] se aprova resulta de um aprofundado debate nos países signatários", não corresponde à verdade, e no que concerne Portugal não há qualquer registo de uma tal discussão: não existem actas publicadas de encontros científicos (colóquios, congressos ou seminários) promovidos pelo Estado, pela Academia das Ciências de Lisboa ou por qualquer outra instituição acreditada pelo Estado - como as Universidades ou os Centros de Linguística -, e não se conhecem quaisquer relatórios elaborados e publicados pela Academia ou por qualquer dos negociadores portugueses dos Acordos Ortográficos de 1986 e 1990. Porém, contra o Acordo Ortográfico são conhecidos diversos pareceres de entidades e indivíduos idóneos, os quais, tendo sido solicitados pelas entidades competentes, foram por elas ignorados. Destaque-se, de entre eles, os pareceres da Comissão Nacional da Língua Portuguesa, de 1989, da Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário, de 1991, e do Departamento de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa, de 1987. Existe também um corpus vasto de muitas dezenas de artigos de opinião qualificada produzidos entre 1986 e 2009 por personalidades destacadas de diversos sectores da sociedade portuguesa. O próprio Governo solicitou, em 2005, através do Instituto Camões e já depois de assinado o Segundo Protocolo Modificativo de 2004 do Acordo Ortográfico - matéria da Resolução da Assembleia da República agora aprovada -, pareceres a várias instituições: três desses pareceres (do Instituto de Linguística Teórica e Computacional, da Associação Portuguesa de Linguística, e do Departamento de Linguística da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), são muito negativos, e apontam deficiências graves ao Acordo Ortográfico. Estes pareceres - de que só se teve conhecimento pela resposta, datada de 19 de Maio de 2008, a um requerimento da Deputada Zita Seabra, de 10 de Abril (n.º 334/X - 3.ª) - nunca foram devidamente considerados, ou foram mesmo ignorados, nas discussões que conduziram à aprovação do Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico. Em contrapartida, apenas se conhecem dois documentos claramente favoráveis ao Acordo Ortográfico: a "Nota Explicativa" do próprio diploma, e um parecer da Academia das Ciências de Lisboa. O primeiro, que é o único documento técnico que se conhece de carácter institucional e favorável ao Acordo Ortográfico, é a "Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)" (anexo II da Resolução da Assembleia da República, de 1991, que aprova o Acordo Ortográfico), que contém, para além de deficiências técnicas,

REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

lacunas graves, pois menciona estudos preliminares que ninguém conhece e não estão disponíveis. Nela, os autores do Acordo Ortográfico defendem, entre outras coisas improváveis, o baixo impacto das mudanças ortográficas propostas através de valores percentuais calculados a partir de uma lista de 110.000 palavras (de estrutura e composição desconhecidas) pertencentes ao "vocabulário geral da língua" (que não definem nem explicam), ignorando (a) as frequências das palavras afectadas em situações discursivas concretas e (b) a possibilidade de todas as palavras afectadas formarem combinações (lexias complexas) com outras, em termos complexos, designações complexas, fraseologias, locuções e colocações.

O segundo, que faz parte do conjunto de pareceres solicitados pelo Governo e identificados na resposta ao supracitado requerimento da Deputada Zita Seabra, é da autoria do Professor Malaca Casteleiro, autor do texto do Acordo sobre o qual emitiu o parecer favorável. Conclui-se, deste modo, que as duas instituições portuguesas com capacidade para informarem adequadamente o Governo e o Parlamento sobre o teor do Acordo Ortográfico e as suas implicações - a saber, a Academia das Ciências de Lisboa e o Instituto Camões - não o fizeram de maneira responsável: ou emitiram juízo favorável em causa própria - a Academia das Ciências -, ou ignoraram ou ocultaram os pareceres que iam contra o que fora entendido como a posição "politicamente correcta" - o Instituto Camões. Mais recentemente, foram apresentados a Sua Excelência ao Presidente da República, em audiência que o mesmo concedeu a um grupo dos signatários de uma das petições contra o Acordo Ortográfico, e que no dia 25 de Abril de 2009 já ultrapassava as 110.000 assinaturas de cidadãos -, mais pareceres inéditos de especialistas que demonstram, não só, as enormes fragilidades e deficiências do Acordo Ortográfico, como as consequências gravosas da sua aplicação para diversos setores da sociedade portuguesa, nomeadamente, na educação e no ensino da Língua Portuguesa. Assim, preocupado com o facto de o conteúdo técnico do Acordo Ortográfico conter erros graves que foram amplamente detectados, inventariados e comentados por especialistas conceituados, e não pondo em causa a justeza e a efectividade do Acordo que prevê a adopção, por todos os países da CPLP, de uma ortografia única para a Língua Portuguesa, recomendo ao Governo:

1. Que constitua uma Comissão Nacional, formada por personalidades representativas das comunidades académicas, científicas, literárias e profissionais, que proceda a uma revisão do texto do Acordo Ortográfico, no sentido de o expurgar dos erros que contém.
2. Que leve na devida conta, para todos os efeitos, o parecer final que vier a ser emitido por essa Comissão Nacional.
3. Que desenvolva os contactos com os restantes países da CPLP, no sentido de ficar devidamente salvaguardada, para memória futura e pela parte Portuguesa, a responsabilidade científica do texto do Acordo Ortográfico.

#### **90) Parlamento português discute renegociação de Acordo Ortográfico**

Portugal Digital - Brasil/Portugal Portugal Digital - Brasil/Portugal 20/05/2009 - 15:30

[http://groups.google.com/group/observatorio-lp/browse\\_thread/thread/2afb70cc01688c8f?hl=pt-PT](http://groups.google.com/group/observatorio-lp/browse_thread/thread/2afb70cc01688c8f?hl=pt-PT)

Lisboa - Por pressão popular, o Parlamento português discute hoje uma proposta de renegociação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, apesar de este já ter sido aprovado pelo governo e pela Assembleia da República. A proposta chegou ao Parlamento graças à uma petição assinada por 113.206 portugueses - para obrigar a Casa a discutir um assunto bastam 5.000 assinaturas. "A petição foi discutida na Comissão de Ética e Sociedade da assembleia e o relatório do deputado Barreiras Duarte, que dá razão à petição, foi aprovado por unanimidade", afirmou o editor e eurodeputado Vasco Graça Moura, um dos organizadores do abaixo-assinado, conforme noticia a BBC Brasil. Graça Moura explica o que propõe o relatório aprovado: "Pede-se que o governo abra negociações com o objetivo da revisão dos termos do acordo. Na nossa opinião, o acordo teria de ser revogado porque é um acúmulo de disparates." De todos os países lusófonos, apenas o Brasil deu início oficialmente ao período de transição da aplicação do Novo Acordo Ortográfico. Portugal está entre os quatro países - com Brasil, São Tomé e Cabo Verde - da comunidade dos países de língua portuguesa que já aprovaram o acordo. A data do início do período de transição em Portugal ainda não foi determinada. Da parte do governo português, a posição está tomada: "O fato é que o acordo já está em vigor. Foi aprovado pelo governo, aprovado pela Assembleia da República, promulgado pelo presidente e o instrumento de ratificação foi depositado no Ministério de Negócios Estrangeiros no dia 13 de maio", afirma Rui Peças, assessor de imprensa do ministro da Cultura. Quanto ao possível resultado da discussão no Parlamento, Peças assume uma posição de cautela: "Vamos esperar para ver o que for aprovado na Assembleia da República para depois tomar uma posição." Para os assinantes da petição, as justificativas para acordo são falsas: discordam de que ele vai ajudar a combater o analfabetismo com a simplificação e ajudar a língua portuguesa a se impor como língua internacional. Eles também consideram que a justificativa para sua adoção não é baseada em argumentos científicos. Entre as principais queixas apresentadas pelos críticos do acordo está a que a eliminação de "p" e "c" não pronunciados em palavras como "ótimo", "Egipto", "acto", "inspecção" ou "facção" abandona a etimologia (história) das palavras. Eles dizem que o acordo não tem coerência por eliminar essas letras não pronunciadas e manter o "h", como em humano ou hora. Muitas das pessoas que se opõem ao acordo afirmam que ele é uma concessão ao português do Brasil e que unificará pouco o idioma. Um dos exemplos é que Portugal e os outros seis países de língua portuguesa vão continuar a escrever "antónimo" e "género" enquanto a norma brasileira vai manter nessas palavras o acento circunflexo.

#### **91) Acordo Ortográfico: a polémica E BOAVENTURA SOUSA SANTOS**

Com a devida vénia, transcreve-se da "Folha de S. Paulo" o texto do artigo "Libertem a língua", da autoria do **Professor Boaventura de Sousa Santos** (foto), sobre o **Acordo Ortográfico** da Língua Portuguesa:

*"Sendo a ortografia uma pequena dimensão da vida da língua, seria legítimo esperar que não fosse necessário o acordo ortográfico ou que, sendo-o, pudesse ser celebrado sem dificuldade nem drama. No caso da língua portuguesa, assim não é, e há que refletir por quê."*

*A razão fundamental reside no fantasma do colonialismo inverso que desde há séculos assombra as relações entre Portugal e Brasil. Por séculos, a única colónia com propósitos de ocupação efetiva no império português, o Brasil, foi sempre e simultaneamente um tesouro e uma ameaça grandes demais para Portugal.*

*Após um curto apogeu no século 16, Portugal foi durante toda a modernidade ocidental capitalista um país semiperiférico, isto é, um país de desenvolvimento intermédio, desprovido dos recursos políticos, financeiros e militares que lhe permitissem controlar eficazmente o seu império e usá-lo para seu exclusivo benefício.*

*Teve, pois, de o partilhar desde cedo com as outras potências imperiais europeias, e foi por conveniência destas que ele se manteve até tão tarde.*

*A partir do século 18, Portugal foi simultaneamente o centro de um império e uma colónia informal da Inglaterra. À semiperifericidade de Portugal correspondeu a semicolonialidade do Brasil, tão bem analisada por Antonio Candido, a ideia contraditória de um país mal colonizado e superior ao colonizador, um país que resgatou a independência de Portugal e que, logo após sua própria independência, foi visto como uma ameaça aos interesses de Portugal na África.*

*A relação colonizador-colonizado entre Brasil e Portugal foi sempre uma relação à beira do colapso ou à beira da inversão. Até hoje. É essa indefinição que torna tão necessário quanto difícil o acordo ortográfico.*

*Do lado português, a posição ante o acordo assenta sempre na ideia de "rendição ao Brasil", tanto para o aceitar como para o recusar. Em ambos os casos, o fantasma do colonialismo do inverso, em vez da ideia libertadora do inverso do colonialismo. Acontece que hoje a incoerência do acordo tem consequências que não tinha, por exemplo, em 1911.*

*Em 1911, o acordo teve lugar entre dois países em que a língua portuguesa era a língua natural. No caso português, o colonialismo proibia que as línguas nacionais faladas nas colónias fossem um problema linguístico. No brasileiro, o colonialismo interno impedia que*





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

as línguas indígenas existissem. Portugal considerava-se o dono da língua portuguesa, mas, porque não o era de fato, o acordo só começou a ser implementado em 1931.

Hoje são oito os países de língua oficial portuguesa, e em seis deles a língua portuguesa coexiste com outras línguas nacionais, algumas delas mais faladas que o português. Nesses países, o contexto da política da língua é muito mais complexo.

Mexer no português só faz sentido se se mexer nas línguas nacionais, e mexer nestas, em países que há pouco saíram de uma guerra civil, pode ter consequências bem mais graves que as do drama bufo luso-brasileiro.

Por essas razões, deviam ser esses países a decidir o desacordo, mas pelas mesmas razões é pouco provável que aceitassem tal magnanimidade. Nesse contexto, a língua portuguesa deve ser deixada em paz, entregue à turbulência da diversidade que torna possível que nos entendamos todos em português. Revejo-me, pois, no comentário irônico e contraditório de Fernando Pessoa aos acordos ortográficos, escrito em 1931, ano em que se implementava o acordo de 1911: "Odeio... não quem escreve em orthographia simplificada, mas a pagina mal escrita, como pessoa propria, a syntaxe errada, como gente em que se bata, a orthographia sem ipylon, como o esgarro directo que me eno- ja independentemente de quem o cuspiisse. Sim, porque a orthographia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida. E a gala da translitteração greco-romana veste-m'a do seu vero manto regio, pelo qual é senhora e rainha".

Apesar de transcrito na ortografia de Pessoa, foi difícil entender esse passo?"

Publicado pela Embaixada de Portugal - Brasília em [6.5.08](http://6.5.08)

<http://embaixada-portugal-brasil.blogspot.com/2008/05/acordo-ortografico-polmica.html>

## 92) **Governo português dividido sobre as mudanças na língua portuguesa \* Joana Pereira Bastos**

notícia do semanário [Expresso](http://Expresso) de 16 de Maio de 2009, a propósito da [petição](http://petição) contra o Acordo Ortográfico, em discussão no [parlamento português](http://parlamentoportugues).

O ministro da Cultura [português, [José António Pinto Ribeiro](http://José António Pinto Ribeiro)] já assegurou por diversas vezes que as alterações ortográficas, promulgadas em Julho de 2008 pelo Presidente da República [Cavaco Silva], vão entrar em vigor «seguramente» neste ano, nomeadamente com a adaptação às novas regras do *Diário da República* e de todos os textos oficiais. Mas, se dependesse apenas de Pinto Ribeiro, essa não seria a única alteração imediata: «O Ministério da Cultura entende que a entrada em vigor das regras do novo Acordo Ortográfico deve ser acompanhada do seu ensinamento nas escolas», refere uma nota da tutela, enviada neste mês ao deputado independente José Paulo de Carvalho, em resposta a um requerimento.

O problema é que o [Ministério da Educação](http://Ministério da Educação) continua remetido ao silêncio. Há um mês que o *Expresso* pergunta ao gabinete da ministra [Maria de Lurdes Rodrigues](http://Maria de Lurdes Rodrigues) a partir de que data as crianças do 1.º ciclo passarão a aprender que «ótimo», por exemplo, se escreve sem p. «Não há novidades», limita-se a dizer o assessor de imprensa. Já da parte do [Ministério da Ciência e do Ensino Superior](http://Ministério da Ciência e do Ensino Superior), o *Expresso* nem sequer obteve uma resposta.

«O ministro da Cultura tem assumido algum protagonismo nesta matéria, mas a principal competência é nossa», refere, por seu turno, a assessora do [Ministério dos Negócios Estrangeiros](http://Ministério dos Negócios Estrangeiros), Paula Mascarenhas, sem no entanto avançar qualquer data.

### «Falta de diálogo e ausência de metodologia»

A falta de sintonia no executivo socialista relativamente a esta questão já vem de trás, assegura [Isabel Pires de Lima](http://Isabel Pires de Lima), deputada do PS e ex-ministra da Cultura. «Enquanto eu estive no Governo, o assunto foi debatido várias vezes em Conselho de Ministros, mas não havia consenso. Vários ministros não concordavam com a assinatura do Protocolo Modificativo. Ainda assim, havia vontade política do primeiro-ministro em avançar», recorda. E a divisão parece manter-se, adianta Pires de Lima, que classifica este Acordo Ortográfico como um «chorrillo de disparates». «Acho que há falta de concertação entre os ministérios», defende.

A mesma conclusão é partilhada pelo presidente do Instituto de Lexicologia da [Academia das Ciências](http://Academia das Ciências) [de Lisboa], Artur Anselmo, que afirma não haver entendimento no seio do próprio Governo. «Há prudência por parte da Educação e precipitação por parte do actual ministro da Cultura», critica o responsável. E até o parlamento já alertou para a «falta de diálogo e ausência de metodologia» entre os titulares das duas pastas, num relatório da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura redigido em Abril. No documento lamentam-se «as contradições cada vez maiores» do ministro da Cultura nesta matéria e exorta-se o Governo «a esclarecer questões como o calendário e a metodologia de implantação nas escolas».

A polémica alteração das regras ortográficas está também a causar divisões no PS, ameaçando transformar-se num foco de tensão entre o partido e o executivo de Sócrates. «O Governo cometeu o erro de pôr este acordo em execução. É um disparate que entre em vigor», afirma Luís Fagundes Duarte, coordenador do PS para a área da Educação. Para o deputado, «o problema foi o ministro da Cultura ter avançado sem ter a retaguarda protegida a nível do próprio Governo».

Juntamente com personalidades de outras cores políticas como Vasco Graça Moura, José Pacheco Pereira ou António Lobo Xavier, o deputado, especialista em filologia e linguística, é um dos primeiros subscritores de uma petição contra o Acordo Ortográfico, que reuniu mais de 120 mil assinaturas e que será discutida [no dia 20 de Maio de 2009] no parlamento.

Para os signatários, trata-se de «uma reforma mal concebida, desconchavada e sem critério de rigor», além de «desnecessária, perniciosa e de custos financeiros não calculados».

### Diplomacia em risco

Mas o problema não é de fácil solução. Estando em causa um tratado internacional já ratificado por outros países e que até já está em vigor desde Janeiro no Brasil, o não cumprimento por parte de Portugal poderia dar origem a um «delicado problema diplomático», admite Fagundes Duarte.

Não sendo, por isso, possível suspender o Acordo Ortográfico, resta a possibilidade de adiar a sua entrada em vigor. O texto que foi aprovado no Parlamento em 2008 dá um prazo máximo de seis anos para a aplicação das novas regras. Até lá, defende o socialista, deve ser formada uma comissão de especialistas, composta por filólogos, linguistas e profissionais que usam a língua como instrumento de trabalho. Só assim será possível corrigir «as muitas imprecisões, erros científicos e ambiguidades» que transformam o Acordo num «atentado à língua portuguesa».

\* In semanário [Expresso](http://Expresso) de 16 de Maio de 2009 — 18/05/2009 <http://ciberduvidas.com/noticias.php?rid=2083>

## 93) **Esforços para implantação do acordo ortográfico através da rede mundial (por Silmara P. Annunziato) 18 maio 2009**

A comunidade de programadores da rede mundial que cooperam no desenvolvimento de softwares de código aberto está empenhada na implantação do acordo ortográfico.

Sob a coordenação da BrOffice.org foi desenvolvido um verificador ortográfico eletrônico, denominado Vero, com o objetivo de se consolidar como mais um instrumento de preservação e disseminação do idioma português. Com esse novo verificador ortográfico, as grafias em dúvida sobre hifenização, acentuação, dentre outras, são solucionadas em segundos o que favorece a disseminação do uso da nova ortografia. Para que ele seja usado é necessário ter instado o BrOffice.org, versão 3 em diante, e por ele abrir qualquer arquivo de texto. Além disso, dois novos dicionários foram acrescentados à relação de temáticos sobre dialetos indígenas e termos musicais; outros dois em fase de desenvolvimento sobre termos espíritas e termos de química. «Assim que Portugal assinou o acordo, começamos a trabalhar na nova versão», conta Raimundo Santos Moura, coordenador do projeto Verificador Ortográfico do BrOffice.org. A comunidade responsável pelo pacote de aplicativos de código aberto se antecipa à Microsoft. Eduardo Campos, gerente de produtividade e colaboração da Microsoft Brasil, disse que «ainda não há data definida para a atualização estar disponível ao consumidor final». A Microsoft promete disponibilizar atualização nos moldes do acordo ortográfico no prazo estabelecido pelo governo, que termina em 2012. A cooperação para atualizações do verificador ortográfico Vero, não é apenas de programadores. O



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

usuário que contribuir relatando palavras a serem adicionadas ou corrigidas passa a ter seu nome creditado como colaborador do Projeto BrOffice.org. O corretor Vero e o pacote OpenOffice, que contém softwares similares e compatíveis ao Microsoft Office, são de uso gratuito e estão disponíveis para informações e download nos links abaixo. <http://www.broffice.org/verortografico>  
<http://www.broffice.org/download>

**94) 40.000 galegos manifestaram-se em Santiago de Compostela em defesa da sua língua e contra a imposição do castelhano**

Em 17 de maio, Dia das Letras Galegas, mais de 40.000 galegos manifestaram-se em Santiago de Compostela em defesa da sua língua e contra a imposição do castelhano. Textos, fotos e vídeos em: <http://www.pglingua.org> <http://www.vieiros.com>  
<http://www.xornal.com/> <http://www.galegosempremais.net/blog5.php/2009/04/18/manifeto-17-de-maio-de-2009>  
PGL - Mais de 50.000 pessoas saíram ontem às ruas de Santiago de Compostela em protesto pelas intenções do novo governo galego de introduzir mudanças involucionistas na escassa legislação que protege o galego. De facto, Núñez Feijóo (do Partido Popular) tem desde já a duvidosa honra de ser o presidente galego em cujo mandato tivo lugar a (polo de agora) maior manifestação em defesa do nosso idioma. Inserida na plataforma Galego Sempre Mais, mas também levando umha faixa com a legenda «A nossa língua é internacional», a Associação Galega da Língua também participou de jeito muito activo neste acto cívico. Apesar de o início da manifestação oficialista ser para as 12 horas (e para as 12h15 no caso de Galego Sempre Mais) da Alameda compostelana, o recorde histórico de participação motivou que a cauda da manifestação não pudesse sair até perto das 13 horas. Como anedota, apesar do trovão de chuva, não minorou a participação, e mesmo se intensificaram as cântigas num ambiente lúdico. Dado que Mesa pola Normalización nom flexibilizou a sua convocatória para acolher outras organizações do movimento normalizador, não se pudo celebrar um acto verdadeiramente unitário, e como gesto de protesto os colectivos aglutinados em Galego Sempre Mais deixaram uns metros de separação durante o seu percurso respeito da parte mais 'oficialista' da marcha. No entanto, de Galego Sempre Mais quixeram salientar o «alto grau de responsabilidade» das pessoas e colectivos que mantendo umha posição crítica com a Mesa não deixaram passar a ocasião de se manifestarem pola língua galega. Já perto das 15 horas, quando a marcha oficialista tinha abandonado a Praça da Quintá havia quase umha hora, Galego Sempre Mais leu um comunicado promovido pola Associação Galega da Língua, Associação Galega da Língua, o Movimento Defesa da Língua, a Mocidade pola Língua, a Fundação Artábria, o C.S. Baiuca Vermelha, A Esmorga, o C.S. Faisca, o C.S. Fouce de Ouro, a Gentilha do Pichel, o C.S. Gomes Gaioso, o C.S. Henriqueta Outeiro, o C.S. Mádria Leval, o C.S. Revira, o C.S. Roi Soga de Lobeira, o C.S. Sem Um Cam e a S.C. D. do Condado, além da adesão de muitos outros colectivos. Leitura do manifesto. No manifesto que lêrom, lembrou-se que é «rotundamente falso» que exista umha imposição do galego, sendo que na Galiza a única imposição existente é a do castelhano, circunstância que «nom tem discussom possível neste momento», motivo polo qual reclamaram «a abolição do sistema actual que subordina o nosso idioma ao idioma do império». Também dirigiram umha crítica aos meios de comunicação e aos poderes oficiais por intentarem «apagar a nossa voz» ao tempo que fazem ecoar «minorias galegofóbicas como Galicia Bilingüe». Ainda, pronunciaram-se sobre a histórica participação na manifestação, com mais de 50.000 pessoas, com muita distância respeito de «quem baixo o apoio de diversos partidos políticos e com o apoio de manifestantes espanhóis, não conseguiu meter no mesmo espaço mais de 2000 pessoas», em clara referência a Galicia Bilingüe.

**95) Ministro da Cultura assegura que novo acordo ortográfico vai entrar em vigor ainda este ano**

Terça-Feira, 12 Maio de 2009 <http://www.mundoportugues.org/content/1/4682/ministro-cultura-assegura-que-novo-acordo-ortografico-vai-entrar-vigor-ainda-este-ano/>

**António Pinto Ribeiro refere que o novo acordo ortográfico vai entrar em vigor “seguramente este ano”. No Brasil já está a ser aplicado desde janeiro.**

O ministro da Cultura português, José António Pinto Ribeiro, referiu à comunicação social que o novo Acordo Ortográfico entrará em vigor “seguramente este ano”. Na inauguração do centro interpretativo e museu “À Descoberta do Novo Mundo”, em Belmonte, e perante uma comitiva brasileira, José António Pinto Ribeiro considerou que “a língua foi o que de mais extraordinário deixaram os navegadores”.

Questionado pela imprensa sobre quando entrará em vigor o Acordo Ortográfico, o ministro referiu que será “seguramente este ano”, sem contudo apontar uma data concreto. “Estamos a identificar todas as tarefas, dado que, uma vez em vigor, haverá um prazo de aplicação e adaptação de vários anos para que tudo aquilo seja assimilado por todos nós”, explicou José António Pinto Ribeiro. “Estamos a fazer um programa para tudo o que há a fazer até lá, ao nível do ensino, dos meios de comunicação social, dos livros, para que tudo seja feito sem ruturas, com grande tranquilidade e com grande liberdade e integração de toda a gente”, referiu. Recorde-se que recentemente o linguista e académico João Malaca Casteleiro, que participou na elaboração do Acordo, considerou que Portugal “está atrasado na sua aplicação” e que a “bola está do lado do Governo”. Em Portugal, o segundo protocolo do Acordo Ortográfico, cuja ratificação era essencial para a sua entrada em vigor, foi aprovado no Parlamento em maio e promulgado pelo Presidente da República em julho. Para vigorar, o acordo tem de estar ratificado por um mínimo de três dos oito países, o que foi alcançado em 2006 com São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Brasil, seguidos de Portugal.

**Cabo Verde aponta data até Outubro**

Já o ministro da Cultura de Cabo Verde, Manuel Veiga, afirmou que o acordo ortográfico deverá entrar em vigor em Cabo Verde, “o mais tardar” até outubro próximo. “Em Cabo Verde, queremos fazer tudo por tudo para que, até outubro, o acordo entre em vigor”, disse Manuel Veiga, adiantando que a indicação de uma data definitiva deverá sair do encontro dos Ministros da Cultura da Comunidade dos Países de Língua portuguesa marcado para junho, em Lisboa. Segundo o ministro cabo-verdiano, este encontro de Lisboa será aproveitado para, entre outras questões, fazer o ponto de situação do Acordo Ortográfico. Sobre as condições existentes no arquipélago para a implementação do novo acordo ortográfico, nomeadamente no que respeita ao seu conhecimento por parte da sociedade, Manuel Veiga reconheceu que os cabo-verdianos poderão “não estar bem informados”.

O governante explicou também que quando se decretar a entrada em vigor do Acordo Ortográfico haverá um “tempo de experiência” que poderá ir até seis anos. “Vai haver um tempo para se fazer a caminhada, para que as pessoas possam inteirar-se do que é o Acordo Ortográfico”, assegurou o ministro da Cultura. Refira-se que no Brasil, o Acordo Ortográfico entrou em vigor desde do mês de janeiro, com um período de experimentação de quatro anos. Angola, Guiné-Bissau e Moçambique ainda não ratificaram o acordo, enquanto que Cabo Verde, Portugal e São Tomé já o validaram, mas ainda não definiram uma data para a sua implementação. Em março último, Cabo Verde e Portugal haviam acordado a entrada em vigor desse acordo, nos dois países, a partir de maio. A data era, ressaltou Manuel Veiga, “meramente indicativa”, por ser Dia da Cultura na CPLP, mas acabou por ser adiada.

**96) «Portugal está a falhar na promoção da língua e cultura»**

14 maio 2009 <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=22473&category=Brasil> Portugal está a falhar na promoção da língua e cultura no Brasil, defendeu hoje em Lisboa o politólogo brasileiro Luiz Alberto Bandeira, sustentando que os portugueses não podem discriminar a sua “maior obra”.

“A Espanha está a avançar muito no Brasil através do Instituto Cervantes, enquanto o Instituto Camões não existe. Portugal está muito atrás na divulgação da língua e cultura no Brasil”, adiantou o politólogo e professor brasileiro, defendendo uma “maior dedicação de Portugal” ao Brasil.

**REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)**



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

Luiz Alberto Bandeira, professor jubulado de história da política externa do Brasil, na Universidade de Brasília, falava no seminário "A Política Externa Brasileira e as Relações com Portugal e os países Lusófonos", que o próprio organizou na Embaixada do Brasil em Portugal. O professor brasileiro, que reside há mais de uma década na Alemanha, onde é cônsul honorário do Brasil, defendeu que "o futuro da lusofonia está sobretudo no Brasil", considerando que os portugueses não podem "discriminar" a sua "maior obra". "Ouço leitores de português na Alemanha a dizerem que no Brasil não se fala português, fala-se brasileiro, como ouço aqui também pessoas reagirem ao acordo ortográfico..." lamentou o professor, reforçando que "Portugal sozinho não tem condições de manter a língua". O politólogo considerou que é preciso "maior entrosamento político e cultural" entre os dois países, e defendeu a necessidade de dar a conhecer o Brasil aos portugueses. "É necessário que os portugueses conheçam mais o Brasil porque grande parte não conhece. É preciso leccionar história do Brasil. No Brasil estudamos História de Portugal porque fomos colonizados, agora aqui esquecem-se que nos colonizaram", disse. Luiz Alberto Bandeira sublinhou a supremacia económica e cultural espanhola na Península Ibérica e brasileira na América Latina para afirmar que o Brasil "é o suporte para Portugal manter a sua identidade nacional".

No mesmo sentido, António Bustorff, presidente da Câmara de Comércio Portugal-Brasil, sustentou que "ou o Brasil toma conta da língua", ou em Portugal passará a falar-se um "dialecto ibérico".

O embaixador da Missão Brasileira junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Lauro Moreira, lembrou que em cada cinco pessoas que falam português, quatro são brasileiras.

"Em 2008, o Brasil tinha 193 milhões de habitantes, o que significa que em menos de 50 anos acrescentou 120 milhões e falantes de português ao mundo", disse Lauro Moreira, acrescentando que a cada ano o Brasil acrescenta mais dois milhões de falantes de português. O embaixador do Brasil em Portugal, Celso de Souza, sublinhou a necessidade de "aproveitar esta comunidade linguística" para lançar as bases "para uma acção concertada dos países da CPLP no cenário internacional".

CPLP deve unir-se para promover idioma, defende diplomata

12-05-2009 15:10:32 Lisboa, 12 mai (Lusa) - Os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) deveriam estar mais integrados na promoção e defesa do português dentro e fora do bloco, defendeu nesta terça-feira, em Lisboa, o embaixador brasileiro junto da comunidade lusófona.

"Eu penso que, sobretudo dentro de um espírito de CPLP, deveríamos unir-nos muito mais. É importante e desejável que possamos apresentar-nos um pouco mais unidos", declarou o embaixador Lauro Moreira sobre a divulgação do português, durante o Fórum sobre a Língua Portuguesa, no Centro Científico e Cultural de Macau, evento integrado na Semana Cultural da CPLP. Lauro Moreira citou que é preciso haver mais diálogo, integração e maior articulação de ações entre os países da CPLP. "Agora, com o acordo ortográfico será ótimo, pois vamos reunificar aquilo que um dia já foi unificado, unificar mas não uniformizar a língua. É a unidade na diversidade, inclusive ortográfica", acrescentou o diplomata brasileiro.

"É claro que há um organismo (para a promoção da língua portuguesa), que é um fracasso até agora e nós estamos fazendo de tudo para que tenha uma efetiva atuação, que é o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)", indicou ainda o embaixador. "Que nós temos trabalhar junto, temos, que o IILP deveria fazer isso (promover a língua portuguesa), deveria", lamentou Madalena Arroja, Diretora de Serviços de Coordenação do Ensino do Português no Exterior do Instituto Camões (IC).

Lauro Moreira defendeu também que o Instituto Camões e demais organizações governamentais e outros organismos que tratam da promoção e defesa da língua portuguesa deveriam agir de uma forma mais convergente. Segundo o embaixador, "há convênios sim, mas na prática não funcionam".

"A forma como o (Instituto) Camões trata os leitorados do mundo não tem nada a ver conosco, com o Brasil, sendo que entre cinco falantes de português no mundo, quatro são brasileiros", citou também o embaixador, para salientar a distância que há entre as instituições e Estados lusófonos. A funcionária do IC argumentou também que o instituto português também tem leitorados conjuntos, como o que mantém com a Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique.

"Não vamos buscar leitores a estes países (lusófonos) porque eles ainda fazem falta nas suas instituições", disse ainda Madalena Arroja, acrescentando ainda que leitorados deveriam ser mesmo da CPLP.

"A promoção e defesa da língua portuguesa é um dos pilares da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ora o que o Instituto Camões faz é exatamente isto, mas acredito que estamos a esquecer uma dimensão muito importante, que é de trabalharmos a consolidação da língua intramuros também, dentro dos países da CPLP", afirmou o diplomata brasileiro.

"A sensação que tenho é de que não estamos a prestar a atenção necessária a este assunto", afirmou Lauro Moreira. O embaixador Lauro Moreira disse ainda que "o Instituto Camões com o potencial que tem, com a estrutura que tem, talvez pudesse apresentar-se de uma maneira um pouco mais harmonizada com os nossos países (CPLP), inclusive o Brasil". Segundo Madalena Arroja, "um dos grandes objetivos do IC é a formação dos professores, em primeiro lugar, nos países africanos de língua portuguesa e no Timor Leste".

"Na formação de professores estamos a trabalhar em 16 instituições no Timor Leste e nos países africanos de língua portuguesa", indicou ainda a funcionária do IC, complementando que a instituição portuguesa está atuando, por exemplo, na formação continuada em todo o território da Guiné-Bissau.

97) Reflexões sobre o acordo ortográfico (I) Cristóvão de Aguiar May 11, 2009 7:20 am

Reflexões sobre o acordo ortográfico (I)

Quando me ponho a pensar no mérito ou demérito destas charlas sobre a Língua Portuguesa, chego pelo menos a duas conclusões distintas, consoante os dias, isto é, conforme o humor (*catadura, ourela*, como se diz na Ilha: acordou de má ourela!) com que o sol me nasce: umas vezes julgo que estou a prestar um serviço útil à Humanidade (não o faço por menos...), outras, arrenego das patacoadas que me não canso de escrevinhar.

A língua, qualquer que ela seja, e as enfadonhas regras que a regem e tantas vezes a obscurecem, são, no fim e ao cabo, um sistema tão frágil e tão convencional, que se esboroa à primeira brisa de uma atualização ou acordo ortográfico que entre em vigor. E aedeus suor e lágrimas com que se aprendeu uma palavra com esta ou aquela ortografia, *ótimo*, por exemplo (*bom, melhor ótimo*, como rezava a cantilena, sempre que o mestre-escola perguntava os graus dos *adjetivos*, agora sem o *c*), e a súbitas vêm uns senhores gramáticos, linguistas ou filólogos que sobem ao púlpito da academia e antes de atacar, pigarreiam, para aclarar a voz, e sermoneiam para a assistência de fiéis que não somos nós: "Se o *p* ou o *c*, se não pronunciarmos, para quê mantê-los na palavra? Não seria mais curial escrever *ótimo, reação, receção, ator, atriz*, e outras palavras a que se não empresta voz à consoante muda da traseira? A *reação* e os *respetivos reacionários* perderam o *c*, e *hão* de perder mais, como o hífen de (*hão-de, há-de*), e o circunflexo de *vêm* (*veem*); a *ereção* da manhã e a *ação* de graças; a *descontração* muscular e a *contração* do desemprego; a *fação* partidária a que aderiram e a sua posterior *defecção*, não defecação... Perdem bastante, mas o pior será perderem a *diretriz* do acontecimento... No entanto, os alarmismos sobre a gripe suína, perdão, mexicana, melhor, do tipo A, *vêm* aí a caminho, e os cães que *têm* sarna ladram por pura *reação* ao alarido na capoeira (ver, conter, ter e seus derivados, *mantêm* o circunflexo... Se por acaso a tal consoante traseira é sonora, então, que se escreva e pronuncie: *facto, impacto, artefacto, hectómetro*... Têm razão. Toda. Dou-lha toda e mais alguma que me sobre! O *actual* acordo, agora *atual*, isto é, o de mil novecentos e noventa (estarei equivocado?), já entrou em *actividade*, isto é, está no *ativo* no Brasil, tendo sido *comummente* aceite, o que está *correto* (a consoante dobrada persiste nas ortografias lusófonas). O nosso país, mais relapso a qualquer mudança, seja ela ortográfica, política, religiosa ou social (aqui fica bem um etc., dá sempre jeito...) – continua um velho respeitável transbordante de sabedoria (tornou-se um grande *acionista* da bolsa de valores imutáveis), mas





a lentura do seu passo faz com que Sócrates ganhe corridas ao *fim de semana* (agora sem hífen) ... *Hei de voltar*. Com outros hífen e demais apêndices!

Reflexões sobre o acordo ortográfico (conclusão)

O meu "conflito" inicial com o novo acordo ortográfico devia-se tão-só a uma mera estranheza afetiva. Estava longe de trajar-me de mosqueteiro a terçar armas pelo *sim* ou pelo *não*. Ao princípio ver grafado *ótimo* sem *p*; *ação* sem *c*, *veem* sem circunflexo no primeiro *e*; *para* (sem acento agudo, terceira pessoa de parar e também preposição); *pelo* sem circunflexo para designar cabelo, pode confundir-se com a preposição); *espetáculo* e algumas mais palavras do mesmo jaez, como *seleção* das quinas, *arquiteto*, *teto* da casa, *atual* situação do *protecionismo* estatal, etc., deixam-nos, no início, um pouco perplexos, e a *reação* que se tem traduz-se numa quase orfandade consonântica, que passa com um luto bem feito. No entanto, quando a consoante muda se articula, como em *faccioso*, *ficcional*, *perfeccionista*, *bactéria*, ela mantém-se no seu posto. Sejam *otimistas*, o *otimismo* é salutar, nada está perdido! Outras palavras podem ser baralhantes como o caso de *Egito* e *Egípcio*. Basta, porém, recordar a regra de ouro! Assim como *adotar* e *adaptar*, *optar* e *opção*. Por vezes não temos de *adotar* padrões europeus, mas, sim, *adaptá-los* à nossa realidade. *Optar* por ler um livro de um autor clássico constitui sempre uma boa *opção*. Os meses do ano e os dias da semana são escritos minúsculas: *janeiro*, *fevereiro*, etc. *segunda-feira*, *terça-feira*, etc., *sábado* e *domingo*...

Lembro-me, como muita outra gente, do grande alarido que fez esganiçar uma parte bem-pensante do País, aquando da construção do Centro Cultural de Belém. Eu também me incluí nas hostes do contra. O respectivo edifício, que lembrava arquitectura árabe (logo, infiel), iria desfeiar o Mosteiro dos Jerónimos, violentar o ambiente, e mais outras razões que se desejavam ponderáveis, mas que vieram a tornar-se imponderadas. Poucos anos depois, ninguém mais falou contra o CCB. E até se afirma que está bem enquadrado no local onde, mais coisa menos coisa, o Velho do Restelo, pela pena de Luís de Camões, tomou o partido contra os Descobrimentos...

O mesmo quanto ao Acordo Ortográfico a ser posto em prática não se sabe bem quando. Daqui a meia dúzia de anos, ninguém pronunciará uma só sílaba contra o ainda para alguns intelectuais tão malfadado Acordo. Então as crianças de hoje, quando forem adultas, rir-se-ão dos seus antepassados, como eu me ri quando via grafado, em livros antigos, *pharmacia*, *photographo*, etc. Não, não vou nem quero vestir-me da voz do Velho do Restelo. A Língua Portuguesa sempre sofreu acordos ortográficos, e não lhe caíram os parentes na lama por causa dessas inovações, embora, em cada desses momentos, houvesse detractores que quase se batiam em duelo com os linguistas e os gramáticos do tempo...

A propósito de duelos, vou transcrever alguns passos de um texto de Eça de Queirós, extraídos dos *Echos de Pariz*, livro póstumo, publicado em 1924, e transcrito pelo filho segundo as regras do Acordo Ortográfico de 1911. Vou, depois, transcrevê-lo conforme o de 1945 e também segundo o atual:

[...] Os *duellos* *sucedem-se* tão regularmente como as madrugadas; e o primeiro *espectaculo* que o sol, o velho e dourado *Phebo*, avista ao assomar a rósea varanda do Oriente, é um *francez* em mangas de camisa e de florete na mão, á beira de um arroio ou nas *hervas* de um prado, procurando varar com arte as *visceras essenciaes* de outro *francez*.

[...] Não *póde* agora um honesto melro *gorgear* pacificamente as suas reflexões da alvorada, sem que o venha interromper uma velha caleche a trote *d'onde* emergem, soturnos e de negro vestidos, sujeitos com um *mólho* de espadões debaixo do *paletot* [...].

Entre o texto segundo o Acordo de 45 e o de 1990, há apenas um *c* a mais!

[...] Os *duelos* *sucedem-se* tão regularmente como as madrugadas; e o primeiro *espectáculo* (*espetáculo*, para grafar à Acordo de 1990) que o sol, o velho e dourado *Febo*, avista, ao assomar a rósea varanda do Oriente, é um *francês* em mangas de camisa e de florete na mão, à beira de um arroio ou nas *ervas* de um prado, procurando varar as *vísceras essenciais* de outro francês. [...] Não pode agora um honesto melro *gorjear* as suas reflexões da alvorada, sem que o venha interromper a velha caleche *de onde* emergem, soturnos e de negro vestidos, sujeitos com um *molho* de espadões debaixo do *paletó* [...].

Segundo o reduzido acordo ortográfico posto em prática em 1973, os advérbios terminados em *mente* e as palavras com sufixo *inho*, deixaram de ser acentuados com acento grave. Antes daquela data, escrevia-se *necessariamente*, *sôzinho*, *espontaneamente*, etc., passando a escrever-se *necessariamente*, *sozinho*, *espontaneamente*, etc. Continua a manter-se no novo acordo. Será que quem nasceu depois de 73 necessita da gravidade desse acento? Mesmo aqueles que já eram homens feitos habituaram-se. Trata-se de uma questão de hábito e, como se sabe, ele é uma segunda natureza...

Eis o bicho-de-sete-cabeças! Afinal, um tigre de papelão. Os leitores coetâneos do primeiro texto com certeza se sentiram "agredidos" com as alterações do acordo que sucedeu ao de 1911. Teriam razão? E os atuais leitores? Apenas com um *c* de diferença, acham que será o bastante para fazer rodopiar o juízo? Não será tudo isto uma questão de lana-caprina? Uma tempestade num copo-de-água? Façam o favor de dizer ou escrever das suas razões. Obrigado.

**10. Acordo Ortográfico entra em vigor em Cabo Verde até outubro**  
[http://www.mundolusiada.com.br/CPLP/cplp474\\_mai09.htm](http://www.mundolusiada.com.br/CPLP/cplp474_mai09.htm)

Sábado		09	MAI	09
Segundo o ministro da Cultura, Manuel Veiga, a indicação de uma data definitiva para a entrada em vigor do acordo deverá sair do encontro dos Ministros da Cultura da CPLP.				
Da África				Redação 21

O ministro da Cultura, Manuel Veiga, assegurou que o novo acordo ortográfico deverá entrar em vigor em Cabo Verde, o mais tardar, até outubro de 2009. "Em Cabo Verde, queremos fazer tudo por tudo para que, até outubro, o Acordo entre em vigor", disse Manuel Veiga, à agência Infopress.

Segundo o ministro, a indicação de uma data definitiva para a entrada em vigor desse acordo deverá sair do encontro dos Ministros da Cultura da CPLP. No encontro, que deverá acontecer no próximo mês de junho, em Lisboa, Portugal, vão estar presentes os países que já ratificaram o Acordo Ortográfico e os que ainda não o fizeram. O momento será aproveitado para acertar a situação do Acordo Ortográfico, para depois se definir uma data concreta em que deverá começar a vigorar em Cabo Verde, explicou Manuel Veiga, indicando que no país "tudo será feito para que isso aconteça até outubro". Falando das condições existentes no arquipélago para a implementação do novo acordo ortográfico, sobretudo no concernente ao seu conhecimento por parte da sociedade, Manuel Veiga reconhece que os cabo-verdianos poderão não estar bem informados sobre o assunto.

O ministro acrescentou, entretanto, que quando se decretar a entrada em vigor do Acordo Ortográfico, haverá um tempo de experiência que poderá ir até seis anos. "Vai haver um tempo para a gente fazer a caminhada, para que as pessoas possam se inteirar do que é o Acordo Ortográfico", assegura o ministro da Cultura. No Brasil, o Acordo Ortográfico entrou em vigor desde do mês de janeiro, com um período de experimentação de quatro anos. Angola, Guiné-Bissau e Moçambique ainda não ratificaram o acordo, enquanto que Cabo Verde, Portugal e São Tomé já o validaram, mas ainda não definiram uma data para a sua implementação. Cabo Verde e Portugal haviam acordado, no mês de março, a entrada em vigor do acordo nos dois países, a partir de 5 de maio, mas esta data, "meramente indicativa", por ser Dia da Cultura na CPLP, acabou por ser adiada para junho.

**98) CPLP sofre com falta de vontade política, afirma diplomata**





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

Lisboa, 5 mai (Lusa) - A promoção da língua portuguesa é o elo mais fraco das vertentes de atuação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), devido à falta de vontade política dos Estados-membros, disse o embaixador da missão do Brasil na organização, Lauro Moreira.

"Há um reconhecimento hoje, por parte de nós todos da CPLP, que este é o elo mais fraco da corrente e é um absurdo completo porque ele deveria ser o mais forte, pois é o cimento da organização", citou o diplomata durante o seminário sobre a Unidade e Diversidade Cultural na CPLP, realizado em Lisboa. Lauro Moreira acrescentou que o bloco lusófono está se desenvolvendo bem nos setores da coordenação política e diplomática e "caminhando relativamente bem" na colaboração, que são as outras duas vertentes de atuação da CPLP. "Se este terceiro pilar [a promoção e defesa da língua] tem sido mais fraco, é porque não estamos fazendo, enquanto Estados-membros, que se torne mais forte. Se por acaso algo não está indo bem é porque nós não fazemos que vá bem. É simplesmente uma questão de vontade política, é claro que existem conjunturas, dificuldades que se entendem perfeitamente", disse o diplomata brasileiro.

"É muito estranho, pois o fracasso neste campo nasceu, a meu ver, com o fracasso do embrião da CPLP, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa [IILP]", indicou Lauro Moreira, acrescentando que o organismo "continua praticamente morto", apesar de algumas recentes iniciativas para reavivá-lo.

Alguns dos problemas do IILP, de acordo com o embaixador brasileiro, são a ineficiência administrativa, a ausência de definição de rumos e objetivos, a necessidade de uma estratégia clara de atuação, o método inadequado para a escolha do diretor e a falta de recursos financeiros.

"Se nós quisermos, nós resolveremos o problema", disse, referindo-se ao IILP, indicando ainda que falta "vontade política dos Estados-membros" para solucionar a situação.

#### **99) CPLP: Promoção e defesa da língua é o elo mais fraco por falta de vontade política - embaixador**

Lisboa, 05 Mai (Lusa) - A promoção da língua portuguesa é o elo mais fraco das vertentes de atuação da CPLP devido a falta de vontade política dos Estados membros, disse hoje o embaixador da Missão do Brasil junto da comunidade lusófona. Lusa

**19:21** Terça-feira, 5 de Mai de 2009 Lisboa, 05 Mai (Lusa) - A promoção da língua portuguesa é o elo mais fraco das vertentes de actuação da CPLP devido a falta de vontade política dos Estados membros, disse hoje o embaixador da Missão do Brasil junto da comunidade lusófona.

Segundo Lauro Moreira, uma das vertentes de actuação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é a promoção e a defesa da língua portuguesa, sendo este o ponto mais fraco, neste momento, da comunidade lusófona.

"Há um reconhecimento hoje, por parte de nós todos da CPLP, que este é o elo mais fraco da corrente e é um absurdo completo porque ele deveria ser o mais forte, pois é o cimento da organização", referiu o diplomata durante o Colóquio sobre a Unidade e Diversidade Cultural na CPLP, realizado hoje no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

#### **100) Agência Brasil adota novas regras do Acordo Ortográfico**

5 de Maio de 2009 - 08h23 - Última modificação em 5 de Maio de 2009 - 09h04 Da Agência Brasil Brasília - A Agência Brasil passa a adotar hoje (5) as novas regras do Acordo Ortográfico, que começou a vigorar em 1º de janeiro deste ano. O documento unifica o idioma nos países de língua portuguesa. Até dezembro de 2012, as duas ortografias serão aceitas.

No dia 19 de março, a Academia Brasileira de Letras (ABL) lançou a quinta edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp)*. O livro reúne 349.737 vocábulos e incorpora as mudanças trazidas com a implantação do acordo. A obra foi organizada pelo filólogo (cientista que estuda uma língua, literatura, cultura ou civilização a partir de documentos escritos) e membro da ABL Evanildo Bechara, com a colaboração dos acadêmicos Eduardo Portella e Alfredo Bosi.

Entre as principais mudanças está a volta das três letras excluídas do alfabeto em 1971 (k, y e w), quando foi referendado um sistema ortográfico simplificado, estabelecido pela ABL em 1943. O trema deixa de ser usado, a não ser em nomes e palavras estrangeiras. O chamado acento diferencial permanece somente nos casos em que sua supressão pode causar confusão (pode/pôde; tem/têm; por/pôr), sendo opcional no caso de forma/fôrma. O hífen e os acentos agudos e circunflexos também deixam de ser usados em algumas situações.

#### **101) Opinião sobre o acordo ortográfico 2009-04-27**

O Jornal de Angola (JA) ao entrevistar João de Melo (JM), escritor angolano, jornalista, Deputado do MPLA e diretor da revista África 21, perguntou ao político:

**JA-** Enquanto escritor, o que é que lhe ocorre dizer sobre o acordo ortográfico?

**JM** – Eu sou um defensor incondicional desse acordo. Acho que as línguas pertencem a todos os seus falantes, não são propriedade de ninguém e hoje a língua portuguesa é a língua dos nossos oito povos e não só. O acordo vem simplificar algumas regras relativas à maneira como se grafam as palavras. É preciso enfatizar isso, porque ainda há muita confusão e por vezes o senso comum pensa que o acordo é para obrigar todos nós a falar ou mesmo a escrever da mesma maneira, a usar as mesmas palavras, até a pronunciá-las com o mesmo sotaque, utilizar a mesma sintaxe. Não é nada disso. O acordo é apenas para grafar as palavras. E não há dúvidas que a existência de uma única grafia pode contribuir para que o português se afirme de uma vez por todas como uma língua global. No caso particular de Angola, o acordo é vantajoso, porque é um acordo que vai no sentido fonético, quer dizer o princípio basilar deste acordo é fonético e não etimológico, a tendência é escrever como se fala, grafar as palavras da maneira como se fala. Se eu digo ato porque é que escrevo acto com c? Ora, isso sem dúvida pode facilitar o processo de alfabetização em Angola, onde o índice de analfabetismo é muito grande. Este acordo, na medida em que privilegia o aspecto fonético da língua e não o etimológico, é uma vantagem adicional para os angolanos. Fonte: <http://www.jornaldeangola.com/>

A Língua Portuguesa revela sua modernidade porque atravessa/ou Fronteiras, Continentes e até Oceanos. O português moderno. No século XVI, com o aparecimento das primeiras gramáticas que definem a morfologia e a sintaxe, a língua entra na sua fase moderna: em Os Lusíadas, de Luís de Camões (1572), o português já é, tanto na estrutura da frase quanto na morfologia, muito próximo do atual. A partir daí, a língua terá mudanças menores: na fase em que Portugal foi governado pelo trono espanhol (1580-1640), o português incorpora palavras castelhanas (como bobo e granizo); e a influência francesa no século XVIII (sentida principalmente em Portugal) faz o português da metrópole afastar-se do falado nas colônias. Nos séculos XIX e XX o vocabulário português recebe novas contribuições: surgem termos de origem greco-latina para designar os avanços tecnológicos da época (como automóvel e televisão) e termos técnicos em inglês em ramos como as ciências médicas e a informática (por exemplo, check-up e software). O volume de novos termos estimula a criação de uma comissão composta por representantes dos países de língua portuguesa, em 1990, para uniformizar o vocabulário técnico e evitar o agravamento do fenómeno de introdução de termos diferentes para os mesmos objetos. Fonte: [www.linguaportuguesa.ufm.br/pt\\_2.5.php](http://www.linguaportuguesa.ufm.br/pt_2.5.php)

#### **102) Vestibulares vão aceitar a velha e nova ortografia Nenhum das grandes instituições vai exigir que candidatos escrevam com as modificações no processo de 2010**

<http://www.cosmo.com.br/noticia/27642/2009-05-04/vestibulares-vao-aceitar-a-velha-e-nova-ortografia.html>

**Fabiano Ormanzeu**

Agência Anhangüera de Notícias | fale com o repórter

O professor Célio Ricardo, da Oficina do Estudante: conhecimento sobre a reforma pode ser cobrado (Foto: Nerivelton Araújo/AAN)



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

Os livros passaram por revisões, as gramáticas se renovaram, as escolas exigiram material didático atualizado e o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) tirou todas as dúvidas. Apesar de grande parte do material impresso no Brasil com fins educacionais já conter as novas normas ortográficas, que entraram em vigor em 1º de janeiro, os vestibulandos não precisam considerá-las como um problema a mais na maratona em busca de uma vaga na faculdade. Nenhum dos grandes vestibulares do País vai exigir que os candidatos escrevam com as modificações no processo seletivo de 2010 para evitar, inclusive, recursos judiciais, uma vez que o decreto que instituiu a nova ortografia estipula que, até 2012, valem tanto a nova quanto a antiga regra.

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em que o candidato só responde a questões dissertativas, ainda não tem uma definição de a partir de quando o processo seletivo passará a cobrar as novas regras. "Estamos analisando o impacto das alterações do novo acordo ortográfico da língua portuguesa para assim avaliar o melhor momento de introduzi-las", diz a coordenadora de redação do processo seletivo Meirélen Almeida. A Unicamp, inclusive, ainda produz material para o seu site de vestibular ([www.comvest.unicamp.br](http://www.comvest.unicamp.br)) usando as regras antigas.

A Fundação Vunesp, responsável pelo vestibular da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), informou que vai seguir à risca a lei: até 2012, nas respostas, considera as duas normas corretas. No entanto, todo o material produzido para o vestibular e as questões da prova já estão atualizadas. O coordenador de comunicação da Fundação para o Vestibular da Universidade de São Paulo (Fuvest), José Coelho Sobrinho, informou que a instituição vai utilizar um processo idêntico: as perguntas serão formuladas na nova ortografia, mas o aluno não perderá ponto se utilizar o jeito antigo nas respostas. Coimbra ressalta, no entanto, que há um limite para o erro. Ou seja: não adianta escrever de qualquer jeito e alegar que estamos no prazo de transição entre as duas ortografias. "Esse tipo de consideração só vale se estivermos falando de uma das palavras que mudaram, ou seja, o aluno não vai perder nada se escrever 'ideia' com ou sem acento. Isso não tem nada a ver com trocar 'ç' por 'ss', por exemplo. São coisas distintas", explica Coimbra. De maneira geral, a regra é a seguinte: aprenda as normas, mas não se preocupe se você se esquecer e colocar o trema ou não estiver tão familiarizado com as novas regras do hífen.

### Contexto

A vantagem de não ser prejudicado pela reforma ortográfica e de, por um acaso, ganhar até alguns pontos, não significa que o aluno não precise ter informações sobre as mudanças. Na prova de português na segunda fase do vestibular da Unicamp no início deste ano, havia uma questão em que o vestibulando precisava contextualizar que tipo de mudança a reforma propunha e demonstrar que sabia que não ocorre nenhuma alteração na pronúncia das palavras e, inclusive, que o argumento de que a reforma facilitaria trocas culturais entre os países lusófonos era insustentável, pois só o Brasil aderiu à mudança por enquanto. Na resposta, ele precisa dizer, por exemplo, que a aceitação de um autor ou de um livro num outro país está mais ligada a questões culturais do que ao fato de não haver diferenças ortográficas. Essa postura analítica tem sido proposta pelos cursinhos. "Os professores de português, quando abordam ortografia, enfatizam as mudanças, mas cada vez mais os vestibulares têm se preocupado com interpretação e não propriamente com as regras. O aluno tem de ter em mente que o conhecimento sobre a reforma pode ser cobrado do ponto de vista cultural ou político, como um tema de atualidade qualquer", diz o professor Célio Ricardo Tasinafo, coordenador do cursinho Oficina do Estudante.

### 103) Faltou consulta à sociedade para elaboração do Acordo Ortográfico, diz especialista

05/05/2009 - 07h40 ( - Agência Estado) <http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2009/05/83804-faltou+consulta+a+sociedade+para+elaboracao+do+acordo+ortografico+diz+especialista.html>

As pessoas comuns poderiam ter sido mais ouvidas na elaboração do Acordo Ortográfico que começou a vigorar em 1º de janeiro deste ano. Para o coordenador do curso de letras da Universidade Estácio de Sá, no Rio, Deonísio da Silva, a forma como foi feito o acordo dificulta a assimilação. Se a sociedade que usa a língua fosse mais consultada, daria muito menos trabalho [difundir as novas normas].

A língua portuguesa escrita estava precisando de uma reforma, na avaliação de Deonísio. No entanto, ele acredita que as mudanças deveriam ter levado em conta as transformações decorrentes do próprio uso do idioma, em vez de dar prioridade s regras formais da escrita. A reforma não deveria ficar só nos dicionários. Os dicionários estão atrasados pelo menos 40 anos [em relação ao idioma utilizado no cotidiano].

Na opinião do coordenador, as deficiências na elaboração do projeto comprometem a eficácia da reforma linguística. O acordo, do jeito que foi feito, vai demandar outra reforma em breve, ressaltou.

Até 2012, quando o modo de escrever antigo deixará de ser aceito, os brasileiros já terão incorporado as mudanças, prevê o professor de letras da Universidade de São Paulo Valter Kehdi. Ele reconhece que a ortografia sempre implica hábitos muito arraigados, mas acredita que com o uso diário, a nova forma de escrever será assimilada dentro do prazo de transição. Para ele, o ideal é que as pessoas aprendam as regras mais simples e esqueçam as mudanças em relação ao hífen, que são mais complexas. De acordo com Kehdi, o melhor é ter um dicionário atualizado para esclarecer as dúvidas em relação escrita. Apesar da nova ortografia já ter sido adotada por vários veículos de comunicação brasileiros, ainda não foi implementado nenhum programa oficial de divulgação das novas regras. O Ministério da Educação (MEC) informou que produziu uma cartilha sobre o assunto, mas espera por aprovação da Academia Brasileira de Letras (ABL). A versão digital do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), disponível na página da ABL, não foi atualizada até o momento.

O presidente do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), Godofredo de Oliveira Neto, acredita que a difusão pelos meios de comunicação é maior do que a esperada e suficiente para que as novas normas sejam conhecidas pela população. Até programa humorístico está tratando disso [acordo ortográfico], brincou.

Elaborado em 1990, a ideia do Acordo Ortográfico é unificar a maneira de escrever em todos os países que utilizam o português. Porém, ainda existem resistências em relação s mudanças, principalmente em Portugal. Uma petição eletrônica, apoiada por intelectuais lusitanos, conseguiu mais de 100 mil assinaturas rejeitando a reforma.

Para Valter Kehdi, é normal que haja reação maior em Portugal, devido tradição do país como berço da língua. O professor acredita que o acordo é desejável, apesar de discordar de algumas mudanças.

Mesmo com as controvérsias, o governo português manifestou a intenção de que o Acordo Ortográfico entre em vigor este ano. Pelas ruas, as opiniões em relação nova maneira de escrever estão divididas - alguns concordam com as mudanças, outros acham desnecessárias e existem até aqueles que ainda não ouviram falar das novas normas. O artista plástico Felipe Pontes disse que desconhecia as novas regras de ortografia, mas que pretende se informar. Acho que vou buscar essas novas palavras na internet.

A analista de câmbio Sandra Ferreira leu sobre as mudanças nos jornais e na internet. No entanto, considerou-se bem por fora da nova ortografia. Apesar de não conhecer a fundo as regras, ela acredita que a padronização da escrita é uma medida positiva. É legal unificar, já que é a mesma língua.

Confira alguns depoimentos colhidos pela Agência Brasil em São Paulo, Brasília e no Rio de Janeiro: Algumas mudanças tornaram a nossa ortografia mais difícil, principalmente porque nos acostumamos a escrever da forma antiga. Porém, creio que em pouco tempo os brasileiros irão se acostumar a escrever de acordo com a nova ortografia.. Eduardo Mello, advogado, Brasília.

É para mudar as palavras, né? Tomar outro rumo, como pronunciar, mudar os acentos. Célia Regina de Mello, faxineira, Rio de Janeiro. O que eu acho desagradável é que não é uma tentativa completa. Iniciei com esse objetivo de integrar todos os países que



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

falam a língua portuguesa mas não abrangeu, não teve uma abertura, não teve amplitude e aí acaba que você vai se adaptar a uma coisa que não teve o foco atendido. Priscilla Silva de Lima, arquivista do Serviço Florestal Brasileiro, Brasília. Acho que precisa de mais divulgação por meio dos jornais. O público em geral não tem acesso informação Sidney Cortez, analista de câmbio, São Paulo.

Eu acho bom no sentido de criar um padrão na língua portuguesa que é falada não só aqui no Brasil, mas em outros países. Fábio Luiz e Silva, estudante universitário, Rio de Janeiro.

O que eu sei é que houve algumas mudanças em relação a algumas palavras. Não sei muito bem, só sei que algumas palavras mudaram na grafia, não sei se mudou a maneira de falar, mas que a grafia mudou isso a gente sabe. Rosa Shirley Peres da Silva, estudante universitária, Brasília.

Vou ter que ir pra escola de novo, senão daqui a pouco vão me chamar de burra. Para mim, tinha que deixar do jeito que estava. Silvana Ferreira, dona de banca de revista, São Paulo.

**104) O Office e a reforma ortográfica 01 de maio de 2009 às 10h12m Até o fim deste primeiro semestre, a Microsoft terminará a adaptação do pacote do Office à reforma ortográfica. A atualização deve ser lançada de forma gratuita**

A Microsoft está trabalhando para adaptar o pacote Office, do Windows, a reforma ortográfica assinada pelos países de língua portuguesa, incluindo o Brasil. Até momento, tudo que for escrito no Word, por exemplo, será retrocedido para o português antigo. Segundo Eduardo Campos, gerente-geral da divisão de produtividade e colaboração da gigante americana, a empresa pretende lançar a atualização ainda neste semestre e de forma gratuita. "A empresa tem o compromisso de oferecer a atualização no corretor ortográfico, de forma gratuita, o que deve acontecer ainda no primeiro semestre de 2009". A atualização é necessária devido aos recursos de dicionários e de correções ortográficas. A reforma impacta, sobretudo nas ferramentas proofing tools, para as normas que foram alteradas. Embora a mudança afete apenas 0,5% do português do Brasil, a empresa terá que rever todo o dicionário léxico. Desde 2008 a Microsoft vem acompanhando o processo do novo acordo e já iniciou a adequação do Office 2007 às novas regras. Resumidamente são mudanças em acentos, grafia, hífen, trema e alfabeto. Depois da data de aprovação da reforma, ainda em setembro de 2008, a Microsoft iniciou o desenvolvimento da adequação necessária. A empresa dispõe de informação de corretores ortográficos de terceiros, que prometem 100% de adaptação para a reforma. Porém, estes podem não funcionar adequadamente para palavras compostas, tornando a adaptação incompleta e falha. Portanto, é um processo que a companhia americana realiza com muita calma e com muitos testes antes de lançar ao público. "O novo Acordo Ortográfico já estava sendo aguardado e com a definição oficial do Governo Brasileiro, a Microsoft dá sequência à adequação do pacote Office", diz Eduardo Campos. Uma referência essencial para adaptação da Microsoft a reforma ortográfica foi o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, publicado pela Academia Brasileira de Letras (ABL), que trata a forma oficial das palavras alteradas. A obra era esperada porque existiam algumas dúvidas em relação à aplicação das regras da reforma em algumas palavras, principalmente em relação àquelas compostas, o que poderia gerar ainda mais algumas alterações. O conteúdo do vocabulário da ABL será incluído no proofing tools fazendo os brasileiros se juntarem aos mais de 230 milhões de cidadãos que, em oito países, usam a língua portuguesa. A adaptação das ferramentas de correção ortográfica é chave para que outros produtos da companhia americana possam ser adaptados para a nova língua. A equipe de tradução da Microsoft usa o Office, por exemplo, para traduzir os demais produtos da empresa. O Office 2007 terá adaptadas as ferramentas de Correção Ortográfica/Gramatical, Dicionário de Sinônimos e Hifenizador. As próximas versões do pacote também já terão a nova ortografia nas ferramentas de correção, interface e ajuda ao usuário. Já os textos de menus e de ajuda de outros programas da empresa serão atualizados até 2012.

Fonte: O Povo [http://www.antonioviana.com.br/2009/site/ver\\_noticia.php?id=56028](http://www.antonioviana.com.br/2009/site/ver_noticia.php?id=56028)

**105) Ministro da Cultura quer brevidade na conclusão do Vocabulário Unificado**

30.04.2009 - 19h25 Lusa Público.pt - Lisboa, Lisboa, Portugal O ministro, que pretende que o Acordo Ortográfico seja implementado antes do final do ano, adiantou que Timor-Leste deverá ratificá-lo "em breve", ... <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1377854>

**Academia de Ciências de Lisboa poderá ser afastada. Ministro da Cultura quer brevidade na conclusão do Vocabulário da Língua Portuguesa**

O ministro da Cultura sublinhou hoje a necessidade da edição de um Vocabulário de Língua Portuguesa e equacionou a possibilidade de este ser feito por uma outra entidade que não a Academia de Ciências de Lisboa. José António Pinto Ribeiro falava aos jornalistas à margem da cerimónia de inauguração da 79ª Feira do Livro de Lisboa. "O que eu constato é que a Academia de Ciências tem pouca capacidade instalada para fazer isso", disse o ministro. Pinto Ribeiro avançou a hipótese de ponderar outras vias: "fortalecer" a Academia ou "pensar nessa capacidade com outras entidades ou até criar uma nova entidade". Realçou, no entanto, que o seu ministério não tutela a Academia. O ministro, que pretende que o Acordo Ortográfico seja implementado antes do final do ano, adiantou que Timor-Leste deverá ratificá-lo "em breve", segundo informações do seu homólogo de Díli. Em termos escolares, Pinto Ribeiro prevê que as novas regras ortográficas sejam aplicadas nos manuais entre 2010 e 2011, nos 1.º, 5.º e 7.º anos. O ministro referiu as facilidades que as novas tecnologias poderão trazer para a implementação do acordo. Exemplificando, o ministro afirmou que o romance "A Cidade e as Serras" de Eça de Queirós "pode ser passado de português pré-acordo para português pós-acordo em 20 segundos". A Feira do Livro de Lisboa foi inaugurada com a presença do ministro, que felicitou o esforço da APEL e o contributo da Câmara Municipal de Lisboa (CML) para a sua efectivação, e contou com a presença, entre outros, do presidente da CML, António Costa, do embaixador do Brasil, Celso Vieira de Souza, e de Tânia Pacheco, representante do ministro da Cultura do Brasil, Juca Ferreira.

**106) Haverá prazo para adaptação 26 Abril 2009 - 17h14**

**Acordo Ortográfico em vigor "este ano"**

O ministro da Cultura, José Pinto Ribeiro, assegurou este domingo que o Acordo Ortográfico entrará em vigor "seguramente este ano". Em Belmonte, onde inaugurou o centro interpretativo e museu 'Descoberta do Novo Mundo', centrado no Brasil e na viagem de descobrimento de Pedro Álvares Cabral, o governante explicou que 'estamos a identificar todas as tarefas, dado que, uma vez em vigor, haverá um prazo de aplicação e adaptação de vários anos para que tudo aquilo que seja assimilado por todos nós'. 'Estamos a fazer um programa para tudo o que há a fazer até lá, ao nível do ensino, dos meios de comunicação social, dos livros, para que tudo seja feito sem rupturas, com grande tranquilidade e com grande liberdade e integração de toda a gente', sustentou.

**107) Malaca Casteleiro contra atraso do Acordo Ortográfico**

**Linguista e académico compara situação portuguesa com o Brasil, onde a aplicação do documento que pretende unificar a grafia da língua portuguesa já se concretizou.**

Portugal "está atrasado na aplicação do Acordo Ortográfico" e a "bola está do lado do Governo", declarou o linguista e académico João Malaca Casteleiro, que participou na sua elaboração. O professor e membro da Academia de Ciências de Lisboa, que coordenou o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea editado em 2001, falava quinta-feira à noite numa tertúlia promovida pela Biblioteca Municipal da Covilhã.

"A bola está do lado do Governo", respondeu quando questionado sobre quando é que o Acordo vai passar a vigorar.





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

"Neste momento - frisou - trata-se de uma decisão política, de estabelecer uma data de quando é que o acordo entra em vigor, nomeadamente nos diferentes graus de ensino, nos manuais escolares, nos jornais e nos organismos do Governo."

"Estamos atrasados, porque, nestas coisas, candeia que vai à frente alumia duas vezes", observou.

"O Brasil, com 200 milhões de falantes - argumentou -, já decidiu e Portugal, que é o berço da língua, não decide. Esta situação a nível internacional é muito mal recebida. Quando Portugal se decidir, os outros países também entrarão nesta onda de adoptar a nova ortografia." Tags: [Globo](#), [CPLP](#)

#### **108) Ministro da Cultura não avança data precisa Acordo Ortográfico entrará em vigor "seguramente este ano"**

26.04.2009 - 15h39 Lusa

O ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, disse hoje que o Acordo Ortográfico entrará em vigor "seguramente este ano". O governante falava em Belmonte na inauguração do centro interpretativo e museu "A Descoberta do Novo Mundo", centrado no Brasil e na viagem de descobrimento de Pedro Álvares Cabral, navegador natural daquela vila. Perante uma comitiva brasileira, José António Pinto Ribeiro considerou que "a língua foi o que de mais extraordinário deixaram os navegadores". A língua, afirmou, "é mais forte que o sangue". Questionado sobre quando entrará em vigor o Acordo Ortográfico, o ministro referiu que será "seguramente este ano", sem contudo apontar uma data concreta. "Estamos a identificar todas as tarefas, dado que, uma vez em vigor, haverá um prazo de aplicação e adaptação de vários anos para que tudo aquilo seja assimilado por todos nós", explicou José António Pinto Ribeiro. "Estamos a fazer um programa para tudo o que há a fazer até lá, ao nível do ensino, dos meios de comunicação social, dos livros, para que tudo seja feito sem rupturas, com grande tranquilidade e com grande liberdade e integração de toda a gente", referiu. O linguista e académico João Malaca Casteleiro, que participou na elaboração do Acordo, considerou na última quinta-feira que Portugal "está atrasado na sua aplicação" e que a "bola está do lado do Governo". O Brasil com 200 milhões de falantes - argumentou - "já decidiu e Portugal, que é o berço da língua, não decide. Esta situação a nível internacional é muito mal recebida. Quando Portugal se decidir, os outros países também entrarão nesta onda de adoptar a nova ortografia", referiu.

Em Portugal, o segundo protocolo do Acordo Ortográfico, cuja ratificação era essencial para a sua entrada em vigor, foi aprovado no Parlamento em Maio e promulgado pelo Presidente da República em Julho. Para vigorar, o acordo tem de estar ratificado por um mínimo de três dos oito países, o que foi alcançado em 2006 com São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Brasil, seguidos de Portugal.

#### **109) Segunda-feira, 27 de Abril de 2009 Relatório Final da Comissão Parlamentar de Ética, Educação e Sociedade da A.R.**

O Relatório Final da Comissão Parlamentar de Ética, Educação e Sociedade da A.R., de que foi relator o deputado Feliciano Barreiras, está disponível na íntegra, em formato PDF, em: [Relatorio Final Peticao 495 X FBarreiras Duarte.pdf](#)

Posted by Manifesto às 12:17 2 comments Labels: [Assembleia da República](#), [Comissão de Ética](#), [Comissão Parlamentar](#), [Feliciano Barreiras Duarte](#), [Relatório](#) Domingo, 26 de Abril de 2009

#### **Vasco Graça Moura - O triunfo da petição**

Nos termos legais, a petição contra o Acordo Ortográfico acaba de ser apreciada pela Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República.

Em 8 de Abril, o relatório do deputado Feliciano Barreiras Duarte foi aprovado por unanimidade na reunião daquela Comissão. Para já, esta é uma situação de importantíssimo alcance político, uma vez que "o relator é da opinião que as preocupações e os alertas dos peticionários devem ser tidos em conta, do ponto de vista técnico e político, a curto e a médio prazo" e que essa opinião foi partilhada por todos os membros da Comissão.

Dando razão ao conteúdo e ao significado da petição, praticamente em todos os pontos de fundo suscitados pelos peticionários, o deputado Barreiras Duarte escreve que "o Governo deveria promover e valorizar, ao longo de todo o processo de aplicação do acordo ortográfico, a colaboração e parecer da comunidade científica e demais sectores cujo conhecimento ou actividade são de inegável utilidade".

E diz também: "A reacção da comunidade científica e educativa (...) é preocupante e evidencia a falta de diálogo e a ausência de uma metodologia por parte do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura com vista à aplicação do Acordo Ortográfico. O relator considera que a adopção das novas regras ortográficas deve ser antecedida e acompanhada por estudos de especialistas assim como, e tendo em conta a anunciada antecipação, o Governo deve esclarecer, por exemplo, sobre: a elaboração de um vocabulário comum, prevista desde 1991; o calendário e metodologia da implementação do Acordo Ortográfico nas escolas; a alteração dos livros e materiais didácticos e a formação de professores". Recomenda, por outro lado, que "apesar da alteração introduzida pelo Segundo Protocolo Modificativo não deve ser descurada a ligação entre os oito países que constituem o espaço da Lusofonia, e também da CPLP, em detrimento de relações bilaterais". Esta chamada de atenção é extremamente significativa, tendo em vista a proclamada necessidade de "unificar" a ortografia da língua portuguesa.

Apelando à ponderação razoável, à criação de uma plataforma de entendimento "entre os decisores políticos, os académicos, os linguistas, os escritores e outros protagonistas da área cultural portuguesa", à adopção de um ritmo não acelerado para as soluções a acolher numa matéria como esta, de acordo com o interesse público que está em questão, Barreiras Duarte considera, às tantas, que "a pressa parece ter sido mais uma vez inimiga do bom senso. É que após a sua aprovação [do AO] jurídico-constitucional pouco nada se avançou na sua aplicação e operacionalização em Portugal. Com a agravante de as contradições por parte do Ministério (sobretudo) da Cultura serem cada vez maiores".

Por fim, o deputado relator escreve: "Por tudo isto, muitas das preocupações e sugestões dos peticionários deverão ser tidas em conta, de forma a permitir uma operacionalização e implementação do acordo ortográfico que salvguarde a melhor defesa da cultura e língua portuguesa.

Esta petição, concordando-se com a totalidade ou só com alguns das suas partes, com os seus objectivos, merece elogio parlamentar positivo, porquanto ao abrigo do Direito de Petição, consagrado constitucional e legalmente, veio contribuir para o debate e para a chamada de atenção de uma matéria de relevante interesse público".

Fiz algumas citações um pouco longas, mas que reputo essenciais. Trata-se de um documento a todos os títulos notável que, aprovado por unanimidade dos membros da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, deverá agora ser apreciado em Plenário. Não haverá votação nessa sede mas, seja como for, o resultado já alcançado em Comissão não pode ser ignorado, sob pena de se esvaziar o próprio conteúdo do direito de petição exercido.

No próximo dia 8 de Maio faz um ano que a petição contra o Acordo Ortográfico foi entregue ao Presidente da Assembleia da República. Contava então 17 500 assinaturas. No momento em que escrevo, vai perto das 109 mil. E prosseguirá. Algum Governo responsável poderá ignorar um fenómeno mobilizador com esta expressão?

Vasco Graça Moura | Escritor | [in Diário de Notícias](#) | [22/04/2009](#)

Descarregue o PDF - [Relatorio Final Peticao 495 X FBarreiras Duarte.pdf](#) A [Petição Contra o Acordo Ortográfico](#) continua aberta e disponível para assinatura. Em 26 de Abril de 2009 contabiliza 110.758 assinaturas. Assine-a em [www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa](http://www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa)

#### **110) Portugal e Cabo Verde adiam implementação do acordo ortográfico**

REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)





A implementação do Acordo Ortográfico em Portugal e Cabo Verde, inicialmente indicada para 5 de Maio, foi adiada para o segundo semestre deste ano, garantiu à Agência Lusa o ministro da Cultura cabo-verdiano.

Manuel Veiga justificou a decisão com o argumento de que alguns Estados membros acreditam que há necessidade de reunir "mais consensos e discussões" à volta do projecto.

A data para a entrada em vigor em Cabo Verde, segundo Manuel Veiga, deverá ser definida após a reunião dos ministros da Cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), marcada para Junho, em Lisboa.

"Já tínhamos avançado que o acordo entraria em vigor em Maio, mas ainda há necessidade de discutir mais e conseguir maior consenso, não só em Cabo Verde mas também noutros países, como Portugal, Angola e Moçambique", explicou.

"Possivelmente o acordo deverá entrar em vigor no segundo semestre deste ano", acrescentou, sem apontar datas, e lembrando que três países da CPLP - Angola, Moçambique e Guiné-Bissau - ainda não ratificaram o acordo.

Manuel Veiga afirmou à Lusa que a reunião dos ministros da CPLP pode ser uma oportunidade para a definição de uma data conjunta para que o acordo entre em vigor ao mesmo tempo em todos esses países.

"Se há países que acham que devemos aprofundar a questão no próxima reunião dos ministros da Cultura, entendemos que Cabo Verde deve ter esse compasso de espera para aprofundar o debate e, só depois, definir uma calendarização para a entrada em vigor e, se possível, na maioria dos países", sustentou.

"Se conseguirmos, juntamente com outros países, marcar uma data para que o acordo entre em vigor ao mesmo tempo, o acordo terá muito mais força do que se entrar em vigor neste momento apenas em Cabo Verde", disse.

Manuel Veiga disse que o acordo ortográfico também não vai entrar em vigor naquela data em Portugal, uma vez que as autoridades portuguesas "entendem que precisam aprofundar o debate".

A data de 05 de Maio, Dia da Cultura da CPLP, foi adiada à Lusa na Cidade da Praia pelos ministros da Cultura de Cabo Verde e de Portugal, durante a visita oficial que o primeiro-ministro português, José Sócrates, efectuou ao arquipélago, entre 12 e 14 de Março.

Manuel Veiga vai aproveitar o adiamento para promover um estudo sobre o peso da Cultura na economia cabo-verdiana.

O objectivo, explicou, é obter indicadores económicos para apresentar a empresários, produtores, agentes culturais e sociedade civil, em geral, conseguir uma noção mais clara da importância da cultura como geradora de emprego e de rendimentos e determinar que peso tem no Produto Interno Bruto (PIB).

"Basta verificar a existência de tanta gente que anda à volta da música, que anda a promover a nossa cultura, tanto lá fora como cá dentro. Tudo isso gera rendimentos", acrescentou.

Em Maio, sublinhou, virá a Cabo Verde uma delegação da União Europeia (UE) com o objectivo de discutir com o Ministério da Cultura os termos de referência e o financiamento do estudo.

LUSA/AO Online <http://www.acorianooriental.pt/noticias/view/183193>

#### **111) «Há alguma ofensa cultural, se passo a escrever 'elétrico' em vez de 'eléctrico'?» \***

Carlos Reis

O professor universitário Carlos Reis classificou hoje como «comportamentos autistas» os daqueles que se opõem ao Acordo Ortográfico, numa conferência internacional e audição parlamentar sobre o tema hoje realizada na Assembleia da República.

«Um acordo (...) é um encontro de vontades, fundado no reconhecimento da dignidade das partes, sem preconceitos, complexos ou reservas mentais, [que] implica disposição para o diálogo e para a abertura, não o fechamento em comportamentos autistas», defendeu o catedrático de Literatura Portuguesa.

Salientando que, «ao contrário do que tem sido dito, o Acordo Ortográfico é uma das questões mais debatidas dos últimos 20 anos», Carlos Reis frisou que «um acordo implica também o pragmatismo que leva a que se concorde no que é possível concordar, sem prejuízo de diferenças que não põem em causa o essencial da concordância».

«Se um acordo incide na ortografia – insisti – então, reconheça-se que ele visa aquele domínio linguístico que é mais convencional e susceptível de reajustamentos rapidamente incorporados pelo uso e sobretudo pelas crianças, que são os falantes do futuro».

Segundo o professor, o que está em causa neste Acordo Ortográfico é «aproximar a grafia da articulação fonológica – aproximar, não identificar – ou, noutros termos, o modo como escrevemos do modo como falamos».

«Há alguma ofensa cultural, se passo a escrever 'elétrico' em vez de 'eléctrico'? Houve desrespeito pelo idioma de Alexandre Herculano, pelos legisladores do Liberalismo ou pelos cidadãos letrados seus contemporâneos, quando passámos a escrever 'fósforo' ou 'exausto', em vez 'phosphoro' ou 'exhausto'?», exemplificou.

E colocou, em seguida, algumas perguntas que caracterizou como «claramente retóricas», a primeira das quais foi: «Deve Portugal manter-se agarrado a uma concepção conservadora da ortografia, como se ela fosse o derradeiro baluarte da identidade portuguesa?».

«E podem alguns portugueses persistir em encarar o Brasil como um parceiro menor neste processo ou até como um inimigo?», lançou, acrescentando: «É curial ou inteligente ignorar o muito que o Brasil faz, por muitas vias, para a afirmação internacional da Língua Portuguesa?».

E – interrogou-se – «se no futuro, os países africanos de língua oficial portuguesa, incluindo o Brasil, se entenderem quanto à adopção de uma ortografia comum, em que posição fica Portugal?».

<http://ciberduvidas.sapo.pt/articles.php?rid=1664>

#### **112) Brasil: Academia Brasileira de Letras lança novo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**

#### **113) A Academia Brasileira de Letras lançou oficialmente hoje a quinta edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, no Rio de Janeiro, com as novas regras do Acordo Ortográfico vigentes no Brasil desde 01 de Janeiro**

Rio de Janeiro, 19 Mar (Lusa) - A Academia Brasileira de Letras lançou oficialmente hoje a quinta edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, no Rio de Janeiro, com as novas regras do Acordo Ortográfico vigentes no Brasil desde 01 de Janeiro.

O volume, de 976 páginas, impresso pela Editora Global, contém mais 370 mil verbetes apresentados sob a forma de lista por ordem alfabética, além de cerca de 1.500 estrangeirismos.

O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa também reúne o texto integral do Acordo Ortográfico de 1990, com todos os anexos, relatórios e justificativas, assinado pelos representantes dos países lusófonos, além dos decretos presidenciais sobre a adoção e a implementação do Acordo no Brasil e a legislação anterior, como o Formulário Ortográfico de 1943 e o Decreto de 1971.

Segundo o presidente da Academia Brasileira de Letras, Cícero Sandroni, a reforma ortográfica que pretende unificar a forma de escrita do português é "fundamental para a consolidação de uma posição" da lusofonia.

"O Brasil é um país emergente e Portugal tem um grande papel no equilíbrio Europeu. Hoje o português é a quinta língua mais falada no mundo e passa a ter uma ortografia 99 por cento idêntica tanto na América, como na África e na Ásia", disse à Lusa Sandroni.

O acadêmico considera o lançamento do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa um ato histórico entre o Brasil e Portugal que "só tem a ganhar", e principalmente no campo da Literatura "porque abre mercados no Brasil, em Portugal e em África".

A primeira edição do Vocabulário Ortográfico no Brasil foi em 1938. Sandroni explica que a quinta coincidiu com o decreto do Acordo Ortográfico. "Foi um desafio importante vencido pelos nossos lexicólogos", realçou.

A elaboração desta edição de 100 mil exemplares levou cerca de seis meses e reuniu uma equipa de lexicógrafos e lexicólogos.



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

Para o académico Evanildo Bechara, coordenador da comissão que elaborou o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e adaptou à nova ortografia, a equipa de académicos da Academia Brasileira de Letras "prestou atenção ao espírito do Acordo, que era a simplificação".

"O novo sistema ortográfico veio realmente para simplificar e não para complicar a vidas dos que escrevem, dos utentes da Língua Portuguesa", destacou o filólogo.

No Brasil, o Acordo foi regulamentado pelos decretos assinados pelo Presidente Lula da Silva, a 29 de Setembro de 2008, e entrou em vigor a 01 de Janeiro deste ano.

O Brasil cedeu em seis pontos principais: o fim do hífen, do trema, do acento circunflexo nos verbos no plural, a mudança do acento em ditongos abertos e a inserção de letras k, y, w no alfabeto.

Em Portugal, as mudanças deverão modificar 1,42 por cento do dicionário português. Os brasileiros, por seu turno, terão de alterar apenas 0,43 por cento.

FO. <http://www.observatoriop.com/cgi-bin/main?mmod=newsdet&id=1027> Lusa/Fim

#### 114) Portugueses do Norte Março 12, 2009 por [eplufofonos](#)



Na passada Primavera, um convidado do Norte de Portugal, de visita à Galiza, iniciou conversa com um professor galego comentando: "Que tal este ano? Muchos problemas por lo de la sequía?". O professor galego olhou-o incrédulo e apontou-lhe a janela, respondendo, em português: "Mas não vê como chove lá fora? Estamos na Galiza!". A anedota, infelizmente, é real e vai ocorrendo, com variantes, na maior parte dos encontros, ou mais vale dizer desencontros, galego-portugueses. Por algum motivo inexplicável, os conferenciantes portugueses, convidados pelas universidades galegas, teimam em puxar do melhor castelhano, mesmo quando os anfitriões galegos lhes pedem o favor de falarem em português. Os conferenciantes agradecem, mas interpretam isto como apenas uma oferta amável, retórica, sem validade efectiva. E a sala rebenta com uns sonoros: *Buenos días...* Este amor não correspondido da Galiza por Portugal não se circunscreve ao espaço da Universidade. Sentimo-lo no final dos concertos de bandas portuguesas na Galiza e nas invariáveis *Muchas gracias*, sofremo-lo na avidez por Lobo Antunes e Pessoa nas livrarias galegas e na respectiva indiferença pelo livro galego a sul do Minho, suportamo-lo de cada vez que um português pergunta a um galego pela tourada ou pelo flamenco. Nisto, tenho notado que os brasileiros são mais atentos. Se são entendidos em Português, é nessa língua que falam. E chegam a chamar Portugueses do Norte aos galegos, que com isto se comovem até às lágrimas. Caetano Veloso, por exemplo, aprendeu a falar português na Galiza, e no último concerto que deu em Santiago de Compostela não se lhe ouviu nem um arranhão no *portunhol*. Mas a compreensão da complexidade dos vários territórios no espaço chamado Espanha deveria tê-lo alertado para que a proximidade entre o Português e o Galego é extraordinária, mas não ilimitada. Fechando o concerto com a canção "A luz de Tietá", procurou que o público repetisse o refrão: "Tietá...eta...eta...". E não entendeu que o público, mudo, se recusasse a gritar por "Eta".

Ana Bela Almeida Publicado em [Galiza Canibal](#) <http://tacansado.wordpress.com/2009/03/12/portugueses-do-norte/#more-1381>

#### 115) Adoção da reforma ortográfica em Portugal continua indefinida Editores portugueses esperam apoio do governo para adaptar livros. Para especialista, Brasil foi precipitado ao adotar a norma

Enquanto o Brasil avança na adoção das novas regras da escrita, Portugal ainda não conseguiu definir um cronograma para a aplicação do acordo ortográfico no país. Existe apenas a promessa de que o período de transição comece ainda no primeiro semestre deste ano. Isso significa que os editores portugueses não sabem quando devem ter seus livros escritos de forma diferente da atual e não existe indicação de quando os estudantes vão começar a aprender a escrever de acordo com as novas regras. Segundo Rui Nunes, assessor de imprensa do Ministério da Educação, ainda não foi tomada nenhuma medida para o ensino das novas regras ortográficas. Ele afirma que deverá ser feita a formação dos professores para se adaptarem às mudanças, mas não há previsão de quando isso vai ocorrer. No Ministério da Cultura, as preocupações são de natureza política. O governo quer que Portugal publique as normas do acordo em diário oficial junto com São Tomé e Príncipe e Cabo Verde e que se forme a prometida comissão que vai elaborar o vocabulário ortográfico comum.

#### 'Brasil foi precipitado'

A necessidade da existência de uma comissão responsável por elaborar um vocabulário ortográfico comum - que normatize as mudanças previstas no acordo - foi acertada entre os países de língua portuguesa, mas não foi levada adiante. O Brasil, que saiu na frente na adoção do acordo, decidiu produzir um vocabulário ortográfico próprio, que está sendo feito pelo gramático Evanildo Bechara, da Academia Brasileira de Letras. Para José Mário Costa, coordenador do Ciberdúvidas - um site na Internet que há 12 anos responde dúvidas de portugueses - o Brasil foi precipitado ao adotar a norma sem esperar pelos portugueses e sem criar estruturas comuns para resolver os casos deixados em aberto. "É natural que o Brasil esteja mais avançado nesta questão, porque tem mais dinamismo e interesse pela língua. Mas o acordo não especifica uma série de grafias. Falta um vocabulário comum da língua portuguesa, em cruzamento com o que se fala e se escreve hoje nos países africanos", diz Costa. Segundo ele, além dos termos não explicitados detalhadamente no acordo (como no caso dos hífens) uma área que pode gerar divergências e duplas grafias é a dos termos científicos e médicos. "Acredito que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa deveria coordenar esse esforço, como é feito com o espanhol, com a participação de várias instituições através do Fundeón. Isso para não termos casos como o de paralímpico e

REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

para-olímpico". Para o linguista João Malaca Casteleiro - que negociou o acordo por parte de Portugal - já que o propósito é unificar a ortografia, o ideal seria que todos os países tivessem implementado as mudanças simultaneamente. "Creio que do ponto de vista da política da língua, é uma pena que não entre em vigor nos vários países ao mesmo tempo. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa elegeu como central a política da língua. Como se pode promover a língua portuguesa sem resolver esse problema (da divergência ortográfica), que está pendente há um século?" Impulsionador do movimento contra o acordo ortográfico, o deputado do Parlamento europeu Vasco Graça Moura acredita que o Brasil está aplicando primeiro o acordo porque para os brasileiros é mais fácil. "O acordo para o Brasil não implica grandes alterações e também não terá grandes problemas", argumenta.

#### **Livros e jornais**

O presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, Rui Beja, tem uma posição de cautela em relação às mudanças. "Temos que aguardar para ver o que será feito. Na África, os grandes países de língua portuguesa (Angola e Moçambique) não ratificaram o acordo e eles seguem a norma do português europeu". Os editores portugueses esperam que haja um apoio governamental para a adaptação dos livros para as novas regras ortográficas. Até agora, três jornais portugueses adotaram o acordo. O mais importante deles é o diário esportivo Record, o terceiro maior jornal do país com 75 mil exemplares vendidos diariamente. Segundo o diretor adjunto António Magalhães, não tem havido problemas. "Estamos utilizando as novas normas desde o começo do ano e até agora não tivemos nenhuma queixa de leitores por aplicarmos o acordo. Estamos aplicando o acordo de forma gradual, procuramos evitar nas manchetes palavras que possam causar estranheza ao leitor como espetacular sem c ou ótimo sem p", conta Magalhães. Ele considera que a falta dessas letras faz com que os títulos fiquem mais feios. "A falta do c em espetacular ou do p em exceção retira qualidade estética às palavras". No entanto, ele relata que mesmo o colunista Artur Agostinho, de 88 anos, adaptou-se à nova forma de escrever.

**116) Lisboa, 17 Mar (Lusa) - Um projeto de Vocabulário com léxico comum a portugueses e galegos, sobretudo nas regiões limítrofes da Galiza, foi hoje entregue por uma delegação da Academia Galega da Língua Portuguesa na Academia de Ciências de Lisboa. 14:29 Terça-feira, 17 de Mar de 2009**

[http://aeiou.expresso.pt/lingua\\_portuguesa\\_academicos\\_galegos\\_apresentam\\_contribuicao\\_para\\_o\\_vocabulario\\_comum=f503479](http://aeiou.expresso.pt/lingua_portuguesa_academicos_galegos_apresentam_contribuicao_para_o_vocabulario_comum=f503479) Língua Portuguesa: Académicos galegos apresentam contribuição para o Vocabulário Comum

Lisboa, 17 Mar (Lusa) - Um projeto de Vocabulário com léxico comum a portugueses e galegos, sobretudo nas regiões limítrofes da Galiza, foi hoje entregue por uma delegação da Academia Galega da Língua Portuguesa na Academia de Ciências de Lisboa. Responsáveis das duas academias estiveram reunidos para uma análise da situação da língua e a coordenação na aplicação de alguns aspetos do Acordo Ortográfico, "com especial interesse na elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum". Fonte da Academia portuguesa informou ter sido esta a primeira vez que responsáveis da Academia Galega, legalmente constituída há um ano, visitaram a instituição portuguesa. Integraram a delegação galega Isaac Alonso Estraviz (vice-presidente da Academia), Ângelo Cristóvão (secretário), Concha Rousia (vice-secretária) e António Gil, pela Comissão de Lexicologia. Segundo Artur Anselmo, presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia, o projeto apresentado está contido no livro "Contribuição para o Vocabulário Comum da Língua Portuguesa" e vai ser lançado oficialmente em Portugal, juntamente com o Vocabulário elaborado pela Academia Brasileira de Letras, em sessão agendada para 14 de Abril na Academia das Ciências de Lisboa. A Academia galega participou como observadora nas negociações do Acordo Ortográfico. "Estamos convencidos, e penso que não devemos deixar de pensar assim, de que, para que haja Acordo, é preciso que haja um documento de base, uma listagem de palavras, e isso só se consegue se todos derem as suas contribuições", disse Artur Anselmo à Lusa. "O ideal - observou - seria, salvo melhor opinião, que todas as partes geográficas, desde Cabo Verde a Timor-Leste, fizessem o mesmo que fez a Academia Galega, dessem também as suas contribuições". RMM. Lusa/fim

**117) Fonte: 16.03.2009 - 11h13 Lusa | Público > Alerta do presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa - Ausência de listagem de palavras da Língua Portuguesa impede avanço do Acordo Ortográfico**

Alerta do presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa **Ausência de listagem de palavras da Língua Portuguesa impede avanço do Acordo Ortográfico** 16.03.2009 - 11h13 Lusa A falta de um vocabulário para a entrada em vigor do Acordo Ortográfico foi apontada por Artur Anselmo, presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa, à agência Lusa. "Ainda não foi elaborado o vocabulário - uma listagem das palavras da Língua Portuguesa - e não pode haver um Acordo sem esse vocabulário, no qual entram as contribuições de Portugal mas também dos outros países de Língua Portuguesa", afirmou Artur Anselmo, alertando que "esse processo é demorado". O Acordo Ortográfico envolve Portugal, o Brasil, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Timor, que não foi signatário do acordo em 1990 por não ser então um país independente, e a Galiza, porque o galego é uma variante do Português antigo. "Neste momento, tanto quanto sei, os brasileiros têm o vocabulário pronto e os galegos também mas não sei o que se passa nos países africanos e em Timor", acrescentou o filólogo, segundo quem, em Portugal, "o Governo não tomou posição nenhuma, não encarregou ninguém, nem a Academia das Ciências", dessa tarefa. Afirmando-se preocupado, "porque sem vocabulário não haverá acordo", Artur Anselmo disse à Lusa que "o Governo tem de tomar uma posição". "Em 1945 era fácil: havia o Ministério da Educação, tanto em Portugal como no Brasil, e o Dr. [José] Caeiro da Mata, ministro da Educação português, negociou com o Dr. Gustavo Capanema, que era ministro da Educação no Brasil, e foi fácil, apesar de serem dois governos autoritários. Veja-se como é difícil, agora, negociar em democracia...", ponderou. Segundo o investigador da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em Portugal "intervêm, ou deveriam intervir, neste assunto, o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura e o Ministério da Ciência e Tecnologia" e "o normal seria que os três ministros se entendessem e que o Governo dissesse: 'para elaboração do vocabulário é nomeada esta comissão...'. Na ausência desse instrumento, em rigor, as pessoas não poderiam aplicar já o Acordo Ortográfico", assinalou Artur Anselmo, acrescentando que, todavia, são livres de o fazer. "[...] O Acordo Ortográfico envolve Portugal, o Brasil, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Timor, que não foi signatário do acordo em 1990 por não ser então um país independente, e a Galiza, porque o galego é uma variante do Português antigo. "Neste momento, tanto quanto sei, os brasileiros têm o vocabulário pronto e os galegos também mas não sei o que se passa nos países africanos e em Timor", acrescentou o filólogo, segundo quem, em Portugal, "o Governo não tomou posição nenhuma, não encarregou ninguém, nem a Academia das Ciências", dessa tarefa[...]"

**NB: o académico Malaca Casteleiro já fez esse trabalho que a Academia de Ciências agora parece esquecer....inclusive já em Bragança em Outubro passado nós propusemos editar nós mesmos (Colóquios) esse vocabulário....esta academia é uma vergonha...Chrys Chrystello**

**118) Língua: Entrada em vigor em Portugal decisiva para sucesso do Acordo Ortográfico - Embaixador brasileiro**

13 de Março de 2009, 15:34

Lisboa 13 Mar (Lusa) - A entrada em vigor da reforma da língua em Portugal é decisiva para o sucesso do Acordo Ortográfico, disse hoje o embaixador da Missão Brasileira junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). "É absolutamente decisiva esta participação de Portugal, na medida em que quando nós falamos deste acordo, quando este foi assinado, o que se pretendia era fazer uma unificação das duas vertentes ortográficas da língua portuguesa que tínhamos até então", disse à Lusa o embaixador brasileiro Lauro Moreira. Segundo o diplomata, há a vertente portuguesa, que é seguida pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, e a vertente brasileira. O Ministro da Cultura de Portugal, António Pinto Ribeiro, disse na quinta-





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

feira, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, acreditar que a entrada em vigor do Acordo Ortográfico nas instituições oficiais será uma realidade em Cabo Verde e em Portugal até ao final do primeiro semestre deste ano. "Eu saúdo com grande entusiasmo essa declaração do Ministro da Cultura de Portugal com referência à sua determinação de fazer com que o Acordo Ortográfico passe a vigorar em Portugal (...) ainda neste semestre, e também o facto de Cabo Verde aceitar fazer a mesma coisa", referiu ainda Lauro Moreira. "Se Portugal não ratificasse e se não implementasse o acordo, este careceria de sentido e passaria a ser uma reforma unilateral no Brasil e deixaria de ser um acordo internacional, não havendo assim uma unificação das duas vertentes", indicou o embaixador brasileiro. "Não nos esqueçamos que até 1911 havia uma só ortografia da língua portuguesa. Foi a partir da reforma do Gonçalo Viana, diga-se de passagem uma belíssima reforma, muito mais profunda do que a atual e que simplificou a língua portuguesa, que surgiram as duas vertentes, porque o Brasil não foi consultado na altura", disse. O embaixador disse ainda acreditar que com três países a adotar as novas regras ortográficas (Brasil, Portugal e Cabo Verde), "os outros acompanharão em seguida". "Não nos esqueçamos que São Tomé e Príncipe também já ratificou o acordo e, com informações que obtive nos últimos dias, a Guiné-Bissau também estaria pronta para a ratificar o acordo, assim como o Timor-Leste", acrescentou o diplomata. Moreira deseja que Angola e Moçambique ratifiquem a reforma ortográfica rapidamente e passem também a utilizá-la. "Estamos no caminho certo e agora, finalmente, o processo vai descolar", disse o embaixador brasileiro. O Acordo Ortográfico já foi ratificado por Brasil, Portugal, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. CSR. Lusa/Fim

#### **119) 5ª edição do Vocabulário Ortográfico sai no dia 19 março. Cruzeiro On Line 09.03.09**

A quinta edição do "Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa" (Volp), já atualizado com as novas regras do acordo ortográfico, será lançada no próximo dia 19. O volume trará 349.737 palavras com suas respectivas classificações gramaticais, mas sem as definições típicas de dicionários. O presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), Cícero Sandroni, pretende entregar os primeiros exemplares para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e alguns ministros. Evanildo Bechara, coordenador da Comissão de Lexicografia e Lexicologia da ABL e principal responsável pelo Volp, explica que foram adotadas 15 medidas para dirimir dúvidas ou ambiguidades no texto do acordo. Ele diz que os critérios adotados pela comissão foram: respeitar a letra do acordo, estabelecer uma linha de coerência quando surgiam princípios aparentemente contraditórios, acompanhar o espírito simplificador da reforma e, nos pontos não discutidos no texto, preservar a tradição ortográfica decorrente das reformas anteriores. O acordo, por exemplo, afirma que palavras compostas, "em relação às quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente (sem hífen): girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista, etc." Diante da dificuldade de especificar quais palavras perderam "em certa medida" a noção de composição, a comissão responsável pelo Volp decidiu aplicar a norma apenas nas palavras citadas explicitamente pelo texto da reforma e naquelas "consagradas pela tradição ortográfica dos vocabulários oficiais", ou seja, presentes nos dicionários portugueses e brasileiros sem hífen. Não há qualquer item do acordo que trate das formas onomatopéicas ou construídas com elementos repetidos, como blá-blá-blá ou reco-reco. A comissão optou pelo uso do hífen nestes casos. Outro caso omissos no acordo foi a utilização de "não" e "quase" como prefixos - como não fumante ou quase irmão. Preferiu-se a forma sem hífen. "O 'Volp' é a contribuição brasileira para a construção de um vocabulário ortográfico comum, previsto no acordo", afirma Godofredo de Oliveira Neto, presidente do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, entidade responsável pela articulação da reforma. Oliveira Neto afirma que o Brasil proporá uma reunião, a ser realizada em abril, dos oito países signatários do acordo. Do encontro, deve sair uma comissão para discutir o vocabulário ortográfico comum. Podem surgir pequenas divergências quanto à interpretação do acordo, que serão discutidas até obter um consenso. "Naturalmente, poderão exigir adaptações no 'Volp'", aponta Oliveira Neto. Bechara considera difícil que Portugal rejeite os critérios adotados pelo vocabulário brasileiro. "Quando o texto do acordo de 1990 deixava lugar a dúvidas, usamos como fiel da balança a reforma de 1945 adotada por Portugal e rejeitada pelo Brasil", explica o filólogo. "Exceto quando a norma de 1945 contrariava claramente o espírito do acordo de 1990." A reação portuguesa será conhecida na primeira quinzena de abril, quando o Volp chegará ao país. (AE)

#### **120) ABL lança dia 19 o novo Vocabulário Ortográfico Publicada em 09/03/2009 às 23h42mO Globo**

RIO - A Academia Brasileira de Letras anunciou nesta segunda-feira que lançará no dia 19 a quinta edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, que incorpora as novas normas estabelecidas pelo Acordo Ortográfico de 1990. O volume, de 887 páginas, é ansiosamente aguardado para dirimir dúvidas sobre algumas regras do acordo que deixam margem para interpretações diversas. Terá 349.737 vocábulos apresentados em ordem alfabética - incluindo-se a classificação gramatical de cada um -, além dos estrangeirismos (cerca de 1.500), que aparecem na parte final da obra. O filólogo Evanildo Bechara, coordenador da Comissão de Lexicografia e Lexicologia da ABL, explica que o texto oficial, sintético e enxuto, levou os acadêmicos a fazerem uma análise minuciosa de suas bases, para que a obra correspondesse com rigor aos propósitos do Acordo Ortográfico. Ele explica que, para isso, a compilação do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa foi norteada por quatro princípios básicos: respeitar a lição do texto do acordo; estabelecer uma linha de coerência do texto como um todo; acompanhar o espírito simplificador do acordo; e preservar a tradição ortográfica refletida nos formulários e vocabulários oficiais anteriores.

#### **121) Acordo Ortográfico vai ser realidade ainda neste semestre - Pinto Ribeiro publicado 18:34 12 Março '09 Cidade da Praia, 12 Mar (Lusa) - O ministro da Cultura português afirmou hoje, na Cidade da Praia, acreditar que a entrada em vigor do Acordo Ortográfico nas instituições oficiais seja uma realidade em Cabo Verde e em Portugal até ao final deste ano.**

Em declarações à Agência Lusa, António Pinto Ribeiro, que se encontra na Cidade da Praia integrado na comitiva do primeiro-ministro José Sócrates, afirmou que a "nova política de cooperação portuguesa" passa por isso mesmo, "em pôr em vigor o Acordo Ortográfico".

"Não tenho a dúvida nenhuma (que Cabo Verde oficializará o acordo). Nesse domínio, vamos ter um grande entendimento e acreditamos que, ainda no primeiro semestre deste ano, vamos pôr em vigor na documentação oficial (portuguesa e cabo-verdiana) tudo o que é o Acordo Ortográfico", referiu. "É preciso perceber que se vai passar a escrever segundo as regras do acordo, significa que os operadores [editores, escritores], os que produzem mais língua escrita, porque se trata de ortografia, não das pronúncias, não do léxico, vão ter esse trabalho e nós vamos seguramente alcançar. Em Portugal fizemos quatro reformas ortográficas muito grandes no século XX e não houve problema nenhum", sustentou. Incidindo sobre a sua presença em Cabo Verde, Pinto Ribeiro salientou a importância de "elevar" o "já muito bom" nível da cooperação, criando condições para que, além do Acordo Ortográfico, se possa partir para outros voos. "No quadro da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), estamos a fazer um esforço muito grande para criar um prémio cultural e uma atividade que se realize, todos os anos, em três cidades de países da CPLP e que seja uma festa da nossa língua, tenha ela a ver com cinema, teatro, literatura, enfim, com todas as atividades ligadas à Língua", referiu. Pinto Ribeiro adiantou também estar a aguardar um relatório do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), para que, depois, se possa proceder à sua "refundação".

#### **122) Lisboa, 04 Mar (Lusa) - O linguista Fernando Cristóvão defendeu o Acordo Ortográfico como "um instrumento para todos se compreenderem", ao intervir hoje na abertura da Expolíngua, Salão Português de Línguas e Cultura, que decorre até sexta-feira em Lisboa.**

O catedrático, que já foi presidente do Instituto Camões, sublinhou que o acordo ortográfico "valida" a lusofonia, recusando que esta demonstre qualquer ideia de neocolonialismo cultural. "Ninguém é proprietário único da língua e esta pertence a todos que a falam, introduzindo cada um a sua variante", argumentou, sustentando que o Acordo "é uma base comum de entendimento gráfico". Vincando que "ortografia e língua são muito diferentes", exemplificou, referindo que cada pessoa pronuncia de sua forma, "mesmo que não se entenda, mas o registo escrito todos compreendem". O linguista, que integrou a comissão que, em 1986, no Rio de Janeiro, redigiu o



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

"Protocolo de Unificação Ortográfica da Língua", observou que "a variedade" é uma riqueza e a língua foi "a melhor coisa que os portugueses deixaram", levando-a como "passageiro clandestino" nas naus e caravelas do século XVI quando demandaram diferentes partes do mundo. Referindo-se a aspetos concretos do novo modo de escrever Português, citou Luís António Verney, autor de "O verdadeiro método de estudar", que já em 1754 defendia o fim das consoantes mudas. "Escreveu ele que 'ato' é muito boa palavra e todos a entendem", lembrou, destacando o facto de Verney ter tomado esta posição quando "ainda não havia literatura brasileira, que só começa em 1750 com António Cândido". Fernando Cristóvão, que deu à sua comunicação o título de "A passagem da lusitanidade à lusofonia e o problema do Acordo Ortográfico", disse ainda que o Quinto Império defendido por António Vieira e Fernando Pessoa "é a lusofonia". Explicou o catedrático que o padre António Vieira defendia "um Quinto Império religioso" e Pessoa "da Cultura", até que o filósofo Agostinho da Silva questionou esta problemática assinalando não haver imperador, pois "de facto o Quinto Império é a lusofonia". Referindo-se à difusão do Português entre outros povos, Fernando Cristóvão falou da "alfabetização forçada da FRELIMO, em Moçambique, de modo combater o domínio colonial português, tendo a língua portuguesa sido um fator de coesão". "Também Amílcar Cabral, na Guiné-Bissau - adiantou -, fez questão de alfabetizar as suas tropas e disse mesmo que a melhor coisa que os portugueses deixaram foi a língua".

NL. Lusa/Fim

### **123) Regra do hífen gera dúvidas**

A regra geral será a utilização do hífen na maior parte das vezes. O acordo prevê, basicamente, alguns casos em que o sinal poderá ser suprimido. A maior parte deles quando as palavras são compostas por prefixos (como "mini", "micro", "co" e "extra"). A regra diz que devem ser aglutinados nos casos em que o primeiro elemento terminar em vogal e o segundo elemento começar em "r" ou "s", dobrando-se a consoante, como em "minissaia" e "microrradiografia". No caso em que o primeiro elemento termina em vogal e o segundo começa com uma vogal diferente, a palavra também deve ser escrita sem o hífen, como "coeducação" e "hidroelétrico". No caso de termos compostos de duas palavras, a tendência é continuar valendo a regra atual, segundo Godofredo de Oliveira Neto, presidente da Colip (Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa). "Quando a palavra for formada por substantivo, adjetivo, numeral ou verbo, terá hífen", afirma. Assim, o sinal será utilizado mesmo em palavras como "porta-retrato" e "primeiro-sargento", apesar de as novas regras dizerem que quando o primeiro elemento termina em "r" ou "s" a consoante deva ser dobrada, como em "antissemita" e "ultrarrápido" (como passarão a ser escritas as palavras após a vigência do acordo)".

### **124) Fonte- [www.portaldovestibular.com/acordo-ortografico-regra-do-hifen-gera-duvidas/](http://www.portaldovestibular.com/acordo-ortografico-regra-do-hifen-gera-duvidas/). Acordo Ortográfico deverá entrar em vigor ainda neste semestre**

Lisboa, 17 Fev (Lusa) - O ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, afirmou hoje que o novo acordo ortográfico deverá entrar em vigor no primeiro semestre de 2009, mas tudo depende de negociações com os outros países da CPLP.

"Estamos em conversações com os outros países da CPLP [como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe] para ver se encontramos uma data para o adaptar nos documentos oficiais, nas imprensas nacionais e que os diários oficiais [Diário da República] dos vários países passem a adoptar a ortografia do novo acordo ortográfico", disse Pinto Ribeiro à agência Lusa. O ministro falava em Lisboa no final do lançamento do FLIP 7, uma ferramenta informática criada pela empresa Priberam que permite uma conversão automática do português de Portugal e do Brasil de acordo com as novas normas ortográficas dos dois países. Esta ferramenta está já a ser testada na Imprensa Nacional Casa da Moeda, entidade responsável pela edição do Diário da República (DR). Assim que o acordo ortográfico entrar em vigor em Portugal, todos os documentos oficiais, como o DR, terão de obedecer às novas regras da escrita em língua portuguesa. Com a ferramenta informática FLIP 7, quem escrever em português terá a opção de converter automaticamente o texto segundo o novo acordo ortográfico, sejam as normas do Brasil sejam as de Portugal. Através do FLIP 7, um software para o Microsoft Windows que inclui ainda dicionários, auxiliar de tradução e corrector, um texto em língua portuguesa com cerca de duzentas páginas poderá ser convertido em menos de um minuto nas regras do novo acordo ortográfico. Pinto Ribeiro sublinhou que, depois da entrada em vigor do novo acordo ortográfico, será mais fácil fazer novas edições de um livro, incluindo manuais escolares. "Sempre que, depois da entrada em vigor, se fizer um novo manual escolar, ele será adaptado ao novo acordo ortográfico. E as pessoas vão-se habituando assim", disse. A Priberam, que colocou o FLIP 7 à venda em Portugal e no Brasil, ofereceu ainda esta ferramenta informática às empresas homónimas da Imprensa Nacional-Casa da Moeda dos países da CPLP para que possam já testar as novas regras do acordo ortográfico. Sem adiantar números sobre vendas de cópias do FLIP, o administrador da Priberam, Carlos Amaral, referiu à agência Lusa que em 2008 um milhão de pessoas utilizou o corrector informático na Internet.

© 2009 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A

.2009-02-17 14:20:09 <http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=388322&visual=26&tema=5>

### **125) Cabo Verde adota Acordo Ortográfico a partir do Verão**

Cidade da Praia, 22 Jan (Lusa) -- Cabo Verde vai adoptar o Acordo Ortográfico a partir do segundo semestre deste ano, o qual terá uma transição entre seis e dez anos, foi hoje decidido pelo governo da Cidade da Praia. Embora sem data definitiva marcada, segundo a porta-voz do conselho de ministros, Janira Hopffer Almada (ministra da Presidência e dos Assuntos Parlamentares), o acordo deverá entrar em vigor entre Julho e Agosto, dando tempo para que os manuais para o próximo ano lectivo já contemplem as alterações. "É nosso interesse que as novas normas sejam ministradas no ensino com carácter de tolerância", disse a ministra, explicando que durante a fase de transição não será considerado erro a escrita que não tenha em conta o Acordo Ortográfico. O plenário do Governo aprovou também hoje um decreto-lei que institucionaliza o ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano), frisando a ministra que o alfabeto respeita as variantes da língua em cada uma das ilhas. Salientando que a língua crioula já foi objecto de sistematização desde 1885, que foi utilizada por intelectuais durante todo o século XX, de Eugénio Tavares a Baltasar Lopes da Silva e B. Léza, Janira Almada lembrou que o ALUPEC foi consagrado como alfabeto experimental em 1998 e que no final do ano passado, durante um encontro sobre a língua cabo-verdiana, se concluiu que podia ser institucionalizado em definitivo. A responsável salientou que o Português continua a ser a língua oficial de Cabo Verde, até por força da Constituição, mas lembrou também que há um projecto de revisão constitucional (do partido que sustenta o Governo) que prevê que o arquipélago tenha como línguas oficiais o português e o crioulo. Segundo a ministra, será criada em breve uma instituição que vai acompanhar a implementação do ALUPEC em Cabo Verde. O país foi dos primeiros a ratificar o Acordo Ortográfico, um documento aprovado em Dezembro de 1990 por representantes de Portugal, Brasil, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique (Timor-Leste só após a independência). Para vigorar tinha de estar ratificado por um mínimo de três dos oito países, o que foi alcançado em 2006 com São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Brasil, seguidos de Portugal, em Maio passado.

FP. Lusa/fim

### **126) Breve explicação do percurso legal do Acordo Ortográfico de 1990, com alusões à Galiza:**

- Em 1 de outubro de 1990 o Prof. Doutor Manuel Jacinto Nunes, Presidente da ACL, envia uma carta ao Vice-Presidente da Comissão para a Integração da Língua da Galiza no Acordo da Ortografia Unificada, José Luís Fontenla, comunicando que «solicitamos a presença de dois representantes galegos, para tomarem parte, como observadores, na mencionada reunião em Lisboa, de 8 a 12 de Outubro de 1990».

- Em 12 de outubro, na Sala de Reuniões Internacionais da Academia das Ciências de Lisboa, é acordado o texto. A Delegação de Observadores da Galiza, integrada por José Luís Fontenla e António Gil Hernández, tomou parte em todas as reuniões, deliberações e



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

debates, e aderiu ao texto final. Foi-lhes oferecido assinarem o texto junto dos representantes dos outros países lusófonos presentes.

Os delegados galegos decidem não assinar, para evitar conflitos diplomáticos.

- A Assembleia da República resolve aprovar, para ratificação, o Acordo Ortográfico, em 4 de junho de 1991. Para estar presente entre o público, é convidada a Comissão Galega do Acordo Ortográfico.

- O Presidente da República, Mário Soares, ratifica o texto. Publica-se no Diário da República em 23 de agosto de 1991. Consta de uma Introdução e 2 Anexos. O primeiro Anexo, distribuído em 21 "Bases", é propriamente o texto do Acordo com as regras ortográficas. O segundo Anexo tem por título «Nota explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)». Neste faz-se uma justificação das escolhas, e mostra-se uma filosofia da língua que tende claramente à unidade.

De importância para a Galiza eram especialmente os seguintes artigos da Introdução:

Art. 2 - «Os estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1 de Janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas».

Art. 3 - «O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor após depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo da República Portuguesa»

- Estava prevista a entrada em vigor do A.O. em 1 de janeiro de 1994. Visto que faltava a entrega, junto do Governo Português, da ratificação do Acordo pelos diferentes países da CPLP, o que impossibilitava a sua aplicação, (pois o compromisso era avançar juntos na aplicação das novas regras), na cidade da Praia, em 17 de julho de 1998, os governos lusófonos decidem aprovar o I Protocolo Modificativo, em que se retira do texto a data para a entrada em vigor.

- Em São Tomé, em 25 de julho de 2004, aprova-se o II Protocolo Modificativo:

Artigo 3 - «O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor com o terceiro depósito de instrumento de ratificação junto da República Portuguesa».

E, ainda, decide-se:

2. Acrescentar o seguinte artigo ao Acordo Ortográfico:

Artigo 5 - «O presente Acordo estará aberto à adesão da República Democrática de Timor Leste» 3. Estabelecer que o presente Protocolo Modificativo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data em que três Estados membros da CPLP tenham depositado, junto da República Portuguesa, os respectivos instrumentos de ratificação ou documentos equivalentes que os vinculem ao Protocolo».

- O Brasil ratifica o Segundo Protocolo Modificativo em outubro de 2004. Em abril de 2005, Cabo Verde também. A 17 de novembro de 2006, de uma assentada, São Tomé e Príncipe ratificou o Acordo e os dois protocolos modificativos, cumprindo-se o estabelecido pelo Segundo Protocolo.

- Em 6 de março de 2008 o Governo Português decide impulsionar definitivamente a aplicação do A.O., para o que envia uma resolução à Assembleia da República.

- Em 7 de Abril de 2008 tem lugar a Conferência Internacional / Audiência Parlamentar, em São Bento, com a presença de 10 convidados oficiais da Galiza, entre os quais 2 oradores, que se manifestam a favor da unidade da língua escrita.

- A Assembleia da República acabou por ratificar o Segundo Protocolo Modificativo em 16 de Maio de 2008.

- O Presidente da República, Cavaco Silva, promulga o texto em 21 de julho de 2008.

- Em Angola, o Ministério da Educação daquele país começou também a preparar a ratificação do Acordo Ortográfico, afirmando que o mesmo entrará em vigor logo que seja ratificado.

- Em 15 de novembro de 2008, na Reunião Extraordinária de Ministros da Educação e da Cultura dos Países de Língua Portuguesa, decidem impulsionar o A.O. Os primeiros pontos são:

1.- «Apelar aos Estados membros que ainda não o fizeram, a que ratifiquem os protocolos modificativos para que se estabeleçam no mais curto espaço de tempo uma data comum para implementar a sua utilização nos documentos e publicações oficiais».

2.- «Apoiar a constituição, com a maior brevidade, de uma comissão, composta por representantes dos Estados Membros e do IILP, para a elaboração de um Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, que inclua igualmente um léxico técnico-científico comum da língua».

- Desde 1 de janeiro de 2009 o Diário da República de Portugal é publicado conforme às novas regras ortográficas.

- Em declarações à Agência Lusa, em 30 de janeiro de 2009 o Sr. Ministro da Cultura de Portugal declara que o A.O. Entrará em vigor até 1 de janeiro de 2010, devendo editar-se, nessa altura, os jornais com as novas regras ortográficas.

#### **Bibliografia prática sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**

Sobre as mudanças na norma em Portugal:

- Maarte Janssen, org (2008): Ortografia em mudança. Vocabulário. As palavras que mudam com o Acordo Ortográfico. Instituto de Linguística Teórica e Computacional. 159pp., Ed. Caminho, Rio Tinto.
- AA.VV (1995): Novo Acordo Ortográfico. Afinal, o que vai mudar?. Inclui texto integral do Acordo... 94pp., Texto Editora, Lisboa.
- João Malaca e Correia, Pedro Dinis (2007): Atual. O Novo Acordo Ortográfico. O que vai mudar na grafia do português. 32 pp., Texto Editora.
- Novo Grande Dicionário da Língua Portuguesa conforme ao Acordo Ortográfico. 250,000 definições, 2 Volumes, 1969 páginas. Texto Editora.
- Novo Dicionário da Língua Portuguesa conforme Acordo Ortográfico. 125,000 entradas. Texto Editora.
- Porto Editora: Dicionário da Língua Portuguesa. Inclui a nova e antiga escrita das palavras que mudam.
- Edite Estrela, org. (1993): A questão ortográfica. Reforma e Acordos da Língua Portuguesa. 28 pp., Editorial Notícias, Lisboa.

Sobre as mudanças na norma no Brasil:

- Bechara, Evanildo (2008): O que muda com o Novo Acordo Ortográfico. 79 pp. Editora Nova Fronteira, Lucerna.
- Bechara, Evanildo (2008): A nova ortografia. 142 pp. Editora Nova Fronteira, Lucerna

Página útil da Texto Editores: <http://pt.textoeditores.com/index.jsp?p=31&idNoticia=6401>

Página da Porto Editora: <http://www.portoeditora.pt/dol/default.asp?param=08010100>

ÂNGELO CRISTÓVÃO, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

**127) Sexta-feira, 30 de Janeiro de 2009 Lusofonia: Acordo Ortográfico entrará em vigor a 1 de Janeiro de 2010 em Portugal**

[O ministro da Cultura, quer que o **Acordo Ortográfico**, "**o mais tardar em 1 de Janeiro de 2010**", seja aplicado "**a nível oficial e em todos os meios de comunicação social**". Em entrevista à Lusa, **Pinto Ribeiro** reafirmou a importância do Acordo Ortográfico para a **estratégia que o seu ministério pretende implementar**. Reconhecendo a importância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o ministro quer "**assegurar que, concertadamente com os outros países, se avance no processo de ratificação do último adicional do Acordo Ortográfico, para conseguirmos ter uma escrita unitária do português**". Ainda segundo o ministro, "**há muitos sítios onde as autoridades se recusam a ensinar português porque não sabem se o hão-de fazer na versão escrita brasileira ou europeia. Ora, "tudo isso fica resolvido através do acordo ortográfico"**", acredita. Assim, uma arma fundamental é a produção de um **corrector de texto, aplicável a várias plataformas informáticas**, que integra as novas

**REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)**





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

regras da escrita em Português e que, segundo **Pinto Ribeiro**, deverá estar disponível até ao final deste mês. O ministro pretende ver o português como **"língua de trabalho em todas as organizações internacionais"**. Neste sentido, **"estamos, com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), a reformular o Instituto Camões para que seja desenvolvido este trabalho de expansão da língua"** e que passará pela digitalização de conteúdos. **"Com o apoio da Comissão Europeia, estamos a trabalhar nesse sentido, como também estamos a traduzir autores portugueses para outras línguas"**, refere. Quanto aos críticos do Acordo Ortográfico, o ministro entende que **"todas as pessoas são livres de escrever como quiserem"**. **Mas pretende que "integrem a nova forma"** e, por ele, **"quanto mais cedo melhor"**. Não deixa, no entanto, de deixar uma palavra aos que **"trabalham com a língua quotidianamente - os grandes escritores, os poetas"**. Estes poderão escrever português como entenderem. Apesar do **acordo ortográfico** ter criado divisões entre artistas e escritores Portugueses, o Movimento Pensar Real ~ Pensar Portugal, congratula-se que o **Ministério da Cultura**, se empenhe na urgente reunião de esforços com a **Comissão Europeia**: na tradução de Obras de autores Portugueses em outras línguas.]

**FONTES & VER+EM:** <http://www1.rtp.pt/noticias/?article=385225&visual=26&tema=5> Publicada por Ricardo D'Abranches em 7:36

<http://real-branches.blogspot.com/2009/01/lusofonia-acordo-ortografico-entrara-em.html>

**128) correcto ou correto [Ortografia / Acordo ortográfico]**

O texto abaixo segue a ortografia da norma europeia. **Acompanhemos.**

**Gostaria de saber se, se eu escrever como escrevia anteriormente (com a ortografia anterior ao Acordo Ortográfico), está ortograficamente errado ou também é aceite? Exemplo: "correcto" ou "correto"? Qual deles está oficialmente? Ou estarão os dois?**

Quando o novo **Acordo Ortográfico** estiver em vigor em Portugal, apenas a forma "correto" será considerada ortograficamente certa, correspondendo a forma "correcto" a uma grafia anterior à vigência do acordo, uma vez que este preconiza que não sejam escritas as consoantes que não são proferidas na chamada norma culta (**base IV, 1.º, alínea b**). O utilizador da língua pode optar por utilizar a nova ortografia ou não, uma vez que não pratica qualquer ilícito contravençional, isto é, manter a ortografia anterior ao novo Acordo Ortográfico não tem qualquer consequência legal, mesmo após o período de transição de 6 anos previsto legalmente (em Portugal). No entanto, quando houver uma generalização da nova ortografia, nomeadamente na comunicação social e em contexto escolar, pode ser importante e útil a aprendizagem dessa nova ortografia por motivos sociais e profissionais. A partir de determinada altura, a noção de erro ortográfico vai abranger formas que actualmente são práticas correntes, da mesma forma que actualmente são considerados erros ortográficos práticas ortográficas alteradas pelo **Acordo de 1945** (como **diccionário** ou **sciência**), ou pela **alteração de 1973** (como **praticamente** ou **sòzinho**). Sites a consultar: [www.flip.pt/AcordoOrtografico/PerguntasFrequentes](http://www.flip.pt/AcordoOrtografico/PerguntasFrequentes)  
<http://www.flip.pt/tabid/325/Default.aspx?DID=4003>

**129) Novo AO, oposição portuguesa, sintaxe**

[Pergunta] Vejo comentários nesta página (não gosto de *site* ou *sítio*, pois não descrevem a realidade, vez que o se busca não é a localização lógica do servidor da página, mas sim do conteúdo, ou seja, a página) acerca do acordo ortográfico celebrado entre o Brasil e Portugal e espanto-me (vou utilizar a norma aqui, embora normalmente eu jamais falaria utilizando a ênclise) com o tom raivoso dos portugueses. Primeiro, porque a repercussão desse acordo aqui no Brasil foi mínima, ou seja, os brasileiros não deram por ela. Segundo, eu pergunto e se em vez de o acordo cortar os "c" e os "p" inúteis das palavras o Brasil passasse a escrever dessa forma haveria tanta gritaria em Portugal? Acho que não!

Eu acho que a questão para tanto barulho por algo que não tem som não tem origem na língua, mas sim no fato de Portugal estar sentindo-se colonizado pela colônia. Nós poderíamos chamar esse sentimento de complexo de metrópole.

Será que é isto que está "a ocorrer" (como vocês podem ver, eu posso escrever utilizando formas portuguesas sem maiores problemas. E os portugueses podem fazer o mesmo?)?

Coloco as duas questões para apreciação, embora reconheça que não são sobre a língua, mas sim sobre geopolítica.

José Wagner Freitas Pedrosa Alcântara :: Advogado :: Porto Velho, Portugal

[Resposta] Vou responder ponto por ponto às suas questões.

1 — Compreende-se que os brasileiros não gostem da designação **sítio** para substituir o inglês *site*, pois no Brasil está muito generalizado o sentido de fazenda pequena. Note que **página** tem também o inconveniente de poder ser metonimicamente um singular a representar um plural.

Em Portugal, está dicionarizada a designação **sítio**, na Internet; mas é muito frequente a pronúncia *saite*! (neste caso recomenda-se a escrita com aspas altas ou itálico). Pode ser que acabe por se cristalizar (e é a minha proposta) uma grafia que siga o critério fonético: "saite", como aconteceu com o futebol (de "football"), que já não scandaliza ninguém.

2 — Não há tons raivosos contra o Brasil nos oponentes do acordo em Portugal; mas simplesmente o desejo de conservar a história das palavras. As grafias com as consoantes mudas obedecem à etimologia e são defendidas por alguns, na ideia de que ajudam na pronúncia portuguesa da vogal anterior, como em **acção** (defesa, porém, que já não é válida em **accionar**...).

Note que a simplificação brasileira pode ser também manifestamente excessiva em Portugal. Nós não podemos usar o vosso **fato** para substituir o nosso **facto**, porque a grafia **fato** tem para nós o sentido que tem **terno** no Brasil.

3 — Não há nada a ideia de estarmos a ser colonizados pelo Brasil. Temos simplesmente orgulho numa língua que espalhámos pelo mundo e de que nos sentimos obreiros originais. As pessoas que são a favor do acordo, como eu, reconhecem o enorme empenho, em competências e investimento, que o Brasil está a fazer pela sua língua, não deixando generosamente de a designar portuguesa. Bem hajam!

4 — Não mude a sua sintaxe quando nos escrever. Na língua planetária que vamos agora construir em conjunto (com um só dicionário), todas as variantes legítimas nas diversas comunidades linguísticas serão legítimas no universo desta nossa amada língua comum.

Um grande abraço do irmão na língua.

[Ao seu dispor.](#)

D'Silvas Filho :: 23/01/2009

**130) Novos argumentos a favour do Acordo Ortográfico \*D'Silvas Filho**

As pessoas que se opõem ao novo acordo insistem em argumentos novos, alguns sem grande justificação ou nos quais há nítida intolerância.

Neste artigo procura-se rebater esses argumentos.

**1 – Esclarecimento prévio**

**1.1 Defensor do novo acordo**, isso não significa que o considere absolutamente perfeito. Penso que, quando se altera a língua, a mudança deve ser profunda (como a de 1911), para evitar novos ajustamentos a curto prazo (o que aconteceu logo em 1971 depois do acordo de 1945, mudança que obrigou na mesma à alteração das impressões).

Nesta ideia, alinho com o ilustre linguista brasileiro Evanildo Bechara. Eu preferiria que tivesse ido avante o projecto de 1986, que era radical por exemplo nos acentos (acabava com as diferenças António/Antônio) e nas regras do hífen. Lembra-me que, depois de ter lido todo o longo preâmbulo desse projecto, só no fim reparei que estava escrito com a nova norma proposta, o que demonstra bem como é muitas vezes desnecessária a grande complicação da norma ortográfica que ainda nos rege.



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

A língua precisa de ser simplificada. Sem abandonar a sua matriz etimológica, para que se adapte às várias pronúncias, deve, no entanto, expurgar-se de elementos presentemente inúteis, só mantidos para conservar a história das palavras, defendida teimosamente pelos eruditos do grego e do latim (por exemplo, teimam que em baptistério se exige um **p**, porque a palavra vem do grego βαπτιστήριον, pelo latim *baptisteriu*-...; mas há muito que a pronúncia da palavra eliminou o **p**, letra que, assim, só serve agora para complicar a escrita). Uma coisa é o respeito pelo passado, outra é o sacrifício do presente a um passado obsoleto.

As novas gerações da informática, porque sentem a língua inutilizável tal e qual é nos processos expeditos da comunicação actual, estão, por isso, a dar-lhe uma faceta de simplificação excessiva, o que também é mau.

O novo acordo simplifica alguma coisa, não o suficiente. Defendo-o porque traz a outra vantagem que há muito os especialistas de boa-fé de Portugal e Brasil perseguem: a unificação duma língua portuguesa no universo da lusofonia. Foi a unificação fraca possível, depois da rejeição do projecto de 1986.

Repito que o Brasil considera a sua língua como sendo de Machado de Assis, mas que também a considera de Camões. Não está nos seus propósitos designá-la por brasileira. Só que essa emergência pode ser natural e inelutável, se o Brasil se vir obrigado avançar sem Portugal para o novo acordo, como já pode, com Cabo Verde e São Tomé, e, logo a seguir, com Angola, que parece estar receptiva à mudança.

**1.2)** Que fique bem claro que, no espírito com que estudo a língua, as pessoas que se opõem ao novo acordo e que lhe apontam defeitos me merecem o maior respeito. Não quero duvidar das suas boas intenções na defesa da língua, segundo os princípios em que acreditam. Algumas, porém, usam argumentos que podem iludir as pessoas mais mal informadas, e daí eu ter sentido necessidade de voltar ao assunto.

## **2 – Novas objecções**

### **2.1 Defeitos científicos**

Diz-se que o acordo de 1990 apresenta os mesmos defeitos científicos que o projecto de 1986. Ora o argumento não é válido na comparação, pois um motivo (além do horror ao cágado sem acento, como lembro sempre) por que o projecto de 1986 foi abandonado era justamente ter soluções inaceitáveis nos poucos casos em que a procura da simplicidade foi imponderada (ex.: *\*bemaventurado*, com possibilidade de retorno da grafia sobre a fonia). Isto não se verifica no acordo de 1990.

Quanto ao aspecto científico na generalidade, os detractores do novo acordo sabem bem que há especialistas idóneos a afirmar que este acordo não tem problemas linguísticos. Os detractores invocam outros linguistas (que se debruçaram sobre o de 1986...) para apresentarem opinião contrária. Repete-se que a ortografia de 1990 é meramente um acordo entre pátrias, com o objectivo de terem uma "comum língua", planetária.

Nesta objecção, estamos na esfera das opiniões e não das fundamentações, válidas num universo científico.

### **2.2 A barafunda das duplas grafias**

Insiste-se no inconveniente de haver duplas grafias no novo acordo.

Em primeiro lugar, argumenta-se que depois será necessário nos textos oficiais escrever, por exemplo, *caracteres/carateres*, pois que as duas variantes passam a ser possíveis. O argumento, contudo, não é válido, pois ninguém nos obriga presentemente a escrever *herbanário/ervanário*, lá porque existe esta dupla grafia no léxico. Dá a impressão de que alguns argumentos só aparecem por distração.

Para mostrar essa vantagem do novo acordo, basta lembrar que no Brasil, não obstante a grafia oficial ser *Antônio*, há regiões que pronunciam *Antônio* como em Portugal; e, então, segundo o novo acordo, passará a ser legal, nomeadamente no Brasil, escrever-se duma maneira ou de outra, como se entender (e não absurdamente a mesma palavra com as duas grafias). O argumento de que «assim lá se vai o acordo» também não é válido, pois é justamente o novo acordo que permite esta facilidade.

Insiste-se igualmente no inconveniente de passar a haver muitas palavras que se poderão escrever de duas maneiras. Ignora-se ou esquece-se que o léxico está repleto de duplas grafias.

Num Prontuário do mercado, com um vocabulário de cerca de 28 000 entradas, e só para a letra A, foram encontradas as seguintes duplas grafias: *abscesso/abcesso*, *abrótega/abrótea*, *agrafo/agrafe*, *agridece/agrodoce*, *álcali/alcali*, *Alcorão/o Corão*, *aliciamento/aliciação*, *aloés/aloé*, *alvoroçar/alvoraçar*, *ameixa/amêixa*, *ameixeira/ameixoeira*, *amolgadela/amolgadura*, *andebol/handebol*, *anfitrião/anfitriã*, *antigás/antigásico*, *aquicultura/aquacultura*, *aspirante/aspiranta*, *assassinio/assassinato*, *assíntota/assíptota*, *assobio/assovio*, *asteróide/astróide*. Ora como esta parte do Vocabulário do citado Prontuário só tem 1500 entradas, uma extrapolação, primeiro para o Vocabulário inteiro e depois para um outro com, por exemplo, 350 000 entradas, dá presentemente muitos milhares de duplas grafias na língua (veja-se o Vocabulário da Academia Brasileira de Letras).

Este argumento contra o acordo não é decisivo, porque não levanta um precedente.

A dupla grafia sempre se considerou estilisticamente uma riqueza da língua, pois permite mudar a palavra num texto, para fugir às repetições. As duplas grafias propostas no novo acordo são igualmente uma riqueza da língua no seu aspecto universal; não propriamente na ideia de mistura num mesmo texto, mas no facto de que estabelece, em todos os países da lusofonia, a legalidade das variantes da "comum língua", sem necessidade de usar textos diferenciados.

### **2.3 H inicial e h interior.**

As regras defendidas no novo acordo são iguais às que presentemente nos regem. Não se percebe a argumentação na comparação com a supressão das consoantes mudas. Entre baptistério e *batistério*, por exemplo, ou entre *accionar* e *acionar* não se põe o mesmo problema de rejeição que haveria nas grafias *\*oje* ou *\*ora* em relação a *hoje* ou *hora*, que estão já assim fixadas na memória visual.

Este argumento contra o novo acordo não é válido.

### **2.3 Vocabulário comum**

A necessidade do vocabulário comum não passou nada a ser ignorada. No preâmbulo do acordo de 1990, o que se previa era que dois anos antes do acordo entrar em vigor seria necessário um vocabulário comum. Ora, mesmo que o novo acordo entre em vigor daqui a 4/5 anos (2012/2013, como algumas editoras importantes já aceitam), o vocabulário comum será indispensável lá para 2010/2011, a fim de, depois, se ir elaborando a impressão dos textos que terão obrigatoriamente a nova grafia. A questão agora é unicamente Portugal aceitar que vai mesmo pôr o novo acordo em vigor, lá mais para diante.

Mas se o Vocabulário comum estiver acessível antes, isso seria vantajoso, também para a elaboração atempada de correctores de texto, por exemplo.

Volta a lembrar-se que já existe um Vocabulário completo e actualizado, o da Academia Brasileira de Letras, de 1998, que existe também um vocabulário completo da Academia das Ciências de Lisboa, de 1940, e que os responsáveis dizem que elaboram um vocabulário actualizado satisfatório para Portugal em poucos meses.

Este argumento contra o acordo não é significativo, embora se reconheça que o Vocabulário já devia estar feito, se tivesse havido responsabilidade portuguesa como houve brasileira.

### **2.4 Nomes das letras**

A norma actual também não impede que ao **w** uns chamem *dáblio*, outros *dáblio*, outros ainda *dublo v*; ao **m** uns chamem *eme*, outros *mê* (na iniciação às letras), etc., etc.

Este argumento contra o acordo não é consistente.

### **2.5 História das palavras e dicionários com divergências**

O problema poderá ser resolvido com o Vocabulário comum oficial, que servirá de modelo depois para os lexicógrafos.



Este argumento é importante e deve ser ponderado na elaboração do Vocabulário

## **2.6 bainha, moinho, rainha**

O texto da norma actual efectivamente não diz que *i* «constitui sílaba com *nh*», mas simplesmente «que está seguida de *nh*». Repare-se, porém, que se pode defender que a nasalação de *nh* tem influência especificamente na pronúncia nasalizada do *i* anterior, e é essa ligação que justifica a dispensa de acento no *i* para converter a semivogal em vogal (como acontece por exemplo em *sairdes*).

Este argumento é um pormenor técnico da descrição, que não é significativo para se recusar o novo acordo. A regra estabelecida não é alterada pelo facto de se dizer de uma maneira ou de outra, significando que o *i* está antes de *nh*.

## **2.7 Sufixos -zinho e -zito**

Será em rigor como se argumenta. A verdade é que, por exemplo, a idónea obra de Celso Cunha e Lindley Cintra regista *-zinho* como sufixo. Estes ilustres linguistas resolveram aceitar a designação usual, sem entrarem em preciosismos eruditos.

Este argumento impede a ratificação do acordo? Claro que não

## **2.8 Baía de Todos-os-Santos e Todos os Santos.**

São nomes de natureza diferente. Baía de Todos-os-Santos é um topónimo, e, como tal, obedece às regras dos topónimos. Todos os Santos é uma festividade, e como tal, é dispensada de hífenes no novo acordo.

De acordo que há incoerência; mas também na norma actual se podem encontrar incoerências.

Esta incoerência não é decisiva para se recusar o novo acordo.

## **2.9 Hífen em não-no**

Deve ter havido confusão na comparação que foi feita, pois no caso de *‘hei de’* estamos em presença da regência do verbo *haver* com a preposição *‘de’*, onde o hífen pode ser dispensado, ao passo que em *‘não-no’* estamos na conjugação pronominal, que obedece às regras da Base XVII, 1.<sup>o</sup>

Este argumento não é consistente.

## **2.10 "Ou sejam" e "diagramas"**

É óbvio que há gralhas nas grafias. A este nível de sabedoria não podemos pensar que os linguistas do acordo ignoravam que um dígrafo é a mesma coisa que um digrama (não diagrama). Dá vontade de parafrasear as palavras bíblicas: quem nunca teve gralhas nos seus trabalhos que atire a primeira pedra (eu não atiraria...).

## **3 – A unidade na língua**

Repito mais uma vez que a unidade da língua portuguesa na lusofonia é obtida no novo acordo com facto de a unificação permitir que, assim, seja aceitável a existência de um único dicionário no universo da língua. E repare-se que há manifesta incoerência nas pessoas que reclamam contra as duplas grafias e que depois aceitariam um dicionário que contivesse todas as numerosíssimas grafias diferentes nas variantes europeia e brasileira actuais, com ou sem as consoantes mudas.

- texto inserto na [página pessoal](#) do autor — 22/02/2008

## **131) Os argumentos anti-Acordo Ortográfico rebatidos ponto por ponto \* D'Silvas Filho**

Os argumentos de quem está muito assustado com o novo Acordo e aparece na liça a combatê-lo são comuns, repetitivos. Rebato-os a seguir, ponto por ponto, mais uma vez.

### **Sacrifício feito ao Brasil**

Aqueles que resistem ao novo Acordo apresentam argumentos nacionalistas, dizendo que há no novo Acordo subserviência ao Brasil.

Na minha página pessoal na Internet, [www.dsilvasfilho.com](http://www.dsilvasfilho.com), em "Problemas ortográficos" (> Linguística), pode verificar-se, no capítulo do "Novo Acordo Ortográfico" e nas anotações a verde, que há 18 alterações de forma *‘não’* facultativas para o Brasil (tópicos de exemplo: alfabeto, -oo, -eia, -eico, baiuca, para, polo, pela, -eem, -oi-, frequente, paraquedas etc., micro-ondas etc., antirreligioso etc., cossenno etc., autoestrada etc., coopositor, bibliónimos, etc.).

Ora se somarmos as alterações de forma para Portugal, temos mais as alterações nas consoantes não articuladas (ct, cc, cç, pt, pc, pç), os pormenores de simplificação como fim de semana, hei de, fulano, outubro, disciplina de matemática; mas há mudanças para o Brasil que são grafias usuais em Portugal: -eico, -oo, -eia, baiuca, frequente.

Onde é que está a subserviência? Sobretudo em acabarem as consoantes não articuladas? De facto as alterações são neste caso numerosas para Portugal, dado que as palavras com consoantes mudas são uma praga no português europeu. É só isto que engrossa a estatística brandida pelos opositores. Fazem por ignorar que, nas alterações de forma combinadas entre os dois países, há cedências dum lado e do outro, para se conseguir a unidade. Unidade que, aliás, é impressionante em quase todos os pontos das duas normas ortográficas, com exclusão de muito poucos casos, como este das consoantes mudas, que constitui, assim, um desentendimento incompreensível.

Incompreensível agora, pois, com embalagem na corajosa revolução de 1911 na língua, Portugal em 1931 já tinha feito um Acordo escrito com o Brasil no **objetivo** de se acabar com as consoantes não articuladas. Só que depois Portugal não cumpriu com essa combinação em 1945, em plena era dos nacionalismos salazaristas (que, se excessivos, deixam a dúvida de não serem hoje os mesmos) e da ufanía do império colonial.

Este conservadorismo era (e é) francamente desnecessário pois não há razões técnicas válidas (veja-se accionar, didáctica, e, num outro **aspeto**, note-se que pegada ou "a distinção entre pega ave e pega forma verbal" não precisam para nada de consoantes mudas para mudar o timbre da vogal). Assim, o Brasil não acatou a nossa prepotência nessa altura; e o que fazemos agora não é mais do que cumprir finalmente com a nossa palavra de responsável progenitor na língua. Veremos se os nacionalistas portugueses poderão continuar no seu orgulho do passado quando os brasileiros catequizarem mais países a seguirem-nos no novo Acordo, além daqueles que já passaram para o seu lado.

Repare-se que não é por se suprimirem as consoantes mudas que a língua deixa de ser predominantemente etimológica

, como convém que seja para se adaptar bem a várias pronúncias. Quem teve o cuidado de **efetivamente** analisar o novo Acordo (só, por exemplo, nas Bases II, III e V) não pode deixar de concluir que houve a preocupação de respeitar a história das palavras. Recomenda-se vivamente esta análise no texto original, antes de se fazer comentários sobre a tendência exclusivamente fonética do novo Acordo. As meias-verdades não são aceitáveis em pessoas de reconhecida honestidade intelectual.

É também indiscutível que a língua fica mais simples na aprendizagem sem as consoantes mudas; e não nos venham dizer que é fácil explicar a uma criança porque baptismo precisa de um **p** ou porque electricidade precisa do primeiro **c**. Fica também um pouco mais simples (mas ainda não o necessário) nas regras do hífen, nas das maiúsculas e nos acentos das poucas palavras que os tinham para evitar confusões com termos caídos em desuso.

Não vejo o estudo da língua como um contraditório político, ou debate de emoções, mas uma análise de factos concretos.

### **A barafunda das duplas grafias**

Não é verdade que o Acordo de 1945 tenha eliminado completamente as duplas grafias do nosso léxico europeu. Lembre-se por exemplo *ervanário* e *herbanário* que aparecem nos dicionários, ou tenha-se o cuidado de estudar todos os casos de inúmeras entradas que remetem para outras nos dicionários mais completos.

É verdade que, para evitar as duplas grafias António e Antônio, o acordo de 1945 considerava que o acento agudo poderia funcionar como circunflexo nos casos de diferença de timbre; mas temos de aceitar que a **ideia** era bizarra, e não admira que os brasileiros não a tenham seguido.

### **Sacrifício das editoras portuguesas nos países africanos**





colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

Esta é na verdade uma questão da maior importância, que deve ser ponderada com cuidado, pois o mercado brasileiro permite muito maiores tiragens que o português. Isto será relevante nos dicionários. Mas sê-lo-á nos livros destinados ao ensino? O mercado a ter em consideração não será sempre aquele a que estes livros de ensino se destinam?

Sublinha-se que o que tem havido é um favoritismo gentil destes países de língua oficial portuguesa no facto de seguirem a ortografia europeia, diferente da do Brasil. Mas se o Brasil avançar, como já pode, com o novo acordo, lá se vai o favoritismo em todos os países que preferirem a grafia unificada e um pouco mais simples. Então, ficaremos nós blindados por nosso lado. Os políticos que tomam presentemente as decisões neste caso, e demonstraram coragem noutros, devem também ponderar esta hipótese desfavorável.

As editoras portuguesas com visão de futuro já estão a dizer que lhes basta um período de adaptação de 4 a 5 anos. Outras estão já a montar as suas gráficas em países de língua oficial portuguesa; e, neste caso, será o nacionalismo desses países que tenderá a preferir produtos neles realizados e provavelmente mais económicos, sem custos de longos transportes.

#### **Falta o vocabulário comum**

Pois falta. Mas este argumento para a não ratificação é falacioso, pois o vocabulário só é indispensável quando o acordo entrar mesmo oficialmente em vigor. Nada impede que a ratificação seja feita agora, como decisão sem retorno, e que o vocabulário comum apareça depois. Aliás, consta que é possível Portugal ter pronto um vocabulário moderno de 150 000 entradas em poucos meses. Em conjunto com o completo vocabulário da Academia Brasileira de Letras, de 1998, e com recurso à **atualização** do também completo Vocabulário da Academia das Ciências de Lisboa de 1940, seria possível uma equipa de lexicógrafos de boa vontade combinar rapidamente esse Vocabulário Comum.

Note-se que as dúvidas que presentemente o exigem até não são muitas. É perfeitamente possível, escrever já com base no novo Acordo unicamente com recurso às obras publicadas que têm termos do futuro, como, por exemplo, o "Prontuário" da Texto Editores.

#### **O novo Acordo vai trazer muitos custos económicos.**

Claro que vai. Mas também a reforma de 1911, o acordo de 1945 e até a simples alteração de 1973 (palavras derivadas) trouxe custos económicos, pois obrigou a novas impressões para a nova ortografia. É preciso não esquecer, porém, que esse obstáculo impediria sempre mudanças na ortografia da língua, quaisquer que elas fossem e que as implicações económicas não inibiram os corajosos políticos do passado.

O adiamento da ratificação de Portugal ao Protocolo, prometido ao Brasil para 2007, é um mau sintoma quanto à alardeada coragem dos nossos governantes.

#### **O novo acordo é uma confusão**

O estudo foi elaborado por distintos **linguistas**, que devem ser respeitados. Há neste país uma indelicadeza generalizada para os estudiosos da língua (quando estes sugerem mudanças) como se cada um dos "indelicados" fosse dono ou um guardião do património **linguístico**, afinal comum. O que se passou no caso da TLEBS é paradigmático. Considerou-se, muitas vezes com termos ofensivos, que a TLEBS devia ser ignorada, que fosse mesmo considerada de todo inaceitável. Ora, afinal a TLEBS depois da Revisão volta com o mesmo nome, incluindo cerca de 60% dos mesmos termos e mais aproximadamente 100 novos termos...).

O defeito que o novo acordo tem é de ser insuficiente... na mudança... Quem o estuda conclui que, pelo contrário, houve um esforço de conseguir a uniformidade com um mínimo de alterações possíveis, depois do chumbo alarmista da proposta inovadora de 1986.

Também se diz que o novo acordo ortográfico tem defeitos científicos. Ora abusa-se um pouco do termo científico. Existe erro científico quando as regras e o método são mal aplicados, e as conclusões deixam de ser científicas (válidas para o universo da ciência). Pode-se dizer que foi isto o que se verificou no novo acordo? Não, pois, contrariamente, não havia o propósito de estabelecer decisões cientificamente irrefutáveis. Então para quê falar de ciência, em vez de convenção, simplesmente de... acordo?

#### **O caso espanhol**

A Academia espanhola até conseguiu, há bem pouco tempo, uma gramática uniformizada para toda a hispanofonia...

#### **A unidade na língua**

A unidade da língua portuguesa na lusofonia é obtida com o novo acordo pois passa a haver um único dicionário no universo da língua. A unidade é também conseguida no facto de deixar de haver necessidade de duplos textos em documentos oficiais (como, por exemplo, somos até obrigados a fazer em Ciberdúvidas, para não confundir os irmãos brasileiros que nos **leem**). Todos os termos que figurarem no Vocabulário Comum passarão a ser legais em qualquer dos países de língua oficial portuguesa que tenham novo acordo em vigor.

#### **As novas dificuldades na escrita**

Claro que há necessidade de adaptação à mudança, aliás não muito difícil, como se pode observar até neste texto, válido também o Brasil no novo acordo (diferenças para o novo acordo no texto corrente [excluindo os termos apresentados como exemplos, ou duplas grafias]: a vermelho sublinhadas com um traço interrompido para **Portugal**; a verde e traço grosso para o **Brasil** e em **italico** para ambos). São muitas? Contem!

Lembra-se finalmente que, qualquer que seja a nossa idade, espírito jovem é o daquele que aceita o devir de Heraclito como uma lei natural e não o de quem está sistematicamente contra a mudança, sem sequer atender ao seu lado positivo.

\* texto originalmente escrito para a [página pessoal](#) do autor, na Internet — 08/01/2008

#### **132) Cabo Verde adota Acordo Ortográfico a partir do Verão**

Cabo Verde, Cidade da Praia, 22 Jan (Lusa) -- Cabo Verde vai adoptar o Acordo Ortográfico a partir do segundo semestre deste ano, o qual terá uma transição entre seis e dez anos, foi hoje decidido pelo governo da Cidade da Praia.

Embora sem data definitiva marcada, segundo a porta-voz do conselho de ministros, Janira Hopffer Almada (ministra da Presidência e dos Assuntos Parlamentares), o acordo deverá entrar em vigor entre Julho e Agosto, dando tempo para que os manuais para o próximo ano lectivo já contemplem as alterações. "É nosso interesse que as novas normas sejam ministradas no ensino com carácter de tolerância", disse a ministra, explicando que durante a fase de transição não será considerado erro a escrita que não tenha em conta o Acordo Ortográfico. O plenário do Governo aprovou também hoje um decreto-lei que institucionaliza o ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano), frisando a ministra que o alfabeto respeita as variantes da língua em cada uma das ilhas. Salientando que a língua crioula já foi objecto de sistematização desde 1885, que foi utilizada por intelectuais durante todo o século XX, de Eugénio Tavares a Baltasar Lopes da Silva e B. Léza, Janira Almada lembrou que o ALUPEC foi consagrado como alfabeto experimental em 1998 e que no final do ano passado, durante um encontro sobre a língua cabo-verdiana, se concluiu que podia ser institucionalizado em definitivo. A responsável salientou que o Português continua a ser a língua oficial de Cabo Verde, até por força da Constituição, mas lembrou também que há um projecto de revisão constitucional (do partido que sustenta o Governo) que prevê que o arquipélago tenha como línguas oficiais o português e o crioulo. Segundo a ministra, será criada em breve uma instituição que vai acompanhar a implementação do ALUPEC em Cabo Verde. O país foi dos primeiros a ratificar o Acordo Ortográfico, um documento aprovado em Dezembro de 1990 por representantes de Portugal, Brasil, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique (Timor-Leste só após a independência). Para vigorar tinha de estar ratificado por um mínimo de três dos oito países, o que foi alcançado em 2006 com São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Brasil, seguidos de Portugal, em Maio passado.

FP.Lusa/fim

#### **133) A reforma ortográfica e o verificador ortográfico da Microsoft**

As ferramentas de revisão de texto do Office 2007 (verificadores ortográfico e gramatical e o dicionário de sinónimos) estão sendo adaptadas às novas regras ortográficas. A atualização das ferramentas de revisão de texto do Office 2007 estará disponível para

REDE: [WWW.LUSOFONIAS.NET](http://WWW.LUSOFONIAS.NET)



colóquios da lusofonia [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

download no segundo semestre de 2009. A nova versão do Office, Office 14, também conterà uma versão atualizada (com as novas regras ortográficas) das ferramentas de revisão de texto. Como há um período de transição de quatro anos para adaptação às novas regras, na nova versão das ferramentas de revisão de texto do Office, o usuário poderá optar entre realizar uma verificação ortográfica com as regras ortográficas antigas ou com as novas regras. Como sabemos, alguns pontos do Acordo Ortográfico só serão completamente esclarecidos após a publicação do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da ABL, que deverá ser lançado na primeira semana de março. O esclarecimento dessas indefinições é de importância fundamental para que a Microsoft possa garantir a qualidade da atualização das ferramentas de revisão de texto do Office. Published Friday, January 16, 2009 1:22 PM by [paula barreto](#)

#### **134) Informativo-Notícia 2009-01-09 Jornal "O Despertar" começa a aplicar acordo ortográfico**

**135)** Em declarações à agência Lusa, o director daquele semanário, Linho Vinhal, explicou que, "estando em perspectiva a entrada em vigor do acordo a curto prazo, seria útil e dentro do papel da comunicação social ir habituando os leitores a uma grafia que boa parte das pessoas vai estranhar". "É uma forma de nos irmos adaptando e de efectuarmos uma transição de forma lenta, que preveja ter outra aceitação junto do público", acrescentou o responsável, adiantando que a alteração "resulta também do aproveitamento de uma equipa de profissionais do jornal que gosta de inovar". Fundado a 02 de Março de 1917, "O Despertar" assume-se como um jornal republicano na "defesa intransigente dos interesses legítimos de Coimbra - cidade, concelho, distrito e região". Segundo o Lino Vinhal, a nova grafia será usada apenas em termos de redacção, tanto por parte dos jornalistas como pelos colaboradores, devendo, em breve, os textos publicitários acompanhar a mudança. "Vamos esperar pela reacção do público e quando a nova grafia estiver interiorizada pelas pessoas os anúncios vão também ser redigidos de acordo com o novo acordo ortográfico." ▲

#### **136) Autores africanos discutem acordo ortográfico da língua portuguesa 8 Janeiro 2009**

Segundo eles, as novas normas devem aumentar o intercâmbio editorial entre países que falam o português. Da Redacção Brasília - Os autores africanos de países lusófonos, de um modo geral, consideram o acordo ortográfico benéfico não só para a língua como para o intercâmbio editorial, que tende a crescer, segundo eles. Recentemente, na última Festa Literária Internacional de Porto de Galinhas (Fliporto), em Pernambuco, o escritor e editor angolano José Eduardo Agualusa defendeu o acordo, argumentando que o português "é uma construção conjunta dos países lusófonos, e não propriedade de Portugal", cuja resistência ao mesmo foi, segundo ele, uma "reação conservadora". Agualusa participou de uma mesa de discussões sobre o assunto com o académico Domício Proença Filho e a professora da Universidade Federal de Pernambuco, Maria José de Matos Luna, e, depois, com os angolanos Pepetela e Ondjaki, igualmente favoráveis ao acordo. Numa outra mesa, que reuniu autores moçambicanos como Paulina Chiziane, a reacção ao acordo foi semelhante, sendo visto como sinónimo de expansão do mercado editorial, o que justificaria o interesse do maior grupo português do setor, o Leya, em fazer propostas milionárias a editoras brasileiras como a Companhia das Letras e o grupo Record, até o momento rejeitadas. O grupo Leya vende anualmente 10 milhões de livros didáticos para Angola, o que explica essa pressa na aquisição de um grande grupo editorial brasileiro, conforme informações divulgadas pelo jornal O Estado de S. Paulo.

#### **Em defesa do acordo**

Agualusa sempre foi um defensor do acordo. Em Angola, assim como em Moçambique, há poucas editoras. A maioria das edições é importada e ter duas ortografias num mesmo território era um problema e tanto até agora. Sócio da editora Língua Geral, Agualusa não podia, por exemplo vender seus livros infantis em Moçambique por serem editados segundo a ortografia adotada no Brasil. A partir deste ano, o problema, espera, estará definitivamente resolvido. "Portugal acha que a língua é dos portugueses, isso quando eles foram colonizados pelos árabes, esquecendo ainda que o centro, hoje, é o Brasil, com 95% dos falantes". Agualusa admitiu que a sua é uma defesa política do acordo. Domício Proença Filho, autor de 50 livros e membro da Academia Brasileira de Livros, defendeu o acordo no encontro de Porto de Galinhas, lembrando justamente o carácter político que dificultou até bem pouco tempo a reforma. "Há um século tentamos uma regulação ortográfica, sendo a primeira tentativa dos filólogos datada de 1911", disse, lembrando que a pioneira proposta concreta de acordo, em 1931, não "pegou", em parte porque os modernistas queriam deixar claro sua independência de Portugal. Em 1938, uma nova tentativa foi feita, mas as duas ortografias, a portuguesa e a brasileira, seguiram caminhos diferentes, provocando ónus adicional na emissão de documentos. Em 1971, caíram finalmente os acentos diferenciais e o trema esteve por um fio. Quatro anos depois, no auge do processo de descolonização portuguesa em África, problemas políticos impediram a assinatura do acordo e, finalmente, em 1989, o filólogo Antonio Houaiss e a Academia de Ciências de Lisboa chegaram a um texto novo, aprovado em 1990, em Lisboa. O acordo deveria ter entrado em vigor em 1994, mas questões de identidade nacional e hegemonia política entraram em jogo. Finalmente, em 29 de setembro do ano passado, por decreto, foi aprovado.

#### **Reações**

Ele é bom? Para Domício Proença Filho, as regras não são difíceis, mas o texto do acordo está longe do ideal. "O critério é mais fonético que etimológico". O grande nó, segundo ele ainda é o hífen. "Deveria ter sido eliminado, simplesmente", defendeu o académico na Fliporto, classificando o acordo de "tímido". A vantagem principal, segundo o escritor, é que o novo acordo ajuda no processo de alfabetização. Os portugueses discordam. O académico Vasco Graça Moura, primeiro signatário da Petição em Defesa da Língua Portuguesa Contra o Acordo Ortográfico, que desde maio do ano passado recolheu mais de 90 mil assinaturas, considera que ele serve aos interesses políticos e económicos do Brasil. Os números não são, de fato, desprezíveis. Há 10 milhões de portugueses e 14 milhões de angolanos falando a língua e potenciais compradores de livros brasileiros. Domício Proença acha, porém, que não há razões que justifiquem a desconfiança no "imperialismo lingüístico" do Brasil, como a de Graça Moura, que acusa o País de "abrasileirar" o português europeu. A escritora moçambicana Paulina Chiziane, primeira mulher a escrever um romance em se país, acha que essa resistência ao acordo reside numa tentativa inútil de preservar a hegemonia que os portugueses já perderam com o advento de uma literatura africana independente da sintaxe da colónia. Ela sempre defendeu a primazia da oralidade sobre a palavra escrita - e essa também é uma atitude tão política como a de Pepetela, que escreveu uma história de Angola contada segundo o ponto de vista do colonizado. Para o multipremiado escritor brasileiro Cristóvão Tezza, que ganhou todos os principais prêmios literários do Brasil em 2008, trata-se, sim, de um problema político esse da reforma ortográfica. "A questão central é a utopia de se criar uma comunidade portuguesa mundial, como se isso fosse possível", diz, esclarecendo, no entanto, que não pertence à turma da resistência ao acordo. "O único que teve a coragem de desafiar a ortografia foi Monteiro Lobato", brinca. "De resto, a seguimos todos como bons cordeiros".

<http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=8037405&canal=403>